

ALFA
Revista de Lingüística

Editora
UNESP
Fundação para o
Desenvolvimento
da UNESP

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor

Arthur Roquete de Macedo

Vice-Reitor

Antonio Manoel dos Santos Silva

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA UNESP

Presidente do Conselho Curador

Arthur Roquete de Macedo

Diretor-Presidente

Amilton Ferreira

Diretora de Fomento à Pesquisa

Hermione Elly Melara de Campos Bicudo

Diretor de Publicações

José Castilho Marques Neto

EDITORA UNESP

Diretor

José Castilho Marques Neto

Conselho Editorial Acadêmico

Aguinaldo José Gonçalves

Anna Maria Martinez Corrêa

Antonio Carlos Massabni

Antonio Celso Wagner Zanin

Antonio Manoel dos Santos Silva

Carlos Erivany Fantinati

Fausto Foresti

José Ribeiro Júnior

José Roberto Ferreira

Roberto Kraenkel

Editores Assistentes

José Aluysio Reis de Andrade

Maria Aparecida F. M. Bussolotti

Tulio Y. Kawata

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

ALFA
Revista de Linguística

ISSN 0002-5216
ALFAD5

Alfa	São Paulo	v.39	p. 1-267	1995
------	-----------	------	----------	------

A correspondência e os artigos para publicação deverão ser encaminhados a:
Correspondence and articles for publication should be addressed to:

ALFA: Revista de Lingüística
Av. Rio Branco, 1210, Campos Elíseos
01206-904 – São Paulo – SP – Brasil
Tel.: (011) 223-7088

Comissão Editorial

Arnaldo Cortina
Manoel Luiz Gonçalves Corrêa
Rafael Eugênio Hoyos-Andrade
Jeane Mari Sant'Ana Spera
Erotilde Goreti Pezatti
Lourenço Chacom Jurado Filho
Odette Gertrudes L. A. de S. Campos
Fernando Brandão dos Santos

Editor Responsável

Rafael Eugênio Hoyos-Andrade

Assessoria Técnica

Vânia Aparecida Marques Favato

Revisão dos Abstracts

Ademar da Silva, FCL de – Araraquara – UNESP

Publicação Anual/Annual publication

Solicita-se permuta/Exchange desired

ALFA: Revista de Lingüística (Fundação para o Desenvolvimento da UNESP)

São Paulo, SP, Brasil, 1962-1977; 1980 –

Suplemento em: 1984, 28

1962-1977, 1-23

publicação interrompida, 1978-1979

1980-1989, 24-33

1990-1994, 34-38

1995, 39

ISSN 0002-5216

Os artigos publicados na ALFA – *Revista de Lingüística* são indexados por:
The articles published in ALFA – Revista de Lingüística are indexed by:

Bibliographie Latinoamericaine D'Articles; Clase-Cich-Unam; Índice de Revista; Sección de Humanidades y Ciencias Sociales; MLA – International Bibliography of Books and Articles on Modern Languages and Literature; Nichtkonventionelle Literatur Linguistik; Sociological Abstract; Sumários Correntes Brasileiros: Ciências Sociais e Humanas; Sumários de Educação.

APRESENTAÇÃO

Neste volume de *ALFA*, que tem como tema central "A análise do discurso", os artigos relacionados a esse assunto parecem ter em comum a noção de que o *discurso* consiste num "processo dinâmico de produção de sentidos" e de que a sua análise é a "explicitação dos mecanismos de engendramento de tais sentidos".

Contudo, como é freqüente no domínio da lingüística transfrástica, não há unanimidade com relação aos termos empregados, especialmente no que diz respeito a uma eventual distinção entre os conceitos de *discurso* e *texto*. O leitor encontrará, portanto, o uso equivalente de "análise de texto" e "análise do discurso", ao longo dos artigos aqui apresentados. Isto constitui prova evidente de que ainda não existem condições para que, com uma certa unanimidade dos estudiosos, se distingam formal e funcionalmente esses dois termos. A prática analítica dos pesquisadores que militam no campo lingüístico das estruturas "além-frase" revela, todavia, diferenças entre "análise do discurso", "lingüística textual" e "análise da conversação".

Na linha greimasiana de análise do discurso ou texto, e abordando aspectos gerais da teoria, enquadram-se o trabalho de Gregolin – que discute os conceitos e as tarefas desse tipo de análise – e o de Fiorin – que se detém nos processos enunciativos de debragem e embreagem. Possenti, por sua vez, na mesma linha francesa de análise, mas de forma antitética, postula, utilizando exemplos de efeito humorístico, que a presença do *outro* no discurso não elimina a presença do *eu*.

Os artigos de Almeida, Fleury e Cortina constituem aplicações do modelo greimasiano à análise dos procedimentos geradores de sentido em textos específicos. Os dois primeiros referem-se a narrativas de Fernando Sabino, enquanto Cortina estuda a maneira como foi organizado o famoso texto maquiavélico *O Príncipe*.

Os trabalhos de Gil e de Massoni analisam as técnicas ou mecanismos discursivos na produção de textos humorísticos ou piadas. Gil baseia-se no referencial teórico da chamada "Lingüística Textual", enquanto Massoni aplica a piadas de humor negro a teoria semântico-contextual de Raskin.

No texto de Peccioli Galli estudam-se as marcas de enunciação e discursividade no léxico do dia-a-dia, tal como aparece em cartas publicadas na revista *ISTO É/Senhora*.

No estudo de Cabello analisam-se, de maneira basicamente empírica, as características que deve possuir o texto radiofônico para que possa cumprir a sua função específica.

Dota, preocupada com o ensino de línguas, explora os processos de (re)construção do sentido na leitura de textos em língua estrangeira, baseando-se na teoria das operações enunciativas de Antoine Culioli.

Finalmente, dentro ainda do tema central deste número de nossa revista, o artigo de Junqueira discute a problemática da construção do sentido na pintura, a partir do estudo do procedimento discursivo da "assinatura" em obras de Paolo Veronese. Este trabalho sugeriu-nos a idéia de pedir a colaboração da autora para a capa da revista, ao que ela gentilmente aceitou, fornecendo-nos um detalhe do quadro "A Ceia de Emaús", em que aparece a "assinatura" do discurso pictórico de Veronese sob a forma de um simpático cão doméstico.

Podemos caracterizar como colaborações de tema livre os outros artigos que compõem o presente volume. Três deles referem-se ao ensino de línguas: Celada expõe a importância da metáfora, entendida como "lugar específico da constituição do sentido", para o ensino de uma língua estrangeira num programa televisivo. Xatara mostra a conveniência da sistematização das expressões idiomáticas nos dicionários e nas gramáticas, para um ensino mais eficiente das línguas estrangeiras. Rossi apresenta o interesse do ensino instrumental do grego clássico tanto para a leitura e compreensão dos textos nessa língua, como para o reconhecimento da presença lexical grega nas línguas modernas.

Gomes Senna levanta, no seu artigo, algumas questões relativas ao problema conceitual que colocaria a utilização da lingüística chomskyana numa teoria semiótica da alfabetização; enquanto, finalmente, Castro demonstra, baseando-se nos dados do *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, como a harmonização das vogais pretônicas se produz em toda a extensão do Estado da Bahia.

A Comissão Editorial da revista *ALFA* espera que os assuntos abordados neste número sejam de interesse para todos aqueles estudiosos que se preocupam com aspectos ligados à Análise do Discurso e à Lingüística Textual e que, talvez, alguns dos posicionamentos aqui apresentados venham a suscitar réplicas num proveitoso debate para o qual as páginas deste periódico desde já estão abertas.

Rafael Eugenio Hoyos-Andrade
Editor Responsável

SUMÁRIO/CONTENTS

ARTIGOS ORIGINAIS/ORIGINAL ARTICLES

TEMA CENTRAL: A ANÁLISE DO DISCURSO

- A análise do discurso: conceitos e aplicações
Discourse analysis: concepts and aims
Maria do Rosario Valencise Gregolin 13

- A pessoa desdobrada
The split person
José Luiz Fiorin 23

- O "eu" no discurso do "outro" ou a subjetividade mostrada
The "I" in the "other" discourse
Sírio Possenti 45

- Preconceito em disfarce
Prejudice in disguise
João de Almeida 57

- A produção de sentido em uma narrativa de Fernando Sabino
The production of sense in one of Fernando Sabino's narrative
Odilon Helou Fleury 71

- As condições históricas de produção de *O Príncipe* de Maquiavel e sua
organização discursiva
The historic conditions of generation of *The Prince* by Niccolò Machiavelli and
its discursive organization
Arnaldo Cortina 87

- Humor: alguns mecanismos lingüísticos
Humour: some linguistic mechanisms
Célia Maria Carcagnolo Gil 111

- O riso diferente
The different laugh
Maria Izabel de O. Massoni 121

- Enunciação e discursividade em enunciados do cotidiano
Enunciation and discursiveness in everyday utterances
Mariângela Peccioli Galli 131

- Construção do texto radiofônico: o estilo oral-auditivo
Construction of the radio text: the speaking and listening style
Ana Rosa Gomes Cabello 145

- O processo de leitura e as operações enunciativas de Antoine Culioli
The reading process and Antoine Culioli's enunciative operations
Maria Inez Mateus Dota 153

- Assinatura: um lugar de enunciação
Signature: an enunciation place
Valderez Helena Gil Junqueira 161

TEMA LIVRE

- Um programa de espanhol na TV brasileira. Série em três capítulos
A three episode Spanish teaching series in the Brazilian television
María Teresa Celada 175

- O resgate das expressões idiomáticas
The retrieval of idioms
Cláudia Maria Xatara 195

- Importância e funcionalidade de um curso de grego instrumental
The importance and functional use of a course in Greek for specific purposes
Rosa Rossi 211

<ul style="list-style-type: none"> ■ Psicogênese da língua escrita, universais lingüísticos e teorias de alfabetização Psychogenesis of written language, linguistic universals and theories about literacy <i>Luiz Antonio Gomes Senna</i> 	221
<ul style="list-style-type: none"> ■ A harmonização vocálica na Bahia (dados do APFB) Vocal harmonization in the Brazilian State of Bahia (Data from APFB) <i>Vandersí Sant'Anna Castro</i> 	243
 <i>RESENHA/REVIEW</i>	
<ul style="list-style-type: none"> ■ <i>Latina Essentia</i> <i>Alceu Dias Lima</i> 	251
<i>ÍNDICE DE ASSUNTOS</i>	253
<i>SUBJECTS INDEX</i>	255
<i>ÍNDICE DE AUTORES/AUTHORS INDEX</i>	257
<i>ÍNDICE DE RESENHA/REVIEW INDEX</i>	259

**TEMA CENTRAL
A ANÁLISE DO DISCURSO**

A ANÁLISE DO DISCURSO: CONCEITOS E APLICAÇÕES

Maria do Rosario Valencise GREGOLIN ¹

- RESUMO: Este trabalho discute alguns conceitos fundamentais e as tarefas da Análise do Discurso. Procura-se delinear, dentre as várias linhas da AD, as propostas da semiótica greimasiana, com o objetivo de enfatizar a importância dessa linha de estudos dentro da Linguística moderna.
- PALAVRAS-CHAVE: Análise do Discurso; discurso; texto; semiótica greimasiana; teoria do discurso.

Discurso, texto e sentido

Ao tratarmos de "Análise do Discurso" é prudente, de início, nos colocarmos a questão: o que entendemos por análise do discurso?

Esta pergunta é pertinente porque vários são os conceitos de "análise do discurso", um campo de estudos em formação, cujas fronteiras não estão ainda claramente delimitadas.

Se tomarmos um ponto de vista histórico, perceberemos que o que hoje chamamos de "análise do discurso" tem uma história que chega a dois mil anos, desde os estudos da Retórica grega, e se estende a um presente com ares de *science fiction* na tentativa da linha francesa de empreender uma "análise automática do discurso" por meio da informática. Durante esse longo percurso, um conjunto de preocupações comuns tem delineado um domínio bastante amplo dentro dos estudos linguísticos.

Foi na década de 1970 do nosso século que a AD tomou força, mas não se pode dizer, ainda, que se constitua em um campo claro de estudos. O seu desenvolvimento significou a passagem da Linguística da "frase" para a Linguística do "texto".

Essa mudança no objeto de análise provocou transformações na idéia classicamente aceita de que a "fala" é individual, assistemática e, portanto, não passível de análise científica. Mas o grande problema continua a ser a definição e a metodologia para abordar essa nova unidade de análise.

¹ Departamento de Linguística - Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - 14800-901 - Araraquara - SP.

O fato de a AD tomar uma unidade de análise maior do que a frase fez que o estudo do "texto" passasse a ocupar lugar central nos estudos lingüísticos. E, exatamente por tomar esse objeto complexo, a AD seguiu várias direções, com diferentes concepções epistemológicas e metodológicas. O que as unifica, no entanto, é o fato de tomarem o seu objeto do ponto de vista lingüístico e de procurarem, no texto, o estudo da DISCURSIVIZAÇÃO.

O texto e o discurso

"Discurso" e "texto" são dois conceitos que convém distinguir. Para isso, tomemos como exemplo o seguinte texto:

DEBAIXO DA PONTE

Carlos Drummond de Andrade

Moravam debaixo da ponte. Oficialmente, não é lugar onde se more, porém eles moravam. Ninguém lhes cobrava aluguel, imposto predial, taxa de condomínio: a ponte é de todos, na parte de cima; de ninguém, na parte de baixo. Não pagavam conta de luz e gás, porque luz e gás não consumiam. Não reclamavam contra falta d'água, raramente observada por baixo de pontes. Problema de lixo não tinham; podia ser atirado em qualquer parte, embora não conviesse atirá-lo em parte alguma, se dele vinham muitas vezes o vestuário, o alimento, objetos de casa. Viviam debaixo da ponte, podiam dar esse endereço a amigos, recebê-los, fazê-los desfrutar comodidades internas da ponte.

À tarde surgiu precisamente um amigo que morava nem ele mesmo sabia onde, mas certamente morava: nem só a ponte é lugar de moradia para quem não dispõe de outro rancho. Há bancos confortáveis nos jardins, muito disputados; a calçada, um pouco menos propícia; a cavidade na pedra, o mato. Até o ar é uma casa, se soubermos habitá-lo, principalmente o ar da rua. O que morava não se sabe onde vinha visitar os de debaixo da ponte e trazer-lhes uma grande posta de carne.

Nem todos os dias se pega uma posta de carne. Não basta procurá-la; é preciso que ela exista, o que costuma acontecer dentro de certas limitações de espaço e de lei. Aquela vinha até eles, debaixo da ponte, e não estavam sonhando, sentiam a presença física da posta, o amigo rindo diante deles, a posta bem palpável, comível. Fora encontrada no vazadouro, supermercado para quem sabe freqüentá-lo, e aqueles três o sabiam, de longa e olfativa ciência.

Comê-la crua ou sem tempero não teria o mesmo gosto. Um de debaixo da ponte saiu à caça de sal. E havia sal a um canto da rua, dentro da lata. Também o sal existia sob determinadas regras, mas pode tornar-se acessível conforme as circunstâncias. E a lata foi trazida para debaixo da ponte.

Debaixo da ponte os três prepararam comida. Debaixo da ponte a comeram. Não sendo operação diária, cada um saboreava duas vezes: a carne e a sensação de raridade da carne. E iriam aproveitar o resto do dia dormindo (pois não há coisa melhor, depois de um prazer, do que o prazer complementar do esquecimento) quando começaram a sentir dores. Dores que foram

aumentando, mas poderiam ser atribuídas ao espanto de alguma parte do organismo de cada um, vendo-se alimentado, sem que lhe houvesse chegado notícia prévia de alimento. Dois morreram logo, o terceiro agoniza no hospital.

Dizem uns que morreram da carne, dizem outros que do sal, pois era soda cáustica. Há duas vagas debaixo da ponte.

(Em: *A bolsa & a vida*, Rio de Janeiro: INL, 1971)

Uma primeira leitura deste texto mostra que ele nos conta uma história – é, portanto, uma narração. Essa história contada é relativamente simples: trata-se de personagens que vivem em miséria absoluta e moram debaixo da ponte; certo dia conseguem comida, comem-na, são envenenados e morrem.

Podemos dizer que esta narrativa tem na sua base certos valores que são antagônicos, como *a fartura x a miséria*, *a morte x a vida* – e que esses valores podem aparecer em muitos outros textos e criar muitas outras narrativas. Isto nos leva à conclusão de que um texto é formado por uma *estrutura* que articula diferentes elementos e constitui um *sentido coeso e coerente* (Greimas, 1975).

Podemos, então, refinar a nossa análise e perceber que este texto possui:

1 *um nível fundamental*

Primeira etapa do percurso de geração de sentido, ponto de partida da geração do texto, em que se determina o mínimo de sentido a partir de que ele se constrói – trata-se da relação de oposição ou de diferença entre dois termos, dentro de um universo semântico.

Quando dizemos que um texto “fala” da morte, do amor, da liberdade etc., estamos analisando a sua camada fundamental, o mínimo de sentido sobre o qual ele é construído.

O texto é fundado sobre relações orientadas, primeira condição para a narratividade. Assim, se ele fala da relação entre *a vida* e *a morte*, a narratividade vai-se desenvolver em um determinado sentido:

	vida	morte	vida
OU:	morte	vida	morte

porque o princípio fundamental da narratividade é a *transformação*, e o encadeamento desses valores produz a sucessividade do texto. No texto “Debaixo da ponte”, temos o percurso da *morte* (a miséria absoluta) para a *vida* (quando os sujeitos conseguem alimentos) e para a *morte* (quando os sujeitos são envenenados pela comida).

Esses valores fundamentais podem ser tomados como positivos (eufóricos) ou negativos (disfóricos). Essa oposição, que chamamos de “tímica”, vai determinar a linha argumentativa do texto. Em “Debaixo da ponte” temos a valoração negativa da *miséria*, que provoca a fome e a morte, em oposição à *fartura*, que é a vida.

2 um nível narrativo

No segundo nível do percurso gerativo de sentido, os valores fundamentais são narrativizados a partir de um sujeito.

Assim, a narrativa simula a história do homem em busca de valores e os contratos e conflitos que marcam os relacionamentos humanos. A narrativa se constitui de quatro fases:

a) **MANIPULAÇÃO**: os miseráveis são manipulados pela miséria e pela fome a provar do alimento trazido por um amigo. A presença física do alimento os seduz a quererem prová-lo;

b) **COMPETÊNCIA**: manipulado, o sujeito precisa adquirir competência para realizar a ação. Essa competência pode ser o SABER, o PODER e o QUERER. Quando, em um conto de fadas, o herói obtém um "objeto mágico", ele está adquirindo PODER para realizar certas coisas. No texto "Debaixo da ponte" os sujeitos precisam de "sal" para poderem comer o alimento; quando o conseguem estão aptos a realizar a ação;

c) **PERFORMANCE**: os sujeitos realizam a ação (se alimentam);

d) **SANÇÃO**: depois de realizada a ação, os sujeitos são recompensados (sanção positiva) ou punidos (sanção negativa). Neste texto a sanção é negativa pois os sujeitos morrem envenenados pela comida.

Como já dissemos, esses valores e essa narrativa que estruturam o texto "Debaixo da ponte" podem aparecer em muitos outros textos. O que, então, faz que esse texto seja diferente de outros textos que têm os mesmos valores básicos e a mesma narrativa?

O que o diferencia de outros textos é o modo como esses valores e essa narrativa são *discursivizados*, o que significa dizer que um texto possui uma estrutura *discursiva*.

3 o nível discursivo

O nível discursivo é o patamar mais superficial do percurso gerativo do sentido, o mais próximo da manifestação textual. As estruturas narrativas convertem-se em discurso quando assumidas pelo sujeito da enunciação: ele faz uma série de "escolhas", de pessoa, de espaço, de tempo e de figuras, contando a história a partir de um determinado "ponto de vista". A narrativa é, assim, "enriquecida" com essas opções do sujeito da enunciação.

No texto "Debaixo da ponte" podemos perceber que:

a) É utilizada a terceira pessoa para caracterizar os personagens; eles não têm nome nem características particulares – a indeterminação cria o efeito de sentido de "anonimato", de uma miséria tão absoluta que os priva até mesmo de um nome próprio;

b) Outro elemento muito importante do nível do discurso deste texto é a espacialização – os personagens são caracterizados pelo “lugar onde moram”, o nome próprio que lhes é atribuído é uma localização espacial (*os de debaixo da ponte*) que constrói a oposição entre “os que moram debaixo da ponte” e os outros (*A ponte é de todos, na parte de cima; de ninguém, na parte de baixo*);

c) A temporalização, ao indefinir o momento da ação, constrói o efeito de eternização da miséria (*moravam debaixo da ponte...*) e permite que o final do texto seja aberto em um movimento cíclico que retoma o início do texto (*Há duas vagas debaixo da ponte...*).

Esses recursos do nível discursivo têm como objetivo estabelecer a relação entre o enunciador do texto e o enunciatário, permitindo a interpretação por meio de marcas espalhadas no texto. Essas marcas conduzem o leitor a perceber a orientação argumentativa e as relações entre o texto e o contexto em que foi produzido.

Entendemos, portanto, *discurso* como um dos patamares do percurso de geração de sentido de um texto, o lugar onde se manifesta o sujeito da enunciação e onde se pode recuperar as relações entre o texto e o contexto sócio-histórico que o produziu.

O discurso e a ideologia

O DISCURSO é um suporte abstrato que sustenta os vários TEXTOS (concretos) que circulam em uma sociedade. Ele é responsável pela concretização, em termos de figuras e temas, das estruturas semio-narrativas. Através da Análise do Discurso é possível realizarmos uma análise interna (o que este texto diz?, como ele diz?) e uma análise externa (por que este texto diz o que ele diz?).

Ao analisarmos o discurso, estaremos inevitavelmente diante da questão de como ele se relaciona com a situação que o criou. A análise vai procurar colocar em relação o campo da língua (susceptível de ser estudada pela Linguística) e o campo da sociedade (apreendida pela história e pela ideologia).

A “ideologia” é um conjunto de representações dominantes em uma determinada classe dentro da sociedade. Como existem várias classes, várias ideologias estão permanentemente em confronto na sociedade. A ideologia é, pois, a visão de mundo de determinada classe, a maneira como ela representa a ordem social. Assim, a linguagem é determinada em *última instância* pela ideologia, pois não há uma relação direta entre as representações e a língua.

A essa determinação em última instância, Pêcheux (1990) denomina “formação ideológica” ou “condições de produção do discurso”. Uma sociedade possui várias formações ideológicas, e a cada uma delas corresponde uma “formação discursiva” (“o que se pode e se deve dizer em determinada época, em determinada sociedade”).

Por isso, os processos discursivos estão na fonte da produção dos sentidos e a língua é o lugar material onde se realizam os "efeitos de sentido".

Segundo Althusser (s.d.), a ideologia é a representação imaginária que interpela os sujeitos a tomarem um determinado lugar na sociedade, mas que cria a "ilusão" de liberdade do sujeito. A reprodução da ideologia é assegurada por "aparelhos ideológicos" (religioso, político, escolar etc.) em cujo interior as classes sociais se organizam em formações ideológicas ("conjunto complexo de atitudes e representações").

O discurso é um dos aspectos da materialidade ideológica, por isso, ele só tem sentido para um sujeito quando este o reconhece como pertencente a determinada formação discursiva. Os valores ideológicos de uma formação social estão representados no discurso por uma série de formações imaginárias, que designam o lugar que o destinador e o destinatário se atribuem mutuamente (Pêcheux, 1990, p.18).

Segundo Fiorin (1990, p.177),

o discurso deve ser visto como objeto lingüístico e como objeto histórico. Nem se pode descartar a pesquisa sobre os mecanismos responsáveis pela produção do sentido e pela estruturação do discurso nem sobre os elementos pulsionais e sociais que o atravessam. Esses dois pontos de vista não são excludentes nem metodologicamente heterogêneos. A pesquisa hoje precisa aprofundar o conhecimento dos mecanismos sintáticos e semânticos geradores de sentido; de outro, necessita compreender o discurso como objeto cultural, produzido a partir de certas condicionantes históricas, em relação dialógica com outros textos.

As investigações mais recentes em Análise do Discurso consideram que é possível construir procedimentos efetivos capazes de restituir o traço da estrutura invariante dos discursos (o sistema de suas "funções") sob a série combinatória de suas variações superficiais, ou seja, descrever e explicar a estrutura presente na série de seus efeitos (Pêcheux, 1990, p.255).

A AD precisa realizar uma análise que alie o interno (discursivização) e o externo (relação enunciado/enunciação). Do nosso ponto de vista, o projeto semiótico greimasiano conseguiu desenvolver uma análise "interna" consistente, e abriu perspectivas para uma análise externa.

A semiótica greimasiana tem por objetivo analisar a construção e a organização dos discursos e dos textos através de um conjunto de regras. Procura desenvolver uma "gramática" capaz de entender como se constrói o percurso gerativo do sentido em textos.

Análise do discurso: alguns elementos

Na análise do discurso subjacente a um texto, podemos observar as projeções da enunciação no enunciado; os recursos de persuasão utilizados para criar a "verdade" do texto (relação enunciador/enunciário) e os temas e figuras utilizados.

A enunciação pode ser reconstruída pelas “marcas” espalhadas no enunciado; é no discurso que se percebem com mais clareza os valores sobre os quais se assenta o texto. Analisar o discurso é, por isso, determinar as condições de produção do texto.

Podemos, por exemplo, analisar o uso das categorias de pessoa, espaço e tempo, que, no discurso, não são as mesmas da enunciação: quem diz “eu” no texto não é o autor, nem são seus o tempo e o espaço. Importa verificar quais os procedimentos utilizados e quais os efeitos de sentido criados.

Nas notícias de jornal é comum que o enunciador procure construir o efeito de *objetividade* e, para isso, mantém a enunciação afastada do discurso, como garantia de sua “imparcialidade”. Os recursos utilizados são o uso da 3ª pessoa, no tempo do “então” e no espaço do “lá”, e o uso do discurso direto para garantir a verdade.

Um procedimento oposto, que cria o efeito de proximidade com a enunciação, é, por exemplo, aquele utilizado nas autobiografias, em que há caráter subjetivo através do uso da 1ª pessoa, o tempo do “agora” e o espaço do “aqui”.

Outro exemplo dessa complexidade enunciativa são os romances policiais narrados em 1ª pessoa, em que o enunciador possui um saber parcial, o que cria o suspense. Esse procedimento é utilizado para criar cumplicidade entre o enunciador e o enunciatário – se o enunciador mostrasse saber, por exemplo, quem é o assassino e desse pistas falsas, o leitor poderia sentir-se “traído”.

A ambigüidade pode ser criada quando um mesmo ator é o narrador e o sujeito principal da narrativa. É este o recurso utilizado por Machado de Assis em *Dom Casmurro*, onde o narrador mostra somente o seu ponto de vista.

Os fatos contados podem ganhar *status* de “coisas reais”, “acontecidas”, através de ilusões discursivas. Pela *desembreagem interna*, o narrador cede voz aos sujeitos, no discurso direto (delegação interna de voz), e obtém, assim, a “prova de verdade”. Por meio da *ancoragem* são construídos, no discurso, pessoas, tempo e espaço “reais” ou “existentes”, que criam a ilusão de serem “cópias” da realidade. Esse procedimento é típico do discurso jornalístico e do discurso histórico, em que o detalhamento das informações concorre para criar a “verdade do discurso”. O discurso jornalístico caracteriza-se, ainda, pela utilização de imagens que, pelo seu caráter “icônico”, não deixam espaço para a refutação.

Essa “ilusão de realidade” pode ser construída em todos os sistemas semióticos como a pintura (perspectiva, ocupação do espaço, ancoragem histórica), o filme (focalização e posicionamento da câmera), o teatro (jogos de luz, utilização do palco). Da mesma forma, pode-se construir a ilusão contrária, de “ficcionalidade”, através, por exemplo, da utilização da fórmula discursiva “era uma vez...”.

O enunciador quer fazer o enunciatário crer na verdade do discurso. Por isso, ele tem um fazer persuasivo e o enunciatário tem um fazer interpretativo. Há um contrato de veridicção entre enunciador e enunciatário. Por isso, o enunciador constrói no discurso todo um dispositivo veridictório, espalha marcas que devem ser encontradas e interpretadas pelo enunciatário. Nessas marcas estão embutidas as imagens de ambos (os seus sistemas de crenças, as imagens recíprocas etc.). São estratégias

discursivas, por exemplo, a implicação e/ou a explicitação de conteúdos, que constroem o texto por meio de pressupostos e de subentendidos. Segundo Ducrot (1977; 1987), os subentendidos são um recurso utilizado para que possamos “dizer sem dizer”, para que possamos afirmar algo sem assumir a responsabilidade de termos dito.

Para entender os sentidos subentendidos em um texto é preciso que o enunciador e o enunciatário tenham um conhecimento *partilhado* que lhes permita inferirem os significados. Esse conhecimento de mundo envolve o contexto sócio-histórico a que o texto se refere.

A coerência semântica do discurso é obtida através da tematização e da figurativização. Na *tematização* os valores do texto são organizados por meio da recorrência de traços semânticos que se repetem no discurso e o tornam coerente.

Na *figurativização* os temas são concretizados em figuras que lhes atribuem traços de revestimento sensorial. Por exemplo, o tema da LIBERDADE pode ser figurativizado como uma “velha calça azul e desbotada” (na propaganda de *jeans*), como uma “pomba voando” ou uma “moça cavalgando”. O efeito de veridicção se fundamenta no reconhecimento das figuras.

A *coerência textual* é assegurada pela *isotopia*, pela recorrência de temas e figuras que constitui a linha sintagmática e a coerência semântica do discurso. Sempre há uma figura que é um “desencadeador de isotopia”, que constrói um percurso isotópico e nos fornece uma direção de leitura do texto.

A importância atual da AD

Empreender a análise do discurso significa tentar entender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como esse texto se articula com a história e a sociedade que o produziu. O discurso é um objeto, ao mesmo tempo, lingüístico e histórico; entendê-lo requer a análise desses dois elementos simultaneamente.

A Análise do Discurso pode constituir-se em um valioso instrumental de trabalho no ensino de língua portuguesa, já que oferece os meios para a reflexão sobre a estrutura e a geração do sentido do texto. Por meio da Análise do Discurso, o professor pode conduzir os alunos na descoberta das pistas que podem levá-los à interpretação dos sentidos, a descobrirem as marcas estruturais e ideológicas dos textos. A compreensão do discurso pode enriquecer as atividades desenvolvidas na sala de aula na medida em que permite trabalhar com várias modalidades textuais como a jornalística, a política, as histórias em quadrinhos etc. A riqueza desses textos certamente ajudará no trabalho de resgatar o discurso dos alunos, levando-os a construir seus próprios textos com crítica e inventividade.

GREGOLIN, M. R. V. Discourse analysis: concepts and aims. *Alfa (São Paulo)*, v.39, p.13-21, 1995.

- **ABSTRACT:** *This paper discusses the concept and the aims of Discourse Analysis, and analyses the theoretical foundations of greimasian semiotics proposals.*
- **KEYWORDS:** *Discourse Analysis; discourse; text; greimasian semiotics; theory of discourse.*

Referências bibliográficas

- 1 ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Almedina, s.d.
- 2 DUCROT, O. *Dizer e não dizer*. Princípios de Linguística Semântica. São Paulo: Cultrix, 1977.
- 3 _____. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- 4 FIORIN, J. L. Tendências da análise do discurso. *Estudos Linguísticos*, v.19, p.173-9, 1990.
- 5 GREIMAS, A. J. *Sobre o sentido; ensaios semióticos*. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.
- 6 PÊCHEUX, M. Apresentação da AAD. In: GADET, F., HAK, H. *Por uma análise automática do discurso* (Uma introdução à obra de Michel Pêcheux). Campinas: Pontes, 1990.

A PESSOA DESDOBRADA

José Luiz FIORIN¹

- RESUMO: Greimas afirma que há dois mecanismos com que o enunciador instaura no enunciado pessoas, espaços e tempos: a debreagem e a embreagem. Esses conceitos foram apenas esboçados pelo semioticista francês. Este trabalho, depois de explicitar e exemplificar esses dois procedimentos enunciativos, discute-os, para mostrar que, para explicar a utilização dos tempos, das pessoas e dos espaços no texto, é necessário desdobrá-los em dois níveis, o da narração e o do narrado. Examina, em seguida, mais detidamente os mecanismos de debreagem e embreagem actanciais.
- PALAVRAS-CHAVE: Enunciação; debreagem; embreagem; pessoa.

Agora a música já não a libertava, não a impedia de pensar. Dançava dividida, uma parte dela no que fazia, a outra vendo-a fazer.

Pepetela

1 Os mecanismos de debreagem e de embreagem

Greimas entende o processo de geração do sentido como um percurso gerativo, simulacro metodológico do ato real de produção significante, que vai do mais simples e abstrato (estruturas *a quo*) até o mais complexo e concreto (estruturas *ad quem*), por meio de mecanismos de conversão. Esse percurso gerativo mostra os níveis de invariância crescente do sentido e dá a cada um desses níveis uma descrição metalingüística adequada. Nesse percurso, distingue-se a imanência, que diz respeito ao plano de conteúdo, da manifestação, que é a união de um plano de conteúdo com um ou vários planos de expressão. No nível de imanência, há os seguintes patamares: o fundamental, o narrativo e o discursivo. A enunciação é, então, vista, como aliás já o tinha feito Benveniste, como instância de mediação, que assegura a discursivização

¹ Departamento de Lingüística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP – 05508-900 – São Paulo – SP.

da língua, que permite a passagem da competência à *performance*, das estruturas semióticas virtuais às estruturas realizadas sob a forma de discurso (Greimas & Courtés, 1979, p.126). A montante dessa instância de mediação estão as estruturas semio-narrativas, "formas que, atualizando-se como operações, constituem a competência semiótica do sujeito da enunciação" (p.127). A jusante aparece o discurso.

Se a enunciação é a instância constitutiva do enunciado, ela é a "instância lingüística logicamente pressuposta pela própria existência do enunciado (que comporta seus traços e suas marcas)" (p.126). O enunciado, por oposição à enunciação, deve ser concebido como o "estado que dela resulta, independentemente de suas dimensões sintagmáticas" (p.123). Considerando dessa forma enunciação e enunciado, este comporta freqüentemente elementos que remetem à instância de enunciação: de um lado, pronomes pessoais, demonstrativos, possessivos, adjetivos e advérbios apreciativos, dêiticos espaciais e temporais, em síntese, elementos cuja eliminação produz os chamados textos enuncivos, isto é, sem nenhuma marca de enunciação; de outro, termos que descrevem a enunciação, enunciados e reportados no enunciado (p.124).

Manar Hamad propõe considerar o conjunto enunciativo que engloba todas as marcas de enunciação disseminadas no texto-objeto como uma totalidade estrutural. Esse processo enunciativo colocado no interior do enunciado não é a enunciação propriamente dita, cujo modo de existência é ser o pressuposto lógico do enunciado, mas é a *enunciação enunciada*. Teríamos, assim, dois conjuntos no texto-objeto: a *enunciação enunciada*, que é o conjunto de marcas, identificáveis no texto, que remetem à instância de enunciação; o *enunciado enunciado*, que é a seqüência enunciada desprovida de marcas de enunciação (para essa distinção, cf. também Courtés, 1989, p.48). Esse processo enunciativo, visto como um microuniverso semântico completo, seria analisado de acordo com o percurso gerativo. Esse processo de enunciação enunciada seria metalingüístico em relação ao processo do enunciado enunciado. Isso significa que uma relação hierárquica se estabelece entre esses dois processos, que dependem de dois sistemas distintos. Hamad coloca a oposição /enunciação enunciada/ vs. /enunciado enunciado/ em paralelo com a oposição /estabelecimento e validação do contrato/ vs. /*performance*/. Tal contraposição permite ver o enunciado enunciado como uma *performance*, o que modifica seu estatuto de mero objeto-valor que se transfere do enunciador para o enunciatário. Se a enunciação enunciada desempenha em relação ao enunciado enunciado o papel que as seqüências contratuais exercem em relação à *performance*, ela participa do estabelecimento do enunciado enunciado, uma vez que este será desenvolvido de acordo com o contrato enunciativo firmado (Hamad, 1983, p.35-46).

Cathérine Kerbrat-Orecchioni (1980, p.30-1) fala de enunciação em sentido estrito e em sentido lato. Aproveitaremos sua sugestão, alterando, entretanto, o que se considera sentido estrito e sentido lato. Serão considerados fatos enunciativos em sentido lato todos os traços lingüísticos da presença do locutor no seio de seu enunciado, mostrando o que Benveniste (1966, p.258-65) chamava a subjetividade na

linguagem. É o estudo desses traços enunciativos que fazem Orecchioni (1980) e Fuchs (1983, p.15-33). Em sentido estrito, os fatos enunciativos são as projeções da enunciação (pessoa, espaço e tempo) no enunciado, recobrando o que Benveniste chamava o "aparelho formal da enunciação" (1974, p.79-88).

A enunciação, tanto num sentido como no outro, é a enunciação enunciada, isto é, marcas e traços que a enunciação propriamente dita deixou no enunciado. Esta é da ordem do inefável: só quando ela se enuncia pode ser apreendida. Assim, como diz Coquet, "a enunciação é sempre, por definição, enunciação enunciada" (1983, p.14).

Depois de distinguir o que é enunciação enunciada e enunciado enunciado, é preciso definir o que é *enunciação reportada*. Ela "corresponde a um simulacro – no interior do discurso – da relação de comunicação entre enunciador e enunciatário" (Courtés, 1989, p.49). A enunciação enunciada é a maneira pela qual o enunciador impõe ao enunciatário um ponto de vista sobre os acontecimentos narrados. A enunciação reportada cria diferentes efeitos de sentido, como de objetividade, de subjetividade, de realidade, de que falaremos mais adiante.

Vejamos um exemplo de enunciação reportada:

Uma semana depois, Virgília perguntou a Lobo Neves a sorrir, quando ele seria ministro:

– Pela minha vontade, já; pelas dos outros, daqui a um ano.

Virgília replicou:

– Promete que algum dia me fará baronesa?

– Marquesa, porque eu serei marquês.

Desde então fiquei perdido. Virgília comparou a águia e o pavão, e elegeu a águia, deixando o pavão com o seu espanto, o seu despeito e três ou quatro beijos que ele dera. Talvez cinco beijos: mas dez que fossem não queria dizer coisa alguma. O lábio do homem não é como a pata do cavalo de Átila, que esterilizava o solo em que batia; é justamente ao contrário. (MA, I, p.561)

Esse enunciado é um simulacro da enunciação. Os actantes que falam, o espaço e o tempo simulam os elementos correspondentes da enunciação. Com efeito, o narrador dá a palavra a outrem, que passa a dizer eu, o fato passa-se num momento anterior ao momento da enunciação, mas no texto há um conjunto de reflexões que parecem feitas no instante do ato enunciativo.

A enunciação deve ser analisada ainda como a instância de instauração do sujeito. Benveniste, em seu célebre artigo "Da subjetividade na linguagem", diz que a propriedade que possibilita a comunicação e, portanto, a atualização da linguagem é que é "na e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito, uma vez que, na verdade, só a linguagem funda, na sua realidade, que é a do ser, o conceito de ego" (1966, p.259). A subjetividade é a "capacidade de o locutor pôr-se como sujeito" e, por conseguinte, a subjetividade estabelecida na fenomenologia ou na psicologia é apenas a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem: "é 'ego' quem diz 'ego'. Encontramos aqui o fundamento da 'subjetividade', que se determina pelo estatuto lingüístico da 'pessoa'" (p.259-60). O eu existe por oposição ao tu e é a condição do diálogo que é constitutiva da pessoa, porque ela se constrói

na reversibilidade dos papéis *eu/tu*. "A linguagem só é possível porque cada locutor se coloca como sujeito, remetendo a si mesmo como *eu* em seu discurso. Dessa forma, *eu* estabelece uma outra pessoa, aquela que, completamente exterior a mim, torna-se meu eco ao qual eu digo *tu* e que me diz *tu*." A categoria de pessoa é essencial para que a linguagem se torne discurso. Assim, o *eu* não se refere nem a um indivíduo nem a um conceito, ele refere-se a algo exclusivamente lingüístico, ou seja, ao "ato de discurso individual em que *eu* é pronunciado e designa seu locutor" (1966, p.261-2). O fundamento da subjetividade está no exercício da língua, pois seu único testemunho objetivo é o fato de o *eu* enunciar-se (p.261-2).²

Como a pessoa enuncia num dado espaço e num determinado tempo, todo espaço e todo tempo organizam-se em torno do "sujeito", tomado como ponto de referência. Assim, espaço e tempo estão na dependência do *eu*, que neles se enuncia. O *aqui* é o espaço do *eu* e o presente é o tempo em que coincidem o momento do evento descrito e o ato de enunciação que o descreve. A partir desses dois elementos, organizam-se todas as relações espaciais e temporais.

Porque a enunciação é o lugar de instauração do sujeito e este é o ponto de referência das relações espaço-temporais, ela é o lugar do *ego, hic et nunc*. O conjunto de procedimentos destinados a constituir o discurso como um espaço e um tempo povoados de atores diferentes do enunciador constitui para Greimas a competência discursiva em sentido estrito.

Os mecanismos de instauração de pessoas, espaços e tempos no enunciado são dois: a *debreagem* e a *embreagem*.³ *Debreagem* é a operação em que a instância de enunciação disjunge de si e projeta para fora de si, no momento da discursivização, certos termos ligados a sua estrutura de base com vistas à constituição dos elementos fundadores do enunciado, isto é, pessoa, espaço e tempo (Greimas & Courtés, 1979, p.79). Na medida em que, como mostra Benveniste, a constituição da categoria de pessoa é essencial para a constituição do discurso e o *eu* está inserido num tempo e num espaço, a *debreagem* é um elemento fundamental do ato constitutivo do enunciado e, uma vez que a enunciação é uma instância lingüística pressuposta pelo enunciado, contribui também para articular a própria instância da enunciação. Assim, a discursivização é o mecanismo criador da pessoa, do espaço e do tempo da enunciação e, ao mesmo tempo, da representação actancial, espacial e temporal do enunciado (p.79).

2 Essas idéias de Benveniste já foram acusadas de idealistas e psicologizantes. No entanto, parece-nos que tais acusações carecem de fundamento. Não pode haver psicologismo num sujeito fundado na linguagem; só é idealista um autor que concede à linguagem autonomia em relação à vida material, o que não acontece com Benveniste. Ao contrário, talvez com uma certa má vontade, pudesse ser imputada a ele a etiqueta bakhtiniana do "objetivismo abstrato" (1979, p. 55-75). Sobre a questão do sujeito, cf. também Kryszynski, 1987, p.181.

3 Os termos advêm da tradução francesa do termo *shifters*, utilizado por Jakobson em seu artigo "Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe" (1963, p. 176-96). O lingüista russo mostrava nesse artigo que a significação geral de um *embreante* não pode ser definida fora de uma referência à mensagem. Greimas criou os verbos e os substantivos de ação e deu a eles um sentido particular (ver Parret, 1988, p.143-73).

Uma vez que a enunciação é a instância da pessoa, do espaço e do tempo, há uma debreagem actancial, uma debreagem espacial e uma debreagem temporal. A debreagem consiste, pois, num primeiro momento, em disjuntir do sujeito, do espaço e do tempo da enunciação e em projetar no enunciado um *não eu*, um *não aqui* e um *não agora*. Como nenhum *eu*, *aqui* ou *agora* inscritos no enunciado são realmente a pessoa, o espaço e o tempo da enunciação, uma vez que estes são sempre pressupostos, a projeção da pessoa, do espaço e do tempo da enunciação no enunciado é também uma debreagem (p.79).

Há, pois, dois tipos bem distintos de debreagem: a enunciativa e a enunciva.⁴ A primeira é aquela em que se instalam no enunciado os actantes da enunciação (*eu/tu*), o espaço da enunciação (*aqui*) e o tempo da enunciação (*agora*), ou seja, aquela em que o *não eu*, o *não aqui* e o *não agora* são enunciados como *eu*, *aqui*, *agora* (p.80).

Resolvo-me a contar, depois de muita hesitação, casos passados há dez anos – e, antes de começar, digo os motivos porque silencie e porque me decido. (MC, p.3)

Nesse caso, há uma instalação no enunciado do *eu* enunciador, que utiliza o tempo da enunciação (o *nunc*). Trata-se, nesse caso, de debreagens actancial e temporal enunciativas.

Que me conste, ainda ninguém relatou o seu próprio delírio; faço-o eu, e a ciência mo agradecerá. Se o leitor não é dado à contemplação destes fenômenos mentais, pode saltar o capítulo, vá direto à narração. Mas, por menos curioso que seja, sempre lhe digo que é interessante saber o que se passou na minha cabeça durante uns vinte ou trinta minutos. (MA, I, p.520)

Temos, nesse caso, debreagem temporal enunciativa, bem como uma debreagem actancial enunciativa em que se instalam os dois actantes da enunciação, o *eu* e o *tu*.

Aqui? mas teus filhos estão ali. (CCI)

⁴ Essa distinção entre enunciativo e enuncivo é calcada sobre a distinção entre discurso e história operada por Benveniste (1966, p.238-45). Lembra ainda a distinção feita por Culioli (1973) dos modos de enunciação em que há referências que se efetuam em relação à situação de enunciação e aqueles em que as referências se fazem em relação ao enunciado; a diferença feita por Danon-Boileau (1982, p.95-8) entre referências por anáfora e referências por dêixis; a dicotomia efetuada por Harald Weinrich (1973) entre mundo narrado e mundo comentado. É interessante notar que, a partir do momento em que se nota que esses são dois mecanismos de projeção da enunciação no enunciado, a maior parte das críticas feitas à tipologia de Benveniste, como as célebres objeções feitas por Simonin-Grumbach (1983, p.31-69), deixa de ter validade, uma vez que críticos, como, por exemplo, a acima mencionada, baseiam-se fundamentalmente no fato de que há textos construídos com combinações de pessoas, espaços e tempos excluídas pela definição proposta por Benveniste. Os trabalhos apontados acima mostram que esses dois elementos não são textos, mas mecanismos produtores de textos. Por conseguinte, podemos concluir que eles constituem modos de enunciação distintos que se combinam de diversas maneiras para produzir uma gama variada de textos.

Nesse caso, temos uma debreagem espacial enunciativa (*aqui/ali*) e, como se instala um *tu* no enunciado, também uma debreagem actancial enunciativa.

Na debreagem espacial enunciativa, é preciso levar em conta que todo espaço ordenado em função do *aqui* é um espaço enunciativo. Assim, o *lá* que se contrapõe ao *aqui* é enunciativo. É o que ocorre na "Canção do Exílio", de Gonçalves Dias:

Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o sabiá,
As aves que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá. (...)

Minha terra tem primores,
Que tais não encontro eu cá;
Em cismar – sozinho à noite –
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o sabiá. (...). (GD, p.11-2)

Da mesma forma, na debreagem temporal, são enunciativos os tempos ordenados em relação ao *agora* da enunciação. Considerando-se o momento da enunciação um tempo zero e aplicando-se a ele a categoria topológica *concomitância/não concomitância* (*anterioridade/posterioridade*), obtém-se o conjunto dos tempos enunciativos. Observe-se que, no texto de Machado de Assis: *relatou* é um tempo anterior ao *agora*; *agradecerá*, posterior.

A debreagem enunciativa é aquela em que se instauram no enunciado os actantes do enunciado (*ele*), o espaço do enunciado (*algures*) e o tempo do enunciado (*então*). Cabe lembrar que o *algures* é um ponto instalado no enunciado; da mesma forma, o *então* é um marco temporal inscrito no enunciado, que representa um tempo zero, a que se aplica a categoria topológica *concomitância vs. não concomitância*.

Rubião fitava a enseada – eram oito horas da manhã. Quem o visse, com os polegares metidos no cordão do chambre, à janela de uma grande casa de Botafogo, cuidaria que ele admirava aquele pedaço de água quieta. (MA, I, p.643)

O texto principia com uma debreagem actancial enunciativa, quando nele se estabelece o actante do enunciado, Rubião. O verbo *fitar*, no pretérito imperfeito do indicativo, indica uma ação concomitante em relação a um marco temporal pretérito instituído no texto (eram oito horas da manhã). Como o tempo começa a ordenar-se em relação a uma demarcação constituída no texto, a debreagem temporal é enunciativa. Aliás, o *visse* que vem a seguir está relacionado não a um *agora*, mas a um *naquele momento*, o que corrobora a enunciativa. O espaço estabelecido no texto não é o *aqui* da enunciação, é um ponto marcado no texto, *à janela de uma grande casa de Botafogo*.

A debreagem enunciativa e a enunciativa criam, em princípio, dois grandes efeitos de sentido: de subjetividade e de objetividade. Com efeito, a instalação dos simulacros

do *ego-hic-nunc* enunciativos, com suas apreciações dos fatos, constrói um efeito de subjetividade. Já a eliminação das marcas de enunciação do texto, ou seja, da enunciação enunciada, fazendo que o discurso se construa apenas como enunciado enunciado, produz efeitos de sentido de objetividade. Como o ideal de ciência que se constitui a partir do positivismo é a objetividade, o discurso científico tem como uma de suas regras constitutivas a eliminação de marcas enunciativas, ou seja, aquilo a que se aspira no discurso científico é construir um discurso só com enunciados.

Há também debreagens internas, freqüentes no discurso literário e também na conversação ordinária (Greimas & Courtés, 1979, p.80). Trata-se do fato de que um actante já debreado, seja ele da enunciação ou do enunciado, se torne instância enunciativa, que opera, portanto, uma segunda debreagem, que pode ser enunciativa ou enunciva. É assim, por exemplo, que se constitui um diálogo: com debreagens internas, em que há mais de uma instância de tomada da palavra. Essas instâncias são hierarquicamente subordinadas umas às outras: o *eu* que fala em discurso direto é dominado por um *eu* narrador que, por sua vez, depende de um *eu* pressuposto pelo enunciado. Em virtude dessa cadeia de subordinação, diz-se que o discurso direto é uma debreagem de 2º grau. Seria de 3º, se o sujeito debreado em 2º grau fizesse outra debreagem. Embora esse processo possa ser teoricamente infinito, é quase impossível, por razões práticas, como a limitação da memória, que ele ultrapasse o 3º grau e é muito difícil que vá além do 2º.

Passemos agora à explicitação do conceito de embreagem.

Ao contrário da debreagem, que é a expulsão fora da instância de enunciação da pessoa, do espaço e do tempo do enunciado, a embreagem é "o efeito de retorno à enunciação", produzido pela neutralização das categorias de pessoa e/ou espaço e/ou tempo, assim como pela denegação da instância do enunciado.

Como a embreagem concerne às três categorias da enunciação, temos, da mesma forma que no caso da debreagem, embreagem actancial, embreagem espacial e embreagem temporal.

A embreagem actancial diz respeito à neutralização na categoria de pessoa. Toda embreagem pressupõe uma debreagem anterior. Quando o presidente diz "O presidente da República julga que o Congresso Nacional deve estar afinado com o plano de estabilização econômica", formalmente temos uma debreagem enunciva (um *ele*). No entanto, esse *ele* significa *eu*. Assim, uma debreagem enunciativa (instalação de um *eu*) precede à embreagem, a saber, a neutralização da oposição categórica *eu/ele* em benefício do segundo membro do par; o que denega o enunciado. Denega justamente porque o enunciado é afirmado com uma debreagem prévia (ver todas as questões relativas à embreagem em Greimas & Courtés, 1979, p.119-21).⁵ Negar o enunciado estabelecido é voltar à instância que o precede e é pressuposta por ele. Por conseguinte, obtém-se na embreagem um efeito de identificação entre sujeito do

⁵ A embreagem aproxima-se do que a retórica clássica chamava *enálage*, isto é, a possibilidade de usar formas lingüísticas com valor deslocado em relação a seu valor usual (Lausberg, 1966; 1976).

enunciado e sujeito da enunciação, tempo do enunciado e tempo da enunciação, espaço do enunciado e espaço da enunciação.

Vejamos mais um exemplo de debreagem actancial em que o *tu* é substituído por um *ele*:

Disto resultou que o curador de cobra quase afinou a canela de tanto levar e trazer recado. Sua caixa de peçonha andava de um lado a outro como o ventão dos agostos. E o caso ganhou substância, foi tão falado e refalado, que Juju Bezerra, da intimidade de Caetano de Melo, veio ao Sobradinho em missão de harmonia:

– Que é isso, amigo Ponciano? Que cobra mordeu o coronel? (CL, p.122)

O vocativo *amigo Ponciano* é uma debreagem actancial enunciativa, pois introduz um *tu* no enunciado. Quando ele diz “*Que cobra mordeu o coronel?*”, o coronel não é um *ele*, mas um *tu*, em vista da neutralização dos dois termos, o enunciativo e o enuncivo.

Você *lá*, que é que está fazendo no meu quintal?

A embreagem espacial concerne a neutralizações na categoria de espaço. *Lá* está, nessa frase, empregado com o valor de *aí*, espaço do enunciatário. Esse uso estabelece uma distância entre os actantes da enunciação, mostrando que a pessoa a quem o enunciador se dirige foi colocada fora do espaço da cena enunciativa.

A embreagem temporal diz respeito a neutralizações na categoria de tempo. Tomemos como exemplo o poema *Profundamente*, de Manuel Bandeira:

Quando ontem adormeci
Na noite de São João
Havia alegria e rumor
Estrondo de bombas luzes de Bengala
Vozes cantigas e risos
Ao pé das fogueiras acesas

No meio da noite despertei
Não ouvi mais vozes nem risos
Apenas balões
Passavam errantes
Silenciosamente
Apenas de vez em quando
O ruído de um bonde
Cortava o silêncio
Como um túnel.
Onde estavam os que há pouco
Dançavam
Cantavam
E riam
Ao pé das fogueiras acesas?

-- Estavam todos dormindo
Estavam todos deitados
Dormindo
Profundamente

Não pude ver o fim da festa de São João
Quando eu tinha seis anos
Porque adormeci

Hoje não ouço mais as vozes daquele tempo
Minha avó
Meu avô
Totônio Rodrigues
Tomásia
Rosa
Onde estão todos eles?

-- Estão todos dormindo
Estão todos deitados
Dormindo
Profundamente. (MB, p.217-8)

Quando chegamos à segunda parte, compreendemos que *ontem é na véspera do dia de São João do ano em que o poeta tinha seis anos (naquele tempo)*. Essa neutralização entre o tempo enunciativo *ontem* e o tempo enuncivo *na véspera*, em benefício do primeiro, é um recurso para presentificar o passado, reviver o que aconteceu naquela noite de São João, em que o poeta adormece e vive, no tempo antes, rumor e alegria e, no tempo depois, silêncio. Nessa noite, à vigília do poeta corresponde o sono profundo dos que tinham dançado, cantado e rido ao pé das fogueiras acesas.

Ao debravar enuncivamente *a véspera da festa de São João*, no início da segunda parte, o poeta afasta o que revivera, transformando essa revivescência em lembrança. Nos termos de Benveniste, a primeira parte deixou de ser discurso, ou seja, vida e passou a ser história. Há então uma debreagem enunciativa e volta-se para a vida presente. À vigília de outrora corresponde a vida de hoje; ao silêncio de antanho corresponde a não vida hodierna. O poeta está vivo e só, pois todos os que ele amava estão mortos e enterrados (*dormindo e deitados*).

A embreagem temporal resgatou o tempo das brumas da memória e recolocou-o lá novamente.

Dizem Greimas & Courtés que a embreagem, ao mesmo tempo, apresenta-se como um desejo de alcançar a instância da enunciação e

como o fracasso, como a impossibilidade de atingi-la. As duas "referências" com cuja ajuda se procura sair do universo fechado da linguagem, prendê-la a uma exterioridade outra – a referência

ao sujeito (à instância de enunciação) e a referência ao objeto (ao mundo que cerca o homem enquanto referente) – no fim das contas, só chegam a produzir ilusões: a ilusão referencial e a ilusão enunciativa. (1979, p.120)

Os exemplos dados acima são de *embreagem homocategórica*, que ocorre “quando a debreagem e a embreagem que a segue afetam a mesma categoria, a de pessoa, a do espaço ou a do tempo” (Greimas & Courtés, 1979, p.121). A embreagem em que as categorias presentes na debreagem e na embreagem subsequente são distintas é chamada *embreagem heterocategórica*:

Eu sou eu mesmo a minha pátria. A pátria de que escrevo é a língua em que por acaso de gerações nasci. (Jorge de Sena, *Poesias III*)

A verdadeira pátria do homem é a infância. (Scorza)

... o pintor transferiu-se para o exílio voluntário. (...) “Eu sou o momento”, garantia então, quando realizava um Auto-retrato em Milão... (apud Lúcia Teixeira, T2)

No primeiro caso, instalado o *eu* na debreagem, o predicativo deveria conter um termo com o traço /pessoa/. No entanto, neutralizam-se pessoa e lugar, em proveito do último. No segundo caso, a debreagem determinaria um predicativo com termo designativo de lugar. Entretanto, neutralizam-se lugar e tempo em proveito do último. No terceiro, a neutralização dá-se entre pessoa e tempo. Assim pessoa e lugar confundem-se, tempo e espaço enleiam-se, pessoa e tempo misturam-se quase que numa percepção sinestésica do mundo.

Um excelente exemplo de embreagem heterocategórica é o uso, muito frequente em português, de uma medida temporal para indicar uma medida espacial.

Fica a três horas de carro daqui.

É preciso ainda distinguir entre *embreagem enunciativa* e *enunciva*. Aquela ocorre quando o termo debreante é tanto enunciativo como enuncivo, mas o embreante é enunciativo. Assim, por exemplo, num *outdoor*, em Minas Gerais, a frase “Em Minas, o futuro é agora” debreia a posterioridade enunciativa e nega-a com a concomitância enunciativa, em benefício da última. A embreagem é enunciativa porque é um elemento do sistema enunciativo que resta no enunciado.

Chama-se embreagem enunciva aquela em que o termo debreante pode ser enunciativo ou enuncivo, mas o termo embreante é enuncivo:

Encurtando, aconselhei o major a fazer a ceata com a menina de suas paixões em recinto de conhaque e beberetes:

– Como no Taco de Ouro, seu compadre. Para esses preparativos não tem como o Taco de Ouro.

Que procurasse o Machadinho, um de costeleta escorrida até perto do queixal, que logo aparecia mesa bem encravada no escurinho.

– Nem o major precisa abrir a boca. Machadinho vendo a cara pintada da peça, sabe no imediato que é negócio sem-vergonhista. (CL, p.173)

A primeira fala do narrador e a debreagem interna de 2º grau indicam que a pessoa com quem o coronel falava era o major. Ocorre, portanto, uma debreagem enunciativa. Quando o coronel diz *o major*, temos um *ele* (termo enuncivo) a ocupar o lugar do *tu*. Portanto, trata-se de uma embreagem enunciva.

A embreagem pode ainda classificar-se em *externa*, quando produzida por uma instância enunciativa pressuposta pelo enunciado, e *interna*, quando feita por uma instância enunciativa já inscrita no enunciado:

Escorregava do rosto de Juju Bezerra admiração pela maestria deste Ponciano Azeredo Furtado no manobrar gente da ribalta. Ponderou que isso é que era falar certo, mostrar o dedo da sabença:

- É o que eu digo. Não há como o coronel para uma demanda no Foro ou uma prática de safadeza. (CL, p.173)

A partir de uma instância pressuposta, faz-se a debreagem actancial enunciativa *eu e*, em seguida, efetua-se a embreagem enunciva, neutralizando-se 1ª e 3ª pessoas, em proveito da última. Assim, *pela maestria deste Ponciano de Azeredo Furtado* significa *pela minha maestria*. Trata-se, nesse caso, de uma embreagem externa. No segundo caso, em que *o coronel* significa *tu*, a embreagem é efetuada por uma instância do enunciado (Juju Bezerra) a quem foi delegada a palavra. Temos aqui o exemplo de uma embreagem interna.

A embreagem, ao contrário da debreagem, que referencializa as instâncias enunciativas e enuncivas a partir de que o enunciado opera, desreferencializa o enunciado que ela afeta (Greimas & Courtés, 1979, p.121). Observe-se o último exemplo dado acima. A embreagem faz que o coronel, que Juju Bezerra admirava, oscile entre a pessoa com quem se fala e a pessoa de quem se fala. É como se Juju não falasse com o coronel, mas com outros sobre o coronel. Essa desreferencialização faz que a admiração de Juju Bezerra se eleve ao mais alto grau, se exalce.

Os mecanismos de debreagem e de embreagem não pertencem a esta ou àquela língua, a esta ou àquela linguagem (a verbal, por exemplo), mas à linguagem pura e simplesmente. Da mesma forma, todas as línguas e todas as linguagens possuem as categorias de pessoa, espaço e tempo, que, no entanto, podem expressar-se diferentemente de uma língua para outra, de uma linguagem para outra.

No filme *La nave va*, de Fellini, a personagem que funciona como sujeito observador, ao piscar para a platéia, efetua uma debreagem actancial enunciativa, pois instaura o enunciatário no enunciado. Da mesma forma, quando *Tom Jones*, no filme do mesmo nome (Inglaterra, 1963, direção de Tony Richardson), joga o casaco na câmera para que o espectador não veja os seios da mulher que ele acabara de salvar das mãos de um soldado, ele desreferencializa o enunciado (é filme mesmo...), produzindo uma embreagem actancial, pois a debreagem primeira (Tom Jones do enunciado) passa a embreagem (Tom Jones instaura-se como *eu* pela constituição do *tu*).

No quadro *A catedral de Ruão*, de Claude Monet (1894), busca-se não o objeto, que permanece sempre imutável, mas a cambiante impressão que ele causa aos olhos

e à alma do artista. Assim, não há nesse quadro senão o esboço de um enunciado enunciado, enquanto há uma forte enunciação enunciada, uma vez que todos os traços são apreciações que remetem à instância enunciativa. O artista esforça-se por obter a instantaneidade (o *nunc*): quando o efeito luminoso muda, o quadro será outro. Assim, temos nele uma debreagem temporal enunciativa, em que se procura revelar a concomitância em relação ao momento da enunciação.

Na tela *A condição humana*, de Magritte, quando olhamos, vemos uma janela enquadrada por cortinas, pela qual se vê a paisagem exterior. Quando baixamos os olhos, percebemos que se trata de uma tela, pois aparecem as pernas do cavalete. Trata-se de um simulacro do ato enunciativo e de suas ilusões: a pintura mostra que o pintor pintou *x, y, z*. Temos, nesse caso, uma enunciação reportada.

Esses exemplos mostram que aquilo que se refere à instância da enunciação (debreagem, embreagem, enunciação enunciada, enunciação reportada, enunciado enunciado, enunciativo, enuncivo, *ego, hic et nunc*) constitui um conjunto de universais da linguagem. O que é particular a cada língua ou a cada tipo de linguagem são as maneiras de expressar esses universais.

Todos esses mecanismos produzem efeitos de sentido no discurso. Não é indiferente o narrador projetar-se no enunciado ou alhear-se dele; simular uma concomitância dos fatos narrados com o momento da enunciação ou apresentá-los como anteriores ou posteriores a ele; presentificar o pretérito; enunciar um *eu* sob a forma de um *ele* etc.

2 Enunciando o problema do conceito greimasiano de debreagem e de embreagem

Os conceitos de embreagem e de debreagem concernem, na teoria greimasiana, apenas à instância da enunciação. Greimas & Courtés, ao esboçar esses conceitos, partem da clássica distinção entre narrativas em 1ª e 3ª pessoas e consideram que há debreagem enunciativa, se o narrador se projetar no enunciado, e enunciva, quando essa projeção não se dá. Por conseguinte, esses mecanismos não servem para explicar as pessoas, os tempos e os espaços do enunciado enunciado, pois, num mesmo discurso, coexistem actantes da enunciação e do enunciado, bem como tempos e espaços enunciativos e enuncivos. Cabe lembrar que todos os tempos, as pessoas e os espaços do discurso organizam-se, direta ou indiretamente, em razão da instância enunciativa. Esse fato leva-nos a postular, para as categorias de espaço, de tempo e de pessoa, dois tipos diferentes de debreagem: uma debreagem da enunciação e uma do enunciado. Aquela cria uma enunciação enunciada, ao projetar no enunciado os actantes, o tempo e o espaço da enunciação, e um enunciado enunciado ou gera apenas um enunciado enunciado, deixando ausente do discurso a enunciação enunciada. A debreagem do enunciado estabelece actantes, espaço e tempo da enunciação

no enunciado enunciado, produzindo um efeito de identidade dessas três categorias na enunciação e no enunciado, ou, então, constitui uma não identidade entre elas. Esses dois tipos de debreagem não têm o mesmo estatuto, pois a do enunciado está subordinada à da enunciação, assim como o enunciado enunciado é hierarquicamente inferior à enunciação enunciada, já que, como mostra Manar Hamad (1983, p.35-46), esta participa do estabelecimento daquele. Com efeito, a debreagem que chamamos da enunciação engendra a enunciação enunciada e o enunciado enunciado. Dentro deste, opera-se a constituição dos efeitos de identidade e de diferença em relação àquela. Para aclarar a necessidade dessa distinção, analisemos mais detidamente o problema da debreagem e da embreagem actanciais.

3 Debreagem e embreagem actanciais

A postulação de dois níveis de debreagem implica o alargamento desse conceito greimasiano. No caso da pessoa, isso se deve ao fato de que não só a voz que enuncia está ligada à instância da enunciação, mas também as pessoas que designam os actantes da narrativa são indicadas em relação ao eu do narrador. Como há um nível da narração (enunciação) e um do narrado (enunciado), devem-se distinguir as pessoas da enunciação e do enunciado.

Tradicionalmente, costuma-se dizer que há duas formas de narrar: em primeira ou em terceira pessoa. Essa denominação é inadequada, pois a narração é sempre em primeira pessoa e, por conseguinte, "a escolha do romancista não é entre duas formas gramaticais, mas entre duas atitudes narrativas, de que as formas gramaticais são apenas consequência: fazer contar a história por uma de suas 'personagens' ou por um narrador estranho a ela" (Genette, 1972, p.252). Isso significa que a presença da primeira pessoa numa narrativa pode servir seja para designar o narrador como tal (por exemplo, em *Os Lusíadas*, o narrador designa-se como tal, dizendo: Cantando espalharei por toda parte,/ Se a tanto me ajudar o engenho e a arte. I, 2, p.7-8), seja para dizer que há uma identidade entre o narrador e um dos actantes da narrativa (por exemplo, *Brás Cubas*: Dito isto, *expirei*). O termo "narrativa em primeira pessoa" concerne só ao segundo caso. Como diz Genette, "essa dissimetria só confirma sua impropriedade" (1972, p.252). O que é importante ressaltar é que, por definição, só se pode narrar em primeira pessoa, já que é sempre um eu que fala.

Genette afirmava que a ausência do narrador é absoluta, mas a presença tem gradações, já que o narrador pode ser o herói da narrativa ou ter nela um papel secundário (1972, p.253). Em obra posterior, corrige essa posição, mostrando que também a ausência tem gradações (1983, p.71). Com efeito, basta pensarmos nos romances de que o narrador está totalmente ausente, deixando que os fatos se narrem por si mesmos, e aqueles em que um narrador intruso, mesmo sem dizer eu, comenta os acontecimentos, sublinha sua importância etc.

Por outro lado, é preciso distinguir, quando o *eu* designa uma personagem, dois *eu*, que Spitzer já denominava o *eu* narrante e o *eu* narrado, pois aquele tem um estatuto diferente deste. Em *Dom Casmurro*, aliás, essas duas instâncias têm nomes diferentes: Dom Casmurro é o actante da enunciação, Bentinho, o do enunciado. A narração tem a finalidade de unir esses dois *eu*:

O meu fim evidente era atar as duas pontas da vida, e restaurar na velhice a adolescência. (MA, I, p.810)

O primeiro era "recluso e calado", bem diferente do segundo, que era apaixonado. Barthes diz que "no romance, habitualmente, o *eu* é testemunha, o *ele* é que é ator". Em outras palavras, é necessário diferenciar um *eu* narrador e um *eu* participante dos acontecimentos: um é o *eu* do *agora*; o outro, o do *então*. Observe-se o seguinte texto:

Eram felizes, e foi o marido que primeiro arrolou as qualidades novas de Tristão. A mulher deixou-se ir no mesmo serviço, e eu tive de os ouvir com aquela complacência, que é uma qualidade minha, e não das novas. Quase que a trouxe da escola, se não foi do berço. Contava minha mãe que eu raro chorava por mama; apenas fazia uma cara feia e implorativa. Na escola não briguei com ninguém, ouvia o mestre, ouvia os companheiros, e se alguma vez estes eram extremados e discutiam, eu fazia da minha alma um compasso, que abria as pontas aos dous extremos. Eles acabavam esmurrando-se e amando-me.

Não quero elogiar-me... Onde estava eu? Ah! no ponto em que os dous velhos diziam das qualidades do moço. (MA, I, p.1151)

O narrador faz um elogio a si mesmo. Depois, instala um *eu* ator numa anterioridade. Com uma preterição (*Não quero elogiar-me...*), ele volta a retomar o *eu* da narração, que fora substituído pelo *eu* ator.

Se temos que distinguir um narrador "neutro" de um "intruso", personagens identificadas ou não com o narrador, um *eu* narrante e um *eu* narrado, temos, então, quatro tipos de *debreagem* actancial:

a) *debreagem enunciativa da enunciação*: quando os actantes da enunciação estão projetados no enunciado, quer no caso em que aparece um narrador "intruso" considerado de terceira pessoa, mas que diz *eu*, quer quando há um narrador dito de primeira pessoa (evidentemente, naquilo que diz respeito à enunciação enunciada e não ao enunciado enunciado).

No primeiro caso, temos o narrador de *Quincas Borba*, que se enuncia no enunciado e aí instala um narratário, embora não participe da ação.

Não, senhora minha, ainda não acabou este dia tão comprido; não sabemos o que se passou entre Sofia e Palha, depois que todos se foram embora. Pode ser até que acheis aqui melhor sabor que no caso do enforcado.

Tende paciência; é vir agora outra vez a Santa Tereza. (MA, I, p.681)

No segundo, temos, por exemplo, o narrador de *Dom Casmurro*.

Entretanto, vida diferente não quer dizer vida pior; é outra coisa. A certos respeito, aquela vida antiga aparece-me despida de muitos encantos que lhe achei; mas é também exato que perdeu muito espinho que a fez molesta, e, de memória, conservo alguma recordação doce e feiticeira. Em verdade, pouco apareço e menos falo. Distrações raras. O mais do tempo é gasto em hortar, jardinar e ler; como bem e não durmo mal. (MA, I, p.810)

Nesse caso, o presente da narração mostra que se trata da enunciação enunciada. Por conseguinte, aqui o eu é o eu narrador.

b) *debreagem enunciva da enunciação*: quando os actantes da enunciação não estiverem projetados no enunciado, como no caso, por exemplo, de *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo.

c) *debreagem enunciativa do enunciado*: quando o narrador se identifica com uma das personagens, naquilo que concerne ao enunciado enunciado, ou seja, ao eu actante da narrativa. Por exemplo, quando se narram as peripécias de Bentinho, em *Dom Casmurro*. Observe-se que os fatos narrados são anteriores ao tempo da narração:

La entrar na sala de visitas, quando ouvi proferir o meu nome e escondi-me atrás da porta. A casa era a da Rua de Mata-cavalos, o mês novembro, o ano é que é um tanto remoto ...; o ano era de 1857. (MA, I, p.811)

d) *debreagem enunciva do enunciado*: quando se faz referência a qualquer actante da narrativa que não se identifica com o narrador, seja em romances ditos em primeira pessoa, como, por exemplo, em *Dom Casmurro*:

Eis aqui outro seminarista. Chamava-se Ezequiel de Souza Escobar. Era um rapaz esbelto, de olhos claros, um pouco fugitivos, como as mãos, como os pés, como a fala, como tudo. Quem não estivesse acostumado com ele podia acaso sentir-se mal, não sabendo por onde lhe pegasse. (MA, I, p.868)

seja em textos ditos em 3ª pessoa, como em *O senhor embaixador*, de Érico Veríssimo:

Entre as muitas preocupações que disputavam a atenção de Clare Ogilvy naquela manhã de abril, a maior era a de fazer que o novo embaixador chegasse à Casa Branca na hora marcada. Michel telefonara-lhe havia pouco, comunicando que seu patrão desejava deixar a residência às dez e meia em ponto. (SE, p.40)

É preciso lembrar mais uma vez que a *debreagem* da enunciação e a do enunciado não têm o mesmo estatuto, pois esta é subordinada àquela. De fato, a *debreagem* da enunciação engendra a enunciação enunciada e o enunciado enunciado e, então, no enunciado enunciado instaurado, operam as *debreagens* do enunciado.

Estão instalados no enunciado os actantes da enunciação e do enunciado. Tudo está claro. O narrador é sempre um *eu*, que se enuncia ou não; as personagens são o *eu*, o *tu* ou o *ele*. No entanto, nem tudo é tão simples. As relações entre as pessoas neutralizam-se, são flutuantes e intercambiáveis. Isso cria o que Genette (1972, p.254) chamaria uma “vertigem pronominal”, ligada à idéia de que a “personalidade” é mais complexa do que parece à primeira vista. Nessa vertigem, os pontos de demarcação oferecidos pelo sistema da língua tomam-se pouco nítidos, vagos, incertos. Saímos do domínio da língua e entramos no do discurso. A embreagem toma o lugar da debreagem.

Além da neutralização actancial num nível microtextual, podem-se neutralizar os actantes ou denegar o enunciado num nível macrotextual. Essas neutralizações e denegações dizem respeito à relação entre a instância da narração e a do narrado. Por isso, o que está em questão não são pontos localizados do texto, mas a globalidade do discurso. Nesse caso, teríamos como que macroembreagens. Há duas formas de realizá-las: o narrador apresentar-se sob a forma de uma pessoa com o valor de outra ou, então, mudar os actantes de nível narrativo. No primeiro caso, se elas concernem ao narrador em sua relação com o que é relatado, há três possibilidades de embreagens.

1 A primeira possibilidade é a de um *ele* que significa *eu*. Nesse caso, o narrador, que se identificaria com um actante da narrativa, não se enuncia como *eu*, mas usa a terceira pessoa para referir-se a si mesmo, como se fosse apenas um actante da narrativa.

O caso mais célebre de uma obra em que o *ele* é usado com o valor de *eu* é o *De Bello Gallico*, de César. Ao longo de toda a obra, em que se narra a guerra contra os gauleses, César não se diz *eu*, mas *César*. Butor mostra o alcance político extraordinário dessa embreagem (1964, p.69).

L. Domitio, Ap. Claudio consulibus descendens ab hibernis Caesar in Italiam, ut quotannis facere conseruat, legatis imperat quos legionibus praefecerat, uti, quam plurimas possent, hieme naves aedificandas veteresque reficiendas curarent.(V, 1)⁶

2 A segunda é a de um *eu* que significa *ele*. Ela ocorre, quando o actante que vem dizendo *eu* passa a ser tratado por *ele* no mesmo nível narrativo. É o caso de *Esaú e Jacó*, de Machado de Assis. Na advertência, o narrador primeiro explica que, “quando o Conselheiro Aires faleceu, acharam-se-lhe na secretária sete cadernos manuscritos, rijamente encadernados em papelão”; que o sétimo trazia o título “Último”. Em seguida, diz que ele não fazia parte do memorial, “diário que o

6 Sendo cônsules Lúcio Domício e Ápio Cláudio, César, partindo dos quartéis de inverno para a Itália, como costumava fazer todos os anos, ordena aos lugares-tenentes que pusera à frente das legiões que cuidem para que no inverno se construa o maior número possível de naves e para que se consertem as velhas.

Conselheiro escrevia desde muitos anos e era matéria dos seis"; era uma narrativa e, posto que figurem nela "o próprio Aires, com seu nome e título de conselho, e, por alusão, algumas aventuras, nem assim deixava de ser a narrativa estranha à matéria dos seis cadernos". Nestes "tratava de si", o que pressupõe que naquela não (MA, I, p.946). Cria-se aqui uma situação curiosa: na medida em que Aires é instalado no enunciado como produtor de uma narrativa e participa dela, deveria ser considerado narrador. No entanto, o próprio narrador primeiro, ao mostrar que Aires figura na narrativa com seu nome e título, deixa claro que o narrador não se identifica com nenhuma personagem. Temos, então, um narrador dito em terceira pessoa. Não poderia ser diferente, já que o observador em sincretismo com o narrador tem uma visão total, é onisciente. Veja-se, por exemplo, o seguinte trecho:

Natividade ia pensando na cabocla do Castelo, na predição da grandeza e da notícia da briga. Tornava a lembrar-se que, de fato, a gestação não fora sossegada; mas só lhe ficava a sorte da glória e da grandeza. A briga lá ia, se a houve, o futuro, sim, esse é que era o principal ou tudo. Não deu pela praia de Santa Luzia. (MA, I, p.953)

Uma narrativa dita em primeira pessoa obrigaria a uma focalização interna. Por outro lado, no entanto, o narrador enuncia-se ao longo da narrativa e comenta os acontecimentos e a própria narração.

Não me peças a causa de tanto encolhimento no anúncio e na missa, e tanta publicidade na carruagem, lacaio e libré. Há contradições explicáveis. Um bom autor, que inventasse a sua história, ou prezasse a lógica aparente dos acontecimentos, levaria o casal Santos a pé ou em caleça de praça ou de aluguel; mas eu, amigo, eu sei como as cousas se passaram, e refiro-as tais quais. Quando muito, explico-as, com a condição de que tal costume não pegue. Explicações comem tempo e papel, demoram a ação e acabam por enfadar. O melhor é ler com atenção.

Quanto à contradição de que se trata aqui, é de ver que naquele recanto de um larguinho modesto, nenhum conhecido daria com eles, ao passo que eles gozariam do assombro local; tal foi a reflexão de Santos, se se pode dar semelhante nome a um movimento interior que leva a gente a fazer antes uma cousa que outra. (MA, I, p.955)

Para poder intrometer-se no enunciado e não focalizar internamente os acontecimentos, o narrador Aires opera uma embreagem, denegando o que estava enunciado, o *eu* torna-se *ele*.

Aires soube daquela conclusão no dia seguinte, por um deputado, seu amigo, que morava em uma das casas de pensão do Catete. Tinha ido almoçar com ele, e, em conversação, como o deputado soubesse das relações de Aires com os dous colegas, contou-lhe o ano anterior e o presente, a mudança radical e inexplicável. Contou também a opinião da Câmara.

Nada era novidade para o conselheiro, que assistira à ligação e desligação dos dous gêmeos. Enquanto o outro falava, ele ia remontando os tempos e a vida deles, recompondo as lutas, os contrastes, a aversão recíproca apenas disfarçada, apenas interrompida por um motivo mais forte, mas persistente no sangue, como necessidade virtual. Não lhe esqueceram os pedidos da mãe, nem a ambição desta em os ver grandes homens. (MA, I, p.1093)

O narrador Aires, ao negar-se como narrador enunciado, finge colocar-se em outro nível enunciativo, o de autor, o que lhe permite, com toda a liberdade, entrar em sincretismo com um observador onisciente. Por quê? No perfil que o narrador traça de Aires, ou ainda, de si mesmo, está a resposta:

Foi o que ele leu nos olhos parados. É ler muito, mas os bons diplomatas guardam o talento de saber tudo o que lhes diz um rosto calado, e até o contrário. Aires fora diplomata excelente, apesar da aventura de Caracas, se não é que essa mesmo lhe aguçou a visão de descobrir e encobrir. Toda a diplomacia está nestes dous verbos parentes. (MA, I, p.1070)

3 A terceira possibilidade é a de um *tu* com valor de *eu*. Não se trata de o narrador tratar-se por *tu*, em pontos localizados do texto, como o faz muitas vezes Aires, no *Memorial*. É o caso raríssimo de o narrador dirigir-se a si mesmo como *tu* ao longo de quase toda a obra. É o que ocorre no romance *La modification*, de Michel Butor. Nele, um homem, Léon Délmont, diretor em Paris do escritório francês da fábrica de máquinas de escrever Scabelli, faz um exame de consciência, pensando em seu presente e em seus projetos, meditando sobre seu passado, fechado num compartimento de 3ª classe, durante as vinte e quatro horas da viagem Paris-Roma. Aos quarenta anos, Léon tem um apartamento na Praça do Panteão, três filhos, uma mulher correta, "burguesa" e indiferente. Em Roma, aonde vai com frequência para receber as determinações da matriz, tem uma amante, Cecília, que trabalha como secretária do adido militar francês. Léon toma a 3ª classe do expresso diurno em lugar da 1ª classe do rápido noturno, porque, desta vez, a viagem é paga de seu bolso, uma vez que vai a Roma para convencer Cecília a ir morar com ele em Paris, pois vai dar início a uma ação de divórcio. Na verdade, não se trata de uma verdadeira meditação, pois Léon não reflete sobre os motivos de suas ações ou dos outros, mas em sua mente passam imagens: "lembranças e projetos são imagens sucessivas de Roma que se superpõem; várias visões de Roma misturadas a várias de Paris" (Albérès, 1964, p.73). A modificação é a descoberta de que "transplantada para Paris e vindo a ser sua companheira, Cecília perderá seu encanto; assim como, se ela não fornecer mais a ocasião de uma fuga amorosa, Roma também perderá seu charme" (p.74). Por isso, Léon decide voltar para sua mulher. No livro, há uma luta de imagens, figurativizadas por duas cidades, Paris e Roma. Léon não oscila entre duas mulheres, mas entre duas cidades (p.74-5).

O narrador refere-se a si mesmo como *vous*

Mardi prochain, lorsque vous serez arrivé à Paris, quinze place du Panthéon, dès qu'elle vous aura vu elle saura que ses craintes, que vos désirs vont se réaliser; il ne sera besoin de le lui dire, il n'y aura pas moyen de le lui cacher, et à ce moment-là elle fera tout pour vous arracher des détails, elle vous demandera quand Cécile doit arriver, mais cela, vous ne le savez pas vous-même, vous ne le saurez pas encore à ce moment-là, vous lui direz que vous n'en savez rien, ce qui sera la vérité pure, mais justement elle ne vous croira pas, elle vous harcèlera de questions parlées ou muettes, et il n'y aura qu'un moyen pour vous d'en sortir, ce sera de lui expliquer point par point comment se sont passées les choses. (MO, p.161)

O uso da segunda pessoa faz do leitor um Léon Délmont, que fala a si mesmo, embalado pelo movimento do trem (p.68). É o narratário que o narrador questiona, convidando-o a uma meditação, pois sua vida, como a de tantos outros burgueses, contém o drama banal da existência de Léon.

Uma outra forma de realizar macroembreagens é efetuar a passagem de um actante de um nível narrativo a outro, pois, assim, a ilusão referencial esboroa-se. A semiótica distingue três níveis enunciativos (o do enunciador/enunciatário; o do narrador/narratário; o do interlocutor/interlocutário) e ainda mostra que o último pode ser desdobrado em diferentes graus. É preciso considerar que uma “pessoa” pode passar de um nível a outro, ou de um grau a outro, como acontece no filme *A rosa púrpura do Cairo*, em que uma personagem do filme primeiro entra no filme segundo, onde vive uma história de amor com o galã, ou num programa da Rede Globo denominado *Nunca houve uma mulher como Gilda*, exibido em dezembro de 1993, em que as personagens, a todo momento, transitavam de um grau narrativo para outro. A esse fenômeno Genette chamou *metalepse*, termo tirado da retórica clássica, que designa o fato de dizer que o narrador ou o autor praticam o que está sendo narrado. Por exemplo, observe-se o que diz o narrador de *Jacques le fataliste et son maître*, de Denis Diderot:

Vous voyez, lecteur, que je suis en beau chemin, et qu'il ne tiendrait qu'à moi de vous faire attendre un an, deux ans, trois ans, le récit des amours de Jacques, en le séparant de son maître et en leur faisant courir à chacun tous les hasards qu'il me plairait. Qu'est-ce qui m'empêcherait de marier le maître et de le faire cocu? d'embarquer Jacques pour les îles? d'y conduire son maître? de les ramener tous les deux en France sur le même vaisseau? Qu'il est facile de faire des contes! Mais ils en seront quittes l'un et l'autre pour une mauvaise nuit, et vous pour ce délai. (JF, 21-p.2)

Para nós, essas metalepses estão sendo consideradas embreagens. Temos a seguinte gama de possibilidades:

a) O narrador apresenta-se como enunciador.

O narrador de *Quincas Borba* diz:

Este Quincas Borba, se acaso me fizeste o favor de ler as *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, é aquele mesmo náufrago da existência, que ali aparece, mendigo, herdeiro inopinado, e inventor de uma filosofia. Aqui o tens agora em Barbacena. (MA, I, p.644)

Ao mencionar outra obra do mesmo autor como sua, o narrador confunde os níveis do enunciador e do narrador, isto é, o narrador coloca-se como enunciador.

b) O narrador coloca o narratário no mesmo nível dos actantes da narrativa. O narratário conversa com eles, conhece-os, participa da ação etc. Veja-se este exemplo extraído do conto *Linha reta e linha curva*, de Machado de Assis:

Era em Petrópolis, no ano de 186... Já se vê que a minha história não data de longe. É tomada dos anais contemporâneos e dos costumes atuais. Talvez algum dos leitores conheça até as personagens que vão figurar neste pequeno quadro. Não será raro que, encontrando uma delas amanhã, Azevedo, por exemplo, um dos meus leitores exclame:

- Ah! cá vi uma história em que se falou de ti. Não te tratou mal o autor. Mas a semelhança era tamanha, houve tão pouco cuidado em disfarçar a fisionomia, que eu, à proporção que voltava a página, dizia comigo: É o Azevedo, não há dúvida. (MA, II, p.117)

c) O narratário torna-se narrador primeiro, na medida em que recolhe uma narração oral ou recebe um texto dirigido a ele e o edita. É o que acontece em *Lucíola*, em que Paulo narra sua história a uma senhora cujas iniciais são *G. M.*, para explicar-lhe por que tem tanta indulgência pelas prostitutas, já que ela estranhara essa sua atitude na última vez em que estiveram juntos. O narratário reúne as cartas e faz um livro. Numa nota *ao autor* explica a razão do nome do livro e discute a questão da moralidade ou não da narrativa.

d) Um actante da narrativa primeira entra na narrativa segunda ou vice-versa, como no exemplo citado de *A rosa púrpura do Cairo* ou em *Continuidad de los Parques*, em *Final de juego*, de Cortázar, em que um homem é assassinado por uma personagem de um romance que está lendo.

e) O narrador pode instalar-se na narrativa, quando, jogando com a temporalidade da narração e do narrado, preenche os "vazios" da história com explicações, como se a narração fosse concomitante aos acontecimentos. Em *Ilusões perdidas*, de Balzac, há a seguinte passagem:

Enquanto o venerável eclesiástico sobe as encostas de Angoulême, não será inútil explicar a trama de interesses em que vai meter os pés. (CH, VII, p.433)

As fronteiras dos níveis são móveis. Ultrapassá-las, misturar os graus, fazer de um actante de um nível actante do outro produzem um efeito de sentido de ficção, de metarrealidade, de liberação das rígidas convenções miméticas. Afinal, ficção é fingimento, é o processo pelo qual o homem tem o poder criador atribuído pelo mito à divindade. Com a palavra, cria outras realidades tão reais quanto aquela que recebe essa denominação.

FIORIN, J. L. The split person. *Alfa (São Paulo)*, v. 39, p.23-44, 1995.

- **ABSTRACT:** Greimas claims that there are two mechanisms by which the enunciator establishes persons, spaces and times in the enunciate: shifting out and shifting in. These concepts were only sketched by the French semiotician. After making explicit and illustrating these two enunciating procedures, this paper discusses them in order to show that to explain the use of times, persons and spaces in a text it is necessary to split them in two levels: narration and narrated. It also examines closely the actantial mechanisms of shifting in and shifting out.
- **KEYWORDS:** Enunciation; shifting out; shifting in; person.

Referências bibliográficas

- 1 ALBÉRÈS, R. M. *Michel Butor*. Paris: Editions Universitaires, 1964.
- 2 BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1966. v.I.
- 3 _____. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1974. v.II.
- 4 BUTOR, M. *Répertoire II. Études et conférences 1959-1963*. Paris: Minuit, 1964.
- 5 COQUET, J. L'implicite de l'énonciation. *Langages (Paris)*, v.70, p.9-14, jun. 1983.
- 6 COURTÈS, J. *Sémantique de l'énoncé: applications pratiques*. Paris: Hachette, 1989.
- 7 CULIOLI, A. Sur quelques contradictions en linguistique. *Communications (Paris)*, v.20, p.83-91, maio, 1973.
- 8 DANON-BOILEAU, L. *Produire le fictif*. Paris: Klincksieck, 1982.
- 9 FUCHS, C. Variations discursives. *Langages (Paris)*, v.70, p.15-33, jun. 1983.
- 10 GENETTE, G. *Figures III*. Paris: Seuil, 1972.
- 11 _____. *Nouveau discours du récit*. Paris: Seuil, 1983.
- 12 GREIMAS, A. J., COURTÈS, J. *Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris: Hachette, 1979. v.I.
- 13 HAMAD, M. L'énonciation: procès et systèmes. *Langages (Paris)*, v.70, p.35-46, jun. 1983.
- 14 JAKOBSON, R. *Essais de linguistique générale*. Paris: Minuit, 1963.
- 15 LAUSBERG, H. *Elementos de retórica literária*. Lisboa: Gulbenkian, 1966.
- 16 _____. *Manual de retórica literária*. Madrid: Gredos, 1976. v.II.
- 17 ORECCHIONI, C. K. *L'énonciation. De la subjectivité dans le langage*. Paris: Armand Colin, 1980.
- 18 PARRET, H. *Enunciação e pragmática*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- 19 SIMONIN-GRUMBACH, J. Para uma tipologia dos discursos. In: JAKOBSON, R. et al. *Língua, discurso e sociedade*. São Paulo: Global, 1983.
- 20 WEINRICH, H. *Le temps*. Paris: Seuil, 1973.

Corpus

- CCI. *Caixa de cimento*, C. H. Escobar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- CH. *A comédia humana*. Honoré de Balzac. 9.ed. São Paulo: Globo, 1990. v.VII.
- CL. *O coronel e o lobisomem*. José Cândido de Carvalho. 8.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.
- GD. *Poesia*. Gonçalves Dias. 4.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1967.
- JF. *Jacques le fataliste et son maître*. Denis Diderot. Paris: Presses Pocket, 1989.
- LT. *As cores do discurso*. Lúcia Teixeira. Tese de doutoramento, FFLCH-USP, 1994.
- MA. *Obra completa*. Machado de Assis. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1979. v.I, II, III.
- MB. *Poesia completa e prosa*. Manuel Bandeira. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1983.

- MC. *Memórias do cárcere*. Graciliano Ramos. 7.ed. São Paulo: Martins, 1972. v.I.
- MO. *La modification*. Michel Butor. Paris: Minuit, 1957.
- NR. *O nome da rosa*. Umberto Eco. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- SE. *Senhor embaixador*. Érico Veríssimo. 2.ed. Porto Alegre: Globo, 1967.

O "EU" NO DISCURSO DO "OUTRO" OU A SUBJETIVIDADE MOSTRADA

Sírio POSSENTI¹

- **RESUMO:** Como resultado da conjunção do estruturalismo com a psicanálise e o marxismo, a chamada Análise do Discurso Francesa passou a dar grande destaque à presença do O/outro no discurso, colocando em segundo plano, quando não anulando, a presença do eu. Além disso, a invocação da presença do eu no discurso tem, para a maioria dos analistas do discurso daquela corrente, um sabor de concessão a teses da pragmática, na qual as intenções e o conhecimento do sujeito falante têm um papel relevante, papel que a Análise do Discurso Francesa nega a qualquer instância individual. Este trabalho, aceitando as premissas da Análise do Discurso Francesa, apresenta um conjunto de exemplos a partir dos quais se postula que a presença do outro não pode eliminar a necessidade de invocar também o trabalho do sujeito falante. Os dados analisados são basicamente textos curtos, de efeito humorístico.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Heterogeneidade; sujeito; trabalho lingüístico; humor; texto de origem; intertextualidade.

Este texto, principalmente no título, é um trocadilho um pouco irônico. Obviamente. Mas, talvez seja preciso dizê-lo, para evitar algumas inferências, certas interpretações e outros tantos mal-entendidos. Mas, é irônico apenas em parte. É o que espero mostrar com os argumentos e os dados que apresentarei a seguir. Uma determinada conjunção de um certo estruturalismo, de uma certa psicanálise² e de uma certa teoria da ideologia, na qual é nitidamente dominante o primeiro ingrediente, isto é, o estruturalismo, que informa os outros dois (ver Deleuze, 1974), conjunção que é a responsável maior pelas características fundamentais da chamada Análise do Discurso Francesa, estabeleceu como um quase lugar-comum que o indivíduo que fala não passa de um porta-voz de discursos que o antecedem, definindo o sujeito basicamente pelo assujeitamento. Embora esta posição não tenha permanecido intocada (ver Pêcheux, 1990), pode-se dizer que o eu – um dos possíveis componentes

1 Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas; bolsista do CNPq, processo n.303.984/85-6.

2 É curioso que uma teoria do discurso que pretende considerar como uma de suas categorias mais fundamentais o interdiscurso, que não pode aceitar pensar em discursos como blocos homogêneos, pode supor, no entanto, que, por exemplo, haja uma só psicanálise – isto é, um único discurso verdadeiro a propósito da psique.

do sujeito no discurso – é, nesta versão francesa, concebido como francamente dominado, determinado (e não apenas condicionado, em maior ou menor grau) pelo que se chama de outro (às vezes, ou, mais geralmente, Outro).

Naquela que se considera por várias razões a terceira época desta Análise do Discurso (ver ainda Pêcheux, 1990), fase dominada pela idéia – brilhante, a meu ver – da heterogeneidade, o papel do O/outro é considerado crucial. Nesta perspectiva, análises de extremo interesse têm revelado facetas antes unsuspeitadas do funcionamento da linguagem, em especial à luz das propostas derivadas dos trabalhos de Bakhtin e de Lacan (ver Authier-Révuz, 1982). Além disso, variados tipos de materiais foram reanalisados segundo este ponto de vista, sem forçar a mão (a pressuposição, a negação, as aspas, todos os tipos de ambigüidade, os trocadilhos, os anagramas, os chistes etc. – elenco que pode parecer a classificação dos animais que Borges encontrou naquela enciclopédia chinesa!) mostrando que se trata de uma hipótese produtiva e útil. Para convencer-se disso, basta verificar os diversos textos de Authier-Révuz sobre heterogeneidade, e, além disso, a segunda parte de Maingueneau (1989) e os estudos de Ducrot (1984) sobre a polifonia, por exemplo.

Parece que se pode dizer que tais análises mostram claramente, em relação ao sujeito do discurso, que, de duas uma: ou ele não está sozinho, ou não executa seu papel uniformemente. Em qualquer dos casos, definitivamente, ele não é uno. Ou seja, o discurso que produz não é um produto exclusivo de um pretense sujeito uno e não submetido a condições exteriores. Em suma: dados empíricos mostram que, pelo menos nos domínios da linguagem, uma análise do papel e da natureza do sujeito derivada da concepção cartesiana é uma idéia superada, tanto pela postulação da unidade do sujeito quanto pelo pretense domínio, nele, da consciência. O sujeito seria mais uma função do que um lugar de origem (ver Foucault, 1986, para a idéia do sujeito como função), pelo menos, repito, no que se refere a sua atividade discursiva.

Certas passagens dos textos que defendem ou simplesmente expõem esta doutrina dão a impressão de que não se trata de apagar o ego, que não se trata de dizer que ele não subsiste de forma alguma, mas apenas de dizer que ele nem sempre tem consciência do que ocorre, quase nunca detém o controle, é constantemente surpreendido ou soterrado por matéria discursiva vertida pelo id, ou é dominado pelo superego ou por alguma instância produtora de discursos que o cerca, domina-o, submete-o, seja ela uma episteme, ou uma teoria, uma doutrina, um locutor indeterminado, enfim, uma instância que é não-eu, que é outro ou Outro. Frequentemente, no entanto, pode-se fazer uma leitura dos mesmos textos segundo a qual o papel do eu é simplesmente nulo, e não apenas o de um enunciador entre outros (ver ainda Pêcheux, 1990).

Por outro lado, ainda, tais textos mostrariam que se trata de um equívoco postular um papel para a intenção – porque esta abonaria, mesmo que remotamente, a eventualidade de imaginar possível o controle individual sobre uma instância de discurso que de fato lhe escapa, porque é social e histórica, por um lado, e porque tem ingredientes de inconsciência, por outro. Além do mais, segundo a mesma visão,

só há “social” se definido em termos de ideologia, e “cultural” se definido em termos de imaginário. O que implica reduções. Neste sentido, por exemplo, Grice é reduzido ao filósofo da intenção, esquecendo-se do pragmaticista que propôs leis (gerais ou não, corretas ou não) de compreensão indireta ou não literal de enunciados – leis que são pensadas como “sociais” e conhecidas pelos interlocutores, de alguma forma; Ducrot é considerado ingênuo (um interlocutor simpático, mas ingênuo), por sua adesão à idéia de uma espécie de grande contrato, e Benveniste é considerado um idealista, porque acreditaria que é o sujeito a fonte do sentido (desconhecendo-se – reprimindo? – outras passagens de seus textos, além daquelas em que aparecem expressões como “ato individual”, “conversão individual” etc.).

Por mais interessantes e convincentes que sejam as análises que demonstram a presença do outro no discurso do sujeito, ou de outro discurso no discurso de um sujeito (estas alternativas merecem, por sua vez, uma discussão, embora sejam dadas às vezes simplesmente como equivalentes), sua leitura mais forte, a que leva leitores um pouco apressados a concluir pela ausência do eu, não é clara ou pacífica. A não ser nos arraiais que se definem exclusivamente em termos de política da Análise do Discurso. Mesmo uma análise superficial de textos nos quais há ocorrências de expressões como “discurso do outro” e semelhantes sugere que o discurso a que pertencem não quer eliminar o eu. Pelo contrário, tal análise revelaria como evidente sua presença e papel. Apenas (apenas?), tais textos insistem na existência e relevância *também* do outro (embora, com frequência, esta relevância seja excepcional). E insistem em que o eu não é origem, é efeito. Não é uno, é dividido. Dizer que o sujeito é efeito é uma forma de postular seu lugar e seu papel. Embora, e isso também fica geralmente claro, dizendo que este lugar e este papel não são os mesmos que lhe atribuiu uma certa filosofia. A mesma lógica vale para a afirmação de que o sujeito não é uno. O pressuposto de existência continua em vigor. Só uma falha radical da lógica pode fazer equivaler “o sujeito é dividido” ou “o sujeito é efeito” a “o sujeito não existe”.

Mas não é sempre assim que este discurso é entendido, e qualquer defesa de qualquer espaço para o eu (mesmo que atravessado...) soa frequentemente estranha, como se significasse a afirmação de suas antigas e/ou pretensas características (a consciência, a intenção, a unidade, a origem etc.) e a negação do inconsciente, da lei, do histórico, do imaginário e do social. De qualquer condição exterior e de qualquer elemento não consciente, enfim.

Alguns fenômenos, mesmo que a alguns possam parecer marginais, pelo menos em termos de frequência (mas não creio que o sejam em termos de relevância³), sugerem que o campo não está definitivamente analisado. O objetivo deste trabalho

3 A propósito de argumentos relevantes, vale lembrar a brilhante comparação de Galileu Galilei citada por Italo Calvino em seu *Seis propostas para o próximo milênio*, quando fala da Rapidez: “*Se il discorrere circa un problema difficile fosse come il portar pesi, dove molti cavalli porteranno più sacca di grano che un caval solo, io acconsentirei che i molti discorsi facessero più che un solo; ma il discorrere è come il correre, e non come il portare, ed un caval barbero correrà più che cento frisolin.*”

é trazer à consideração alguns tipos de dados de linguagem que parecem mostrar o funcionamento inverso do daqueles dados em que mais tipicamente se costuma surpreender o discurso do outro. Trata-se de textos construídos a partir de modelos muito estereotipados ou de textos muito conhecidos, nos quais ou sobre os quais se dá uma inscrição da subjetividade, isto é, nos quais fica evidente o trabalho de um sujeito sobre e a partir de outro texto ou de um texto de outro. Isto é, é visível o discurso do outro, mas também é visível o trabalho do eu. Com base nesses exemplos, quero apenas argumentar que a presença do outro não é suficiente para apagar a do eu, é apenas suficiente para mostrar que o eu não está só. Isto é, que o ego não pode ser simplesmente apagado, a não ser por uma manobra lingüística que o defina apenas como o outro do outro...

Suponho que eu mesmo (para não citar aqui autores de muito maior autoridade, como Eco e Bakhtin) forneci um número relativamente grande de exemplos nos quais se demanda a ação do ouvinte-leitor para que a interpretação de determinados textos seja possível. Os argumentos foram expostos principalmente a propósito de chistes, e podem ser encontrados em Possenti (1994). Quero, agora, mostrar um certo número de pequenos textos em que esta ação é visível no trabalho do sujeito na sua função de falante. Certamente, há outros tipos de dados em que a ação do sujeito pode ser detectada. Nesses que analiso, o que é mais relevante, me parece, é que ela é impossível de ser disfarçada. É como se se tratasse de casos de subjetividade mostrada.

Análises demonstrando a presença de outra voz na voz do enunciador-locutor – ou, de outro discurso no discurso do locutor – mostram que este fenômeno se dá em tipos muito diversificados de enunciados ou textos. Se alguém quiser, poderá elaborar listas e listas de casos de tal ocorrência. E mesmo nos casos em que não poderá detectar formalmente a presença do outro – considero que são estes últimos os casos realmente interessantes – sempre poderá dizer que há pelo menos uma presença constitutiva do outro – dado que a tese que compõe o núcleo duro dessa teoria é que todos os componentes de um discurso são históricos, que seu exterior é densamente povoado por outros discursos e, portanto, sua emergência num determinado texto numa determinada instância nunca é original, mas já antecedida de muitas ocorrências. Portanto, o discurso nunca é originário de um eu, mas de um outro (discurso). Em termos de análise, no entanto, parece que o interessante é a apreensão dos critérios pelos quais se pode dizer que há uma presença de outro, já que a afirmação de sua presença tem papel axiomático neste modo de ver as coisas.

Os casos mais evidentes do fenômeno são as ocorrências de enunciados de ampla circulação, digamos, os lugares-comuns, as verdades aceitas por todos, que permeiam os discursos mais variados. Se se fala de bebidas, não faltará quem diga que “o importante é não exagerar”, “que importante mesmo não é a quantidade, mas a qualidade do que se bebe”, sem falar das mais óbvias afirmações como “a bebida faz mal à saúde” etc. Em suma, os *topoi* correntes. Quem se considerasse autor, criador primeiro de tais enunciados, sofreria da mais elementar carência de autocrítica e não

apenas de uma sofisticada ilusão ideológica. Outros exemplos poderiam ser colhidos em qualquer campo, como o da culinária, o da educação dos filhos, dos hábitos de alimentação, sono ou vestimenta; o do futebol, da política, da economia etc., isso sem mencionar os provérbios. Realmente, Foucault não precisava ter-se atido aos saberes relativos ao homem para descobrir a "lei" da raridade dos enunciados, ao lado da infinita multiplicidade das enunciações. Isto por um lado.

O outro lado desta medalha é a discussão das condições de emergência de enunciados novos, em relação aos quais uma certa visão ingênua poderia postular a existência de um sujeito original (no sentido de criativo, talvez de criador, isto é, autor de enunciados nunca ditos). As análises de Foucault tentam mostrar, pelo menos nas ciências humanas, como é necessário que haja numerosas alterações num campo de saber (nos domínios não discursivos, inclusive) para que um enunciado novo aconteça, e o quanto, em conseqüência, é ingênuo postular sua origem num indivíduo. Estes casos seriam tipicamente lugares de demonstração de que nos discursos não há "eu falo", mas "fala-se" (Robin, 1977).

Em boa análise do discurso, seria necessário dizer que tão repetidas e fortes afirmações supõem a prévia afirmação de seu contrário (do outro discurso...), em resumo, a afirmação constante da originalidade, ou a afirmação da constante originalidade dos discursos. Caso contrário, não haveria por que dizer tantas vezes tantas palavras. Em textos de analistas de discurso (seguidores da vertente francesa), em geral, o espaço de alguma possibilidade de originalidade é atribuído, no que se refere ao campo da linguagem, a algumas afirmações de Saussure relativas à liberdade dos falantes na *parole*, ao contrário do que se dá na sua relação com a *langue*, domínio no qual nada lhe é permitido, exceto ser o lugar casual de sua manifestação – justamente na fala. Contra isso, tentou-se, com relativo sucesso, mostrar que: a) não há esta liberdade – até porque não há essa fala; b) não há sequer quem pudesse exercê-la, isto é, aquele que poderia ser, segundo uma certa ideologia, um sujeito livre.

É conhecida a afirmação de Barthes (1978, p.14), segundo a qual a língua é fascista, porque obriga a dizer, bem como é conhecida (embora menos, talvez porque não se pode expressá-la num *slogan*) sua tese segundo a qual para os que "não somos ... super-homens só resta, por assim dizer, trapeçar com a língua" (p.16). A literatura seria o domínio que melhor permitiria esta trapaça, que resultaria em ouvir a língua fora do poder. O que ele entende por literatura é "a prática de escrever", o que faz privilegiar o "tecido dos significantes que constitui a obra, porque o texto é o próprio aflorar da língua, e porque é no interior da língua que a língua deve ser combatida, desviada: não pela mensagem de que ela é instrumento, mas pelo jogo de palavras de que ela é teatro" (p.17).

Sem discutir aqui a hipótese de partida do autor, segundo a qual a língua é fascista porque obriga a dizer, porque não permite escolha (p. 12-13), que é decorrência de uma das mais claras hipóteses do estruturalismo – a língua é sistema e o sujeito a recebe pronta –, propriedade que a teoria do discurso, nos termos de Pêcheux (1969),

caracterizou como *funcionamento*, e supondo que esta mesma propriedade, o funcionamento, que é no fim das contas a ausência de um sujeito em sua origem, esteja presente também nos discursos, mesmo nos conteúdos dos discursos, talvez se pudesse imaginar que a única saída para fugir ao poder dos discursos fosse fazer com eles o mesmo que Barthes sugere que se faça com a língua na literatura: jogar. Parece difícil separar a forma dos discursos de seu conteúdo, pelo menos de alguns dos seus efeitos de sentido, mas, por outro lado, parece evidente que qualquer jogo discursivo vai envolver de maneira mais sensível a forma (a materialidade lingüística do texto – o significante). Por isso, a seguir, e de forma um tanto sumária, indicarei algumas ocorrências deste jogo, no qual defenderei que há um espaço para o eu, ou, mais do que isso, de que se trata de um jogo que não seria possível sem o eu, sendo desnecessário afirmar que do mesmo tipo há numerosíssimas ocorrências, e isso se comprova facilmente em certas fontes de dados, da mesma forma que em outras fontes encontram-se muitas evidências do processo inverso, isto é, de predomínio do outro ou do apagamento do eu. Analisarei com um pouco mais de detalhe o primeiro fato, o que me permitirá ser mais sumário em relação aos outros, já que os processos são bastante semelhantes.

No jornal humorístico *Planeta Diário*, v.IV, n.58, de novembro de 1989, na página 1, encontra-se o seguinte enunciado: "O Senhor é meu pastor e nada me faltará". Suponho que, independentemente da terminologia utilizada, a análise desta ocorrência não poderá deixar de assinalar sua heterogeneidade. O que poderia aparecer como uma cadeia produzida em determinada instância por um certo sujeito, isto é, a seqüência, tal como acima citada, alude, lembra, remete, faz aparecer um outro discurso, uma outra seqüência, a saber "O Senhor é meu Pastor e nada me faltará". O que me parece evidente é que, juntamente com o discurso que aparece no jornal, aparece de alguma forma um outro, cujo enunciador não é o enunciador do discurso que aparece no jornal. A isso se chamaria trivialmente de heterogeneidade, de polifonia, de presença de outro ou Outro.

Suponhamos que nos deslocássemos por um momento, e nos situássemos no outro discurso, isto é, que nos imaginássemos lendo, nos Salmos, "O Senhor é meu Pastor e nada me faltará". O que é, em relação a este enunciado bíblico, o enunciado que lemos no *Planeta*, "O Senhor é meu pastor e nada me faltará"? Ou seja, qual o estatuto do texto do *Planeta Diário* em relação ao versículo do salmo? Quem é seu enunciador? De onde ele vem? Quem é responsável por ele? Parece-me que se pode dizer que aqui, sob a forma do jogo, inscreve-se um sujeito tentando não deixar intocado um discurso de poder, no caso um discurso de poder no sentido mais tradicional, o poder político. Porque este número de jornal que contém o discurso que se comenta é do mês das eleições presidenciais de 1989, e a frase critica a jogada política que foi a venda de um partido pequeno, por seu candidato, a outro candidato, cujo nome público é Silvio Santos, mas cujo nome real é, exatamente, *Senor Abravanel*. Acrescente-se que o vendedor do partido é um pastor de determinada seita religiosa, e este fato era um dos ingredientes cruciais de sua campanha. De alguma maneira,

este texto acaba por dizer quem é o verdadeiro pastor deste pastor: não o da Bíblia, não Deus, mas a Mamona, não o Senhor, mas o Senhor etc. É relativamente fácil detectar outro discurso numa seqüência que se diz, mas é menos fácil caracterizar, eliminando totalmente a subjetividade, ou caracterizando-a apenas em termos de assujeitamento, o novo enunciado. Em outros termos: dada a seqüência ora citada, e que se lê no jornal, descobre-se o outro discurso. Mas, lido apenas o versículo do salmo, quem descobriria nele este que também é outro discurso, o texto que aparece no jornal? Quem poderia imaginar que ele viria à luz, em que instância e através de qual sujeito? Nos casos mais usualmente analisados em termos de heterogeneidade, o que se ressalta são estratégias do eu: ele tem o topete de apresentar-se como se fosse um eu, mas um analista descobre que junto com ele ou no lugar dele está o outro. Nos casos como o aqui exemplificado, parece-me que a estratégia do eu é apresentar-se como se fosse um outro, mas, sutilmente, imiscuir-se no discurso conhecido, no discurso do outro, e alterando-o e deixando a marca de sua presença.

Mais recentemente, quando da prisão dos bicheiros cariocas, com exceção do principal deles, Castor de Andrade, circulou como variante o seguinte enunciado: "O Senhor é meu Castor, nada me faltará". A estratégia do sujeito é visivelmente a mesma. E talvez ainda mais interessante do que este último dado seja o do colunista José Simão, do jornal *Folha de S.Paulo*, que, durante a cobertura da Copa do Mundo de 1994, em sua coluna do dia 3.7.1994, escreveu: "E diz que os americanos jogam rápido porque time is money. Ou como traduziu o bispo Edir Macedo: Templo é dinheiro". O enunciado "templo é dinheiro", que é produzido com uma pequena alteração do conhecido provérbio "tempo é dinheiro", funciona, neste contexto, como uma crítica fortíssima ao bispo Macedo. Mas, o que interessa destacar aqui é a diferença entre enunciar-se um provérbio, isto é, um discurso "de outro" numa determinada circunstância, e *produzir* este novo enunciado, com base no material do outro discurso. Qual é a instância responsável por esta novidade? Por que não reconhecer um eu com um papel ativo nestes textos, responsável pela alteração produzida sobre e a partir do discurso do outro? Para tanto, não é necessário, evidentemente, supor que tal "eu" seja uma instância livre e independente de quaisquer condições. E muito menos negar o lugar e o papel do outro. Uma lógica elementar mostraria que a postulação de um dos ingredientes não exige a eliminação do outro, apenas sua reorganização.

O livro *Manual do sexo manual*, publicação da Turma Casseta e Planeta, Editora Record, 1994, é fechado com chave de ouro, a meu ver, com a seguinte "piada de pleybronha": "Frases de efeito para serem ditas na saída de filme pornô: 'o filme é uma merda, mas o diretor é genital'". O processo de construção desta piada é o mesmo dos casos anteriormente citados. Num antigo número da *Revista Civilização Brasileira*, ao final de um artigo sobre cinema novo, apareceu uma charge cuja legenda passou a ser muito citada. Retratava a saída da platéia de uma sessão de um Festival do Cinema Brasileiro, e um dos espectadores comentava: "O filme é uma droga, mas o diretor é genial". Creio que o trabalho do piadista em *Manual do sexo manual* é óbvio (mas não simples): aludindo a uma frase antiga produzida em situação análoga, produz

outra frase, muito semelhante, mas cuja diferença é suficiente para dar conta das diferenças entre as duas situações: agora, trata-se de filme pornô, e, por isso, o diretor é *genital*, palavra que faz referência – certamente seu autor sabe disso e o texto pressupõe que é óbvia para o leitor – ao fato de os filmes pornôs exibirem genitálias (o trabalho do autor, aqui, como nos outros casos, tem um correlato no trabalho e na “enciclopédia” do leitor. Caso contrário, o texto não funciona).

Listo, a seguir, sem maiores comentários, exemplos do mesmo gênero, até mais breves: o nome próprio “Walter Ego”, da personagem de Angeli, cujo nome deriva de *alter ego*, expressão conhecida; “pleito caído”, expressão do colunista José Simão, já citado aqui, construída a partir de “peito caído”, durante uma campanha eleitoral; “candidata Supla partidária”, do mesmo colunista, durante a mesma campanha, expressão construída a partir de “candidata suprapartidária” – com o acréscimo necessário de que a referência é a Marta Suplicy, candidata e mãe de um músico conhecido pelo apelido “Supla”.

A esta lista rápida, devo acrescentar o seguinte exemplo. Um amigo, que, além de lingüista, tem habilidades de desenhista e chargista, produziu certa ocasião uma caricatura desse autor, à qual acrescentou a seguinte legenda: “a discourse analyst lost in syrious thoughts”. Creio poder dispensar a análise, mesmo que fosse sumária.

Vejam outros exemplos, estes com características lingüísticas diferentes. O humorista Jô Soares criou, há certo tempo, em seu programa de então, uma personagem (uma prefeita) que lembrava muito o então prefeito de São Paulo, Jânio Quadros. Bebia e falava em linguagem erudita, se não arcaica, cheia de mesóclises. E recitava, entre outras coisas, provérbios conhecidos em linguagem de estilo “alto”. Por exemplo: “Não importa que a azêmola claudique, o que eu quero é acicatá-la” e “De cereal em cereal o galináceo empanturra o bócio”, em lugar, respectivamente, de “Não importa que a mula manque, o que eu quero é rosetá-la” e “De grão em grão a galinha enche o papo”. É evidente que o discurso daquela prefeita é calcado num outro discurso. Mas, de novo, façamos o exercício de colocarmo-nos no lugar do ON (i.e., um locutor indeterminado, supostamente universal, o que, em português, seria possível de traduzir razoavelmente por SE, como em “sabe-SE”) que enuncia todos os provérbios: imaginaria ele um outro sujeito, em forma de eu, alterando seu discurso? Os provérbios produzem estas outras formas, por sua própria conta? Sabemos que não e que são necessárias algumas condições. Dentre elas, um sujeito que intervém ativamente e produz algo novo – e, ousado dizer, que sabe o que está fazendo. Pelo menos, em boa parte.

Um outro efeito da intervenção do eu no discurso do outro, ainda no domínio dos provérbios, é a produção de humor através do apelo ao inesperado. Veja-se este exemplo, enunciado pelo apresentador Faustão, “Quando um não quer, o outro vira pro outro lado e dorme”. Neste caso, a estratégia consiste em colocar-se no lugar de um locutor que dá voz a um determinado enunciador e, de repente, mudar de discurso, de assunto, enunciando algo inesperado (mais verdadeiro?). Este novo discurso não é necessariamente novo (nesse caso, aliás, trata-se certamente de um discurso

conhecido – que retoma o *topos* do tédio conjugal – e, por isso mesmo, compreensível. Mas, há um ingrediente novo: algo que não é provérbio é enunciado como se o fosse. É enunciado utilizando-se a forma do provérbio, mas revelando um discurso menos público, e que por isso funciona como um discurso contra-ideológico.

Uma outra forma de o sujeito invadir o discurso do ON, ainda nos provérbios, é fazer o que fez Chico Buarque, em “Bom Conselho”: inverter claramente a ideologia (e a forma) dos provérbios: Inútil dormir que a dor não passa; Quem espera nunca alcança; Aja duas vezes antes de pensar; Devagar é que não se vai longe. De novo, os outros discursos (isto é, os provérbios correntes) se reconhecem aqui. Mas, naqueles provérbios, estes enunciados atribuídos a Chico Buarque seriam reconhecidos? Que tipo de enunciador é o destes novos enunciados, que se constroem calcados nos outros e que deixam à vista sua estratégia de constituição?

Não quereria de forma alguma – pelos dados que conheço, pelas crenças que tenho, pelas teorias que adoto, embora criticamente – pensar na hipótese de restaurar o Cogito. Mas, parece-me inaceitável que, para defender uma propriedade do discurso e do sujeito, se tenha que fazer de conta que as outras não podem ser postuladas. A própria idéia de heterogeneidade se constitui pela afirmação do outro num lugar que antes não lhe era previsto. Ora, é má lógica pensar que, então, torna-se obrigatório deixar ao outro todo o lugar e todos os papéis. Voltaríamos à simplificação de antes, apenas invertida.

Da tradição racionalista sobra, a meu ver, uma característica fundamental para caracterizar o sujeito: sua atividade. É só na tradição simplificada do behaviorismo e do empirismo – tanto em psicologia quanto em teoria do conhecimento – que o sujeito é concebido como apenas afetado pelo outro e pelo mundo. A atividade e um certo tipo de conhecimento “prévio” que supostamente a conduz – mesmo que com equívocos – não podem ser postos de lado nas análises de determinados tipos de dados e para que seja possível ao analista dar-se conta de certos tipos de efeito. Uma outra lição que os dados nos obrigam a levar em conta: não se pode tratar de todos os tipos de discurso exatamente com os mesmos critérios de análise. Só para exemplificar: é diferente, provavelmente, o papel do sujeito em textos como os acima analisados, nos provérbios e, digamos, no discurso científico.

Os dados acima, além de indicarem claramente a presença do trabalho do eu no discurso do outro, servem para sustentar uma outra hipótese, em tudo compatível com a concepção de heterogeneidade. Trata-se da questão da continuidade vs. ruptura, mais sensível nos discursos científicos – que opõe teorias cumulativas, como as mais tradicionais, a teorias de ruptura, como as de Kuhn e de Bachelard, por exemplo. Penso que os dados que trouxe a este texto indicam que não se pode esperar que apareça um discurso absolutamente novo, que, se aceito, passe a vigorar e a ser repetido. Os exemplos trabalham contra a idéia das rupturas, inclusive porque essas exigiriam, de alguma forma, um sujeito ciclópico. Se esses dados forem representativos – e penso que são – parecem indicar um regime de coexistência e ultrapassagem entre discursos; que a história freqüentemente se faz de pequenos fatos, pequenos

atos que produzem pequenas alterações do que há, de usos diversos e eventualmente não previstos das mesmas coisas, como se sempre se tratasse de seguir outro provérbio: “Água mole em pedra dura tanto bate até que fura”; ou, para quem prefere o *nonsense*, “Água dura em pedra mole tanto fura até que bate”. Penso que as análises de Foucault, apesar de sua admissão das descontinuidades, são argumentos que vão nessa direção. E Löwy (1987), que apresenta uma interessante teoria para justificar a possibilidade do conhecimento objetivo em ciências humanas, traz fortes argumentos de que o marxismo não indica o caminho da ruptura total, exatamente por ser uma teoria com os pés na história, pelo menos no campo dos discursos científicos. Por que seria diferente nos outros discursos?

POSSENTI, S. The “I” in the “other” discourse. *Alfa (São Paulo)*, v.39, p.45-55, 1995.

- **ABSTRACT:** *Having developed under the influence of Structuralism, Psychoanalysis and Marxism, the so called French Discourse Analysis emphasized the presence in discourse of the “O/other”, ignoring or even nullifying the presence of the “I”. Accordingly, any allusion to the presence of the “I” in discourse sounds to most people endorsing this persuasion as a kind of bow to the theses of pragmatics, where the intentions and the knowledge of speakers play an important role (which French Discourse Analysis denies to any individual instance). In this paper, although I assume the premisses of French Discourse Analysis, I point to several examples in which it seems fair to claim that the presence of the “O/other” does not eliminate the need of pointing also to the work of the speaker. The data analysed are basically short texts, aiming at humoristic effect.*
- **KEYWORDS:** *Heterogeneity; subject; humour; source text; intertext.*

Referências bibliográficas

- 1 AUTHIER-RÉVUZ, J. Hétérogénéité montréalaise et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. *DRLAV*, v.26. p.91-151, 1982.
- 2 BARTHES, R. *Aula*. São Paulo: Cultrix. 1978. 89p.
- 3 DELEUZE, G. Em que se pode reconhecer o estruturalismo? In: CHÂTELET, F. (Org.) *História da Filosofia; idéias, doutrinas*. O Século XX. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. p.271-303. v.8.
- 4 DUCROT, O. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1984. p.161-218.
- 5 FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 1986. 239p.
- 6 GADET, F., HAK, T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: introdução às idéias de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. 319p.

- 7 LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Busca Vida, 1987. 210p.
- 8 MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, Editora da Unicamp, 1989. 198p.
- 9 PÊCHEUX, M. *Analyse authomatique du discours*. Paris: Dunod, 1969. 140p.
- 10 _____. M. Análise do discurso: três épocas. In: GADET, F., HAK, T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: introdução às idéias de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora Unicamp, 1990. p.311-8.
- 11 POSSENTI, S. *Os humores da língua*. (Em preparação).
- 12 ROBIN, R. *História e lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1977. 327p.

PRECONCEITO EM DISFARCE

João de ALMEIDA¹

- RESUMO: O presente estudo pretende analisar os significados básicos do texto "Preto e Branco", de F. Sabino, valendo-se de alguns modelos teóricos lingüísticos, principalmente de Greimas e de Pottier, em seqüência que vai da estrutura da narrativa e do percurso gerativo de sentido até as relações sêmicas, em especial.
- PALAVRAS-CHAVE: Análise de texto; estrutura da narrativa; percurso de sentido; níveis de significação; relações sêmicas.

O texto que se vai discutir se insere na linha de temática constante de F. Sabino, a da preocupação com problemas sociais (Almeida, 1985) e se mostra de certa forma como uma espécie de denúncia da discriminação oculta, aquela que aparentemente não existe, mas que acaba facilmente por se revelar, com toda a força, em imprevistos episódios.

Vejamos o texto, intitulado "Preto e Branco" (Sabino, 1967, p.171):

1 Perdera o emprego, chegara a passar fome, sem que ninguém soubesse: por constrangimento, afastara-se da roda boêmia que antes costumava freqüentar – escritores, jornalistas, um sambista de cor que vinha a ser o seu mais velho companheiro de noitadas.

3 De repente, a salvação lhe apareceu na forma de um americano, que lhe oferecia emprego numa agência. Agarrou-se com unhas e dentes à oportunidade, vale dizer, ao americano, para garantir na sua nova função uma relativa estabilidade.

5 E um belo dia vai seguindo com o chefe pela rua México, já distraído de seus passados tropeços, mas tropeçando obstinadamente no inglês com que se entendiam – quando vê do outro lado da rua um preto agitar a mão para ele.

7 Era o sambista seu amigo.

8 Ocorreu-lhe desde logo que ao americano poderia parecer estranha tal amizade, e mais ainda: incompatível com a ética ianque a ser mantida nas funções que passara a exercer. Lembrou-se num átimo que o americano em geral tem uma coisa muito séria chamada preconceito racial e seu critério de julgamento da capacidade funcional dos subordinados talvez se deixasse influir por essa odiosa deformação. Por via das dúvidas, correspondeu ao cumprimento de seu

¹ Professor da Pós-Graduação na Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 19800-000 – Assis – SP.

amigo da maneira mais discreta que lhe foi possível, mas viu em pânico que ele atravessava a rua e vinha em sua direção, sorriso aberto e braços prontos para um abraço

13 Pensou rapidamente em se esquivar – não dava tempo: o americano também se detivera, vendo o preto aproximar-se. Era seu amigo, velho companheiro, um bom sujeito, dos melhores mesmo que já conhecera – acaso jamais chegara sequer a se lembrar que se tratava de um preto? Agora, com o gringo ali a seu lado, todo branco e sardento, é que percebia pela primeira vez: não podia ser mais preto. Sendo assim, tivesse paciência: mais tarde lhe explicava tudo, haveria de compreender. Passar fome era muito bonito nos romances de Knut Hamsun, lidos depois do jantar, e sem credores à porta. Não teve mais dúvidas: virou a cara quando o outro se aproximou e fingiu que não o via, que não era com ele.

19 E não era mesmo com ele.

20 Porque antes de cumprimentá-lo, talvez ainda sem tê-lo visto, o sambista abru os braços para acolher o americano – também seu amigo.

Dentro da modalidade veridictória de Greimas (1976), estamos com as oposições ser/parecer/não-ser/não-parecer, de que decorrem a verdade, a falsidade, a simulação e a mentira. A verdade aponta para a humildade e a sinceridade do preto (é e parece); a falsidade envolve a amizade do branco pelo preto (não é e não parece); a simulação diz respeito à discriminação do branco (é e não parece); e a mentira está no suposto preconceito racial de todo americano (parece e não é).

A) Estrutura da narrativa

Segundo Claude Bremond (1972), esta narrativa se dispõe no seguinte esquema estrutural:

- a) Processo de degradação material
- b) Degradação evitada = b2) Melhoramento possível
 - c) Processo de melhoramento material = c2) Degradação moral possível
 - d) Processo de degradação moral
 - e) Degradação moral obtida.

O esquema em enclave de Bremond se ajusta de certa forma às três subetapas da narrativa e corresponde aos seguintes momentos do texto:

- a) Primeiro parágrafo
- b e b2) Linhas 3 e 4
- c) Linha 5
- c2) Linhas 6 a 12
- d) Linhas 17 e 18
- e) Linhas 19 e 20

B) Percurso gerativo do sentido (Fiorin, 1989)

I Nível profundo

a) Categorias semânticas fundamentais:

Da ligeira referência às modalidades veredictórias, já se destacam como oposições fundamentais:

1 discriminação / igualdade

2 amizade circunstancial / amizade verdadeira

a segunda oposição sendo decorrente da primeira.

b) Elementos eufóricos – desrespeito / hipocrisia

Elementos disfóricos – respeito / sinceridade

Os primeiros elementos de cada par são os elementos positivos da oposição n.1, isto é, a desconsideração, o desrespeito que o branco tem pelo seu “velho companheiro”, na frente do americano, fazem revelar a sua atitude preconceituosa, enquanto, em relação à oposição n.2, o fundamento está na sua hipocrisia de amigo em determinada circunstância, em contraste com a sinceridade que “o sorriso franco” do negro vem a manifestar.

c) A relação sintática do nível profundo ocorre, então, entre as idéias:

c.1 Envolvendo a oposição semântica n.1:

- Afirmação de A: É sabido que o americano tem preconceito racial;
- Negação de A: Nem todo americano tem preconceito racial.
- Afirmação de B: Há brasileiro que tem preconceito racial.

c.2 Envolvendo a oposição semântica n.2;

- Afirmação de A: Em situação favorável, o branco se mostrou amigo do preto;
- Negação de A: Em outra circunstância, o branco não se mostrou amigo do preto.
- Afirmação de B: A verdadeira amizade não depende da variação das circunstâncias.

II Nível narrativo

a) Fases:

Manipulação – A situação adversa do branco e o emprego com um americano.

Competência – O branco é dotado de pretensa superioridade racial, de espírito de discriminação e de amizade pouco sincera.

Performance – O desprezo do brasileiro branco em relação a um amigo de cor, na frente do chefe americano.

Sanção – A humilhação de ver o americano, de quem o branco era subalterno, como amigo do preto.

As fases canônicas do nível narrativo envolvem, como se vê, ambas as oposições semânticas, justamente porque uma é conseqüência da outra.

Podem especificar-se em subfases, como abaixo:

- 1 M – Situação de desespero, pressão social do desemprego
C – Querer estabilidade funcional
P – Oferta do americano numa agência
S – Salvação e tranquilidade provisórias
- 2 M – Relação cultural passado empregado/presente chefe
C – Querer conservar condição material, emprego adquirido
P – Saída pela cidade com o chefe
S – Encontro indesejável
- 3 M – Encontro indesejável do antigo companheiro preto
C – Medo de reação negativa do chefe
P – Atitude de desprezo pelo amigo preto
S – A vergonha de ver a amizade entre o preto e o americano.

b) Objetos:

b.1 Objeto valor – preconceito racial do branco brasileiro; conceito de amizade.

b.2 Objeto modal – desconsideração para com o amigo preto, e relacionamento do preto com o chefe americano.

III Nível discursivo

Na concretude, no discurso das linhas narrativas, põem-se em destaque:

1 O discurso indireto livre que aparece no 5º e predomina no 6º parágrafo coloca dois planos no desenvolvimento da narrativa: um plano hipotético, das suposições do branco, e um plano real, da visão do narrador.

2 A ordem da colocação do título, primeiro Preto depois Branco, bem como algumas expressões referentes ao primeiro (um sambista de cor, o sambista seu amigo, o sambista etc.) fazem notória a simpatia do narrador pelo primeiro personagem, evidenciando o propósito da crítica à atitude do segundo.

3 O uso dos verbos, que será analisado em detalhes mais adiante, serve acima de tudo ao propósito do dinamismo da narrativa, inclusive nas minudências que as perífrases permitem para captar o desenrolar melhor do pensamento.

4 Pelos dois planos acima referidos, o hipotético da visão do branco e o real da visão do narrador, oferecem-se duas isotopias com direções semânticas que se opõem, a respeito do preconceito racial.

5 Maiores especificações da concretude do nível discursivo serão discutidas a seguir, no tratamento dos níveis segmentais da significação.

C) Níveis segmentais da significação

a) das frases:

a.1 – Fundamentais

“Era o sambista seu amigo” – linha 7

“E não era mesmo com ele” – linha 19

São importantes significativamente, por representarem, respectivamente, a colocação e a solução do problema. A forma verbal comum “era”, contudo, se diversifica de sentido, na primeira com o sentido habitual, na segunda com o valor vicário, no lugar de “ocorrer”.

a.2 – Complementares

1. “Perdera o emprego”... (linha 1). – Início do processo de degradação material do personagem branco.

2 “A salvação lhe apareceu na forma de um americano” (linha 3). – A representação frásica da etapa da degradação evitada.

3 “Vai seguindo com o chefe pela rua México”... (linha 5). – Figuração do processo de melhoramento material, dada a aceitação, pelo superior hierárquico, de sua companhia em local público.

4 “(O preto) vinha em sua direção, sorriso aberto e braços prontos para o abraço” (linha 12). – Segmento básico da etapa da degradação moral possível para o branco, com o agravo das conotações de espontaneidade e de franqueza que envolvem o preto.

5 “(O branco) virou a cara” (linha 17). – É o desprezo injusto do bom amigo, conotando a discriminação e a falsa amizade do branco. É, pois, a representação do processo de sua degradação moral.

6 “O sambista abriu os braços para acolher o americano, também seu amigo” (linha 20). – A lição para o branco, como sua degradação moral obtida: o preto em plano de igualdade com o americano, que é seu superior hierárquico.

Cabem referências especiais às estruturas frásicas das linhas 14 e 15:

“Acaso jamais chegara sequer a se lembrar que se tratava de um preto?” e “Sendo assim, tivesse paciência”.

A última, refletindo a linguagem oral, apresenta o segmento principal em forma elíptica. A primeira, com forma do tipo interrogativo, na verdade transmite uma afirmação negativa, como resultado do questionamento que o personagem coloca a si mesmo, na sua introspecção. É a dúvida a dar ênfase à negação.

b) dos sintagmas

São significativamente importantes os seguintes sintagmas:

– “um sambista de cor” (linha 2) – problema de raça tratado com simpatia pelo narrador;

– “velho companheiro de noitadas” (linha 2) – antiga relação de instantes menos formais, mais passíveis de espontaneidade;

– “preconceito racial” (linha 9) – idéia da discriminação, muito atribuída à cultura americana;

– “essa odiosa deformação” (linha 10) – como expressão do próprio personagem branco, em seu discurso indireto livre, leva à interpretação do constrangimento e do remorso antecipado pela atitude indevida;

– “passados tropeços” (linha 5) – expressão que representa o gérmen da degradação moral possível.

– “sem que ninguém soubesse” (linha 1) – este sintagma fraseológico, de função adverbial da frase anterior, conota logo no início a fragilidade do caráter do branco, em razão da vergonha de situação adversa;

– “passar fome” (linha 1) – conota situação bem precária, sem o mínimo necessário para a sobrevivência;

– “com unhas e dentes” (linha 3) – expressão metafórica da idéia de se apegar com desespero, sem poder soltar, de determinado fato;

– “sorriso aberto” (linha 12) – conota a franqueza do preto, que se confirma com a abertura dos braços, na exposição sincera do cumprimento;

– “todo branco e sardento” (linha 15) – sintagma de pano de fundo, referente ao americano, para acentuar a impressão da negritão do sambista, em contraste: “não podia ser mais preto” (linha 15).

As perífrases verbais, como um desenrolar do pensamento para melhor caracterizar as diversas nuances do raciocínio, dentro da dinâmica do processo (Almeida, 1980), são, contudo, os sintagmas que dominam o texto, para a caracterização de sua tensão dinâmica. Aí estão para colaborar com noções detalhadas das categorias de aspecto, modalidade e tempo. Vejamo-las por grupos:

1 "chegara a passar fome" (linha 1); "jamais chegara(...) a se lembrar" (linha 14); "vinha a ser" (linha 2).

Todas essas perífrases se encaixam na série de conseqüências, por externarem um valor resultativo. A primeira como resultado da perda do emprego; a segunda como resultado, em negação, da consideração que antes o branco tinha pelo preto; e a terceira como destaque final do sambista dentro da roda boêmia. Envolvem-nas, pois, uma noção aspectual terminativa.

2 "costumava freqüentar"(linha 2).

Caracteriza a habitualidade anterior ao desenvolvimento do episódio central do texto, os "passados tropeços". Perífrase de aspecto iterativo freqüentativo, aquele em que os atos repetidos se tornaram um hábito (Almeida, 1980, p.10). No caso, ocorre dupla iteração, a partir da perífrase e do próprio semantema do verbo principal, pois freqüentar um lugar significa ir várias vezes a esse lugar.

3 "vai seguindo" (linha 5).

Perífrase de valor aspectual durativo progressivo, ou melhor, traduz a continuidade de uma ação, que o protagonista branco é levado a fazer, na sua condição de subalterno. Confronte-se, para o caso, vai seguindo/está seguindo.

4 "passara a exercer" (linha 9).

Perífrase aspectual inceptiva, isto é, que marca o início de uma ação, no caso a de exercer. A oposição com "começara a exercer" revela para o segmento em uso mais a idéia de mudança de situação, realmente confirmada pelo contexto.

5 "ter visto" (linha 20).

Construção de valor temporal, traduzindo momento anterior a outro, ou outros no caso (cumprimentar e abrir os braços), em oração hipotética que acentua a lição de resposta ao desprezo do branco.

6 "poderia parecer estranha" (linha 8); "não podia ser mais preto"(linha 15); "haveria de compreender" (linha 16); "pensou em se esquivar" (linha 13).

Todas estas perífrases representam a categoria da modalidade, com que se expressa a atitude do sujeito falante: as duas primeiras estão para traduzir a possibilidade da ação principal, ou melhor, a segunda, mais do que negação da

possibilidade, traduz a impossibilidade, categoria que é destacada na divisão de Benveniste (1965); a terceira é veículo da idéia de obrigatoriedade e a quarta se liga à idéia da volição.

c) dos lexemas

É notória, para qualquer leitor mais atento, a presença mais constante de determinados lexemas, o que representa, obviamente, a sua maior importância na significação do texto global. Partindo do título, que destaca os dois personagens em confronto, registram-se os seguintes importantes valores lexicais:

- Preto (T e linhas 6, 13, 14, 15); sambista (2, 7, 20)
- Branco (T e linha 15)
- Americano (3, 4, 8, 9, 13, 20); chefe (5), gringo (15)
- Emprego (1, 3), função (4, 9), estabilidade (4), oportunidade (4), subordinados (10).
- Amigo (7, 11, 13, 20), companheiro (2, 14), amizade (8).

Como se percebe, são cinco grupos de lexemas que, formando cinco campos associativos, representam pontos fundamentais da significação do texto: os três personagens, a idéia da ocupação e a idéia da amizade. Apenas a observar que o lexema *branco*, referente ao personagem, é o do título, sendo o outro da linha 15 referente ao americano, como pano de fundo da oposição discriminatória. Isto se deve ao fato de a narrativa se desenrolar, sob a visão do personagem branco, inclusive lhe penetrando no interior, pelo processo do discurso indireto livre.

d) dos morfemas

O que fica mais perceptível em termos de morfemas, no panorama do texto, como evidência da importância do verbo na significação transfrástica, é o jogo da estrutura completa do pretérito. As oposições a que se refere Mattoso (1972, p.90), sejam temporais, sejam aspectuais, são requeridas pelo autor na caracterização do dinamismo desse discurso. Reunindo os verbos dos dois primeiros parágrafos já se monta o esquema, com base no pretérito perfeito, tempo base de toda narrativa por representar o ato anterior ao da fala que narra. Então vemos a oposição de "apareceu" (linha 3) diante de "perdera/chegara/afastara-se" (linha 1), em relação temporal, isto é, estes pelos morfemas do mais-que-perfeito colocando o que aconteceu antes da ação do perfeito. Ao mesmo tempo, o mesmo "apareceu" se relaciona a "oferecia" (linha 3), agora em oposição aspectual, isto é, o primeiro indicando pelo morfema uma ação perfectiva, o segundo uma ação imperfectiva, sem limite em si de término.

O mesmo esquema se repete na linha 13, com “pensou”, “era” e “conhecera”, em oposição aspectual e temporal. E, nas linhas 8 e 9, com “ocorreu” e “passara a exercer”, em oposição apenas temporal.

As demais formas verbais estão fundamentalmente em relação com o tempo base do pretérito perfeito, que, como dissemos, domina a linha da narrativa. Basta atentar rapidamente para “apareceu”, “agarrou”, “ocorreu”, “lembrou”, “correspondeu”, “foi”, “viu”, “pensou”, “teve”, “virou”, “aproximou”, “fingiu” e “abriu”. Na verdade essa base é apenas alterada, no terceiro parágrafo, com o emprego de presentes-pretéritos: “vai” e “vê”, ou melhor, formas de presente no lugar dos pretéritos “ia” e “viu”, por razões estilísticas. Já a linha 9 traz o presente no seu verdadeiro valor, o “tem” traduzindo a certeza no momento atual da posse do preconceito pelo americano em geral.

Colaboram com as noções hipotéticas do quinto e do sexto parágrafos as formas verbais em -ria, aí como futuros do pretérito de valor modal: “poderia” (linha 8), “haveria” (linha 16), perto dos quais aparecem os imperfeitos “dava” (linha 13) e “explicava” (linha 16), com o mesmo sentido, ou seja, em emprego metafórico. A propriedade que tem o imperfeito, pelo seu aspecto contínuo, de se ajustar à seguinte linha da narrativa, também se revela em “percebia” (linha 15) e “era” (linhas 16 e 19).

D) Relações de oposição

1 Plano hipotético (visão do branco) x plano real (visão do narrador).

O plano hipotético é o que assegura a narrativa pelo discurso indireto livre, para a manifestação interior do branco, no sexto parágrafo. O plano real predomina no restante do texto, com a narrativa dos acontecimentos de fora do personagem.

2 Preto x Branco. Esta oposição sintetizada no título antecipadamente informa ao leitor quem é o outro personagem, que não o americano, embora a narrativa não o mencione como tal. O esclarecimento está implícito, no jogo da discriminação, e a leitura atenta do texto não pode deixar dúvidas a respeito.

3 Patrão x Empregado. A hierarquia desta relação prepara uma situação inferior do personagem que, em relação ao preto, manifesta pretensão de superioridade.

4 Amizade sincera x amizade circunstancial. Por essa oposição, aqui se questiona a verdadeira amizade, que não se pode abalar com a variação das circunstâncias.

5 Orgulho x simplicidade. Duas noções que ficam evidentes no comportamento dos personagens, para lhes definir o caráter.

6 Discriminação x igualdade. Oposição básica do texto, que do *frame* cultural passa ao desmascaramento do comportamento individual.

E) Relações de associação

1 Preconceito racial: a) conotação do branco, por força cultural; b) conotação do texto, por atitude indevida do branco em relação ao amigo preto.

2 Respeito ao semelhante: as atitudes do preto e do americano reafirmam o princípio da igualdade.

3 Interesse: idéia que domina a atitude do branco, provocando o desrespeito ao seu semelhante.

4 Caráter inferior: a situação de subalterno do americano confirma o caráter inferior do branco, dominado por interesses.

5 Caráter superior: a situação de amigo do americano coloca o preto em plano superior ao do branco, confirmando a sua franqueza e espontaneidade.

6 Hipocrisia: é o que conota a atitude do branco, no relacionamento com o preto.

7 Sinceridade: é o que conota a atitude do preto, no relacionamento com o branco e com o americano.

F) Passos básicos da narrativa

1 O branco, em situação favorável, mostrara-se amigo do preto.

2 O branco ficou em situação adversa.

3 O branco conseguiu um emprego com um americano.

4 O encontro na rua com o preto perturbou o branco na presença do americano.

5 O branco desprezou a amizade do preto, com receio do preconceito americano.

6 O preto era amigo do americano (ou O branco é que tinha discriminação).

G) Relações sêmicas fundamentais

Com base em Pottier (1968; 1970), seguem nos núcleos fundamentais as relações de oposição (H), inclusão (C), participação (W) e associação (~):

1	Realidade		
	H		- inferioridade do preto
Modalidade C	Hipótese	~	- "preconceito" do americano
	W		
	Reflexões do personagem branco		
	Hipótese		
	H		- amizade falsa do branco
Modalidade C	Realidade	~	- não-discriminação do americano
	W		- preconceito do personagem branco
	afirmação geral da narrativa		

A narrativa oferece duas isotopias: a da visão do branco, pela sua reflexão sob pressão social e cultural, constituindo o plano hipotético; e a visão geral do narrador, que constitui o plano da realidade. A oposição desses dois planos põe em contraste a idéia da discriminação racial e submete à prova a suposta amizade do personagem branco pelo personagem preto.

2		preto H		- pressão social - pressão cultural
	Humano C	branco	~	- caráter inferior - discriminação
		W subalterno do americano fingimento para com o preto		
		branco H		
	Humano C	preto	~	- caráter superior
		W amigo do americano atitude sincera, espontânea		

A pretensa superioridade do branco é desmentida pela sua situação e pelo seu comportamento: enquanto ele é empregado do americano, o preto é amigo deste; enquanto ele finge amizade, o preto demonstra franqueza e sinceridade, a conotar um caráter superior ao do branco. A discriminação é o branco que manifesta, ressaltando-se, porém, que a pressão social (desemprego) e a pressão cultural (idéia do preconceito americano) precipitam o seu comportamento.

3		Chefe (americano) H		
	Hierarquia C	Empregado (branco)	~	- interesse
		W desespero anterior desconsideração companheiro de cor		
		Empregado H		
	Hierarquia C	Chefe	~	- igualdade, respeito
		W amizade pelo preto		

A posição funcional coloca hierarquicamente o branco abaixo do americano, que conota respeito pelo semelhante, igualdade, dada a amizade que revela pelo preto. O

branco empregado, baseado no interesse do emprego e sob a pressão cultural da idéia do americano preconceituoso, não quer mais o desespero do desemprego e vai à desconsideração pelo companheiro de cor.

4			amizade verdadeira H		
	Relacionamento	C	amizade circunstancial W (branco) "virar a cara"	~	hipocrisia
			amizade circunstancial H		
	Relacionamento	C	amizade verdadeira W atitude espontânea do preto	~	sinceridade

O conceito da amizade, como uma das idéias fundamentais do texto, se manifesta com duas faces: um relacionamento circunstancial por parte do branco, com base na hipocrisia, que leva ao desprezo do amigo preto; um relacionamento verdadeiro por parte do preto, com base em atitudes francas e espontâneas, que conotam a sinceridade de propósitos.

5			simplicidade H		
	Qualidade humana	C	orgulho W ter vergonha de situação adversa	~	- visão deturpada dos fatos
			orgulho H		
	Qualidade humana	C	simplicidade W agir com naturalidade e franqueza aceitação do preto pelo americano	~	- visão lúcida dos fatos

Este núcleo opõe qualidades dos dois personagens principais, observáveis sobre as suas próprias atitudes. Do branco o fato de chegar a passar fome feriu o seu orgulho, por isso não quis que ninguém soubesse. Sua visão dos fatos, portanto, é pouco lúcida, donde a discriminação e o desrespeito para com o amigo. Com o preto e o americano

aparece a simplicidade, do primeiro pela sua ação natural e franca, do segundo pela própria aceitação espontânea do amigo de cor.

6			discriminação H		
	Comportamento social	C	igualdade W	~	- respeito ao semelhante
			preto/americano		
			igualdade H		
	Comportamento social	C	discriminação W	~	- desrespeito ao semelhante
			branco		

O núcleo envolve as categorias semânticas básicas do texto, opondo justamente de um lado o preto/o americano com o seu conceito de igualdade que conota respeito ao semelhante, de outro o branco no seu ato de discriminação para com o amigo preto, como grande desrespeito ao ser humano.

H) Esquema significativo

<i>Hipótese</i>		<i>Realidade</i>
Branco		Preto (amigo do americano)
	> -----(americano) --->	
Preto		Branco (empregado dele)
		Americano < -----> Preto
		Branco

O americano é o pano de fundo para definir o relacionamento e as posições do preto e do branco. Este, na hipótese de sua superioridade, renega aquele. Todavia, na realidade, enquanto o branco é subalterno do americano, o preto é amigo dele, estando pois no mesmo nível de relacionamento, não no plano inferior ao do branco.

I) Metassemia (Vide Revista de Cultura Vozes, n.7, 1970)

O texto, com sua detalhada riqueza lingüística, demonstra:

- que o problema do preconceito racial existe para muitos, em disfarce;
- que o complexo de superioridade é superado pela consideração e pelo respeito humano;
- que a diversidade de circunstâncias não pode afetar a verdadeira amizade, que se fundamenta em franqueza, sinceridade e respeito.

ALMEIDA, J. de. Prejudice in disguise. *Alfa (São Paulo)*, v.39, p.57-70, 1995.

- **ABSTRACT:** This article attempts to analyse the basic meaning of F. Sabino's text "Preto e Branco". Making use of some theoretical linguistic models, essentially those of Greimas's and Pottier's, it starts with an account of the narrative structure and the generative course of meaning and ends with the semic relations, in especial.
- **KEYWORDS:** Text analysis; narrative structure; course of meaning; semic relations.

Referências bibliográficas

- 1 ALMEIDA, J. de. *Introdução ao estudo das perífrases verbais de infinitivo*. São Paulo: ILHPA-HUCITEC, 1980.
- 2 _____. *Texto em Análise*. *Alfa (São Paulo)*, v.29, p.29-40, 1985.
- 3 BENVENISTE, E. Structure des relations d'auxiliarité. *Acta Linguistica Hafniensia (Copenhagen)*, v.IX, n.1, p.1-15, 1965.
- 4 BREMOND, C. A lógica dos possíveis narrativos. In: BARTHES, R. et al. *Análise estrutural da narrativa*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1972.
- 5 FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, Edusp, 1989.
- 6 GREIMAS, A. J. *Semiótica do discurso científico*. Da modalidade. Trad. de C. T. Pais. São Paulo: Difel, 1976.
- 7 MATTOSO CÂMARA JR., J. *Estrutura da Língua Portuguesa*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1972.
- 8 POTTIER, B. Hacia una semántica moderna. In: *Lingüística moderna y filología hispánica*. Madrid: Gredos, 1968.
- 9 _____. *Gramática del Español*. Madrid: Alcalá, 1970.
- 10 REVISTA DE CULTURA VOZES. Petrópolis: Vozes, v.64, n.7, 1970.
- 11 SABINO, F. *Mulher do Vizinho*. 4.ed. Rio de Janeiro: Sabiá, 1967.

A PRODUÇÃO DE SENTIDO EM UMA NARRATIVA DE FERNANDO SABINO

Odilon Helou FLEURY¹

- RESUMO: Este trabalho procura analisar a construção de sentidos na narrativa "Ousadia", de Fernando Sabino, tendo como fundamento a adequação entre coerência e coesão realizada pelo autor.
- PALAVRAS-CHAVE: Análise textual; textualidade; discriminação; significação.

I Considerações iniciais

Em princípio, há o pressuposto de que, como falantes, usualmente nos exprimimos mediante a utilização de frases, as quais, por sua vez, se organizam em unidades de dimensões mais amplas, concebidas via de regra como *discurso* (manifestado, em termos lingüísticos, por meio de textos – sentido estrito). Como Fávero & Koch (1988), poderíamos neste caso tomar o texto como

qualquer passagem, falada ou escrita, que forma um todo significativo, independente de sua extensão. Trata-se, pois, de uma unidade de sentido, de um contínuo comunicativo contextual que se caracteriza por um conjunto de relações responsáveis pela tessitura do texto os critérios ou padrões de textualidade, entre os quais merecem destaque especial a coesão e a coerência. (p. 25)

Conhecer um texto, apreendendo-lhe as significações básicas, exigiria, portanto, investigar estes critérios de textualidade, buscar compreender as configurações de sentido que subjazem à materialidade lingüística da narrativa. Em outras palavras, é preciso observar a adequação promovida pelo autor entre o que a lingüística textual define como coesão e coerência, tentando identificar a projeção dos sentidos fundamentais do texto nos diversos segmentos lingüísticos que o instauram. É de interesse, pois, constatar como o autor recupera nestes segmentos a coerência significativa da

¹ Professor Assistente do Departamento de Lingüística da UNESP – Assis. Doutorando na área de Filologia e Lingüística Portuguesa pela UNESP – 19800-000 – Assis – SP.

unidade textual a ser analisada, construindo-a, isto é, como se dá o ajuste entre sua organização verbal e seu contorno semântico.

Os princípios que nortearão esta análise sedimentam-se sobretudo em determinados pontos teóricos da moderna lingüística. Ao lado destes, incluem-se as relações sêmicas fundamentais de Pottier (1970) e os níveis de significação de que nos fala Almeida (1974) em seu artigo "Semântica de texto". Entretanto, a primeira abordagem, anterior a tal análise, persegue uma especificidade que se assenta nas evidências das significações lingüísticas da narrativa, depreendendo-lhe, por assim dizer, a coerência e se constituindo em uma linha de verificação alternativa.

Para proceder à análise, optamos pela escolha de "Ousadia", de Fernando Sabino (1967).

A moça ia no ônibus muito contente desta vida, mas, ao saltar, a contrariedade se anunciou:

- A sua passagem já está paga - disse o motorista.

- Paga por quem?

- Esse cavalheiro aí.

5 E apontou um mulato bem vestido que acabara de deixar o ônibus, e aguardava com um sorriso junto à calçada.

- É algum engano, não conheço esse homem. Faça o favor de receber.

- Mas já está paga...

- Faça o favor de receber! - insistiu ela, estendendo o dinheiro e falando bem alto para que o homem ouvisse: - Já disse que não conheço! Sujeito atrevido, ainda fica ali me esperando, o senhor não está vendo? Vamos, faça questão que o senhor receba minha passagem.

O motorista ergueu os ombros e acabou recebendo: melhor para ele, ganhava duas vezes.

A moça saltou do ônibus e passou fuzilando de indignação pelo homem.

Foi seguindo pela rua, sem olhar para ele.

15 Se olhasse, veria que ele a seguia, meio ressabiado, a alguns passos.

Somente quando dobrou à direita para entrar no edifício onde morava, arriscou uma espiada: lá vinha ele! Correu para o apartamento, que era no térreo, e pôs-se a bater aflita:

- Abre! Abre aí!

A empregada veio abrir e ela irrompeu pela sala, contando aos pais atônitos, em termos confusos, a sua aventura:

- Descarado, como é que tem coragem? Me seguiu até aqui!

De súbito, ao voltar-se, viu pela porta aberta que o homem ainda estava lá fora, no saguão. Protegida pela presença dos pais, ousou enfrentá-lo:

- Olha ele ali! É ele, venham ver! Ainda está ali o sem-vergonha. Mas que ousadia!

25 Todos se precipitaram para a porta. A empregada levou as mãos à cabeça:

- Mas a senhora, como é que pode! É o Marcelo.

- Marcelo? Que Marcelo? - a moça se voltou surpreendida.

- Marcelo, o meu noivo. A senhora conhece ele, foi quem pintou o apartamento.

A moça só faltou morrer de vergonha:

- É mesmo, é o Marcelo! Como é que eu não o reconheci! Você me desculpe, Marcelo, por favor.

No saguão, Marcelo torcia as mãos, encabulado:

- A senhora é que me desculpe, foi muita ousadia...

II Uma análise alternativa: os sentidos do texto

De imediato, seria oportuno distinguir em "Ousadia", considerando seu foco narrativo, o sujeito da enunciação e um observador-personagem (a moça). Os fatos são apresentados predominantemente segundo o ponto de vista deste último, ou seja, o leitor toma conhecimento daqueles fatos conforme a moça percebe a manifestação objetiva da realidade que a cerca. Destaca-se, pois, em primeira instância, a voz de um narrador onisciente; o leitor, entretanto, tende a ser induzido pela perspectiva da personagem central. A impressão dos acontecimentos e o seu delinear são intermediados por esta personagem.

O narrador, trazendo o evoluir das ações fundamentalmente de acordo com a capacidade de percepção da protagonista, constrói, por assim dizer, em consonância com outros elementos estruturais, o contexto significativo da narrativa, conferindo a esta certas particularidades.

O texto tem seu início com a declaração (linha 1) de um estado de satisfação: *A moça ia no ônibus muito contente desta vida ...* A existência de tal estado de equilíbrio, embora breve, ganha importância, está claro, na mesma medida do prenúncio de sua quebra. A iminência do desequilíbrio, senão pela necessidade de se dar seqüência à própria narrativa, confirma-se com a presença do verbo "ir", na forma do pretérito imperfeito. O tempo verbal aqui sugere uma fragilidade do quadro satisfatório e, portanto, revela a proximidade de sua ruptura, evidenciada pela contraposição, ainda na primeira linha, da oração coordenada introduzida pela conjunção adversativa "mas", expondo o fato responsável pelo rompimento.

O contraste se faz sentir de forma mais pronunciada ao se observar o sintagma "muito contente"; o superlativo acentua a oposição diante de "contrariedade", cuja descrição dá-se por meio da fala do motorista: "A sua passagem já está paga" (linha 2).

Chamamos, nessa frase, a atenção para a estrutura "já está paga", registrando ação consumada, conclusiva. Uma ênfase, talvez, a sugerir o gesto convicto de seu autor. Não há elementos indicativos de uma, ainda que tênue, incerteza. Ele não ficara reticente (o que ocorreria, por exemplo, em um suposto "Há quem queira pagar sua passagem"); agira de um modo a nos fazer suspeitar que tivera algum motivo para assim proceder, a atitude não fora gratuita. O rapaz movera-se pela intenção de querer pagar. E, decidido, pagou.

Gentileza ou ousadia?

A questão esbarra antes na intenção que o sujeito tivera. A primeira leitura realizada pela moça, diante desta intenção, foi certamente determinante de seu comportamento hostil. Que leitura foi esta? Não isenta, está claro. O que a condicionou?

As respostas a tais indagações abrem-nos a possibilidade de investigar as *pistas* fornecidas pelo narrador na construção do episódio, bem como na presença dos

elementos constitutivos da coesão expressa na narrativa, em consonância com os rumos tomados por ela, compondo sua coerência.

Assim, a procura destes recursos coesivos poderia começar pela possibilidade de projetarmos no vocábulo “passagem”, alicerçando seu provável valor polissêmico dentro do texto, um indicativo da referência do autor ao contorno das principais linhas isotópicas da narrativa: exterioridade/interioridade, em um plano primeiro, e ainda, em outro plano, esquecimento/lembrança. Em outras palavras, o vocábulo “passagem”, lexicalizado aqui como “bilhete que dá direito à viagem”, teria seu emprego justificado por um outro sentido subjacente, qual seja, “ato ou efeito de passar(-se), mudar(-se), transformar(-se)”, diluído na narrativa, numa eventual alusão à mudança do estágio de desconhecer/esquecer (a protagonista não reconhece no “sujeito atrevido” o noivo de sua empregada) para o de (re)conhecer/lembrar. Nesta mesma linha analítica, o termo estaria fazendo referência à evolução de um estado de superficialidade (característico de um comportamento marcado pelo não reconhecimento, ou melhor, pelo esquecimento inicial) para um estado de essencialidade (especificado pela identificação, pelo [re]conhecer final).

A respaldar semelhantes afirmações, e não deixá-las na dimensão de meras conjecturas, estariam, acreditamos, o próprio sentido do texto, a sua rede de significações e os segmentos lingüísticos que a ela conferem sustentação, levando-nos a diagnosticar a adequação dos padrões de coerência/coesão da narrativa em causa. Não é difícil, por exemplo, notar a protagonista adotando comportamentos que acentuam sua instabilidade emocional. Suas ações parecem caracterizar-se por certa impulsividade e tendem a ser desproporcionais às situações que enfrenta, a ponto de a natureza destas quase nunca justificar a extensão daquelas. Ressalte-se ainda a sua atitude de discriminação ao “sujeito atrevido”, construída a partir de um pré-conceito e formulado em termos de impressões externas (provavelmente ficará a dúvida de como ela reagiria, se do mesmo modo ou não, caso, ao invés de um mulato, quem lhe pagasse a passagem fosse, suponhamos, um hipotético homem alto, de perfil atlético, que lhe parecesse bonito, mas que sobretudo fosse de cor branca). Isto estaria na base, como tentaremos mostrar, de certos componentes emocionais caracterizadores de uma personalidade que elabora conceitos, constrói opiniões e estabelece juízos de valor sobre dados que conotam superficialidade, compondo, portanto, um traço psíquico compatível com a discriminação e o pré-conceito com que trata o “mulato bem vestido”. Acaba por revelar, além disso, e em decorrência, sua propensão a agir menos por esforço da razão do que por impulsos da emoção, geradores de equívocos e de gestos desmedidos.

Assim, estaríamos em condições de definir uma das isotopias fundamentais do texto, de grande relevância na identificação de sua base significativa: em sintonia com tais traços de superficialidade, a *exterioridade* (aparência – o que parece realidade sem o ser – a não essência), em oposição à *interioridade* (essência, profundidade), fazendo conexão, respectivamente, com o esquecer (não [re]conhecer) e o lembrar.

Vejamos.

Alguém decide pagar a passagem de nossa protagonista. Como provavelmente faz o leitor, o motorista interpreta o fato como uma gentileza (claro em “cavalheiro”, linha 4).

Na mesma linha, ao responder à pergunta da moça (“Paga por quem?”), o referido motorista, como seu emissor, faz uso do determinante “esse” e do advérbio “aí”, reveladores da sua distância física e emocional em relação ao desconhecido; ao mesmo tempo, assinala a proximidade que julgava existir entre aquela e este último. Em outras palavras, o motorista, tomando o gesto do mulato como uma gentileza, deduziu que este e a moça se conheciam mutuamente (o que para ele se justificava com clareza diante do gesto de cavalheirismo, do sorriso e da espera na calçada). Como seria natural, colocou-se à distância dos dois.

O substantivo “mulato” (linha 5) assume uma expressiva peculiaridade. Responde sem dúvida, e em especial, pela necessidade de o narrador, na definição dos padrões de textualidade, indicar um dado notoriamente *externo* (cor de pele) na primeira referência explícita ao personagem. Um dado passível de sugerir atitude discriminatória (sabemos que a discriminação assenta-se, muitas vezes, no *pré-conceito*, no *pré-julgamento*). Uma, dentre tantas, das evidências da linha isotópica da exterioridade, observada acima. Como acréscimo, o sintagma adjetival “bem vestido” (a segunda caracterização do personagem, e ambas com dados externos) tem aqui uma importância extraordinária e merece uma análise mais detida. De início, liga-se também, como dissemos, à idéia de aparência, de exterioridade; um elemento com caráter de superficialidade notória, paradoxalmente utilizado como primeira particularização, como referencial do desconhecido. Além disso, “bem vestido” parece conferir certa distinção ao termo “mulato”, como a aliviar-lhe, por assim dizer, o estigma da cor.

Convém salientar ainda que “bem vestido” assumirá uma relevância significativa pela circunstância de contrapor-se à idéia de *trajes de trabalho*, ou, mais simplificada-mente, “roupa de serviço”, não lexicalizada no texto.

Explicuemos melhor.

Como nos é dado perceber ao final da narrativa, até o instante em que se faz a identificação do tal “sujeito atrevido” coexistem na protagonista, sem que ela conscientemente o saiba, dois homens distintos. O que se apresenta a ela no ônibus opõe-se, segundo seu padrão de referência, àquele com o qual ela travara contato quando ele pintara o seu apartamento. Um, bem vestido; o outro, trajando uma vestimenta adequada ao ofício de pintar paredes, como subentendido no texto. Em comum entre eles, a cor de pele: ambos mulatos. A distinção para ela se fizera, em um primeiro momento, a partir de um dado externo, aparente. Ou seja, não é uma distinção clara, consistente; a tendência, pois, é que se anule. Apagara-se de sua memória aquele pintor; agora, surgia-lhe “um estranho” que se atrevia a segui-la. Em certo sentido, ela não foi capaz de “[re]conhecer” nenhum dos dois. Não lhe convinha fazê-lo. Um indício mais de sua conduta discriminatória, denunciando-lhe a superfi-

cialidade das formulações de opinião, como um componente marcante de sua personalidade.

O mesmo homem aparece para nossa protagonista em momentos opostos, com roupas (elemento externo) diferentes; o pintor paga-lhe a passagem, no entanto, ela não se lembra mais dele, *esquece-o*, na medida em que tem como parâmetros de identificação dados *não-essenciais*, externos; havia em algum lugar de sua mente um pintor de paredes, com um provável uniforme, ou algo que o valha, sujo de tinta. Sua memória não o registrara "bem vestido",² ou esse registro se fez tênue por se sustentar no superficial, no aparente. Dissociara ambos, ou melhor, esquecera-se deles. O que supostamente poderia constituir-se em um elemento a mais a favor do não esquecimento (a condição de ele ser noivo de sua empregada) aparece, na verdade, como uma agravante, salientando o componente discriminatório como um traço caracterizador da personalidade da protagonista; afinal, se tal componente faz parte de seu perfil, é lícito imaginar este mesmo comportamento em relação à sua empregada.

Destaca-se a primeira de uma série de evidências, em conjunção, presentes no texto, que deverão corroborar as idéias de superficialidade, de exterioridade, de aparência como definidoras marcantes da capacidade perceptiva de nossa personagem principal. Isso deverá fazer-nos notar a conexão coerente entre os sentidos de *esquecer* ou *não [re]conhecer* ("não distinguir, não identificar") e *exterioridade* ou *superficialidade* ("não saber a essência, não ver o interior, não distinguir"), determinantes do *pré-conceito* e da discriminação, opondo-se a *lembrar* ou *[re]conhecer* e *interioridade*, as fundamentais linhas isotópicas ou categorias semânticas da narrativa.

Passemos a recompor o perfil da "moça", de grande relevância se lembrarmos que é basicamente sob a sua perspectiva que ao leitor é dado perceber a evolução dos fatos.

Esta personagem surge-nos "muito contente"; logo a seguir passa a contrariada. Um "desconhecido" concede-lhe uma gentileza e acena com um sorriso, o suficiente para transtorná-la. De início, registra o fato (linha 7) como "um engano" (dela mesma, dentre outros, como se percebe depois). Justifica-se assegurando não conhecer aquele homem (na verdade, apenas esquecera quem era), devidamente determinado pelo pronome "esse", indicativo do distanciamento que acreditava existir entre eles (o primeiro indício da discriminação).

Aqui vale observar um pouco mais a questão da distância, nivelada a um eventual detalhe. Em *Já disse que não conheço* (linha 10), talvez seja significativa a omissão do complemento verbal "o" quando a moça refere-se ao *estranho*. Ao deixar de representá-lo em sua fala, conscientemente ou não, pouco importa, a protagonista sugere uma espécie de reforço ao juízo de distanciamento, ou antes, de discriminação, desprezo. Ganha vigor o argumento sobretudo se opusermos a essa omissão a sua presença, em um outro momento, numa situação diversa de diálogo, cujo referente,

² Deve ficar claro que o ato de esquecer o homem em questão não se prende apenas a tal circunstância. A ela, veremos, aliam-se algumas outras mais.

na fala da mesma protagonista, deixou de ser o mulato atrevido e passou a ser o Marcelo (linha 30: *É mesmo, é o Marcelo! Como é que eu não o reconheci!*).

Reportemo-nos ao perfil da “moça”. Percebemo-la, logo depois de o motorista receber “duas vezes” pela mesma passagem, alterando-se e falando “bem alto” (àquele) apenas para que o “desconhecido” pudesse ouvi-la. Ela esquivou-se de dizer-lhe diretamente. O risco de um enfrentamento pessoal não lhe convinha; melhor evitá-lo. Está temerosa e insegura (pois, justificando em sua personalidade um componente predominantemente não-racional, e portanto instável e emotivo, ela se encontra longe dos pais – junto a eles sente-se, como em geral toda criança, *protegida*, cf. linha 23). Reiterando desconhecer o tal homem, toma-o, e isso lhe parece o melhor a fazer, por petulante (“sujeito atrevido”, linha 10), situação agravada pela espera deste na calçada, com um sorriso.

Sua demonstração de hostilidade ao sujeito (“falando bem alto para que o homem ouvisse” [linhas 9 e 10]; “passou fuzilando de indignação” [linha 13]; “atrevido” [linha 10]; “descarado” [linha 21]; “sem-vergonha” [linha 24]) deixa evidente o desmedido de sua reação, assentada no emocional. Mais tarde, ao se processar a identificação de Marcelo, a moça, que não se lembrou de imediato do noivo da empregada, admite envergonhada seu equívoco (antes atribuído a ele [linha 7]).

Ao passar “fuzilando de indignação”, a moça mostra a Marcelo que reprovara a gentileza deste, ou seja, anuncia *apressadamente* a sua flagrante aversão (sentido conotado a partir de fuzilar), sua repulsa pelo que imaginava ser uma insolência. Em outras palavras, confunde ousadia com gentileza. E nem poderia distingui-las, pelo que já tivemos a oportunidade de verificar. Perceber a essência é distinguir, portanto não se equivocar, identificar. Entretanto, aqui a essência opõe-se, como um dos traços definidores de nossa protagonista, à superficialidade característica de sua competência avaliativa.

“Foi seguindo pela rua, sem *olhar* para ele” (linha 14). Na verdade, ela não foi capaz de vê-lo (o verbo *ver* significa identificar, distinguir ou perceber pela visão). Ela não poderia fazê-lo, sabemos. Quando muito, ela “arriscou uma espiada” (linha 16), ou seja, aplicou-se apenas em um *olhar ligeiramente*, em *dar uma olhadinha*, *ver* com superficialidade, portanto não distinguir com clareza, não divisar a essência, isto é, deixar de identificar Marcelo, ou o mesmo que se *esquecer* dele.

O fato parece constituir-se em um elemento a mais a reforçar a dificuldade da protagonista em chegar a ver a realidade, isto é, divisá-la com nitidez, não a pré-julgando, não formulando opiniões equivocadas a partir deste pré-julgamento. A discriminação e o pré-conceito compõem suas conformações perceptivas vinculadas a aparências, estabelecendo-se o fio isotópico da exterioridade, ligado ao não-lembrar.

Seguindo sem olhar para Marcelo (na verdade deu-se apenas isto, um olhar, a imperfeição), a moça não o pôde ver. Se o fizesse, desde o primeiro instante, ter-se-ia lembrado dele e a discriminação, assim, não se concretizaria. Se ela pudesse tê-lo observado melhor ainda quando se dirigia para o apartamento dos pais, certamente o perceberia “meio ressabiado”, isto é, um tanto surpreso, assustado, como a sugerir

que não esperava aquela reação negativa de indignação. E ele naturalmente deveria ter motivos para tanto. Contudo, nossa protagonista, presa à superficialidade de suas observações, não foi capaz de notar que o "sujeito" somente procurara ser gentil; sem a essência, não pôde ver a gentileza, não a distinguindo da ousadia. Antes, já o discriminara; tratava-se de um mulato, noivo da empregada, um simples pintor de paredes. Como poderia ter-se lembrado dele?

E exatamente desse Marcelo ela se esquecera. O "desconhecido" excedera-se; atrevera-se; sentiu-se ameaçada quando o *olhou* seguindo-a. *Passou* a experimentar a sensação do medo progressivo ("arriscou uma espiada", linha 16; "Correu", linha 17; "aflita", linha 17; "irrompeu", linha 19; "termos confusos", linha 19). Afinal, segundo ela, vivera uma "aventura" (linha 20). Se relembrarmos, no entanto, que o vocábulo "aventura" corresponde a *experiência perigosa, arriscada*, teremos uma confirmação da visão *distorcida* de uma pessoa que emite juízos de valor, apreende a realidade que a cerca a partir de uma perspectiva calcada na aparência, no superficial. São impressões apenas, isto é, percepção inconclusa, recolhida *apressadamente* ("passou fuzilando", linha 13; "espiada", linha 16; "correu", linha 17; "irrompeu", linha 19; "precipitaram", linha 25), daí não poderem ser nítidas, ou seja, foram equivocadas, geradoras de indistinções (não distinguiu Marcelo, não distinguiu ousadia de gentileza). A moça *pré-julgara* Marcelo, discriminara-o.

O açodamento impõe, por força, a superficialidade; impede a distinção clara e precisa; dificulta o reconhecimento interior, inviabiliza a percepção da essência. O resultado, bem o sabemos, é o equívoco. Coexistem na moça por algum tempo, vimos, dois homens, embora sejam um e outro a mesma pessoa. Ao esquecer-se de Marcelo, o noivo de sua empregada, a protagonista dissocia-o do "mulato bem vestido". Presa à aparência, esquece, não há um dado essencial que lhe permita lembrar-se. Esse mesmo dado aparente responde, para a protagonista, pelo primeiro elemento diferenciador de que se serve para *pré-julgar*. O Marcelo "bem vestido" não existia em sua memória, não o associara ao pintor de paredes, usando uma roupa qualquer, provavelmente suja de tinta.

E novamente a aparência responde para ela pelo segundo elemento de diferenciação, a cor da pele (pele: membrana que reveste *exteriormente* o corpo). De um lado, havia para a moça um certo *mulato* desconhecido (na verdade, esquecido), que ousara pagar sua passagem e esperá-la sorrindo; de outro, um *mulato* noivo de sua empregada, o Marcelo, acerca do qual formulara uma imagem que não incluía o substantivo gentileza. Em ambas as situações o elemento cor de pele faz-se presente. Há evidência do *pré-conceito*, da discriminação.

O quadro leva-nos fatalmente a pensar, considerando o elemento cor de pele, em *mulato* (o atrevido e o Marcelo) como uma característica morficamente marcada, opondo-se a *branca* (a moça), não-marcada (claro em "apontou um mulato", linha 5; difícil imaginar um registro hipotético, neste mesmo ponto da cadeia sintagmática, do tipo *apontou um branco*). Em outras palavras, a constatação uma vez mais faz-nos considerar aí, intermediando a percepção da protagonista, a existência de traço

discriminatório, a existência de um *PRÉ*-conceito (conceito formulado sem reflexão, de maneira superficial, apressada), isto é, retornamos à elaboração de opiniões e de juízos de valor sedimentada no aparente, na não-essência, engendrando o esquecer.

Podemos dizer que é atingida a essência (interioridade), portanto o saber, o distinguir, no exato instante em que, para a moça, restaura-se a identidade de Marcelo, desfaz-se a distinção entre os dois homens (lembra-se do noivo da empregada – *É mesmo, é o Marcelo! Como é que eu não o reconheci!* linha 30).

A narrativa inicia-se, assim, com a protagonista em disjunção com o lembrar, discriminando, e, por conseqüência, em conjunção com o esquecer. Ao final, dá-se o inverso. Temos a *passagem* (sugerida na linha 2 pelo significante *passagem*) de um estágio a outro.

Talvez mereça referência ainda a utilização polissêmica da forma verbal “ousar”. Em “ousou enfrentá-lo” (linha 23), descreve-se a decisão da moça, *encorajada* pela figura dos pais, ao perceber a presença do mulato; vale contrastar esse conteúdo semântico do verbo à idéia de “atrevimento, petulância”, com que é empregado pela própria protagonista para caracterizar o comportamento daquele. A coragem dele, ao contrário da sua, não corresponde a destemor, mas a insolência. A moça ousou enfrentá-lo (uma associação positiva de defesa); Marcelo ousou pagar-lhe a passagem e seguiu-a (associação negativa de intromissão).

Muitíssimo sintomática, em especial por ocorrer no momento relativo à conjunção da protagonista com o lembrar, a recorrência sistemática do substantivo próprio Marcelo, algumas até perfeitamente dispensáveis.

Diante do que foi até aqui discutido, poderíamos considerar as diferentes interpretações que, no transcurso da narrativa, ganham um mesmo comportamento. Da perspectiva de Marcelo, o gesto inicial de gentileza passa a evoluir para a admissão da ousadia, dada a reação da moça; da perspectiva desta, verifica-se o inverso. Ao reconhecer seu equívoco e se desculpar, a protagonista não elimina, no entanto, a evidência do seu ato discriminatório, ao contrário.

A propósito, foram na verdade dois os seus equívocos, sendo o segundo decorrente do primeiro. Não se lembrou de Marcelo, dada a forma como o discrimina; por isso mesmo confundiu gentileza com ousadia. Depreende-se facilmente do texto que tal gentileza não fora gratuita. O rapaz, por conhecer a moça o bastante e por ser de índole amável (conforme indícios visíveis na narrativa), sentira que o seu gesto era justificado e certamente seria bem aceito. Implica dizer, pois, que a moça, ao esquecer-se dele, o pintor do apartamento onde ela morava e ainda o noivo de sua empregada, na verdade discrimina-o racial e socialmente.

III Destaques complementares

A proposta de buscar a significação global do texto leva em conta a projeção adequada dos seus sentidos na materialidade lingüística que lhe dá suporte. A unidade

coesão/coerência considera, assim, o trabalho do autor na tarefa de compor o significado mediante a relação deste com os diferentes segmentos lingüísticos do texto.

Ao investigar certas estruturas significativas de "Ousadia", percebemos a evolução dos fatos e acontecimentos ajustar-se à perspectiva da protagonista. Há uma situação inicial de equilíbrio, embora frágil, representada pelo contentamento da moça. O verbo "ir" na forma do pretérito imperfeito prenuncia o rompimento desse equilíbrio, o que se dá efetivamente em seguida, conforme já vimos, a partir da seqüência introduzida pela conjunção adversativa "mas". O estado agora de desequilíbrio, provocado pela combinação da atitude de cordialidade de Marcelo com a circunstância de a protagonista dele ter-se esquecido, predomina em grande parte da narrativa.

O outro momento de equilíbrio, mais ao final, é instaurado mediante a intervenção da figura da empregada. Por seu intermédio, a moça lembra-se de Marcelo. Assim, definem-se nitidamente dois estados de equilíbrio, havendo entre eles uma flagrante diferença diante do valor, para o segundo, do estado de desequilíbrio (ou, digamos, de tensão) que se interpõe aos dois.

A chamada "seqüência alienante" (Greimas, 1973, p.251 e ss.) ocorre em torno de um imprevisto, introduzido, vimos, pela conjunção "mas", dando outro direcionamento na linha narrativa, colocando a moça em uma situação primeira de indignação e medo (a parte predominante).

Por seu turno, a "seqüência reintegrante" (Idem) ocorre quando da "identificação" de Marcelo. Pode-se dizer que tal revelação não é esperada pela protagonista, contudo razoavelmente suspeita, pelo menos de certa forma, para um leitor atento, em virtude dos indícios fornecidos pelo autor. Observamos, por exemplo, que o "cavalheiro" aguardava a moça "com um sorriso", circunstância favorável à idéia de receptividade; além disso, logo depois, ante a reação negativa daquela, o homem "a seguia meio ressabiado", surpreso, sugerindo que muito provavelmente ele tinha razões para esperar um outro comportamento, menos hostil.

Neste estado dois de equilíbrio, desfaz-se para a personagem central a idéia primeira de ousadia, opondo-se ao seu constrangimento ("só faltou morrer de vergonha", aliás, a sanção definida pelo percurso gerativo de sentido, conforme Greimas, um indício de que admitia, conquanto tardiamente, a gentileza de Marcelo ("Você me desculpe, Marcelo, por favor!"). Evidencia-se para o leitor aqui a idéia do esquecimento aliado à atitude de *pré-conceito*, isto é, a repulsa revelando uma discriminação decorrente do *pré-conceito*.

Fazendo um levantamento da essência significativa do texto, poderíamos destacar, por exemplo, em termos dos principais níveis morfossintáticos que o compõem, as suas frases básicas:

1 *A moça ia no ônibus muito contente desta vida ...* (linha 1). Traduz o estado inicial de equilíbrio do discurso e prenuncia sua ruptura.

2 *... mas, ao saltar, a contrariedade se anunciou: A sua passagem já está paga.* (linha 2). A importância desse conjunto frásico está em descrever a introdução do fato desencadeador do processo de desequilíbrio, especificando o elemento que dá início

à instauração da ruptura do equilíbrio. Relembrando que a associação do ato de pagar a passagem com o do esquecimento, por parte da moça, da figura de Marcelo dispõe em favor desta quebra.

3 *E apontou um mulato bem vestido...* (linha 5). Representa o elemento externo caracterizador primeiro de Marcelo e índice referencial da protagonista na formação da sua conduta discriminatória, de natureza racial e social. A imagem que a moça retém não se associa, pelo mesmo motivo, a uma outra, também de Marcelo, com trajes de pintor de parede e, agravante, noivo de sua empregada.

4 *É algum engano, não conheço esse homem* (linha 7). A confirmação do dito anterior, revelando ainda que o desequilíbrio reside na conjugação de dois fatos: o pagar e o esquecer.

5 *A moça saltou do ônibus e passou fuzilando de indignação pelo homem* (linha 13). Sintetiza todo o estado interior de insatisfação pelo qual passa a protagonista.

6 *Se olhasse veria que ele a seguia, meio ressabiado, a alguns passos* (linha 15). Indicativo de que o sujeito surpreendera-se com a reação da moça, como se esperasse outro comportamento. Isto realça para o leitor atento a atitude no mínimo estranha da personagem feminina. O homem parecia ter tido algum bom motivo para querer ser gentil. Entretanto, ainda que não o tivesse, o cavalheirismo já observado pelo motorista contrasta com a concepção de ousadia definida estranhamente pela moça.

7 *É o Marcelo* (linha 26). Dá-se a revelação para a protagonista (e, de certo modo, também para o leitor). Na seqüência reintegrante da situação de equilíbrio (o segundo), esta frase, dita pela empregada daquela, assinala novo desenvolvimento de grande importância para o fio narrativo. O "sujeito atrevido" é não só identificado como nominalizado. Esclarece-se a situação de equívoco patrocinada pela filha da patroa; o leitor comprova a conduta discriminatória, *pré-conceituosa*, da moça, que simplesmente se esquecer de Marcelo.

8 *A moça só faltou morrer de vergonha* (linha 29). A sanção, nos termos concebidos por Greimas (1973).

9 *Você me desculpe, Marcelo, por favor* (linha 30). O novo estado de equilíbrio.

Se pensássemos na representação dos pontos fundamentais da narrativa, isto é, nos seus passos básicos, teríamos as seguintes relações de actantes, nos termos adotados por Almeida (1974, p.123-4):

- a) A moça estava muito contente.
- b) Um homem paga a passagem para a moça.
- c) A moça não se lembra do homem.
- d) A moça fica indignada.
- e) A moça considera o homem petulante.
- f) A moça lembra-se de Marcelo.
- g) A moça fica desconcertada.

Essas relações evidenciam o enfoque fundamental em torno da personagem feminina, justificando sua condição de protagonista. Ela participa da caracterização das funções respectivamente de contentamento (o estado inicial de equilíbrio); de

esquecimento; de indignação; em que classifica o homem como atrevido; da lembrança de Marcelo; e, finalmente, de admissão do equívoco, manifestada por meio da sanção. Convém assinalar ainda a mudança que se processa na narrativa em *b* e *c*, e mesmo em *f*, pois aí temos o retorno ao estado de equilíbrio (o equilíbrio 2).

Para concluir, vale ainda registrar, embora parcialmente, as relações sêmicas fundamentais de "Ousadia", elaboradas com base em Pottier (1970) e a partir de certos núcleos, que entendemos cruciais, relativos aos principais campos associativos detectados na narrativa e inspirados em Almeida (1974, p.125).

Assim, teríamos os seguintes núcleos significativos básicos do texto:

a) *moça* – contente, falando bem alto, não conheceu o homem, fuzilando de indignação, aflita, ousou enfrentar o homem, se voltou surpreendida, só faltou morrer de vergonha, desculpa-se;

b) *homem (Marcelo)* – cavalheiro, mulato bem vestido, aguardava com um sorriso, meio resabiado, noivo, pintor, desculpa-se;

c) *ousadia/atrevidimento* (na visão interna do texto, isto é, na perspectiva da moça) – passagem paga, homem não [re]conhecido (esquecido), sujeito atrevido, fica esperando, seguia, o homem ainda estava no saguão;

d) *gentileza* (a realidade, a visão externa do texto, ou a mesma perspectiva de Marcelo e do motorista) – passagem paga, aguardava com um sorriso, cavalheiro;

e) *lembrança* – é o Marcelo, o meu noivo, foi quem pintou o apartamento, é mesmo;

f) *esquecimento* – esse homem, não conheço, sujeito atrevido, o sem-vergonha.

Partindo-se de tais núcleos, podem ser consideradas como essenciais as relações de oposição sêmicas que se seguem, apoiadas, repita-se, no esquema associativo de Pottier (1970) e observadas em Almeida (1974). As relações observadas são as de oposição (#), de participação (W), de inclusão (C) e de associação (~):

Primeira relação

				homem (Marcelo)	
				#	
humano	C	MOÇA	~	pressa, pré-conceito, aparência,	
		W		discriminação	
				estar muito contente	
				ficar indignada, equivocar-se	

A narrativa apresenta a moça em oposição ao homem (Marcelo), de quem se esquece; como ser humano, a moça, revelando freqüentes mudanças de comportamento, prende-se a aparências e sua repulsa inicial evidencia uma discriminação, decorrente do pré-conceito; não se lembrando de Marcelo, fica indignada ao interpretar como petulante o seu gesto de gentileza.

Segunda relação

			moça		
			#		
humano	C	HOMEM (MARCELO)	~	amabilidade, humildade	
		W			
		estar bem vestido, pagar a passagem, ficar ressabiado, seguir a moça, mulato			

O homem (Marcelo) está em oposição à moça por lembrar-se dela. Ele, num gesto amável, quis pagar-lhe a passagem, ficando surpreso com a sua reação negativa.

Terceira relação

			gentileza		
			#		
atitude	C	OUSADIA	~	equivoco, esquecimento, indefinição	
		W		exterioridade	
		o pagamento da passagem, concepção da moça			

A atitude de Marcelo se define como ousadia ou gentileza, dependendo da perspectiva em que é examinada; a primeira atitude opõe-se à segunda na interpretação equivocada da protagonista, que se esquece de que já conhecia o rapaz, tomando-o por petulante, ousado, caracterizando uma percepção superficial da sua realidade.

Quarta relação

			ousadia		
			#		
atitude	C	GENTILEZA	~	realidade, distinção, lembrança	
		W			
		o pagamento da passagem, intenção de Marcelo			

Na realidade, Marcelo, por se lembrar da moça, saber quem era, quis ser-lhe gentil pagando sua passagem; a atitude foi compreendida pelo motorista, mas não identificada pela moça, que, deixando de ater-se à essência, não distingue ousadia de gentileza, não reconhecendo esta última no gesto do rapaz.

Quinta relação

			esquecer		
			#		
memória	C	LEMBRAR	~	interioridade, essência, identificação,	
		W		não-discriminação, verdade	
				intervenção da empregada	

Por intermédio da empregada, a moça lembra-se de Marcelo, identifica-o, atinge a essência do fato, restaura a verdade e desfaz o equívoco cometido.

Sexta relação

			lembrar		
			#		
memória	C	ESQUECER	~	exterioridade, aparência, indefinição,	
		W		discriminação	
				intervenção da moça	

A protagonista não se lembra de Marcelo, esquece-se de que já o conhecia, não o identifica nem tampouco define seu gesto corretamente, toma-o em sua aparência, em seu aspecto exterior, discriminando o rapaz.

Numa análise sêmica, a partir destas relações, teríamos:

	Semantema	classema	virtuema
1 moça	estar indignada, equivocar-se	humano	pressa, discriminação
2 Marcelo	pagar a passagem	humano	amabilidade
3 ousadia	concepção da moça	atitude	equivoco, esquecimento
4 gentileza	intenção de Marcelo	atitude	lembrança, realidade
5 lembrar	intervenção da empregada	memória	essência, não-discriminação
6 esquecer	intervenção da moça	memória	aparência, discriminação

Uma possível metassemia (redução sêmica que nos dá condição de resumir o texto), isto é, a idéia fundamental da narrativa, a idéia que nos leva à análise feita, poderia ser "Atitudes discriminatórias sustentam-se em aparências e geram equívocos, com a formulação de falsos juízos de valor".

FLEURY, O. H. The production of sense in one of Fernando Sabino's narrative. *Alfa (São Paulo)*, v.39, p.71-85, 1995.

- **ABSTRACT:** *This paper tries to analyse the construction of senses in Fernando Sabino's narrative "Ousadia". Such awareness is founded on the relation between coherence and cohesion used by the writer.*
- **KEYWORDS:** *Textual analysis; textuality; discrimination; meaning.*

Referências bibliográficas

- 1 ALMEIDA, J. de. Oposições significativas. *Revista de Letras (São Paulo)*, v.17, p.91-100, 1975.
- 2 _____. Semântica de texto. *Revista de Letras (São Paulo)*, v.16, p.117- 29, 1974.
- 3 FÁVERO, L. L., KOCH, I. G. V. *Linguística textual: introdução*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1988.
- 4 FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, Edusp, 1989.
- 5 GREIMAS, A. J. *Semântica estrutural*. São Paulo: Cultrix, Edusp, 1973.
- 6 MARTINS, N. S. *Introdução à estilística*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.
- 7 POTTIER, B. *Gramática del Español*. Madrid: Alcalá, 1970.
- 8 SABINO, F. Ousadia. In: *A mulher do vizinho*. 4.ed. Rio de Janeiro: Sabiá, 1967.
- 9 VAL, M. da G. C. *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

AS CONDIÇÕES HISTÓRICAS DE PRODUÇÃO DE *O PRÍNCIPE* DE MAQUIAVEL E SUA ORGANIZAÇÃO DISCURSIVA¹

Arnaldo CORTINA²

- RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo fazer uma breve apresentação do contexto histórico em que se deu a produção do texto *O Príncipe* de Nicolau Maquiavel, destacando o aspecto socioeconômico das cidades italianas durante o Renascimento, com o propósito de estabelecer um perfil do homem renascentista. Em seguida, faz uma apresentação da maneira como foi organizado o texto maquiavélico, para destacar dois aspectos: seu caráter de manual, que visa à construção de um saber, e os procedimentos argumentativos e retóricos de seu discurso.
- PALAVRAS-CHAVE: Discurso; texto; enunciação; contexto histórico; narratividade; argumentação.

Introdução

Este trabalho tem como propósito explicitar o processo de organização discursiva do texto *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel. Como nossa investigação deseja valorizar a dimensão histórica da leitura, nada mais justo que trate, inicialmente, das condições históricas em que se deu a produção do texto maquiavélico.

Num primeiro momento, entendemos que seria importante observar alguns aspectos do Renascimento para poder expressar nossa visão sobre o período histórico em que o texto de Maquiavel foi escrito. Por outro lado, pretendemos abordar a questão da organização socioeconômica das cidades italianas durante o Renascimento, principalmente o caso de Florença, onde viveu Maquiavel, para, em seguida, traçar um perfil do homem renascentista.

Na segunda parte, trataremos especificamente do texto de *O Príncipe* de Maquiavel destacando três aspectos. Primeiramente, por meio da observação de sua estruturação narrativa, desejamos discutir o valor de "manual" a ele atribuído pela

1 O presente trabalho corresponde a uma parte de um dos capítulos da tese de doutoramento do autor. Ver Cortina, 1994.

2 Departamento de Letras Vernáculas – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP.

maioria de seus leitores. Num segundo momento, faremos um levantamento dos procedimentos argumentativos de que o enunciador se utiliza para construir seu discurso.

1 O espaço e o sujeito do Renascimento

Neste item pretendemos observar dois aspectos do Renascimento europeu e, mais especificamente, do Renascimento florentino, com o objetivo de estabelecer um panorama histórico a partir do qual tentaremos delimitar a formação ideológica e discursiva do texto maquiavélico para que possamos compreender em que medida esses aspectos interferem no momento da produção e se eles são levados em conta no instante da recepção.

O primeiro aspecto que tentaremos examinar, baseando-nos no trabalho de Larivaille (1988), é o da organização socioeconômica das cidades italianas durante o Renascimento. Partindo da concepção marxista de que as relações sociais são determinadas pela infra-estrutura econômica e que isso é refletido e refratado pelas formações ideológicas, é que julgamos importante discutir essa primeira questão.

O segundo aspecto que propomos abordar ainda neste item de nosso trabalho consiste em, tomando por base as considerações de Heller (1980), discutir a concepção de homem presente no Renascimento, numa tentativa de procurar compreender o sujeito inscrito em *O Príncipe* de Nicolau Maquiavel.

1.1 Organização socioeconômica das cidades italianas durante o Renascimento. O caso de Florença

Segundo Larivaille (1988), durante o século XVI ocorre uma grande concentração urbana na Europa. No caso da Península Itálica, embora a população do campo represente entre 75% e 90% da população, crescem as concentrações urbanas, como Veneza, Milão, Roma, Palermo, Messina e Nápoles, que, ao final do século XVI, ultrapassam 200 mil habitantes.

Os antigos feudos vão tomando-se nessa época grandes castelos da aristocracia e a atividade comercial que se vai desenvolvendo nos burgos é responsável pelo êxodo do campo. São as atividades de comércio que atraem os habitantes do campo, pois elas significam a possibilidade de fuga das péssimas condições de vida a que se viam submetidos.

Quer nas regiões onde a aristocracia passa também a viver nas cidades, como em Florença, quer nas outras onde continua isolada em seus castelos no campo, o modo de vida dos trabalhadores depende do desenvolvimento da burguesia mercantil que, quanto mais enriquece, mais "aspira substituir a nobreza ou assimilar-se a ela sem revolucionar as estruturas sociais anteriores" (Larivaille, 1988, p.193).

Em consequência disso, ocorre que, no caso florentino e em várias outras regiões da Itália, a nobreza e a alta burguesia mercantil passam a constituir, de fato, uma única classe dominante, separada do resto da população, segundo Larivaille, "por um abismo econômico, político e cultural, que não pára de crescer" (1988, p.193). Por essa razão também, o autor citado procura mostrar que, diferentemente do que alguns historiadores pretenderam afirmar sobre o período do Renascimento, não acontece nenhum "nivelamento das classes"; pelo contrário, as diferenças continuam grandes, e o que se vai alterando é o modo de relação de trabalho.

Os poderes políticos que constituíam a república florentina durante o Renascimento estavam nas mãos de uma pequena parcela da população. A sociedade de Florença, na verdade, compreendia uma divisão tripartite: uma restrita classe alta, uma também pequena classe média (o povo) e uma imensa classe pauperizada (a plebe). De acordo com Larivaille (1988), segundo os registros de impostos de Florença em 1457, o número de pessoas que nada pagava ou pagava menos de um florim correspondia a 82% da população da cidade. Por outro lado, aqueles que pagavam entre um e dez florins correspondiam a 16% da população e os que pagavam acima de dez florins, 2,13%. Na constituição dos conselhos da república, porém, somente havia participação da restrita classe alta e de parte do que se chamava "povo"; o resto dos habitantes da cidade era completamente alijado de qualquer forma de participação política.

Durante o final do século XV, de acordo com Larivaille, Florença possui 270 oficinas especializadas em lã, 83 em seda e 33 bancos que realizam operações comerciais de câmbio. O comércio da lã e da seda são, portanto, as principais atividades econômicas da cidade e os bancos, uma consequência delas.

Desde a época de Giovanni di Bicci, pai de Cosme de Medici, a família Medici em Florença é dona de uma companhia bastante sólida que realiza várias operações bancárias e comerciais entre as várias regiões da Europa. Com a morte de seu pai, Cosme, no início do século XV, amplia os negócios da empresa, criando duas companhias especializadas na produção de tecidos de lã e uma especializada na produção de seda. Com uma direção extremamente forte de seus negócios, a família Medici consegue assegurar uma inegável posição financeira em sua cidade.

Um golpe nesse patrimônio será dado quando, em consequência de desentendimentos entre Lorenzo de Medici e o Papa Sisto IV, este último retira daquele "não somente o cargo bastante lucrativo de depositário da Câmara Apostólica, mas, o que é muito mais grave, o monopólio do comércio de alume³ pontifical, transferindo-o para os Pazzi, os principais rivais políticos e econômicos dos Medici em Florença, em Roma e em outras praças financeiras européias" (Larivaille, 1988, p.127).

3 "O alume é, desde a Idade Média, um dos elementos fundamentais do sucesso econômico italiano: menos pelas qualidades adstringentes reconhecidas de longa data pelos médicos, ou pela virtude de impedir o apodrecimento de certas matérias animais (de onde o largo uso que se faz dele nos curtumes) do que pela propriedade de fixar os corantes. Utilizado como mordente, ele é considerado na Idade Média e no Renascimento como uma matéria-prima insubstituível para a tintura da lã e da seda ..." (Larivaille, 1988, p.125).

Na verdade, portanto, as contínuas lutas entre as várias regiões da Península Itálica tinham como propósito assegurar os monopólios das diferentes famílias, donas de empresas comerciais e financeiras. A própria Igreja é responsável pela formação do capitalismo bancário já desde o século XIV quando atribui aos banqueiros as incumbências de coleta e administração de suas rendas, que eram provenientes das diversas regiões onde tinha seguidores.

Quando Maquiavel escreve *O Príncipe*, em 1513, é essa a situação político-econômica das diversas cidades-estado da Península Itálica. Seu texto pretende discutir a concepção de um poder centralizador, com o propósito de estabelecer a unificação de toda a península. Dessa forma, estaria criado um Estado forte, capaz de se igualar ao francês e ao espanhol. Como, nessa época, quem detinha o poder político de Florença era Lorenzo II, é para ele que Maquiavel dedica seu trabalho.

1.2 Perfil do homem do Renascimento

Para estabelecermos um perfil do homem renascentista, sem deixar de lado uma posição histórico-marxista, é imprescindível observar o trabalho de Heller (1980) sobre essa questão.

A primeira característica do homem no Renascimento é a alteração da perspectiva pela qual o mundo é observado. Contrariamente àquele homem voltado para o interior, para o isolamento, como ocorre na Idade Média, surge um homem aberto para o mundo, para a realidade, enfim, um homem como ser dinâmico. O que determina essa oposição entre um e outro tipo de homem nas duas diferentes épocas é decorrente da posição religiosa, da fé cristã, que se altera de um para outro momento.

Durante o período da Idade Média, o homem vê em Deus a razão da existência, sua vida na Terra está atada ao pecado que faz parte de seu próprio nascimento. Cristo é o espírito celeste que desce dos céus e se submete ao sacrifício da dor para salvar os homens. Estes, portanto, não devem comprometer-se com as coisas terrenas para poder receber o prêmio da ressurreição e da vida eterna no juízo final. A tradição judaico-cristã domina de tal modo a vida que o homem só consegue enxergar sua pequenez. Para justificar o poder de uns sobre outros, recorre-se às prescrições divinas. O Papa e o rei existem em função dos desígnios de um Deus supremo que tudo vê e tudo determina.

Durante o período do Renascimento, ocorre uma transformação desse quadro e o homem começa a perceber sua dualidade: sua pequenez e também sua grandeza. Para tanto, vale-se da cultura clássica que retoma e transforma, de maneira a adaptá-la a sua tradição cristã. A figura de Cristo é humanizada, deixa de ser uma divindade sofredora e libertadora, para encarnar, segundo as representações de Michelângelo e Tintoretto, o ideal do Rei, do Senhor, do pensador, do homem de bom coração. Com relação ao mito de Maria, passa a existir uma duplicidade, ao mesmo tempo em que

ela é vista como a Rainha do céu inatingível, transforma-se na mãe que teme por seu filho ou, mais simplesmente, no ideal de beleza feminina da época.

Toda essa transformação da perspectiva de visão de si próprio e do mundo irá levar o homem renascentista a assumir uma atitude de indiferença com relação à Igreja. A missa e as procissões perdem seu sentido de culto eminentemente religioso e tornam-se uma convenção. Ocorre, portanto, nesse sentido, o surgimento de um ateísmo prático.

A conseqüência inevitável desse comportamento do homem da Renascença implica, também, um questionamento das noções de bem e mal, associado este último ao pecado. Se a noção de bem e mal é estabelecida pela relação entre o homem, ser inferior, e Deus, superior e absoluto, no momento em que os dois se igualam não pode existir o mesmo conceito do que seja benéfico ou maléfico para o homem. Em decorrência disso também, como é possível dizer que o homem nasce em pecado? Por essa razão é que o sentido da vergonha durante o Renascimento é diferente do da Idade Média.

As causas de toda essa transformação, ou melhor, as causas do próprio Renascimento podem ser encontradas nas novas condições socioeconômicas criadas na Europa. Conforme já demonstramos no item anterior, a concentração de pessoas nos burgos, a alteração das relações comerciais e, conseqüentemente, o estabelecimento de novas relações econômicas, decorrentes da formação de uma nova classe social, a burguesia, serão responsáveis pelo surgimento desse novo homem, dessa noção de individualidade até então desconhecida. É nesse sentido que podemos reconhecer a influência das relações econômicas na linguagem. Principalmente quando observamos os termos com que designamos abstrações, os substantivos abstratos, os adjetivos e certos verbos, ficam mais evidentes essas determinações. As noções de bondade, maldade, vergonha, medo, beleza, feiúra, certo, errado para o homem da Idade Média, por exemplo, não são as mesmas para o do Renascimento. De um para outro período houve uma mudança ideológica, portanto uma mudança discursiva.

Se compararmos ainda esses dois períodos da história poderemos perceber alterações de discurso na ordem do sujeito, do tempo e do espaço. Contrariamente ao "ele", representado pela figura do Deus todo-poderoso, ao "lá", ao "então" presentes no discurso da Idade Média, surge um "eu", um "aqui" e um "agora" no discurso do Renascimento. Naquele, a humanidade era sufocada em função da divindade e o mundo presente e o tempo presente eram negados pela colocação de um outro mundo, num outro tempo em que os homens poderiam viver em liberdade e igualdade (no paraíso celeste); neste, surgia um novo homem, consciente de sua individualidade e voltado para o tempo e o espaço em que estava inserido. A construção do tempo no Renascimento, é bom lembrar, consiste na recuperação da cultura clássica sem, no entanto, negar o momento presente. É nesse sentido que podemos dizer que a cultura clássica se transforma no momento em que se funde com a cultura cristã.

Isso só se tornou possível quando e porque o homem se aventurou em novas descobertas. Com o desenvolvimento da navegação marítima e a descoberta de novos caminhos para as transações comerciais e de câmbio, com o descobrimento de novas culturas até então desconhecidas, como as dos índios americanos e as dos povos africanos, com as novas teorias da física e, principalmente, com as novas teorias da astronomia, que questionavam o fato de a Terra ser o centro do universo (com Copérnico, Galileu Galilei), ocorre uma abertura, um despertar do homem intimidado pela visão teocêntrica da cultura judaico-cristã. É bom ressaltar porém que esse salto não acontece indistintamente para todos, novamente devemos lembrar que esse novo homem é o burguês que se está formando.

Essas questões do sujeito, do tempo e do espaço estão presentes na obra de Maquiavel uma vez que este repete o discurso de sua época, a ideologia de seu tempo. E mesmo porque ele também é um homem do Renascimento. Com relação ao tempo e ao espaço especificamente, podemos perceber que Maquiavel irá defender que todo sujeito que pretende manter-se no poder deve ter uma visão mais clara das condições históricas que condicionam suas atitudes, suas decisões. Segundo ele, nem sempre as mesmas ações surtem os mesmos efeitos em diferentes situações. É preciso que o príncipe tenha capacidade de perceber as condições do lugar e do momento em que desempenhará determinada ação.

Na verdade a questão temporal é fundamental no pensamento de Maquiavel na medida em que irá determinar o modo de ação política a ser adotada pelo governante, no caso, o príncipe. Segundo Heller (1980), Maquiavel foi um grande observador das questões de seu tempo, pois conseguiu perceber o confronto que se estabelecia entre o comportamento ético cristão e a nova ética burguesa que se formava. Ao invés, porém, de bradar contra essa nova ética (a procura do dinheiro a qualquer custo), o autor florentino propôs um programa em forma de alternativas: ou se voltava à velha noção de pólis da Antigüidade e à sua ética comunitária ou se rejeitava tudo isso, aceitando a idéia da monarquia absoluta unificada na Itália e a situação ética que o capitalismo contemporâneo trouxera. Segundo a autora, essa é a chave da polêmica que se estabelece em torno das várias interpretações do pensamento de Maquiavel.⁴

2 Princípios estruturadores de *O Príncipe*

Num primeiro momento, pretendemos discutir a questão da narratividade, presente em *O Príncipe* de Maquiavel, partindo do ponto de vista de que esse texto

4 "... A controvérsia, velha de séculos, e os muitos mal-entendidos que rodearam a figura de Maquiavel decorrem desta maneira de colocar o problema em termos de dois rumos alternativos. É por isso que alguns viram nele *exclusivamente* um advogado da monarquia absoluta e, além disso, o apóstolo de uma ética burguesa cínica, do "maquiavelismo" político, enquanto outros *apenas* viram o republicano e plebeu que (como Rousseau, por exemplo, pensou) tratou o tema d'*O Príncipe* de maneira puramente satírica" (Heller, 1980, p.256).

assume as características de um manual de instruções. Num segundo momento trataremos da sintaxe do nível discursivo, destacando os mecanismos argumentativos utilizados para, em seguida, abordar os recursos da figuratividade presentes no texto.

2.1 O Manual de instrução e a construção do objeto valor

Nosso propósito neste subitem do trabalho consiste em discutir a denominação “manual do poder” que costuma ser atribuída ao texto *O Príncipe*. Essa expressão, “manual do poder”, remete-nos a outra, “manual de instrução”, cujo sentido está implícito na primeira. Desse modo, a obra de Maquiavel corresponde a um “manual de instruções para a conquista e manutenção do poder de um príncipe” e, como tal, constrói-se por meio de uma estrutura característica desse tipo de discurso, que tem por objetivo levar o enunciatário a executar uma *performance* em consequência do que Greimas (1983) chama /saber-fazer/, adquirido por intermédio da revelação do enunciador.

Para podermos abordar essa questão, tomaremos como interlocutora de nosso discurso a obra citada de Greimas (1983), intitulada *La soupe au pistou ou la construction d'un objet de valeur*. O objetivo de Greimas, em seu texto, consiste em analisar e observar a organização narrativa de uma receita de cozinha (A sopa ao pesto),⁵ tomando-a como um discurso programador que visa à construção de um objeto, a sopa, que, na terminologia de sua semiótica, figurativiza um objeto valor, fim último de um programa narrativo (PN). Nesse PN, um sujeito, no caso o destinatário do discurso culinário, está em disjunção com um objeto (a sopa ao pesto) e quer, através das instruções de uma receita, entrar em conjunção com ela. É, portanto, por meio da sucessão de dois enunciados de estado (o que constitui um enunciado do fazer) que se dará a construção do objeto gustativo “sopa ao pesto”, objetivo final do sujeito destinatário.

Segundo Greimas (1983), o enunciatário da receita culinária é modalizado por um /saber-fazer/ na medida em que este é o fim único desse tipo de discurso. Quando, portanto, um sujeito, de posse de uma receita, começa a executá-la, ou então um outro sujeito, quando de posse de um caderninho de instruções, prepara-se para montar seu radiotransmissor, já foram modalizados por um /querer/ e um /dever-fazer/ anterior (como é o caso do percurso de automanipulação, por exemplo).⁶

5 Optamos pela palavra italiana desse vocábulo porque não existe um termo correspondente na língua portuguesa, já que a forma italiana é a mais usada no Brasil. *Pesto* é um condimento típico da cozinha genovesa, um molho preparado com basilicão e alho socados, acrescido de queijo feito com leite de ovelha e azeite (conforme Zingarelli, N. *Il novo* Zingarelli. Bologna: Zanichelli, 1988, p.1385).

6 “Ainda que o texto de receita comporte numerosos elementos de fazer persuasivo, este não constitui a razão decisiva da aceitação do contrato. A aceitação, como assunção do /saber-fazer/, integra-se num PN (programa narrativo) já elaborado, suscitado quer por um /querer-fazer/ – convite endereçado aos amigos, por exemplo –, quer por um /dever-fazer/ – necessidade de alimentar sua família. O destinatário da receita de cozinha é, conseqüentemente, um sujeito já modalizado (S₁) de posse de um programa a realizar. O fazer persuasivo

Nesse aspecto, porém, o texto de Maquiavel difere do denominado discurso programador estudado por Greimas, pois, contrariamente àquele, desenvolve nitidamente um contrato de manipulação em que um sujeito enunciador pretende levar seu enunciatário a /querer/ e a /dever-fazer/ aquilo que ele propõe como verdade.

Esse processo de manipulação pode ser observado em dois momentos da organização do discurso de *O Príncipe*. Em primeiro lugar, no decorrer de todo o texto em função do processo argumentativo por meio do qual se constrói seu discurso, uma vez que o enunciador precisa primeiramente provar ao enunciatário que as idéias que está apresentando sobre as formas de conquista e manutenção do poder são eficientes. Para tanto, apresentará como ilustração fatos ocorridos tanto na Antigüidade Clássica quanto fatos que ocorreram em sua época. No item seguinte, pretendemos discutir mais detidamente esses procedimentos argumentativos em *O Príncipe*, por isso não nos ocupamos disso agora. Só pretendemos ressaltar como esse aspecto diferencia o texto de Maquiavel do texto programador, pois uma receita, por exemplo, não precisa argumentar sua competência, tampouco um livreto que explica como montar um rádio precisa fazê-lo. Conforme mostrou Greimas (1983), o texto da receita culinária não precisa argumentar sua veracidade, uma vez que o sujeito que executará o fazer já está previamente modalizado pelo /querer/ e pelo /dever/.

Em segundo lugar, embora não deixe também de fazer parte do processo argumentativo de *O Príncipe*, há duas situações pontuais que deixam clara a ação do enunciador sobre o enunciatário do discurso. A primeira aparece na carta que Maquiavel escreve a Lorenzo II para lhe dedicar sua obra, a segunda ocorre no último capítulo, o XXVI.

No segundo parágrafo de sua carta ao príncipe Lorenzo, Maquiavel diz o seguinte:

E conquanto julgue indigna esta obra da presença de Vossa Magnificência, não confio menos em que, por sua humanidade, deva ser aceita, considerado que não lhe posso fazer maior presente que *lhe dar a faculdade de poder em tempo muito breve aprender tudo aquilo que, em tantos anos e à custa de tantos incômodos e perigos, hei conhecido.* (1987, p.3 – grifos nossos)

Nesse trecho fica explicitado o processo de persuasão, pelo /querer/ e pelo /dever/, que inicia um programa narrativo que oferece ao destinatário um /saber/, por meio do qual ele poderá executar a ação proposta pelo destinador-manipulador. Embora essa manipulação se dê por sedução, pois o destinador destaca a magnanimidade, a superioridade do destinatário em detrimento da “pequenez” da obra com que pretende transmitir-lhe um /saber/, é interessante notar como, por meio de um circunstanciador temporal e outro modal, há, ao mesmo tempo, uma valorização do fazer do destinador: “em tantos anos e à custa de tantos incômodos e perigos”.

desempenha um papel secundário, no momento de escolher essa ou aquela receita; além disso ele se situa em um outro nível, o do programa do autor preocupado em fazer vender seu livro de culinária” (Greimas, 1983, p.160).

Do capítulo XXVI destacamos os seguintes trechos:

assim, presentemente, querendo-se conhecer o valor de um príncipe italiano, seria necessário que a Itália chegasse ao ponto em que se encontra agora.... Assim, tendo ficado como sem vida, espera a Itália aquele que possa curar as fendas e ponha fim ao saque da Lombardia, aos tributos do reino de Nápoles e da Toscana, e que cure as suas chagas já há muito tempo apodrecidas. Vê-se que ela roga a Deus envie alguém que a redima dessas crueldades e insolências dos estrangeiros. ... E não se vê, atualmente, em quem ela possa esperar mais do que na vossa ilustre casa, a qual, com a fortuna e valor, favorecida por Deus e pela Igreja – a cuja frente está agora –, poderá constituir-se cabeça desta redenção. Isso não será muito difícil se vos voltardes ao exame das ações e vida daqueles de quem acima se fez menção. (1987, p.107-8)

Novamente, nesse segundo momento, o destinador manipula o destinatário por sedução, retomando as modalidades do /querer/ e do /dever/. A diferença agora é que o sujeito responsável pela manipulação reporta-se para o que foi anteriormente apresentado: o discurso que propõe mostrar a maneira mais eficaz de conquistar um novo principado e de manter esse poder. No caso anterior, o destinador fazia a promessa de investir o destinatário de um /saber/, agora ele se vale do /saber/ apresentado para, indiretamente, convidar o destinatário a um /fazer/. Assim estará realizada a transformação e cumprido o programa narrativo.

Ao juntar esses dois momentos, o que precede os capítulos da obra (a carta introdução) e o que a encerra (seu capítulo final), perceberemos uma seqüência narrativa que está centralizada na primeira etapa do percurso narrativo canônico: a manipulação. O sujeito não realiza a *performance* porque ela só poderá ocorrer na medida em que o destinatário adquirir a competência, por julgar que o programa de construção do objeto valor /saber/ presente nos 25 primeiros capítulos foi cumprido. Há aqui, portanto, duas narrativas distintas a partir das quais *O Príncipe* é construído: uma no nível da enunciação, outra no nível do enunciado.

O que justifica o fato de o discurso de *O Príncipe* precisar enfatizar o programa de manipulação, diferenciando-se, assim, das várias formas de discursos de instrução, reside no estatuto específico de seu objeto valor. Diferentemente da receita culinária (que pretende fazer que um sujeito-realizador "construa" um determinado prato com o qual alimentará a si próprio e a seus convidados) ou do livreto (que ensina um outro sujeito a construir um aparelho de transmissão de ondas sonoras, como o rádio), o texto maquiavélico pretende convencer seu destinatário de que lhe está apresentando a melhor maneira de conquistar e manter o poder político de um Estado. Ao contrário dos outros tipos de discurso que, partindo do objeto já construído, procuram descrever as etapas para sua reprodução, o texto de Maquiavel atribui a si próprio a tarefa de idealizar um modelo de Estado principesco. Partindo do que existe ou existiu (os governos de sua época e os da Roma antiga), propõe-se criar o "novo".

Retomemos, porém, o texto de Maquiavel, no que se refere, agora, ao enunciado, para observar como se dá o processo narrativo de sua constituição. Antes, porém, apresentamos a seguinte divisão para os 26 capítulos que constituem *O Príncipe*: 1. as diversas formas de principados e o modo através do qual podem ser adquiridos e mantidos –

capítulos I a XI; 2. organização militar do Estado – capítulos XII a XIV; 3. conduta do príncipe – capítulos XV a XIX; 4. assuntos de especial interesse para o príncipe – capítulos XX a XXIII; 5. situação italiana na época de Maquiavel – capítulos XXIV a XXV.⁷

Partindo da observação temática de cada uma das divisões propostas, veremos que elas constituem diferentes modalidades da configuração do objeto valor /saber/. O programa narrativo básico do discurso enunciado nos 25 capítulos de *O Príncipe*, tomado na sua relação com o programa narrativo da manipulação, instaurado pela carta a Lorenzo II e concluído no capítulo XXVI, deve, portanto, oferecer a seu destinatário um saber com o qual ele poderá executar o fazer requerido pelo primeiro programa. Esse saber é, no nível do enunciado, apresentado como fazeres com vistas a dominar ou a manter o poder.

Em primeiro lugar, podemos pensar em duas divisões possíveis para os 25 capítulos que correspondem ao programa de construção do saber. A primeira consiste na apresentação de questões de ordem geral (partes 1, 2, 3 e 4), que corresponderiam à discussão sobre técnicas de conquista e de organização do exército, bem como considerações sobre a melhor forma de o príncipe relacionar-se com o povo, com seus auxiliares, com seus amigos e com seus inimigos. A essas questões, opõe-se uma questão específica (parte 5), concernente às dificuldades que se apresentariam para um príncipe que tencionasse conquistar a Península Itálica para unificá-la numa só nação.

A segunda divisão é responsável pela configuração de dois tipos de saber: de um lado, um saber que preside à escolha, o querer (partes 1 e 2) e, de outro, um saber que preside à ação (partes 3, 4 e 5). No primeiro caso, o destinador, por meio da utilização de diferentes ilustrações que reforçam seus pontos de vista, mostra a seu destinatário as vantagens de escolher conquistar um principado novo e de poder contar com um exército próprio; no segundo, pretende apresentar as ações que o príncipe deve realizar para manter-se no poder.

Além disso, é importante ressaltar o procedimento de organização esquemática empregada pelo enunciador do texto durante a realização dessas cinco partes que constituem o percurso de construção do saber. Esse processo se dá por meio da seleção de tópicos a serem desenvolvidos ora em um só capítulo, ora numa seqüência deles. Para explicar mais claramente como ocorre essa organização mais particular da estrutura discursiva que reveste o esquema narrativo da construção do objeto valor de *O Príncipe*, observaremos a primeira divisão que propusemos.

Ao tratar das diversas formas de principados e o modo por meio do qual podem ser adquiridos e mantidos, o enunciador do texto apresenta, em primeiro lugar, uma oposição entre dois regimes de governo: os principados propriamente ditos e as repúblicas. Esses são os dois ramos de um esquema em que se sustenta toda a

⁷ Excluímos proposadamente o capítulo XXVI dessa quinta parte porque o incluímos no programa narrativo de manipulação do sujeito destinatário que se inicia com a carta e se conclui nesse último capítulo.

proposta da primeira parte de sua obra. Como o autor, porém, se propõe falar apenas dos principados, abandona a proposta de governo republicano, usando como justificativa o fato de já ter abordado esse assunto em outra ocasião.⁸ Estão apresentados aí dois tópicos em função dos quais seriam organizados outros que a eles se subordinariam. Ao eleger tratar dos principados, o narrador determina seu tema central e interrompe o outro, que não será mais abordado.

No momento em que o narrador determinou seu tema principal, começa a descrever os temas secundários que a ele estão ligados. Por esse motivo irá dizer que existem três tipos de principados: os hereditários, os novos e os eclesiásticos. Desses três, o enunciador destacará o segundo tipo, os principados novos, chegando a dividi-los em dois subtipos: os totalmente novos e os mistos. Quando procura descrever os diversos tipos de principados, apresenta sempre ilustrações colhidas da história da Roma antiga ou de sua época. Essas ilustrações, como procuraremos mostrar no item a seguir, fazem parte do processo argumentativo de seu texto.

Se tomarmos a primeira divisão proposta para a obra de Maquiavel como modelo de estrutura discursiva que se repete em todas as demais partes, veremos que elas se organizam na forma do manual de instruções. Quando trata, portanto, dos principados novos, o enunciador faz uma subcategorização: os principados já acostumados à sujeição de um príncipe, que podem ser da mesma província e falantes da mesma língua do príncipe conquistador ou de províncias e línguas diferentes das do conquistador; os principados habituados a reger-se por leis próprias e em liberdade. Para cada um desses subtipos, serão apresentados os meios mais eficazes para que um príncipe possa melhor dominá-los e para que tenha maior estabilidade de sua possessão. A demonstração de cada um desses meios de conquista, novamente, é sempre acompanhada por ilustrações quer da história contemporânea do enunciador, quer do período da Roma antiga.

Toda essa descrição da organização discursiva que reveste o programa narrativo de construção do saber de *O Príncipe* nos parece importante porque nos faz entender que esse texto está montado a partir de operações tanto paradigmáticas quanto sintagmáticas. O aspecto paradigmático pode ser observado pela seleção dos diferentes assuntos apresentados em cada tópico abordado por cada uma das cinco subdivisões. O aspecto sintagmático, por sua vez, corresponde às combinações que o enunciador realiza dos vários tópicos para montar seu discurso.

Mas, afinal, *O Príncipe* pode ou não ser considerado um texto do tipo do manual de instrução? Com relação a esse aspecto, diríamos que o texto de Maquiavel

⁸ No início do capítulo I de *O Príncipe*, Maquiavel diz: "Todos os Estados, todos os domínios que têm havido e que há sobre os homens foram e são repúblicas ou principados" (1987, p. 5). No início do segundo, afirma: "Não tratarei das repúblicas, pois em outros lugares falei a respeito delas" (1987, p. 7). Esse segundo período tem sido motivo de muitas e diferentes interpretações. Uns querem ver nele uma referência à sua outra obra, *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, outros insistem em dizer que essa interpretação é errada, pois Maquiavel não havia ainda escrito esse texto, ele o escreveu depois de *O Príncipe*. Esses outros textos então seriam relatórios e trabalhos escritos durante o período em que Maquiavel ocupou o cargo de secretário da República florentina.

corresponde a uma subversão do gênero do manual de instruções, pois, conforme procuramos mostrar anteriormente, foge dos padrões desse tipo de texto. Na verdade podemos dizer que ele é um manual no nível do enunciado, mas não no da enunciação.

Essa distinção pode ser observada quando se verifica, conforme procuramos mostrar, que, no nível da enunciação, o texto destaca a instância da manipulação do esquema narrativo canônico, enquanto, no nível do enunciado, propõe realizar um fazer: a construção de um saber. Essas duas instâncias estão, por outro lado, bastante articuladas entre si e se constituem no suporte argumentativo do discurso maquiavélico. A intenção primeira do destinador é levar seu destinatário a um fazer (tornar-se o príncipe unificador do território italiano). Para tanto, é preciso doar uma competência a esse destinatário porque sem ela não poderá ser realizada a *performance*.

Com esse objetivo o destinador propõe executar um outro percurso narrativo, o da construção do saber que investirá o destinatário da competência necessária para a realização da *performance*; esse é o percurso do manual de instruções. A consequência desse fato é que, no segundo programa, o destinador manipulador e o destinatário correspondem a um mesmo actante (figurativizados pelo enunciador do primeiro programa – Maquiavel), enquanto o destinador julgador do fazer executado pelo sujeito da transformação corresponderá ao destinatário do primeiro programa (Lorenzo II). Isso significa dizer que, para o sujeito destinador conseguir manipular seu destinatário no primeiro programa narrativo, deverá ser sancionado positivamente por ele no segundo.

Em razão do que acabamos de expor, poderíamos ainda fazer uma suposição em relação a *O Príncipe*. Talvez, a peculiaridade de sua construção, que consistiu na subversão do gênero do manual de instrução, tenha sido responsável pela importância que o texto maquiavélico adquiriu ainda durante o Renascimento, destacando-se entre os vários “manuais sobre o poder” dos príncipes, tão comuns naquela época, conforme afirmação de O’Day (1979).

Para tratarmos, mais completamente, a manifestação discursiva do texto maquiavélico é preciso recuperar certos aspectos determinantes desse nível da superfície lingüística do texto. É por essa razão que, no item seguinte, nos propomos a examinar os procedimentos de argumentação em *O Príncipe*, incluindo aí o emprego dos mecanismos retóricos.

2.2 Recursos lingüísticos utilizados na construção do discurso de *O Príncipe*. A argumentação e os recursos retóricos

O Príncipe, conquanto seja visto como um texto filosófico, político, literário, um manual, ou qualquer outra denominação que se pretenda dar a ele, assenta-se sobre uma base temática, valendo-se do modo de organização dissertativo de seu discurso para argumentar seus pontos de vista. Partindo das afirmações de Perelman & Olbrechts-Tyteca (1976), observamos que essa argumentação, que tem por objetivo

estabelecer uma relação de "verdade" entre o discurso e a realidade, organiza-se, no decorrer do texto maquiavélico, por meio de dois procedimentos, o da fundamentação pelo caso particular e o da analogia. O processo de fundamentação pelo caso particular pode ser percebido ao longo do texto quando se constata que o enunciador, para justificar suas afirmações, recorre ao testemunho de fatos históricos da Antigüidade Clássica ou então de sua época. Já a fundamentação analógica é um processo de raciocínio pelo qual o enunciador procura fazer o enunciatário compreender o que ele está pretendendo informar, utilizando-se de procedimentos que caminham desde uma simples comparação até a utilização de um recurso retórico mais elaborado.

Com o propósito de melhor definir nossa proposta de investigação do processo argumentativo do texto maquiavélico, entendemos ser necessário explicitar, de forma mais clara e completa, como Perelman & Olbrechts-Tyteca (1976) desenvolvem as noções que a eles atribuímos acima. De início é preciso dizer que os autores propõem tratar a questão da argumentação do ponto de vista do discurso filosófico.

Segundo os autores, a fundamentação do real pelo caso particular compreende três diferentes procedimentos argumentativos: o exemplo, a ilustração e o modelo. A argumentação pelo exemplo parte de um caso específico para chegar a uma proposição, é um processo de generalização; a argumentação pela ilustração, ao contrário, parte de uma afirmação (ou uma regra), inicialmente dada, para reforçá-la, é um processo de particularização; a argumentação pelo modelo incita à imitação, isto é, procura levar o sujeito a tomar algo como modelo a ser seguido ou rejeitado quando dele quiser se valer para convencer seu receptor (enunciatário, destinatário, leitor etc.) a respeito da verdade ou da falsidade de um dado fato ou raciocínio.

Perelman & Olbrechts-Tyteca (p.481) destacam que a diferença entre os dois primeiros tipos de procedimentos argumentativos é importante e significativa, pois a utilização do exemplo e da ilustração revela que o enunciador se vale de diferentes critérios para exprimir seu ponto de vista. Enquanto o exemplo deve ser incontestável, do ponto de vista de sua eficácia como efeito argumentativo, a ilustração, da qual não depende a adesão à regra, pode ser mais incerta, embora deva chocar vivamente a imaginação para chamar a atenção. Na verdade, a ilustração é um tipo argumentativo utilizado em razão da ressonância afetiva com a qual procura envolver o sujeito a que se destina.

A partir dessa distinção, os autores destacam determinadas possibilidades de uso da ilustração. Primeiramente é muito comum o emprego da ilustração para facilitar a compreensão de uma regra que apresenta alternativas por meio de um caso de aplicação indiscutível. É possível ainda utilizar esse tipo argumentativo quando se pretende mostrar a importância, o valor de uma regra, recorrendo, para tanto, à ilustração surpreendente, inesperada, fascinante. Se, por outro lado, a ilustração não for utilizada para um desses fins, será considerada inadequada.

Com relação ainda à inadequação da ilustração, segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca, devem-se observar duas diferentes situações. A primeira, em que ela é fruto da incompreensão, do desconhecimento que o enunciador tem da regra que pretende

ilustrar; em segundo lugar, a ilustração voluntariamente inadequada que pode constituir-se numa forma de ironia. Nesse último caso o enunciador está consciente de que emprega uma estrutura argumentativa que consiste num jogo entre dois discursos: o enunciado e o manifesto; ela é pertinente toda vez que se pretende contestar o valor da regra.

Além do uso dos procedimentos de argumentação ora apresentados, julgamos que é possível aproximar outra característica do discurso de Maquiavel à noção de ilustração forjada, mostrada por Perelman & Olbrechts-Tyteca. Vários são os leitores que acusam o escritor florentino de "falsificar os exemplos" que apresenta em *O Príncipe*. De acordo com Perelman & Olbrechts-Tyteca esse é um recurso utilizado toda vez que se pretende estabelecer uma ligação mais direta e incontestável em relação à regra, embora julguem que esse tipo de argumentação aproxima-se mais do modelo, que propriamente da ilustração.⁹

Com relação ao terceiro tipo de argumentação, os autores afirmam que "quando se trata de conduta, um comportamento particular pode, não somente servir para fundar ou para ilustrar uma regra geral, mas também para incitar uma ação que se inspira nele" (1976, p.488). O modelo, então, é criado para valorizar um indivíduo (ou um grupo de indivíduos), um meio ou uma época; esse tipo de argumentação tem por objetivo indicar uma conduta a seguir. Quando um indivíduo é tomado como modelo, colocam-se em evidência determinadas características ou atos, adaptando sua própria imagem ou situação com o propósito de melhor influenciar o enunciatário do discurso. Muito comumente, os seres considerados superiores, como deuses, mitos, têm suas imagens construídas a partir de suas qualidades positivas para que possam servir de modelo a ser seguido, copiado.

Em oposição ao modelo, Perelman & Olbrechts-Tyteca estabelecem a existência do antimodelo criado a partir de um efeito de repulsão. À primeira vista, tudo que foi dito a respeito do modelo pode equivaler ao antimodelo, se se tomar pelo aspecto negativo. Segundo os autores, porém, há um traço importante que distingue um tipo do outro. Enquanto para o modelo o sujeito enunciatário é induzido a copiar uma conduta determinada, no caso do argumento pelo antimodelo, ele é incitado a se distinguir do indivíduo que funciona como antimodelo, sem que se possa inferir dele uma conduta determinada. Somente por referência implícita a um modelo é que uma certa determinação da conduta a ser negada será possível (1976, p.493-4). Em outras palavras, um antimodelo só pode ser construído quando existe um modelo que a ele se oponha.

9 "O autor da *Rhétorique à Herennius* explica por que julga preferível compor ele mesmo os textos que devem ilustrar suas regras de retórica ao invés de tomá-los emprestados, como faziam os gregos, dos grandes escritores. O caso forjado está ligado mais estreitamente à regra que o caso observado; ele indica melhor que o resultado está conforme a regra e em que ela consiste. Entretanto essa garantia é, em parte, ilusória. Os casos forjados são semelhantes a uma experiência montada num laboratório escolar. Mas é possível que ele seja forjado bem mais à maneira de um modelo prestigioso que como aplicação da regra que supôs ilustrar" (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1976, p. 487-8).

Em *O Príncipe* de Maquiavel há uma utilização constante da argumentação pela ilustração. Observando o texto todo, é possível encontrar mais de duas dezenas de casos em que determinados enunciados assumidos como regras são ilustrados por fatos particulares. Algumas dessas ilustrações são mais simples e ligeiras, outras, mais minuciosas e longas. Um exemplo do primeiro tipo pode ser encontrado já no capítulo II quando o enunciador, para justificar sua afirmação sobre os principados hereditários – que são mais fáceis de manter pois são afeiçãoados à família de seu príncipe –, cita, logo em seguida, o caso do Duque de Ferrara que resistiu aos ataques dos venezianos em 1484 e aos do Papa Júlio II em 1510, exatamente pelo fato de ser antigo o domínio de sua família naquele Estado.

Um exemplo do caso da argumentação pela ilustração que se estende na narração de detalhes pode ser encontrado no capítulo III, em que o enunciador trata dos principados mistos. Para mostrar como um príncipe atento aos males que podem afligir seu território conquistado procura sempre se antecipar aos acontecimentos para assegurar por mais tempo sua possessão, cita o caso de Luís XII da França, que invadiu e manteve o domínio de várias regiões italianas por bastante tempo. Enquanto o enunciador vai narrando os acontecimentos, analisa as ações corretas e incorretas desenvolvidas por aquele monarca, confirmando e até expandindo a regra inicialmente proposta.

No capítulo VIII, o enunciador estabelece duas formas de conquistar um principado sem o atributo da fortuna ou do mérito. A primeira forma consiste em chegar ao principado pela maldade, por meio de atos de violência e rapacidade; a segunda, em valer-se dos favores de seus conterrâneos, isto é, ser eleito pelo povo. Para ilustrar a primeira forma de conquista propõe mostrar um exemplo da Antigüidade Clássica e outro moderno. A primeira ilustração é a de Agátocles Siciliano, que matou todos os senadores e homens mais ricos de Siracusa para tornar-se rei daquela cidade; a segunda é a de Oliverotto, que, para tornar-se senhor de Fermo, assassinou seu próprio padrasto e todos os homens influentes da cidade durante uma grande festa oferecida em sua homenagem. Para ilustrar a segunda forma de conquista de um principado, pelo favor dos concidadãos, Maquiavel cita o caso de Nábis, príncipe espartano, que só conseguiu suportar o longo assédio do exército romano porque era amigo do povo.

Ao longo de todo o texto, outros casos de ilustração se repetem, utilizando sempre o mesmo esquema. Inicialmente uma afirmação é feita e, em seguida, o enunciador apresenta um fato ocorrido durante o período da Antigüidade Clássica e outro durante sua época, que servem para confirmar o conteúdo de verdade da regra por ele enunciada. O efeito de sentido que as ilustrações de uma mesma regra por meio de fatos do mundo antigo e do moderno criam é o de que a verdade do homem renascentista está na sua relação com o humanismo da Antigüidade Clássica e não no teocentrismo da Idade Média.

O capítulo IV, porém, apresenta um procedimento diferente do predominante na argumentação do discurso de Maquiavel; ele corresponde a um argumento pelo

exemplo e não pela ilustração. No capítulo III, o enunciador vinha mostrando as várias formas de conquista e manutenção de um Estado. Um dos aspectos abordados é a dificuldade que um príncipe pode encontrar para manter um reino recém-conquistado quando este fala uma língua e tem costumes diferentes dos seus. Partindo do caso específico de Alexandre, que conquistou o reino de Dario, mostra como esse problema foi contornado e como ainda, morto este, o povo não se rebelou contra seu sucessor. Na verdade, nesse caso, o enunciador não apresenta uma regra para, em seguida, ilustrá-la; parte de um caso específico para chegar a uma regra.

Ao elaborar sua regra, por outro lado, utiliza-se novamente do recurso da ilustração, pois para justificar o êxito de Alexandre, explica que um Estado em que os ministros do príncipe sejam como que seus servos é mais facilmente mantido do que aquele em que o príncipe deve dividir seu poder com barões. O primeiro tipo é ilustrado através do grão-turco e o segundo, através do reinado da França. O que podemos perceber é uma hierarquização de esquemas argumentativos em que duas ilustrações auxiliam o uso de uma exemplificação.

O terceiro tipo de fundamentação pelo caso particular, a argumentação pelo modelo, também pode ser encontrado no discurso maquiavélico. Essa última modalidade argumentativa aparece no capítulo VII, em que o autor trata "dos principados novos que se conquistam com armas e virtudes de outrem". Nesse capítulo, o enunciador vale-se da figura de César Bórgia (chamado pelo povo duque Valentino, em função do título de duque de Valentinois concedido pelo rei da França) para construir o modelo de príncipe ideal, capaz de cumprir com maior eficácia seu propósito de conquista e manutenção do poder em um Estado. A descrição de suas qualidades realiza-se no decorrer da narrativa de suas ações como conquistador de novos Estados, que demonstra, segundo o autor, extrema habilidade na condução dos negócios de interesse de seu Estado. César Bórgia é amado e temido, duas qualidades que, no entender de Maquiavel, são imprescindíveis a um príncipe.¹⁰

Embora entenda que César Bórgia tenha cometido um grande erro ao apoiar a eleição do Papa Júlio II, que, no passado, tinha sido seu inimigo, não deixa de reconhecer seu grande valor e talento como governador. Segundo Maquiavel, não é possível acreditar completamente que um ex-inimigo não possa, em algum momento, tentar vingar a ofensa sofrida.¹¹ Muitos leitores de Maquiavel costumam dizer que, ao imaginar um príncipe capaz de unificar a Itália, o escritor florentino não tinha em

10 "Nas ações do duque, das quais escolhi as que expus acima, não encontro motivo de censura; parece-me, pelo contrário, que se deve propô-lo como exemplo a todos os que por fortuna e com as armas de outrem ascenderem ao poder. ... Portanto, se julgas necessário, num principado novo, assegurar-te contra os inimigos, conquistar amigos, vencer ou pela força ou pela astúcia, fazer-te amado e temido do povo, ser seguido e respeitado pelos soldados, extinguir os que podem ou devem ofender, renovar as antigas instituições por novas leis, ser severo e grato, magnânimo e liberal, dissolver a milícia infiel, criar uma nova, manter amizades dos reis e dos príncipes, de modo que te sejam solícitos no benefício e tementes de ofender-te, repito que não encontrarás melhores exemplos que as ações do duque" (Maquiavel, 1987, p. 32).

11 "Engana-se quem acreditar que nas grandes personagens os novos benefícios fazem esquecer as antigas injúrias. O duque errou, pois, nessa eleição, e foi ele mesmo o causador de sua ruína definitiva" (Maquiavel, 1987, p. 33).

mente outra pessoa que não César Bórgia. Com sua morte, ele passou a ser a referência modelar que deveria ser observada pelo príncipe que estivesse disposto a empreender a formação do Estado italiano, imaginada por Maquiavel.

A argumentação pela fundamentação analógica obedece a um processo de raciocínio lógico em que se relacionam elementos colocados em quatro posições: A está para B assim como C está para D. Os dois primeiros estão colocados no plano horizontal superior e os dois últimos, no inferior. Perelman & Olbrechts-Tyteca (1976, p.501) propõem chamar tema (*thème*) as unidades A e B, que correspondem à conclusão, isto é, ao verdadeiro sentido a que se pretende chegar quando se utiliza uma analogia, e suporte (*phore*) as unidades C e D, encarregadas de "apoiar o raciocínio", isto é, de funcionar como elemento catalisador que, por um processo de semelhanças, leva o interlocutor a perceber o tema.

Ainda segundo os autores, o tema e o suporte devem estar dispostos numa relação assimétrica, ao mesmo tempo em que devem pertencer a domínios distintos. "Quando os dois elementos que se confrontam pertencem ao mesmo domínio, e podem ser submetidos a uma estrutura comum, a analogia dá lugar a um raciocínio pelo exemplo ou pela ilustração, tema e suporte fornecem dois casos particulares de uma mesma regra" (Perelman & Olbrechts-Tyteca, p.502). Pelo fato de existir uma diferença tão específica entre o processo analógico de um lado e o exemplo e a ilustração de outro, os autores consideram que muitas vezes as pessoas se confundem ou deixam flutuar essa distinção.

Para ilustrar, porém, como entendemos o processo analógico exposto pelos autores, citaremos um trecho do discurso maquiavélico que emprega a analogia em sua construção para determinar o tema e o suporte. Observe-se a seguinte passagem que aparece na carta por meio da qual Maquiavel oferece *O Príncipe* para o príncipe Lorenzo de Medici:

Nem quero que se repute presunção o fato de um homem de baixo e ínfimo estado discorrer e regular sobre o governo dos príncipes; pois os que desenham os contornos dos países se colocam na planície para considerar a natureza dos montes, e para considerar a das planícies ascendem aos montes, assim também para conhecer bem a natureza dos povos é necessário ser príncipe, e para conhecer a dos príncipes é necessário ser do povo. (1987, p.3-4)

Como se pode observar, o processo analógico em Maquiavel é bastante complexo, pois no trecho acima reproduzido podemos perceber uma analogia matriz completada por duas analogias secundárias. Começemos a examiná-las, porém, de baixo para cima, isto é, das secundárias para a principal.

Primeiramente diríamos que os dois termos correspondentes ao suporte da primeira analogia seriam "príncipe" e "povo" (termos C e D) que se relacionam simetricamente com seu tema, que pode ser expresso pela oposição entre "superioridade" e "inferioridade" (termos A e B). Obteríamos, assim, o seguinte esquema: o Príncipe está para o Povo, assim como a Superioridade está para a Inferioridade. Obviamente essa analogia, como todas elas, expressa uma posição ideológica do sujeito que a constrói.

Ao lado dessa analogia, porém, podemos perceber uma outra que se estrutura através do suporte “Cartógrafo” e “Mapa” (termos C e D) que reveste o tema “Maquiavel” e “*O Príncipe*” (termos A e B). Nesse sentido obtemos o seguinte esquema: o Cartógrafo está para o Mapa assim como Maquiavel está para *O Príncipe*.

A relação de dependência que se estabelece entre esses dois esquemas nos parece levar a tomar o primeiro como suporte e o segundo como tema de uma relação analógica entre ambos, que designamos como analogia matriz. Assim, o que estaria por baixo de todo esse jogo analógico seria um argumento através do qual o enunciador estaria mostrando-se para seu enunciatário como uma pessoa que conhece tanto o povo, por ser de origem simples (não nobre), quanto as questões do poder, em decorrência de suas experiências à frente do governo de Soderini. Esses precedentes, portanto, torná-lo-iam apto a produzir um “mapa” (*O Príncipe*) que poderia orientar o príncipe nas direções que deveria tomar para alcançar seus propósitos. Essa argumentação é planejada como forma de levar seu destinatário a aceitar um contrato. Nesse sentido, conforme procuramos mostrar no subitem anterior, a carta de Maquiavel a Lorenzo II funciona como o instante em que se instaura o processo de manipulação do destinatário para levá-lo a um fazer. Essa é também a resposta, portanto, ao fato que levantamos no item anterior desse capítulo quando verificamos que em toda edição de *O Príncipe*, tanto em português quanto em francês e italiano, essa carta aparece sempre como uma espécie de introdução do texto maquiavélico. Ela e o capítulo XXVI indicam a narrativização da enunciação a que está interligado, conforme já demonstramos, o discurso enunciado nos 25 capítulos do texto maquiavélico.

A analogia é, conforme pretendemos mostrar acima, um excelente expediente argumentativo, na medida em que, além de permitir a veiculação de um pensamento, chama a atenção para a expressão lingüística por meio da qual ele é manifestado. *O Príncipe* de Maquiavel é um texto conceitual que, além de discutir um tema determinado, ocupa-se também das estratégias discursivas, que são lingüísticas por excelência, para estabelecer sua base proposicional: a força do argumento pela palavra.

Conforme afirmam Perelman & Olbrechts-Tyteca (p.535), a analogia é a base sobre a qual se cria a metáfora. Para os autores, esta última consiste numa analogia condensada, resultante da fusão de um elemento do suporte com um elemento do tema. É nesse sentido que podemos entender que o resultado do esquema argumentativo no trecho da carta que precede *O Príncipe*, anteriormente reproduzido, seria a construção de uma metáfora: a fusão dar-se-ia entre os termos B e D, *O Príncipe* é igual a Mapa.

É possível destacar ainda muitos outros trechos do discurso de *O Príncipe* que fazem uso do recurso argumentativo da analogia. Alguns são simples analogias, outros têm a metáfora como finalidade. Para mostrar alguns, citaremos sempre o texto no original em italiano, pois, muitas vezes, uma tradução pode destruir esses recursos argumentativos, embora, a nosso ver, uma boa tradução seja aquela que preserva o recurso lingüístico de um texto, mesmo que, para isso, precise adaptá-lo à estrutura da língua para a qual o texto está sendo traduzido.

(1) [uno uomo prudente] fare come li arcieri prudenti, a' quali, parendo el loco dove disegnano ferire troppo lontano, e conoscendo fino a quanto va la virtù del loro arco, pongono la mira assai più alta che il loco destinato, non per aggiugnere con la loro freccia a tanta altezza, ma per potere, con lo aiuto di sì alta mira, pervenire al disegno loro. (s.d. p.76)¹²

(2) Dovete, adunque, sapere) como sono dua generazione di combattere: l'uno con le leggi; l'altro con la forza; quel primo è proprio dello uomo, quel secondo è delle bestie: ma perché il primo molte volte non basta, conviene ricorrere al secondo ... Sendo, dunque, uno principe necessitato sapere bene usare la bestia, debbe di quelle pigliare la golpe e il lione; perché il lione non si defende da' lacci, la golpe non si defende da' lupi. Bisogna, adunque, essere golpe a conoscere e lacci, e lione a sbigottire e lupi. (s.d., p.136-7)¹³

(3) E assomiglio quella [la fortuna] a uno di questi fiumi rovinosi, che, quando s'adirano, allagano e piani, ruinano li alberi e li edificii, lievano da questa parte terreno, pongono da quell'altra; ciascuno fugge loro dinanzi, ognuno cede allo impeto loro, senza potervi in alcuna parte obstar. E benché sieno così fatti, no resta però che li uomini, quando sono tempi quieti, non vi potessino fare provvedimenti e con ripari e argini, in modo che, crescendo poi, o egli andrebbero per uno canale, o l'impeto loro non sarebbe né sì licenzioso né sì dannoso. Similmente interviene della fortuna; la quale dimostra la sua potenza dove non è ordinata virtù a resisterle; e quivi volta e sua impeti dove la sa che non sono fatti li argini e li ripari a tenerla. (s.d., p.172-3)¹⁴

Em (1) o enunciador estabelece uma analogia entre o fazer do arqueiro e o do príncipe. Este último deve ser prudente como aquele para alcançar seus objetivos. Da mesma maneira que o arqueiro faz sua mira um pouco acima do alvo a ser atingido, Maquiavel aconselha o príncipe a que procure fazer além do que havia planejado para conseguir, mais seguramente, atingir seu objetivo.

Em (2) ocorrem duas analogias que, interligadas, dão origem a uma terceira. A primeira relaciona o homem e os animais; o primeiro deve combater seguindo leis por ele mesmo estabelecidas, enquanto o segundo só sabe combater usando da força. Poderíamos reduzir a primeira relação analógica à seguinte expressão: o Homem está para a Lei como o Animal está para a Força.

12 "[um homem prudente] procede como os seteiros prudentes que, querendo atingir um ponto muito distante, e conhecendo a capacidade do arco, fazem a mira em altura superior à do ponto visado. Não o fazem, evidentemente, para que a flecha atinja tal altura: valem-se da mira elevada apenas para ferir com segurança o lugar designado muito mais abaixo" (Maquiavel, 1987, p.23).

13 "Deveis saber, portanto, que existem duas formas de se combater: uma pelas leis, outra, pela força. A primeira é própria do homem; a segunda, dos animais. Como, porém, muitas vezes a primeira não seja suficiente, é preciso recorrer à segunda (...) Sendo, portanto, um príncipe obrigado a bem servir-se da natureza da besta, deve dela tirar as qualidades da raposa e do leão, pois este não tem defesa alguma contra os laços, e a raposa, contra os lobos. Precisa, pois, ser raposa para conhecer os laços e leão para aterrorizar os lobos" (Maquiavel, 1987, p.73).

14 "Comparo-a [a fortuna] a um desses rios impetuosos que, quando se encolerizam, alagam as planícies, destroem as árvores, os edifícios, arrastam montes de terra de um lugar para outro: tudo foge diante dele, tudo cede ao seu ímpeto, sem poder obstar-lhe e, se bem que as coisas se passem assim, não é menos verdade que os homens, quando volta a calma, podem fazer reparos e barragens, de modo que, em outra cheia, aqueles rios correrão por um canal e o seu ímpeto não será tão livre nem tão danoso. Do mesmo modo acontece com a fortuna; o seu poder é manifesto onde não existe resistência organizada, dirigindo ela a sua violência só para onde não se fizeram diques e reparos para contê-la" (Maquiavel, 1987, p.103).

A segunda analogia relaciona o leão e a raposa; o primeiro simboliza a força, a segunda, a esperteza. Essa analogia pode ser então reduzida à seguinte expressão: o Leão está para a Força como a Raposa está para a Esperteza.

O resultado desses dois processos analógicos conduz à conclusão de que o homem, para melhor combater, precisa tanto das características próprias da natureza humana quanto da animal. Por outro lado, ao se assemelhar com os animais, adquire tanto a esperteza quanto a força, qualidades essas metaforizadas na figura da raposa e do leão, respectivamente. Nesse sentido, o conselho de Maquiavel consiste em fazer o príncipe perceber que, para poder derrotar o inimigo, necessita ser esperto no uso das leis e destemido no uso da força.¹⁵ Nesse processo argumentativo, a metáfora é o suporte do processo analógico fundamental.

Em (3) o processo argumentativo é o contrário do que ocorre em (2). Agora desenvolve-se uma condensação da analogia dando origem, segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca, à metáfora; um item do suporte é idêntico a outro do tema. Assim, essa analogia pode ser descrita da seguinte maneira: a Fortuna é tão Violenta quanto um Rio que extravasa em função de uma cheia (A está para B como C está para B).

A metáfora expressa em (3) é ampliada, mais adiante, por uma outra que consiste em relacionar a Itália à fortuna. Nesse sentido, o enunciador estaria construindo seus argumentos, que se formam por meio da utilização retórica da linguagem, para dizer que a Itália está como um rio que extravasou na cheia, correndo sem rumo, sem direção. É preciso que um príncipe proponha a construção de diques para canalizar suas águas, reorganizando, assim, o Estado italiano.

Outro recurso retórico que vem ampliar a eficácia argumentativa do discurso de *O Príncipe* é o quiasmo. Em determinadas passagens certas analogias ou metáforas são reforçadas por mais esse expediente. Isso pode ser claramente observado nos seguintes trechos de seu texto:

(4) *E interviene di questa come dicono e fisici dello etico, che, nel principio del suo male, è facile a curare e difficile a conoscere, ma, nel progresso del tempo, non l'avendo in principio conosciuta né medicata, diventa facile a conoscere e difficile a curare.* (s.d., p.65).¹⁶

(5) *E principali fondamenti che abbino tutti li stati, così nuovi come vecchi o misti, sono le buone legge e le buone arme. E perché e' non può essere buone legge dove non sono buone arme, e dove sono buone arme conviene sieno buone legge, io lascerò indrieto el ragionare delle legge e parlerò delle arme* (Machiavelli, s.d., p.110).¹⁷

15 É possível observar que essas analogias utilizadas por Maquiavel não são originais. Esopo e Fedro, em suas fábulas, já haviam relacionado o leão à força e a raposa à astúcia. Os fabulistas inclusive mostram como, em determinadas situações, vale mais a esperteza que a força.

16 "Da tísica dizem os médicos que, a princípio, é fácil de curar e difícil de conhecer, mas com o correr dos tempos, se não foi reconhecida e medicada, torna-se fácil de conhecer e difícil de curar" (Maquiavel, 1987, p.12).

17 "E as principais bases que os Estados têm, sejam novos, velhos ou mistos, são boas leis e boas armas. E como não podem existir boas leis onde não há armas boas, e onde há boas armas convém que existam boas leis, referir-me-ei apenas às armas" (Maquiavel, 1987, p.49).

Os recursos retóricos, tais como a metáfora e o quiasmo, fazem parte do esquema argumentativo do texto de Maquiavel, na medida em que são responsáveis pelo estabelecimento de determinados efeitos de sentido. A metáfora, que consiste num processo de condensação analógica, é responsável pelo reforço, expresso no enunciado, de uma determinada característica que está na intersecção do termo substituidor com o substituído. Assim, dizer que a fortuna é um rio que extravasou na cheia e desce destruindo tudo que encontra pela frente é uma maneira de destacar, de enfatizar a idéia de que a fortuna é algo que não pode ser controlado e que pode causar sérios danos. Por meio da utilização desse recurso retórico, o enunciado ganha força argumentativa porque traveste de uma imagem o conceito que pretende transmitir para o enunciatário. Isso é uma prova também de que os recursos retóricos nunca têm a função ingênua de "adornar" um texto.

O quiasmo, como pretendemos demonstrar, é um procedimento argumentativo que, por sua característica de cruzamento de termos no enunciado, tem como efeito de sentido reforçar um contraste expresso no plano do conteúdo.

Em (4), por exemplo, o enunciador parte de uma espécie de ditado, isto é, de um pensamento que tem a forma de verdade consensual: "um mal deve ser eliminado logo no seu início, porque, depois de propagado, tal empresa pode tornar-se impossível". Ao invés de dizer com essas palavras, porém, seu discurso vai se valer de uma construção lingüística específica (o quiasmo) para enfatizar como é importante que um príncipe seja prudente nas suas ações. Primeiramente, por meio de um processo analógico, elege como modelo de mal a "tísica", para, em seguida, jogar com os valores "facilidade" e "dificuldade" de curar e perceber, em diferentes momentos no tempo: "no início é fácil curar, mas difícil perceber; com o tempo, fácil perceber, mas difícil curar".

Da mesma forma, em (5), para destacar a importância das armas em um Estado, o enunciador a contrapõe às leis para construir o quiasmo: "só existem boas leis onde há boas armas e onde há boas armas é necessário que existam boas leis".

Conclusão

Para perseguir nosso objetivo principal, que consistiu em explicitar certos processos de organização discursiva de um texto escrito, elaboramos este trabalho com dois propósitos.

Em primeiro lugar, pretendemos apresentar um panorama histórico em que se deu a construção do discurso de *O Príncipe*, porque acreditamos que todo texto reflete, de uma forma mais ou menos intensa, as formações discursivas que correspondem às formações ideológicas dominantes no ambiente cultural de que ele é fruto. Essa posição, portanto, leva em consideração a dimensão sócio-histórica das condições de produção do texto.

Em segundo lugar, este trabalho propôs verificar os mecanismos discursivos, a maneira como é elaborada a organização narrativa do texto maquiavélico para a

produção do "manual" e os recursos argumentativos utilizados para a construção de seu discurso.

Do ponto de vista da evolução do pensamento ocidental, *O Príncipe* representa um dos ideais básicos do Renascimento, isto é, a recuperação do pensamento pagão da Antigüidade Clássica que está centrada no homem, capaz até de humanizar suas divindades. Isso pode ser constatado por meio da proposta que Maquiavel faz em seu texto da fundação de um Estado cujo dirigente tenha um poder que não deve submeter-se ao da Igreja. Isso não significa, porém, que ele negue os dogmas da Igreja Católica; apenas defende que o príncipe, para conduzir com autonomia seus objetivos, não pode submeter-se a nenhum outro poder maior. A religião deveria cumprir o papel de disciplinadora do indivíduo.

Do ponto de vista da sua organização textual, *O Príncipe* apresenta-se na forma de um manual de instrução que tem por objetivo fornecer a seu enunciatário um saber para que este realize um fazer. Diferentemente, porém, dos manuais comuns, como uma receita de cozinha ou um texto que ensine como construir determinado aparelho, por exemplo, o discurso maquiavélico precisa construir seu objeto cognitivo (o saber) para convencer seu enunciatário de que ele diz uma verdade. Para tanto desenvolve um processo argumentativo bastante simples que consiste na apresentação de uma série de ilustrações para confirmar suas proposições. Sua estrutura, portanto, é a de um texto do tipo não-literário de caráter dissertativo.

Uma última consideração que podemos fazer nesta conclusão refere-se a uma possibilidade de abordagem que não chegamos a desenvolver aqui, mas que, futuramente, tencionamos realizar. Segundo Mainqueneau (1989), o processo de constituição de um discurso é sempre heterogêneo, isto é, todo discurso constrói-se em oposição a outro. O caminho a trilhar partiria de um levantamento das características do discurso da Idade Média para, em seguida, contrapô-las às de *O Príncipe*. Por meio do exame da heterogeneidade constitutiva do discurso acreditamos que estaria mais bem estabelecido o elo entre o aspecto lingüístico e o histórico na perspectiva da análise do discurso.

CORTINA, A. The historic conditions of generation of *The Prince* by Niccolò Machiavelli and its discursive organization. *Alfa (São Paulo)*, v.39, p.87-109, 1995.

- **ABSTRACT:** *The aim of this essay is to briefly present the historic context in which Niccolò Machiavelli's "The Prince" was produced. The socio-economic aspect of the Italian cities during Renaissance was focused, in order to establish a profile of the Renaissance person. Then, the organization of Machiavelli's text is presented, stressing two aspects: its characterization as a manual, aiming the construction of a knowledge, and the argumentative and rhetoric procedures of its discourse.*
- **KEYWORDS:** *Discourse; text; enunciation; historic context; narrativity, argumentation.*

Referências bibliográficas

- 1 BIGNOTTO, N. *Maquiavel republicano*. São Paulo: Loyola, 1991. (Coleção Filosofia, 19).
- 2 CORTINA, A. *Leitura como processo de compreensão e de interpretação*. "O Príncipe" e seus leitores. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado em Letras – Área de Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- 3 GREIMAS, A. J. La soupe au pistou ou la construction d'un objet de valeur. In: _____. *Du sens II: essais sémiotiques*. Paris: Du Seuil, 1983. p.103-13.
- 4 HELLER, A. *O homem do renascimento*. Trad. Dario Canali. Porto Alegre: L&PM, 1980.
- 5 LARIVAILLE, P. *A Itália no tempo de Maquiavel*: Florença e Roma. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- 6 LEFORT, C. *As formas da história*: ensaios de antropologia política. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- 7 MACHIAVELLI, N. De principatibus. In: *Opere politiche*. Firenze: Le Monnier, s.d.
- 8 MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. Campinas: Pontes, Editora Unicamp, 1989.
- 9 MAQUIAVEL, N. *O príncipe e escritos políticos*. Trad. Lívio Xavier. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores).
- 10 O'DAY, R. Guia de estudo. Trad. Maria José da Costa F. M. M. Mendes. In: MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. Trad. Sérgio Bath. Brasília: Universidade de Brasília, 1979, p.11-33. (Curso de Introdução à Ciência Política).
- 11 PERELMAN, Ch., OLBRECHTS-TYTECA, L. *Traité de l'argumentation: la nouvelle rhétorique*. 3.ed. Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles, 1976.

HUMOR: ALGUNS MECANISMOS LINGÜÍSTICOS¹

Célia Maria Carcagnolo GIL²

- **RESUMO:** Quer-se pôr em evidência algumas possibilidades que a língua oferece para a produção do humor. Uma das principais características do texto-piada é a sua estruturação, marcada pela oposição entre os elementos antecedente x conseqüente, oposição essa que se resolve por meio de um mediador, cujas bases distribuem-se pelos níveis fonético-fonológico, morfosintático e semântico.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Discurso humorístico; piada; mecanismos lingüísticos, produção do humor.

A anedota ou piada é um texto que se relaciona direta e necessariamente com o riso. Trata-se de descobrir o conjunto de propriedades lingüísticas que estão presentes em todos os textos percebidos como humorísticos e que tornam humorísticos todos os textos que as utilizam. Esse conjunto de propriedades deve constituir a condição necessária e suficiente para que um texto seja considerado uma piada. Como as piadas são engraçadas pelo que querem significar em dado contexto, resalta-se o fato de que o seu significado vai além das expressões lingüísticas que as compõem.

Assim, somente os fatores lingüísticos não explicam o cômico das piadas, há que inseri-los no contexto mais amplo da enunciação, entendida como ato de produção do enunciado. Numa comunidade de fala, os indivíduos compartilham de um mesmo repertório e podem se utilizar de diversas variações lingüísticas numa mesma situação. No caso das piadas, o humor se dá quando se quebram regras preestabelecidas, quando se transgridem as normas lingüísticas e sociais.

A piada revela-se um texto com especificidades tais que a tornam um terreno fértil de produção e reprodução do humor. Porém, o estudo do texto apenas nos limites do próprio texto desconsidera a riqueza e as determinações do extralingüístico. Em contraposição, somente uma teoria sociocultural da ação também não dá conta da prática discursiva e exclui da linguagem o fundamental, isto é, a intencionalidade. As condições de produção da piada não se resumem a simples relações entre parceiros

1 O presente trabalho fundamenta-se na nossa tese de doutoramento intitulada *A linguagem da surpresa: Uma proposta para o estudo da piada*, defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 1991.

2 Departamento de Educação – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 19800-000 – Assis – SP.

sociais, nem se esgotam nas regras que regulam a fala dos sujeitos, mas implicam o suporte de suas representações e atitudes.

Entretanto, deixaremos de lado – e isso não quer dizer que os desprezaremos – os elementos do contexto sócio-histórico-cultural, para nos deter nos mecanismos especificamente lingüísticos, que se distribuem nos níveis fonético-fonológicos, morfossintáticos e semânticos. Daremos relevo, pois, à questão: “o que é, lingüisticamente falando, que desencadeia o humor e deflagra o riso?”.

O específico da piada se expressa quando constatamos que ela se compõe de um antecedente, de um conseqüente e de um elemento mediador. É este mediador ou gatilho que opera a passagem de um campo a outro, podendo assumir diversas formas, de acordo com o mecanismo utilizado pelo texto, para produzir a oposição necessária e dialética entre os dois componentes estruturais da piada.

Para exemplificar alguns mecanismos que operam no nível fonético-fonológico, consideremos as piadas números 1 e 2, que mostram a onomatopéia e a rima, respectivamente.

Piada número 1

- Na velha cidadezinha do oeste, entra de repente o pele-vermelha.
Atravessa a pacata cidade e se dirige para a casa do juiz:
- Senhor Juiz, índio precisa falar com chefe cara-pálida.
 - Pois não. O que o senhor deseja?
 - Índio quer mudar de nome
 - Não tem problema. Como é que índio se chama?
 - Índio chama Grande - Locomotiva - que - Apita - seu - Longo - Apito - na - Curva - da - Estrada - sob - a Luz - da - Manhã!
 - É... - diz o juiz Realmente é um nome muito grande. E como é que você quer se chamar?
- E o índio:
- Pmmmmmmmmmm!

Neste caso a onomatopéia é o processo que opera a passagem do *frame* (Beaugrande & Dressler, 1981) da cultura indígena, primeira proposição, para o *frame* da cultura moderna, segunda proposição. O nome de um referente é substituído pelo som que ele produz. Esse mecanismo é muito usado na linguagem infantil. No texto, há uma onomatopéia, que ocorre quando a personagem quer substituir o nome que possui, referente ao trem em determinada situação, por um nome que reproduz o seu ruído naquele momento. A surpresa se encontra não só na evocação da onomatopéia, como também na passagem para o *frame* da cultura moderna, ou seja, para a mentalidade do índio tido por muitos como infantil.

Piada número 2

Ninguém agüentava o Zé da Rima. Ele tinha a única loja da cidade e não tinha jeito. O negócio era comprar lá. Um dia chegou um forasteiro, foi lá fazer compra:

- Bom dia!
- E o Ze
- Como vai Vossa Senhora?
- O senhor tem gravatas?
- Bonitas e baratas!
- E chapéu?
- Azul da cor do céu
- Tem camisas?
- Das listradas e das lisas
- Como é o nome do senhor?
- Ze Maria Claudionor
- Hummm pena o senhor não se chamar Lacerda!

A rima como repetição de fonemas finais dos vocábulos é um recurso comum do uso poético. Na linguagem prosaica de todo dia, no entanto, é evidente que acaba por ser vista como um recurso enfadonho, que pode cair no ridículo. A rima provoca a passagem do *script* (Beaugrande, & Dressler, 1981) de comprador educado para o *script* de comprador malcnado. É o que o texto nos diz com a sugestão em rima da expressão "mandá-lo à merda". Da situação incomum e do desfecho sugerido, brota, em expressão fonética, o cômico do texto.

Baseados nos exemplos citados constatamos que a fonética favorece significativamente a passagem de um campo da primeira proposição para o campo da segunda, especialmente através da onomatopéia e de certos sons que exprimem o pensamento com tanta expressividade e clareza, dispensando formas mais amplas de verbalização. Em muitas piadas há necessidade de se utilizar desses sons para se provocar o riso. Também a rima, ou apenas a suposição dela, torna-se de grande eficácia como elemento mediador dentro da fonética.

A forma, em algumas piadas, é especificamente a causa do humor (caso da piada número 3). A passagem do campo da primeira proposição para o campo da segunda tem base também no arranjo sintático, ou morfossintático de palavras. Podemos tomar como exemplo, dentro deste item, as estruturas que revelam figuras como a comparação, a intensificação e a inversão sintática.

Consideremos a piada número 3, que ilustra a comparação.

Piada número 3

Dizem que
 Dos 15 aos 20 anos, a mulher é como a África meio virgem, meio explorada
 Dos 20 aos 30, ela é como a Ásia cheia de mistérios
 Dos 30 aos 40, ela é como a América do Norte eficiente e cooperadora
 Dos 40 aos 50, ela é como a Europa meio cansada, mas ainda aproveitável
 Depois dos 50, ela é como a Oceania todo mundo sabe onde é que fica, mas ninguém vai lá

A comparação permite a passagem entre as características comuns a dois elementos comparados para destaque de alguns pontos e depreciação de outros. A

comparação, figura muito utilizada como fonte de expressividade, provoca o humor porque dá maior realismo ao fato e porque facilita ao receptor o entendimento daquilo que se quer definir.

A comparação é a ligação entre dois termos objetos por traço sêmico comum. Na piada número 3 é a mulher em determinada faixa etária e cada um dos cinco continentes. A relação comparativa, no caso, poderia colocar essa piada no conjunto daquelas que retiram seu aspecto humorístico da explicação semântica.

Encontramos alguns textos que demonstram o emprego de processos enfáticos. Veja-se, por exemplo, a intensificação, nesta piada:

Piada número 4

Era tão gaga, mas tão gaga, que no primeiro dia que ela disse ao namorado que não nã nã não era o ti ti ti ti tipo de mo mo mo moça que que que e e e ele es es es estava pen pen pen pensando que e e e ela era... ela já era!

Vale destacar que neste texto há reprodução em discurso indireto do discurso direto, cuja duração pela gagueira permite a conclusão narrativa final. Esta piada é organizada sobre uma estrutura sintática de uma oração correlativa com subordinada consecutiva, com base no esquema “tão gaga que...” Declara-se a intensidade da gagueira, com determinação do advérbio *tão* no adjetivo *gaga*; confirma-se graficamente essa gagueira, com a repetição de sílabas da fala da moça, num processo de demora, ou melhor, de valor aspectual de duração, que dá por conseqüência na estrutura básica a mudança de sentido do predicado nominal final. Colaboram então para o cômico a intensidade, a duração e a conseqüente mudança de sentido.

De início, o verbo de ligação “era” refere-se à gagueira da moça como um estado permanente. Posteriormente, o mesmo verbo passa a designar a mudança de estado de uma moça virgem para não-virgem.

Piada número 5

- A mocinha entra correndo pela casa, aos prantos:
- Mamãe, mamãe... aconteceu uma coisa horrível.
 - Que foi, minha filha?
 - Um tarado, mamãe. Um tarado me pegou.
 - Não, minha filha. Não. Quando foi isto?
 - Anteontem, ontem e hoje.

Nesta piada há um valor aspectual que dá a idéia de freqüência ou duração do implícito ato sexual, decorrente da especificação pelos três advérbios de tempo do momento de sua realização. A comicidade reside, portanto, na eliminação da idéia do ato instantâneo, pontual, que, se supõe, caracterizaria a agressão de um tarado, chegando obviamente à idéia da convivência da mocinha.

A repetição de fatos lingüísticos constitui fonte importante de humor. Ela sugere, pela frequência, a constância de determinada idéia. Mesmo não sendo a causa direta do riso, permite o aparecimento da gradação que, por sua vez, cria o ambiente necessário para que a anedota se concretize. No caso da piada número 5, embora o valor aspectual melhor a classifique entre os mecanismos semânticos, a intensidade fica implícita pela seqüência temporal lógica de três advérbios de tempo, que sugerem também a idéia de continuidade. Essa junção de advérbios amplia o tempo no qual se repetem as ações.

O processo de inversão sintática encontra-se em piadas do tipo:

Piada número 6

Na farmácia:

- Quero um remédio pra lombrigas.

- Pois não. Do que é que elas sofrem?

O humor se fundamenta na ambigüidade da expressão "pra lombrigas", que se pode entender em estrutura fundamental "pra lombrigas tomarem" ou "pra matar lombrigas". A resposta chega a entendimento diverso, em decorrência da inversão sintática do substantivo lombrigas, da função de objeto para sujeito, e em decorrência da elipse dos verbos matar e fortificar.

Piada número 7

O ótimo brotinho foi fazer prova em segunda época. Estudara pouquíssimo e a única chance que tinha é que ela era muito, mas muito boa mesmo.

No dia seguinte se encontra com sua melhor amiga:

- Como é? Deu pra passar?

E ela:

- Deil!

A história joga com duas expressões idênticas na forma, mas diversas no sentido: *deu para passar*, como perífrase, isto é, significando "foi possível passar", e *deu (algo) para passar*, em que o segundo verbo forma, especificando circunstância de finalidade, oração diversa da primeira, na qual o objeto direto está elidido. A primeira construção é impessoal só aparecendo com a forma verbal correspondente à terceira pessoa; a segunda é pessoal, flexionando-se em quaisquer pessoas do discurso. Portanto, no caso, com o recurso morfossintático de flexão *deu/dei*, a piada joga com o sentido da perífrase na pergunta, para obter o entendimento da segunda expressão na resposta, provocando o humor, inclusive com a malícia que o próprio verbo dar envolve.

Trata-se, no caso das duas piadas acima, de inversão sintática, porque pudemos observar que se lançou mão da troca de um termo da oração por outro. Na primeira piada, o substantivo "lombriga" passa de objeto direto a sujeito e, na segunda, ocorre uma comutação mórfica, fazendo que o verbo "dar" de impessoal passe a pessoal. O

efeito expressivo desse recurso facilita a inversão de pensamento, causa direta de equívocos, os quais, por sua vez, motivam o riso.

Os mecanismos semânticos mais recorrentes são a homonímia e a polissemia, fontes da ambiguidade, traço fundamental da maioria das piadas analisadas. Incluímos aqui também a significação imprópria de certas palavras, que, empregadas indevidamente, prestam-se a provocar a oposição e conseqüentemente o riso.

Para mostrar como a homonímia e a polissemia podem servir de instrumento de mediação, tomemos as piadas números 8 e 9, respectivamente.

Piada número 8

Placas na estrada antes de se chegar ao fim do caminho. Primeiro vem Jundiaí, terra da uva Depois, Valinhos, terra do figo Na entrada de Jundiaí: "Coma uva!" Na entrada de Valinhos: "Coma figo!" Depois: "Coma noz"

Ocorre na piada acima homonímia homófona entre o pronome pessoal de primeira pessoa do plural *nós* e o nome da fruta de natal *noz*. É claro que o efeito cômico da piada conta com a malícia tradicional de insistir sobre a pederastia da região de Campinas, com o sentido específico para a área sexual do verbo comer no terceiro sintagma, e com inversão sintática do pronome pessoal *nós*, que, habitualmente sujeito da frase, aí aparece como objeto direto, em consonância com o uso popular.

Piada número 9

E aquele velho discurso do político sabido que já fez o maior sucesso por esse Brasil afora?
- Eu falo pra vocês todos, meus eleitores. Para a mulher, para os velhos, para a mulher solteira e a viúva Para o jovem e para todo mundo que, como eu, vive em busca da paz. Ah, a paz! Vocês sabem, todos vocês aqui reunidos, que a paz é o sonho de todos nós. Por isso devo destacar seis pontos fundamentais para a paz de todos nós

- 1 A pomba é o passarinho da paz!
- 2 A mulher é a paz do passannho!
- 3 O velho é o passannho em paz!
- 4 A solteira não conhece a paz Nem o passarinho!
- 5 A viúva não vive em paz sem o passarinho!
- 6 O solteiro não deixa o passannho em paz!

Como se pode observar, o texto tira a sua comicidade do valor polissêmico de "passarinho" e "paz", a partir dos sentidos literais para os sentidos metafóricos, que evocam a malícia. Esse jogo de palavras polissêmicas em muito favorece o humor, seja como produto de identidade de significantes (homonímia), seja como resultado de diversidade de significados (polissemia). É um recurso muito produtivo no humor, dada a ambiguidade que permite mais de uma direção argumentativa. Havendo sentidos diferentes da mesma palavra, os interlocutores podem atualizar um ou outro e facilmente chegar ao efeito cômico.

Vejamos como os textos abaixo trabalham o sentido impreciso das palavras:

Piada número 10

Português matou a mulher. Aí, o juiz perguntou:

- Por que foi que o senhor matou sua mulher?
- Opá, matei a mulher porque eu não queria que ela fosse cantar no rádio.
- Mas ela foi cantar com pseudônimo – disse o juiz.
- Pois então – falou o português. – Matei ela e o pseudônimo!

A impropriedade, é óbvio, está no uso do termo *pseudônimo*, que significa “nome falso”. Aparecendo na expressão do português, como complemento do verbo *matar*, que no geral pede objeto animado, a comicidade acaba por se fixar na sugestão do entendimento de que se tratava de outro companheiro da mulher. A passagem do *script* de cantora de rádio para o de esposa adúltera se opera pelo emprego de uma palavra imprópria.

Piada número 11

A mulher conversava com as amigas na sala e falava sobre o marido:

- Ele é muito bom, me trata muito bem, não deixa faltar nada em casa. A única coisa que me desagrada nele é que ele é sifilítico.

As amigas ficaram assustadíssimas, mas nesse exato momento o marido bota a cara para fora do quarto e berra lá pra sala:

- Filatélico, mulher. Filatélico!

Também se trata de impropriedade decorrente da etimologia popular, isto é, o uso de uma palavra por outra com a qual a primeira tem alguma semelhança fonética. Observe-se, no caso, entre as duas palavras, a semelhança das sílabas fonéticas grifadas:

sifilítico / *filatélico*

Ambas apresentam o mesmo número de sílabas; têm a sílaba acentuada na mesma posição; trazem o mesmo grupo de sons *ico* na terminação e jogam com as consoantes *f*, *l*, *t* e *c* [*k*]. O humor nos dois exemplos acima desencadeia-se pelo fato de o significado das palavras ser impreciso ou desconhecido. O cômico se dá porque a pessoa emprega uma palavra por outra, ou por desconhecer o significado da palavra ou por achá-la bonita, sonora, utilizando-se dela em quaisquer contextos.

A pressuposição aparece amplamente nos textos humorísticos. As piadas número 7 (brotinho que foi fazer prova) e número 12, que segue, servem para exemplificar o fenômeno da pressuposição:

Piada número 12

Tava a mocinha vomitando no meio da rua, amparada pela mãe.

Passa um senhor muito delicado:

- Foi comida, não foi?

- Foi sim senhor – respondeu a mãe, mas vai casar!

Ocorre, no caso, equívoco de palavras homônimas para provocar inversão de significados e, conseqüentemente, o riso. O termo *comida*, na pergunta do “senhor delicado” quis referir-se a “alimento ingerido”, mas o entendimento da mãe repousou no particípio do verbo *comer* no sentido vulgar de “possuir fisicamente” que, na sua opinião, deixou à mostra a condição moral da jovem. A pressuposição instaura-se aí, em decorrência do fato lingüístico.

Tendo em vista as análises que acabamos de fazer, constatamos que há numerosos fatores lingüísticos atuando no processo de construção das piadas e se relacionando de diferentes modos com o humor. Os mecanismos lingüísticos (onomatopéia, rima, comparação, intensificação, inversão sintática, homonímia, polissemia, impropriedade), ora examinados, constituem-se em elementos que desencadeiam o humor e, conseqüentemente, o riso. Claro está que esses processos lingüísticos compõem apenas uma lista parcial, porém representativa, dos estudos que estamos realizando. Pretendemos, em um trabalho futuro, ampliar estas análises. Como lembramos no início, a piada precisa ser estudada também e necessariamente nas suas relações com o pensamento e com os conteúdos sociais, culturais e psicológicos.

GIL, C.M.C. Humour: some linguistic mechanisms. *Alfa (São Paulo)*, v. 39, p.111-119, 1995.

- **ABSTRACT:** *It is intended to shed some light on some of the possibilities offered by the language for the production of humour. One of the main features of a joke-text is its structure, which is marked by the opposition between the antecedent X consequent elements. This opposition is solved by means of a mediator whose bases are distributed throughout the phonetic-phonological levels and the morpho-syntactical and semantic levels.*
- **KEYWORDS:** *Humour discourse; joke; linguistic mechanisms; production of humour.*

Referências bibliográficas

- 1 BEAUGRANDE, R. de, DRESSLER, W. U. *Introduction to Textlinguistics*. London: Longman, 1981.

- 2 GIL, C. M. C. *A linguagem da surpresa: uma proposta para o estudo da piada*. São Paulo, 1991. Tese (Doutoramento em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Bibliografia consultada

- FÁVERO, L. L. *Coesão e coerência textuais*. São Paulo: Ática, 1991.
ILARI, R., GERALDI, J. W. *Semântica*. São Paulo: Ática, 1985.
KOCH, I. V., TRAVAGLIA, L. C. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1990.
MARCUSCHI, L. A. *Linguística do texto: o que é e como se faz*. Recife: UFPE, 1983.

O RISO DIFERENTE¹

Maria Izabel de O. MASSONI²

- RESUMO: A partir da teoria semântico-contextual de Raskin (1987), este artigo analisa a forma e a técnica lingüístico-discursivas em dez piadas de humor negro.
- PALAVRAS-CHAVE: Transfiguração; desmascaramento; *script*; *gatilho*; *bona-fide*.

Introdução

O presente trabalho objetiva analisar algumas piadas de humor negro, assunto que nos interessou por focar a desfiguração, a mutilação e a morte, temas lúgubres que versam sobre o sofrimento humano, mas mesmo assim nos fazem rir. Instigou-nos o motivo desse riso. Sadismo? Sentimento necessário de superioridade diante das desgraças do mundo, impulsionado pelo medo? Verbalização do tabu para constatar o ridículo da vida?

São várias as causas que, hipoteticamente, poderíamos levantar e são muitos os estudiosos que se dedicaram a explicações psicológicas e sociológicas da origem desse riso diferente, que se instaura entre o engraçado e o assustador.

Neste trabalho abordamos alguns autores que analisam o porquê do humor para contextualizarmos a análise lingüístico-discursiva elaborada depois, na tentativa de explicar a forma e a técnica das piadas como componentes importantes que conduzem ao riso.

Humor e humor negro

- De quem é este narizinho? – diz o moço apaixonado à namorada.
- Agora é seu! – responde a namorada leprosa.

1 A primeira versão foi apresentada como trabalho, em curso ministrado pelo Prof. Dr. Sírio Possenti, em 1994, no IEL/Unicamp, cujo tema foi o discurso humorístico.

2 Departamento de Letras Vernáculas – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP.

E nós rimos. Um riso espontâneo que surge incontrolável e que, depois, é substituído por um sentimento misto de pena e culpa.

Embora possua as mesmas características das piadas feitas à custa de minorias, etnias e grupos estigmatizados, o humor negro, por versar sobre deformações, mutilações, doenças, mortes etc., provoca um riso esporádico, incerto, constrangido, que nos desorienta e incomoda. É, ao mesmo tempo, engraçado e assustador. Experimentando-o, nós nos sentimos entre o riso e o medo e essa violenta combinação dos opostos extremos desconcerta-nos de tal forma que não sabemos responder ao porquê do riso, se bem que o reconhecamos diferente do riso que continua a ecoar em outros tipos de humor.

Muitos são os estudos sobre o humor e sobre o motivo que faz as pessoas rirem e, segundo Chiaro (1992), a maioria aborda questões psicológicas, fisiológicas e sociológicas fundamentando o porquê do riso.

Bergson (1940)³ afirma que o maior inimigo do riso é a emoção e a indiferença é o seu meio natural. Quando, por exemplo, rimos de uma pessoa que nos causa pena, é preciso que, por instantes, nos afastemos desse sentimento, o que exige uma "anestesia momentânea do coração", mobilizando a "inteligência pura". E essa inteligência "deve estar em contato com outras inteligências" (p.14), como um riso em grupo, com significação e respostas a certas exigências da vida comum.

Para Bergson, uma das causas que suscita o riso é o fato de considerarmos as atitudes, os gestos e movimentos do corpo humano como um simples mecanismo e "é cômico todo incidente que atrai nossa atenção sobre a parte física de uma pessoa quando nos ocupamos de seu aspecto moral" (p.45). "O que move o riso é, pois, a transfiguração momentânea de uma pessoa em coisa" (p.49), num sentido de mecanização do vivo. Bergson, embora não aprofunde a análise, apresenta também as raízes infantis que estão na origem do cômico, afirmando que o espírito retém dos jogos infantis a fórmula abstrata do efeito cômico.

Propp (1976), analisando os motivos do riso, apresenta o riso de zombaria sempre ligado à comicidade, já que essa "costuma estar associada ao desnudamento de defeitos, manifestos ou secretos, daquele ou daquilo que suscita o riso" (p.171).

Diferentemente da grande maioria dos estudiosos que afirmam ser a comicidade decorrente de uma contradição entre a forma e o conteúdo, aparência ou essência etc., Propp concebe-na como a contradição "entre algo que, por um lado, encontra-se no sujeito que ri, e por outro, naquilo que está em frente dele e que se manifesta no mundo que está à volta dele, no objeto de seu riso" (p.173). A partir desse conceito de contradição, estabelece duas condições para a comicidade e o riso:

1 Quem ri tem algumas concepções do que é certo, justo, correto, moral ou tem um certo instinto do que é considerado justo e conveniente.

2 Observação de que existe, no mundo à sua volta, algo que contradiz esse sentido do certo.

³ A primeira edição de *Le rire*, de Bergson, é de 1900.

Essa é a condição fundamental, segundo Propp, para o nascimento da comichade, se bem que afirmar não ser suficiente, pois a constatação de uma contradição pode suscitar também a tristeza ou a ira, dependendo, apenas, da mentalidade de quem ri.

Para ele, "o riso que zomba nasce sempre do desmascaramento de defeitos da vida interior, espiritual do homem", mostrando, pelo aspecto externo, "a sua insuficiência interior" e se apresenta sob uma única lei: "quando se ri de defeitos físicos, na verdade está-se rindo de defeitos de ordem espiritual" (p.175).

Outros defeitos, que não de ordem moral, também são descobertos a partir do mesmo procedimento. Há o riso quando a sensação de harmonia nas leis da natureza é infringida e sentida como um defeito, pois o "que é belo e harmonioso não pode despertar o riso" (p.176). Mas esses defeitos, segundo Propp, só levam ao riso quando são *inesperados*.

Discordando de outros autores, Propp não vê o prazer provocado pelo riso de zombaria como farisaico, mas sim como resultado de um *instinto de justiça* ao ver o mal, o defeito e o disforme desnudados, rebaixados e punidos, numa libertação da tensão que causa, ao mesmo tempo, alívio e prazer.

Freud (1905) apresenta o mecanismo do humor como uma forma análoga àquelas referentes ao prazer cômico e aos chistes, todas elas derivando de uma economia. Nos chistes, há a economia na despesa com a inibição; no cômico, com a ideação, e no humor, com o sentimento. Para ele, "o humor é um meio de obter prazer apesar dos afetos dolorosos que interferem com ele; atua como um substitutivo para a geração desses afetos, coloca-se no lugar deles. ... O prazer do humor revela-se ao custo de uma liberação de afeto que não ocorre: procede de *uma economia na despesa de afeto*" (p.257). E nessa economia, segundo Freud, não há limite exato, pois as emoções economizadas em favor do humor são muito variadas (compaixão, ódio, dor, ternura, asco, inveja, medo etc.), embora ele ressalte que a economia da compaixão seja uma das mais freqüentes fontes do prazer humorístico.

Retomando Bergson, Freud analisa a influência das raízes infantis na determinação subjetiva do deslocamento humorístico. No desmascaramento e na situação cômica embaraçosa redescobrimos o desamparo infantil.

Pode-se pensar que haja a liberação de um componente de sadismo, em piadas de humor negro, mas esse descartar do afeto doloroso no deslocamento humorístico, segundo Freud, é um processo defensivo que realiza a tarefa de impedir a geração do desprazer a partir de fontes internas, funcionando como uma regulação automática aos eventos mentais. "Ele [o humor] desdenha retirar da atenção consciente o conteúdo ideacional que porta o afeto doloroso, tal como o faz com a repressão e, assim, domina o automatismo da defesa" (p.262).

Até aqui, abordamos, embora sucintamente, estudiosos que se preocuparam em analisar o porquê do riso e os mecanismos psicológicos e sociais que subjazem a ele. Mas a explicação do motivo do riso deve passar também pelos aspectos lingüísticos que viabilizam *o como* esse humor se estrutura; afinal, o jogo lingüístico interage com

o conhecimento do mundo, e o modo como as piadas se organizam tem, obviamente, a intenção discursiva de levar ao riso.

Na piada que iniciou este trabalho, o vocábulo “agora” do enunciado “Agora é seu”, por exemplo, é o gatilho lingüístico que recorta o tempo, tematizando a situação engraçada no pressuposto lingüístico “antes”, ou seja, antes, “o nariz era meu, agora que você o puxou, é seu”.

É claro que rimos *porque* economizamos afeto (ver Freud), ou *porque* desnudamos o defeito na harmonia das leis da natureza (ver Propp) ou *porque* “anestesiemos o coração” na mecanização do vivo (ver Bergson), mas talvez o riso não explodisse tão espontâneo se o texto fosse, por exemplo, o seguinte: “O namorado apaixonado pela moça leprosa, num arroubo de paixão, arrancou-lhe o nariz”.

Isso, entretanto, não quer dizer que os gatilhos para o humor sejam sempre lingüísticos. Há todo um conjunto de outros fatores tais como inferências, saberes partilhados, hábitos, cultura e ideologia que entram na produção de sentido e que não podem ser deixados de lado.

Raskin (1987) critica a lingüística por colaborar muito pouco para a análise de textos de humor (em geral, ela serve para a explicação de trocadilhos e ambigüidades) e propõe, então, uma teoria semântico-contextual baseada em *scripts* (planos estabelecidos de nossa estrutura cognitiva que organizam o nosso conhecimento convencional de mundo ao especificarem os papéis dos participantes e das ações deles esperadas, no quadro social).

Para ele, o texto lingüístico deve apresentar os seguintes componentes:

1 uma mudança do modo *bona-fide* de comunicação⁴ para o não *bona-fide* (esse último, segundo Raskin (1985, p.103), infringe as máximas *griceanas* do Princípio de Cooperação, instauradas no modo *bona-fide*);

2 o texto chistoso, isto é, a piada;

3 dois *scripts* (parcialmente) superpostos compatíveis com o texto;

4 uma relação de oposição entre os dois *scripts*;

5 um gatilho, claro ou implícito, que possibilita desviar um *script* para outro.

O humor negro, do ponto de vista textual, não se diferencia dos outros tipos de piadas em relação à técnica ou forma de elaboração, mas o riso que ele incita se mostra diferente, entre a amargura, o medo e o engraçado.

Mathew Winston (1972, p.270), retomando Breton (1972), nos diz que

a perspectiva do humor negro é a de uma visão de distância segura que simultaneamente compreende a vida como ridícula e mortalmente séria. Despreza a limitação do racional e favorece o fantástico, irreal e grotesco, e o humorista negro, percebendo as insolúveis antíteses, não espera

4 No modo *bona-fide*, o falante está compromissado com a verdade e relevância de seu texto e o ouvinte, sabedor desse compromisso, percebe o texto como relevante e verdadeiro. O exemplo mais claro de que piadas exigem o modo não *bona-fide* de comunicação são as do tipo: “Quando Sarney morreu (em 1994)...”. Fica claro que não se trata de dizer uma verdade para o falante ou de dar-lhe uma informação.

nenhuma reforma. Ao contrário, traz o seu público para a mesma posição horrorizando-o e, depois, desvia o seu medo nascente por meio de alguma mudança cômica ou espirituosa. Essa posição é vista como liberal, como uma independência humana que reconhece as dores e os medos da vida e os transcende.

Nesse sentido, Breton (1972, p.16) cita, com aprovação, Freud (1905) que diz ter o humor algo de grandioso e elevado. "A grandiosidade nele repousa, claramente, no triunfo do narcisismo, na vitoriosa asserção da invulnerabilidade do ego que se recusa a ser afligido pelas provocações da realidade."

Com Raskin (1987) vimos que a "mudança" cômica acima citada se deve à passagem do modo *bona-fide* para o não *bona-fide* de comunicação, possibilitada pela existência de dois *scripts* e pelo gatilho que permite passar de um *script* a outro.

Dado o exposto, passaremos, agora, a analisar algumas piadas de humor negro enfocando, basicamente, os aspectos lingüísticos e pragmáticos envolvidos.

Análise de alguns exemplos

1 Um menino, com uma mão atrás, disse para uma amiguinha:

- Adivinha o que eu tenho na minha mãozinha...
- Uma balinha!
- Errou, paralisia!

O segmento "com uma mão atrás" nos remete à postura convencional de adivinhação e surpresa (é claro que não haveria piada se a mão estivesse exposta) e ele se reforça com o verbo "ter" e a expressão adverbial "na mão". Há o esperado: ele tem um objeto em sua mão e quer que ela adivinhe. O preenchimento sintático do lugar do objeto é o gatilho dessa piada. Ele não tem *um objeto* na mão, mas sim tem *paralisia* na mão toda.

Uma variante dessa piada é:

Um menino que tinha uma mãozinha atrofiada por paralisia, chegou-se para sua amiguinha e disse:

- Adivinhe o que eu tenho na mão...
- Paralisia!
- Errou, uma balinha, disse ele, abrindo a mão.

É o mesmo mecanismo sintático da anterior que nos leva ao riso, mas acreditamos que a gradação do humor negro dessa última é mais forte. Talvez porque não seja o personagem que não se preocupa com a sua deformidade (como na 1), mas sim, somos nós que rimos dela sadicamente, para depois dizermos "Ai, coitadinho!", expressão tão comum, posterior ao riso do humor negro.

Na primeira piada, o menino surpreende a amiguinha. Na segunda, quer surpreender e é surpreendido.

- 2 Primeiro canibal: - Cheguei atrasado para o jantar?
Segundo canibal: - Muito. Todo mundo já foi comido.

Nessa piada, o mecanismo sintático da apassivação é a chave linguística para o humor. O vocábulo “jantar” nos leva a “Todo mundo já comeu o jantar”, em que “todo mundo” é o agente. A passagem humorística se dá quando o suposto sujeito agente passa a paciente.

- 3 - O que aconteceu com sua mão, meu filho?
- Serrei um pedaço do meu dedão.
- Como?
- Serrando.

A construção “Serrei um pedaço do meu dedão” tem o lugar do sujeito preenchido pela 1ª pessoa (eu). Como não é comum alguém serrar o próprio dedo, o ouvinte toma a oração como resultado da seguinte transformação:

“X teve o pedaço do dedo cortado (pela serra)”, como forma passiva, ou “A serra cortou um pedaço do dedão de X”, na forma ativa, com alçamento do instrumental a sujeito.

Assim, o verbo serrar, na construção “Serrei um pedaço de meu dedão”, é tomado como causativo, igual ao da construção “Cortei meu cabelo”, por exemplo. Mas, à pergunta “Como?”, que pressupõe “Como isso aconteceu?”, vem a resposta “Serrando”, ou seja, o *script* pouco usual do sujeito que faz a ação de cortar um pedaço do próprio dedo, numa explicação do pressuposto “Como você fez isso?”

O efeito humorístico está na ambigüidade (desfeita na resposta) da construção “Serrei um pedaço do meu dedão” que nos remete a dois *scripts*:

- a) X serrou o pedaço do dedão de X.
b) Y serrou o pedaço do dedão de X.

- 4 - O que vamos jantar hoje? Mamãe?

Na possibilidade de mudança do sinal de pausa a partir do clichê “O que vamos jantar hoje, mamãe”, em que “mamãe” é o vocativo, revela-se o humor: “mamãe” é o possível prato do jantar.

- 5 Mãe desesperada (no ônibus, com o filho aos berros, em seu colo).
- Minha nossa, não sei o que faço com essa criança.
- A senhora quer que eu abra a janela para a senhora? - pergunta o cavalheiro ao lado.

Dada a situação insuportável de se viajar ao lado de uma criança aos berros, o humor constrói-se instaurando um novo *script*. O *script* literal do texto em questão é

o que se obtém interpretando “para a senhora” como um dativo de interesse (ou, mais simplesmente, um objeto indireto). Mas, pode-se interpretar a fala do cavalheiro como sugerindo uma saída para a situação. Nesse caso, para que imaginemos tal saída, temos que interpretar uma seqüência não dita, que seria o predicado de uma oração subordinada final iniciada com “para a senhora” e que pode ser completada, por exemplo, por:

- a. aliviar-se;
- b. colocar a criança perto dela;
- c. jogar a criança para fora.

Obviamente, só temos humor negro no último caso (humor que pode ser obtido, claro, por paráfrases de c).

6 O pregador estava em grande forma.

- Tudo o que Deus fez é perfeito, gritava ele.
- E eu? – perguntou o corcunda, levantando-se no fundo da igreja.
- Você é o corcunda mais perfeito que eu já vi, foi a resposta imediata do pregador.

Na intenção de reiterar a perfeição de Deus, o pregador, na intensificação da qualidade do ouvinte, acaba intensificando o seu defeito ou deformidade. Afinal, ser o corcunda mais perfeito é ser, entre os que o pregador já viu, o mais corcunda de todos eles.

7 Alguém bateu à porta. A Sra. Silveira abriu.

- A senhora é a viúva Silveira? – perguntou o garotinho.
- Eu sou a senhora Silveira, mas não sou viúva.
- Ah, não? Espere só para ver o que estão trazendo pela escada!

A chave discursiva para o gatilho dessa piada é o eixo temporal que se instaura sobre o vocábulo “viúva”. A Sra. Silveira não é viúva até que veja “o que estão trazendo pela escada”, ou seja, até que tome conhecimento do fato ocorrido anteriormente. Da perspectiva do emissor (garotinho) ela já é viúva; mas da sua perspectiva não o é, pois desconhece o ocorrido no tempo anterior.

8 – O aidético necessita de amor, carinho e pizza.

- Por que pizza?
- É a única comida que dá para pôr debaixo da porta.

É do saber de consenso que o aidético é discriminado na sociedade e que várias campanhas acontecem para evitar isso. Nesse caso, o primeiro enunciado traduz até um certo ponto (“O aidético necessita de amor, carinho e...”) o discurso de tais campanhas, mas o estranhamento se dá com a palavra “pizza”, que não faz parte do campo semântico de amor e carinho. Embora seja alimento (seria razoável colocar-se,

então, um tipo de alimento com os vocábulos amor e carinho, no sentido de uma alimentação adequada e saudável), ao especificar-se o tipo "pizza" realçou-se a sua forma fina e achatada como sendo o único alimento que se coloca por debaixo da porta, obviamente fechada, implicando o *script* da discriminação e não o de apoio ou ajuda.

9 O tio velho e solteiro morreu. No velório, na madrugada fria, os sobrinhos que moravam fora se encontraram para "pôr a conversa em dia". Daí a pouco, a sobrinha mais velha chega e diz:

- Pessoal, preparei um café, ali, na cozinha. Há também pão, manteiga, queijo e...
- O "presunto" está aqui, completou o sobrinho delegado.

Essa é uma piada que decorre de elementos sociolinguísticos. No vocabulário típico dos policiais, "presunto" é o indivíduo morto, mas ele se reveste, nessa piada, de uma conotação de alimento, interpretação favorecida pelos dêiticos espaciais *ali* e *aqui*, ou seja, *ali*, na cozinha, há alguns ingredientes do sanduíche (pão, queijo etc.) e *aqui* há outro, o "presunto".

- 10 - Mamãe, eu sou um lobisomem?
- Cala a boca e penteia o rosto direito!

A piada supõe o conhecimento por parte do ouvinte de que lobisomem é uma mistura de lobo com homem e que tem o corpo todo coberto de pêlos. "Pentear o rosto" é o segmento que dá a resposta ao filho (ele é lobisomem), mas é só o ouvinte que percebe; o filho não, e aí é que reside o humor.

Muitas outras piadas poderiam ser analisadas nesse trabalho; porém, acreditamos que esse *corpus* selecionado por nós seja suficiente para afirmarmos que as piadas de humor negro textual e discursivamente não diferem dos demais tipos de piadas. A única diferença, como já dissemos, é que elas versam sobre desgraças de maneira geral. É importante lembrar também que o limite para o rótulo "humor negro" é muito flexível; depende das crenças e valores dos ouvintes e dos contextos sociais nele implicados, pois há temas que são tabus ou horripilantes para determinadas épocas e pessoas e para outras não.

Não se pode negar, é claro, que o repertório de piadas de humor negro se intensifica quando desgraças acontecem a personalidades de grande expressão social (ver, por exemplo, as inúmeras piadas atuais sobre Daniela Peres, Denner e Senna). Talvez seja uma vingança inconsciente por parte do público anônimo, mas isso se refere ao porquê dessas piadas, tema que não foi o objetivo desse trabalho. O importante é que, retomando Freud, diferentemente da época de nossa infância, hoje precisamos do humor para nos sentirmos felizes em nossas vidas, seja ele de que tipo for.

MASSONI, M. I. de O. The different laugh. *Alfa (São Paulo)*, v.39, p.121-129, 1995.

- **ABSTRACT:** *This paper analyses the linguistic and discursive form and technique of ten black humor jokes based on Raskin's semantic contextual theory (1987).*
- **KEYWORDS:** *Transfiguration; unmasking; scripts; trigger; bona-fide.*

Referências bibliográficas

- 1 BERGSON, H. *Le rire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1940.
- 2 BRETON, A. *Anthologie de l'humor noir*. Paris: Jean Jacques Pauvert, 1972.
- 3 CHIARO, D. *The language of jokes*. London, New York: Toutledge, 1992.
- 4 FAVERO, L. L. *Coesão e coerência textuais*. São Paulo: Ática, 1991.
- 5 FREUD, S. *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 1905.
- 6 PIADAS – Humor negro – 6º livro. Coquetel. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1981.
- 7 POSSENTI, S. *Os humores da língua*. Campinas: IEL, Unicamp, 1994. (Mimeogr.).
- 8 PROPP, V. *Comicidade e riso*. São Paulo: Ática, 1976.
- 9 RASKIN, V. *Semantic mechanisms of humor*. Dordrecht, Holland: D. Reidel Publishing Company, 1985.
- 10 _____. Linguistic heuristics of humor: a script-based semantic approach. In: *International Journal of Sociology of Language*, 1987.
- 11 WINSTON, M. Humor noir and black humour. In: *Veins of humor*. Cambridge, Massachusetts: Harward University Press, Harward English Studies, 1972.

ENUNCIÇÃO E DISCURSIVIDADE EM ENUNCIADOS DO COTIDIANO

Mariângela PECCIOLI GALLI¹

- RESUMO: Este trabalho estuda as marcas de enunciação e discursividade no léxico de um conjunto de cartas de leitores nordestinos e sulistas, da revista *ISTO É/Senhor* (1988 e 1989).
- PALAVRAS-CHAVE: Discurso; enunciação; enunciado; enunciador; interdiscurso; locutor; polifonia.

1 A Constituição do corpus

Pretendemos, com este trabalho, realizar um estudo enunciativo da discursividade de alguns elementos do léxico de um conjunto de cartas, que foram publicadas na revista *ISTO É/Senhor* durante os últimos meses do ano de 1988 e os primeiros de 1989.

O problema principal se configura por uma discussão travada entre leitores do Nordeste e do Sul do Brasil intitulada "Guerra de Secessão", causada, fundamentalmente, pela publicação do artigo "Os Confederados são do Norte" (n.1003 do mesmo periódico): narra-se aí a questão dos investimentos isolados que o governo Sarney destinou ao Nordeste.

O léxico será considerado como ponto de partida para que se possa alcançar uma problematização ampla do processo enunciativo através de suas condições de produção. Para isso, três posicionamentos teóricos serão mobilizados:

- a teoria polifônica de Ducrot (1987);
- a concepção de enunciação de Guimarães (1989 e 1992);
- alguns aspectos do estudo de Maingueneau sobre a polêmica entre os discursos humanista devoto e jansenista (1983).

Façamos agora um breve relato de cada uma destas concepções, para, em seguida, especificarmos de que forma interferirão em nossa análise posterior.

¹ Pós-Graduada em Linguística – IEL (Instituto de Estudos da Linguagem) – Unicamp – Cidade Universitária "Zeferino Vaz" – 13100-000 – Campinas – SP.

1.1 A teoria polifônica de O. Ducrot

De maneira geral, Ducrot, em seu artigo “Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação”, retomando o conceito de Bakhtin, vai mostrar como, em um mesmo enunciado, se pode identificar mais de uma voz. Distinguirá, então, no enunciado, as marcas de sua enunciação.

Desse modo, a enunciação, que é definida como “o acontecimento constituído pelo aparecimento do enunciado” (1987, p.168), é um acontecimento que tem que ser necessariamente descrito a partir do modo de presença do sujeito em tal evento.

Distinguem-se, portanto, algumas formas de indicação do aparecimento do sujeito na enunciação: o locutor, o enunciador e o sujeito falante empírico, que se opõem da seguinte maneira:

- a) locutor/sujeito falante empírico;
- b) locutor/enunciador.

Com relação ao primeiro par, como o falante é uma categoria empírica e não uma categoria lingüística, o que realmente interessa para marcar o aparecimento do sujeito no acontecimento é a figura do locutor: aquele que o enunciado representa como responsável pelo dizer e pelo acontecimento da enunciação.

A figura do enunciador apresenta, por sua vez, a perspectiva de onde se diz, distinguindo-se, dessa forma, tanto do locutor quanto do sujeito falante. A polifonia ocorre, portanto, nos níveis do locutor e do enunciador: “... o locutor, responsável pelo enunciado, dá existência, através deste, a enunciadores de quem ele organiza os pontos de vista e as atitudes” (Ducrot, 1987, p.193).

Estas seriam, portanto, as perspectivas do acontecimento da enunciação, isto é, as marcas que o enunciado traz em si de sua enunciação.

A redefinição deste quadro da polifonia em Ducrot tem um grande valor operacional, principalmente, para os trabalhos dos analistas do discurso, embora seja importante apontar, como descreve Guimarães (1989), que é necessário modificar a noção de histórico que aparece em Ducrot, pois está associada à temporalidade, à sucessão temporal: “A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dado existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois” (Idem, *ibid.*).

1.2 A concepção sócio-histórica da enunciação

E. Guimarães, em trabalhos recentes, tem realizado o esforço de assumir um conceito sócio-histórico da enunciação. Isso quer dizer que ela vem sendo compreendida como “um acontecimento de linguagem, perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso” (Guimarães, 1989).

No caso específico dos enunciados de que estamos tratando, veremos que a questão do interdiscurso se configura a partir do que chamaremos de condição de "intercompreensão" constitutiva dos dois discursos verificados: o sulista e o nordestino.

1.3 Semântica da polêmica

A categoria da enunciação tem papel basilar nos trabalhos da análise do discurso de linha francesa, fundamentalmente, porque possibilita "a apreensão, no próprio interior do enunciado, da relação com sujeitos, situações, conjunturas" (Guillaumou & Maldidier, 1989, p.61).

Dentro desta perspectiva, vê-se que os enunciados de cada discurso têm um percurso que faz que carreguem a memória de outros discursos.

O estudo de Maingueneau sobre a polêmica entre os discursos humanista devoto (fim do século XVI e início do XVII) e jansenista (1640/1650) realiza um caminho como este, pois resgata-se no léxico dos dois discursos a memória de cada um: escolhem-se, basicamente, como alvo, lexemas que marcam uma preocupação constante nestes discursos – as concepções de Estado, da natureza, do corpo, do dinheiro, da família. O funcionamento da polêmica que se estabelece entre os dois discursos será considerado condição de possibilidade, como veremos adiante.

1.4 A localização do problema

Se, sobre o plano da língua, cada um dos protagonistas discursivos pode acreditar que "compreende" os enunciados do outro sobre o plano do discurso, isto não acontece já que, nesse plano, se exercem as restrições históricas irredutíveis. Cada um não faz mais do que traduzir os enunciados do outro em suas próprias categorias: as palavras circulam de um pólo de troca a outro, mas com as mesmas palavras não se fala seguramente das mesmas coisas. (Maingueneau, 1983, p.23)²

Partiremos, então, da noção que emerge do que propõe o autor no parágrafo que acabamos de citar, para localizar o problema. Acreditamos que ela seja condição de possibilidade dos dois discursos em questão: a formação discursiva nordestina e a sulista, isto é, o espaço discursivo configurado por estas duas formações discursivas é marcado por esta interincompreensão, que, conforme explicita o autor, é condição assumida pelas vozes/sujeitos do discurso para exercer a atividade polêmica; para ele, o espaço discursivo é uma noção regida pela polêmica, como veremos mais adiante.

2 Optamos por traduzir esta e outras citações do original em francês.

Como já dissemos anteriormente, consideraremos que o nosso problema pode ser delimitado dentro do léxico dos discursos, ou seja, a partir deste lugar, tentaremos verificar o funcionamento do processo de enunciação através da discursividade, isto é, por meio de suas marcas formais. Selecionamos os lexemas “nordeste”; “nordestino”; “sul”; “sulista” (e as palavras a eles associadas) como representantes destas marcas.

Basicamente, a ocorrência destes lexemas em estruturas sintático-enunciativas é identificadora de oposições que especificam o seu conteúdo ideológico. Resta-nos ver que efeitos de sentido isso produz.

Deste modo, pensando em termos das formações discursivas, podemos estabelecer o quadro no qual se compõe o jogo de representações. Pudemos perceber, a partir de certas regularidades, que existem dois discursos: o discurso nordestino e o sulista. Chamaremos, para efeito de análise, o primeiro de *A* e o segundo de *B*. Estes discursos, embora configurem uma oposição fortemente marcada no interior de seus enunciados, possuem um caráter essencialmente “dialógico” – mas não amigável –; isso conseqüentemente indica uma certa complementaridade reveladora da condição de interincompreensão que acabamos de tratar.

E, é a partir desta complementaridade, como veremos mais tarde, que emergirão os exemplos da heterogeneidade constitutiva destes dois discursos, isto é, a forma de indicá-los como produzidos desde vários lugares, cujas imagens são o resultado do cruzamento dos enunciados das duas formações discursivas anteriores.

Neste caso, poderíamos propor o seguinte esquema, que servirá de base para explicarmos e avaliarmos as regras deste processo de “conversão” de enunciados:

- | | |
|---|------------------------------|
| | na sua própria voz |
| a) o discurso nordestino (<i>A</i>) | na voz do outro (sulista) |
| | na sua própria voz |
| b) o discurso sulista (<i>B</i>) | na voz do outro (nordestino) |
| c) a intercompreensão como marca da interdiscursividade ou o discurso como um quarto de espelhos. | |

Vemos que aos lexemas que circulam nestes discursos são associadas qualificações favoráveis e desfavoráveis, que definirão sua direção e funcionamento. Antes, porém, façamos uma breve incursão à teoria que sustentará a presente análise.

2 Procedimentos de análise

Adotaremos a metodologia da Teoria Semântica da Enunciação e da Análise do Discurso para o trabalho da análise dos dados (ou fatos). Sabemos que isso implica

colocar em questão a concepção de vários fenômenos importantes. Em primeiro lugar, diríamos que a linguagem, dentro desta perspectiva, se coloca como base para o confronto, para a diferença. Possui, como a redefine Maingueneau (1989, p.12), uma dualidade radical, pois, "é a um só tempo integralmente formal e integralmente atravessada pelos embates subjetivos e sociais"; fato que se aproxima muito de um posicionamento semântico da enunciação que tenha em vista a historicidade. A formação discursiva ou o discurso então não pode ser considerada(o) como exterior aos processos histórico-ideológicos que a(o) constituem. É, como formula Maingueneau (1983, p.14): "Um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram, em uma época dada e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa".

Em outras palavras, uma formação discursiva determina o que pode e deve ser dito a partir de uma posição (política e ideológica) em uma determinada conjuntura (cf. Pêcheux, 1975).

Neste sentido, pensando que uma conjuntura dada comporta mais de uma formação discursiva – o que configura o "universo discursivo", podemos introduzir as noções de "campo" e "espaço discursivo" (Maingueneau, 1983, p.116-7). O "campo discursivo" se define como um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência com outras formações, enquanto o "espaço discursivo" é um subconjunto do campo, no qual pelo menos duas formações mantêm uma relação de concorrência.

Para o nosso caso particular, o espaço discursivo se define pelo confronto entre formações discursivas nordestina (A) e sulista (B).

Portanto, como é nosso objetivo considerar o funcionamento enunciativo destes dois discursos por meio de suas marcas formais em conjunção com suas propriedades, não podemos deixar de definir a relação que estabelecem o sujeito e a situação – o espaço geográfico, o lugar social.

Como sabemos, Pêcheux (1969, in: Gadet & Hak, 1990, p.92), ao falar das condições de produção, coloca como constitutivas dessas condições as formações imaginárias. Segundo essas formações há, na linguagem, mecanismos que permitem projetar a situação objetiva dos componentes dessas condições em posições imaginárias no interior do discurso. Temos, então, vários jogos de imagens, segundo essas formações:

IA (A) imagem que o locutor faz de si mesmo

IA (B) imagem que o locutor faz do destinatário

IA (R) imagem que o locutor faz do referente

IB (B) imagem que o destinatário faz de si mesmo

IB (A) imagem que o destinatário faz do locutor

IB (R) imagem que o destinatário faz do referente

É preciso esclarecer que, embora estas posições se configurem aqui de uma forma dicotomizada, dentro do espaço discursivo, estas vozes/sujeito estabelecem uma alternância de papéis. Assim, em um espaço discursivo os sujeitos não ocupam lugares fixos, como reescreve Maingueneau (1983, p. 16) tratando do espaço discursivo polêmico, isto é, cada um dos protagonistas discursivos pode se encontrar ora na posição do "agente discursivo", ora na de "paciente". O autor ainda acrescenta que, o que a "posição" agente na realidade cita e transforma, seja anulando, seja desqualificando, não é o discurso efetivo de seu adversário (a "posição" paciente), "mas sim, um simulacro, construído como a sua própria negativa pelo discurso agente".

Desse modo, poderíamos dizer que no caso específico das formações discursivas que são objeto de nossa análise, verifica-se esta alternância de posições entre os sujeitos. Tal demarcação é o que possibilita a afirmação, que vimos fazendo até o momento, de que existe algo que se configura como "o discurso nordestino" e "o discurso sulista", sem esquecer, é claro, do discurso que surge do cruzamento dos enunciados destas duas formações. Mas vejamos na prática como as coisas se dão.

3 Análise do corpus

Buscaremos, nesta etapa do trabalho, verificar o funcionamento enunciativo da discursividade a partir de suas marcas formais. Para tanto, selecionamos alguns enunciados dos discursos *A* e *B*, nos quais a localização e a qualificação dos lexemas Nordeste(-ino)/Sul(-ista) evidenciam como se dá o jogo de representações. É preciso destacar que optamos não por realizar um levantamento exaustivo, e sim uma relação dos enunciados considerados exemplares para a presente discussão.

3.1 O discurso nordestino (A)

3.1.1 A na sua própria voz

Faremos, a seguir, a transcrição de uma série de enunciados extraídos de cartas de leitores nordestinos nos quais os lexemas recebem qualificações favoráveis e desfavoráveis. Em um primeiro momento, pode-se dizer que, dentro do recorte deste quadro discursivo, formula-se simultaneamente a construção de identidade ser nordestino/brasileiro:

a) (*ISTO É/Senhor* n.1005 – carta do Ceará) – "O Nordeste não recebe toneladas de dinheiro. Se o fizer não seria mais o quintal do Brasil, atrelado caudatariamente aos interesses sulistas, de quem é mercado cativo e para cuja pujança contribuiu largamente e continua."

b) (1006:BA)³ "... *este povo do Norte/Nordeste*, que tanta contribuição deu e tem dado para o desenvolvimento do Sul do país. Ninguém nunca moveu uma palha em favor deste povo".

c) (1010:PE) "*Erundina representa o povo do Nordeste do Brasil, não pelo seu bandoleirismo* a que o sr. Benetti levianamente se refere, mas sim pela *sua garra*, pela *sua humildade* (não confundir com submissão), pela sua honestidade e acima de tudo pela sua força de sair de um *Nordeste adverso* para ir defender a candidatura de *milhões de pobres brasileiros* ao cargo de *cidadãos*."

d) (1012:PE) "*Nós nordestinos itinerantes, que bandoleiramente* construímos a Paulicéia desvairada, temos o ditado perfeito para o sr. João Batista Benetti 'Os incomodados que se retirem'."

e) (1017:PB) "... *Discriminam o Nordeste, insultam os nordestinos, a região dos meninos, que desenvolvem o Sudeste. E são os cabras da peste, tachados de bandoleiros, que ergueram a Paulicéia, como abelhas na colméia, para abrigar estrangeiros ...*".

Para examinarmos estes enunciados do ponto de vista de quem está falando e, ainda, da posição que ocupa dentro do mecanismo discursivo, recorreremos ao conceito de *polifonia* desenvolvido por Ducrot e utilizado por Maingueneau (1989, p.76-8). Assim, como descrevemos anteriormente, "há polifonia quando é possível distinguir em uma enunciação dois tipos de personagens, os *enunciadores* e os *locutores*. O locutor, então, é compreendido como o ser responsável pelo seu enunciado. Enquanto o enunciador se apresenta como um desdobramento do locutor: '... São seres cujas vozes estão presentes na enunciação sem que lhes possa, entretanto, atribuir palavras precisas, efetivamente eles não falam, mas a enunciação permite expressar seu ponto de vista'".

Deste modo, se formos comparar estas duas entidades com as da ficção literária, diríamos que o locutor corresponde ao narrador, enquanto o enunciador é personagem.

Podemos verificar que, no caso do exemplo a,

não seria mais o quintal do Brasil"

"O Nordeste ...

é mercado cativo (do Sul)"

as formas verbais indicam através da voz do locutor a presença do enunciador, cujo papel é expressar as qualificações negativas/desfavoráveis que são atribuídas ao Nordeste.

³ Para facilitar o trabalho, indicaremos, a partir de agora, apenas o número da edição da revista em que figura a carta e o estado de sua procedência. Os grifos são nossos.

Além deste, os outros exemplos evidenciam que, segundo as condições de produção específicas deste discurso, os locutores nordestinos se colocam numa posição hierarquicamente inferior aos sulistas. O nordestino é sempre o humilde, o sofredor, o trabalhador, que “bandoleiramente” constrói o Sul.

3.1.2 A na voz do outro

f) (989:RJ) “... *O Nordeste é mercado cativo das indústrias do Sul*”.

g) (1008:SP) “... o leitor Paulo Caringi, do Rio de Janeiro, define bem a irresponsabilidade dos habitantes desta Piratininga, ao escolher para prefeita uma *nordestina itinerante*. Sr. Paulo, estamos cansados de ver nossa cidade invadida por *esses bandoleiros*”.

h) (1033:SP) “Quero destacar a *falta de sensibilidade* e o preconceito do leitor João Batista Benetti, ao chamar os *nordestinos da Capital de bandoleiros*, na edição n.1008 de *ISTO É/Senhor*. Eu moro no vale do Ribeira, *não tenho vínculos com nordestinos*, mas sei o quanto eles contribuíram para o crescimento e progresso de São Paulo, *conheço a fibra destes brasileiros. Somos filhos da mesma pátria ...*”

i) (1015:RJ) “É com sentida revolta que venho acompanhando as ‘batalhas’ da ‘Guerra de Secessão’. Não é preciso repisar aqui a *contribuição dos ‘bandoleiros’ nordestinos* para o desenvolvimento e progresso de outras regiões brasileiras, notadamente o Sudeste. ... pois como todos sabem o *Nordeste tem sido, há décadas, um mero fornecedor de matéria-prima e mão-de-obra barata*, das quais o Sudeste se locupleta avidamente.”

j) (1035:PR) “... *fiquei indignado* com a expressão utilizada pelo sr. Carlos de Souza (seção de cartas *ISTO É/Senhor* n.1033) *quando ele disse que o nordestino é um preguiçoso. ... todos nós somos seres humanos ...* Encontramos dentre eles (empregados das construtoras de São Paulo) muitos *nordestinos*, desvalorizados pelos paulistas que deveriam ser lhes gratos pela *grande metrópole construída*”.

A leitura deste conjunto de enunciados é representativa do jogo de posições que ocupam os locutores sulistas no quadro de seu discurso: ora agridem os nordestinos (exemplos f e g), ora os “defendem” (exemplos h, i e j). Embora fique patente entre os argumentos usados para a defesa que o nordestino tem de ser respeitado, pois “todos nós somos seres humanos” (k) ou, porque seja um trabalhador; os locutores sulistas dando voz a virtuais enunciadores escorregam em um sentido e oferecem pistas para que se perceba de outro modo a especificidade do funcionamento do discurso.

Notamos que o uso de expressões do tipo “não tenho vínculos com nordestinos” (h); “o Nordeste é um mero fornecedor de matéria-prima e mão-de-obra barata” (i) e ser “grato ao nordestino pela grande metrópole construída” (j) é revelador de posições que identificam o *nordestino* como o migrante que veio para o Sul como trabalhador barato e o *Nordeste* como o “mercado cativo do Sul”.

Portanto, exerce-se uma defesa aparente, que, em seus interstícios, propõe a mudança de direção do discurso para a posição do "agressor".

3.2 O discurso sulista (B)

3.2.1 B na sua própria voz

Passaremos a examinar no interior do espaço discursivo em que concorrem as duas formações enunciadas cujas marcas formais caracterizam a construção da identidade sulista/brasileira:

k) (1014:SP) "... enquanto o Sudeste e o Sul se livraram de vez do espectro dos coronéis e suas oligarquias ...".

l) (1022:RS) "... nós gaúchos, somos orgulhosos ... Desnecessário considero relacionar nomes ou episódios de *meu Estado*, que sempre teve como estandarte a sua *tradição*".

m) (1033:GO) "Sou goiano mas conheço o Brasil inteiro. *Sei que o povo do Sudeste é industrializado e competente.*"

n) (1034:SP) "Senhores nordestinos, acho que não dá para concorrer: *nós sulistas unidos* ganhamos e ganharemos de vocês em qualquer debate."

o) (1035:PR) "*Nós aqui do Sul temos símbolos nacionais.*"

Com base nas condições de produção do discurso sulista, podemos dizer que este se constrói a partir de marcas implícitas, que configuram uma oposição ao nordestino: dizer que o Sul tem tradição, bandeira, símbolos nacionais e competência é configuração de uma aversão ao Nordeste, que estaria separado e ao mesmo tempo historicamente subjugado ao Sul, de quem seria sempre o migrante incômodo e o trabalhador barato.

3.2.2 B na voz do outro

p) (1028:CE) "Mas aqui no Ceará, *os grandes casos de corrupção*, o do Banco do Estado do Ceará (BEC), por exemplo, *foram comandados por homens sérios, mineiros e outros do Sul Maravilha.*"

q) (1032:PI) "Depois que a *ratazana sulista acabou com brasileiras e brasileiros*, desviando toda a grana, é que vêm dizer que é por obra e graça do nordestino."

r) (1032:BA) "A locomotiva que ali (charge *Sampaulo* publicada em *Zero Hora*, 7.4.1989) aparece deveria ter como cargas as incontáveis pepitas de ouro *retiradas de Serra Pelada para os cofres dos bancos sulistas*, os quais financiaram o tão afamado progresso daquela região."

s) (1010:PE) “É fato tomado como verdade absoluta no Sul que o Nordeste é um peso para o Brasil.”

t) (1022:PB) “Mas a carta do sr. Telmo (ISTO É/Senhor n.1015) é preciosa, ela revela mais um adepto da discriminação que, em certos meios menos cultos do Sudeste e do Sul, se dissemina contra os nordestinos.”

u) (1005:CE) “Lamentavelmente, consciente ou inconsciente, predominam no Sul Maravilha impressões faciosas (sic...).”

Um dos mecanismos discursivos que compõe este tipo de discurso é o uso freqüente de ações, isto é, faz-se referências às qualificações desfavoráveis que os nordestinos atribuem aos sulistas através do emprego de atos verbais aos quais os lexemas Sul/Sudeste e sulista estão associados:

p) (No Ceará) “Os grandes casos de corrupção ... foram comandados por homens sérios, mineiros e outros do Sul Maravilha”; ou,

q) “A ratazana sulista acabou com brasileiras e brasileiros...”

O uso de formas verbais como “estar”, aliado às qualificações que são atribuídas aos sujeitos que as realizam, configura a constituição do jogo de imagens que aqui se instala: o sulista na voz do nordestino se apresentará como aquele que ocupa a posição do explorador, que rouba e corrompe o Nordeste; enquanto, como já dissemos, o nordestino, na voz do sulista, é o “desterrado”, o migrante incômodo.

3.3 A interincompreensão como marca da interdiscursividade ou o discurso como um quarto de espelhos

Expusemos, até aqui, alguns mecanismos que são próprios do funcionamento dos dois discursos: a atribuição de qualificações favoráveis e desfavoráveis a lexemas específicos que neles circulam, bem como o jogo de imagens constituído a partir daí.

Como havíamos proposto inicialmente, e pudemos verificar pela análise, os discursos nordestino e sulista configuram uma oposição que aparece fortemente marcada no interior de seus enunciados. Mas este fato não faz que os sentidos se cristalizem e se localizem apenas em regiões demarcadas.

Propusemos que os dois discursos possuem um caráter “dialógico”, indicador de uma certa complementaridade entre ambos. Isto funciona como uma marca da interincompreensão que se estabelece entre os protagonistas dos dois discursos. A partir desta marca, se colocam as condições de produção do terceiro, isto é, veremos que com as mesmas palavras não se fala das mesmas coisas.

Deste modo, podemos alcançar a imagem do discurso como um quarto de espelhos: o lugar onde os sentidos se difundem, se disputam, se diluem. Cabe-nos verificar, dentro deste jogo de representações, quais as posições mais relevantes: se as de espelhos ou se as de imagens sujeitos. Tentemos ver como isso acontece.

Tomando como ponto de partida a localização e qualificação dos lexemas nos discursos nordestino e sulista, percebemos que, quando o primeiro (A) circunscreve a sua posição de defesa, define um espaço de ilusão referencial, pois, embora os locutores nordestinos argumentem em favor de sua identidade, dão voz a enunciadores sulistas em seu discurso. Este processo se define em duas direções:

3.3.1 Lexemas + associações desfavoráveis

Neste momento a interincompreensão se dá na medida em que o nordestino tem a ilusão de se defender das palavras do discurso sulista, mas o que faz é produzir deste lugar a enunciação das qualidades negativas que lhe são atribuídas:

não seria mais o quintal do Brasil

(1005:CE) "O Nordeste

é mercado cativo do Sul

(1010:PE) "É fato tomado como verdade absoluta no Sul que o *Nordeste é um peso para o Brasil.*"

(1010:PE) "Com relação às cartas dos senhores Paulo Caringi e João Batista Benetti (*ISTO É/Senhor*, n.1004 e 1008, respectivamente), não nos estranhou a forma nazi-fascista com a qual estes senhores se referiram ao povo do Nordeste do Brasil, pois apesar de sermos a energia que move a 'locomotiva', já estamos acostumados a este tratamento."

(1041:PI) "Reconheço, como nordestino, o nosso atraso em relação ao Sul ..."

3.3.2 Lexemas + associações favoráveis

Dentro do confronto ideológico traçado entre as formações discursivas nordestina e sulista, esboça-se mais uma forma de defesa dos últimos. Desta vez, os nordestinos se defendem de toda a inferioridade com que lhes julgam os sulistas, com base na descrição de sua "competência":

(1018:CE) "A primeira mulher a entrar na Academia Brasileira de Letras era também cabeça-chata. O primeiro edifício de apartamentos foi construído por um cearense, assim como o primeiro sistema crediário do Rio.

O único brasileiro que até hoje ocupou a chefia dos três poderes foi um nordestino, Epitácio Pessoa, Paraíba ...

Sabem como se chama isso? *Competência.*"

(1021:CE) "Será que você já ouviu falar em Rui Barbosa, Padre Cícero, Castro Alves, Clovis Beviláqua, Bezerra de Menezes, Capistrano de Abreu, Marquês de Olinda, Visconde do Rio Branco, Rachel de Queiróz, Dorival Caymmi, José de Alencar,

Jorge Amado, Luiz Gonzaga, Humberto Teixeira, Patativa do Assaré, Chico Anísio, Fagner, Belchior, Ednardo, Gilberto Gil, Dominginhos, Caetano Veloso, Pepeu Gomes, José Wilker ... Trio Elétrico, Dodô e Osmar e tantos outros.”

(1023:PE) “Presidentes nordestinos efetivos existiram apenas dois: Epiácio Pessoa e Castelo Branco. O primeiro, o único na história republicana com o tutano para colocar ministros civis em pastas militares. O segundo, apenas um udeno-moralista, mas estadista de porte mundial se comparado com os gauchíssimos Costa e Silva e Médici.”

(1026:CE) “Apesar de ser tão criticado, o Nordeste está mostrando do que é capaz: temos hoje um presidente da Câmara Federal, o melhor humorista do Brasil, Chico Anísio, juntamente com Renato Aragão, e um campeão brasileiro de futebol, o Esporte Clube Bahia.”

(1044:DF) “Nós do Nordeste ... somos governo estadual em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Tocantins e em todo nosso nordeste. Ainda somos governo municipal do maior parque industrial da América Latina ...”

O quadro de enunciados que acabamos de esboçar revela como a interincompreensão pode ser marca da interdiscursividade: com as mesmas palavras não se fala das mesmas coisas.

Portanto, a análise das formações discursivas nordestina e sulista mostra como se dá o jogo de representações. Através da interincompreensão, marcam-se nos enunciados as oposições características dos jogos de posições que ocupam os locutores em seus discursos. Quarto de espelhos, no qual cada um vê o outro como reflexos distorcidos de si próprio.

GALLI, M. P. Enunciation and discursiveness in everyday utterances. *Alfa (São Paulo)*, v.39, p.131-143, 1995.

■ **ABSTRACT:** *This paper briefly studies the enunciation and the discursiveness marks in the lexicon of a group of letters which was produced by northeastern and southeastern readers of the Brazilian magazine ISTO É/ Senhor in 1988 and 1989.*

■ **KEYWORDS:** *Discourse; enunciation; enunciator; “interdiscourse”; speaker; poliphony.*

Referências bibliográficas

- 1 DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- 2 GUILLAUMOU, J., MALDIDIER, D. Da enunciação ao acontecimento discursivo. In: GUIMARÃES, E. (Org.) *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.

- 3 GUIMARÃES, E. Da enunciação ao acontecimento discursivo em análise do discurso e enunciação e história. In: GUIMARÃES, E. (Org.) *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.
- 4 MAINGUENEAU, D. *Sémantique de la polémique*. Lausanne: Éditions L'Age d'Homme, 1983.
- 5 ORLANDI, E. P. (Org.) *O discurso fundador*. Campinas: Pontes, 1992.
- 6 PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- 7 _____. In: GADET, F., HAK, T. *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

CONSTRUÇÃO DO TEXTO RADIOFÔNICO: O ESTILO ORAL-AUDITIVO¹

Ana Rosa Gomes CABELLO²

- RESUMO: O artigo mostra, por meio de exame bibliográfico e observação empírica, que a construção do texto radiofônico, por ser escrito para ser falado e ser ouvido, requer o uso de um estilo próprio oral-auditivo, conseguido a partir do emprego de normas técnico-lingüísticas e lingüístico-gramaticais.
- PALAVRAS-CHAVE: Texto radiofônico; normatividade técnico-lingüística; normatividade lingüístico-gramatical.

Introdução

A linguagem radiofônica deve provocar no ouvinte, segundo Muñoz & Gil (1990, p.21), a criação de imagens mentais construídas a partir da palavra, da música, dos efeitos sonoros e do silêncio.

A construção do texto radiofônico exige, além de certa dose de correção gramatical, adequação técnico-lingüística concernente à estrutura do veículo rádio. Trata-se de um texto peculiar, se comparado aos outros meios de comunicação.

No jornalismo impresso, o leitor, tendo literalmente o texto em suas mãos, pode ler rápida ou lentamente, superficial ou detidamente, e pode, até mesmo, analisar a interação texto-fotografia/ilustração.

Na televisão, o telespectador, perante a fusão de imagem e som, vê facilitada a decodificação da mensagem noticiosa.

O rádio, por sua vez, torna-se o meio mais fugidio de expressão da linguagem, porque dirige seu texto ao ouvido. Camargo (1980, p.159) ressalta que o texto radiofônico tem uma única chance de ser ouvido. Vê-se, pois, de tal afirmação, que esse texto só pode contar com o som, quer dizer, com seus próprios recursos (verbais e não-verbais) para atingir o ouvinte. Antes, porém, de apoiar-se na audição e na

1 Este artigo partiu de algumas considerações efetuadas em outro artigo de nossa autoria, "Organização do texto radiofônico: coesão e coerência", publicado no v.38 desta Revista, conforme bibliografia *in fine*.

2 Departamento de Ciências Humanas – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – UNESP – 17033-360 – Bauru – SP.

oralidade, apóia-se num texto redigido previamente. A este compromisso simultâneo entre a língua falada e a língua escrita, Vanoye (1979, p. 169) chama estilo comunicativo oral.

Isso concorre para a complexidade da construção textual noticiosa para o rádio: *o texto é escrito para ser falado e para ser ouvido*. Sobre este ponto, Torres (1985, p.18) alerta que, embora a voz humana seja rica e persuasiva, o texto radiofônico não deve valer-se da improvisação, visto que não se fala como se escreve e vice-versa. A questão aponta para o fato de o texto radiofônico ficar sem uma identidade própria: ora pendendo para a rigidez de um estilo preso à *escritura, carrega a correção da norma culta*; ora excedendo na informalidade do estilo *oral, envereda pela espontaneidade da norma popular*.

1 A especificidade do texto radiofônico

A elaboração do texto radiofônico requer, por consequência, o uso de um *estilo próprio oral-auditivo*, conseguido a partir de características específicas, no que se refere às condições de: tempo, dinâmica, melodia, sons complementares, voz, articulação e linguagem, segundo Munõz & Gil (1990, p.57):

a) tempo: refere-se à *velocidade da fala*. Os textos devem apresentar, em média, de seis a oito linhas, de 65 toques datilografados, com períodos de duas linhas e meia, para serem considerados "enxutos";

b) dinâmica: diz respeito à *ênfase da frase*, quer dizer, aos elementos estilísticos concernentes às pausas, às alternações rítmicas etc. Embora a notícia (gênero básico da informação) requeira uma redação despersonalizada, o comunicador pode se valer de recursos supra-segmentais estilísticos para transmiti-la com clareza e expressividade;

c) melodia: caracteriza-se pela *seleção de palavras eufônicas*. A construção adequada do texto, em termos de seleção de palavras, é indispensável, de preferência usa-se a forma singular e conjuntos que soem harmonicamente, evitando-se cacofonias do tipo: "por cada", "buscar alho", "uma mão". Enfim, também é fundamental saber quando usar palavra forte, doce, musical ou emocional;

d) sons complementares: consistem em determinados recursos que não se configuram como entrevista, isto é, são os do tipo: declarações e testemunhos que só *ampliam dados*;

e) voz humana, por ser *rica de inflexões e persuasiva*, é capaz de conduzir qualquer tipo de mensagem;

f) no uso da voz, a articulação deve contemplar a clareza, o volume de voz e a intensidade no volume de voz. A forma de falar (dicção, locução) e escrever (seleção

de palavras, colocação das frases) constituem o *estilo*, que revela características, tendências e personalidade de quem fala;

g) linguagem do comunicador, seja qual for o estilo, deve, segundo Porchat (1989, p.100), atentar para uma formação *adequada* do texto radiofônico.

Para a produção adequada do texto radiofônico, os autores consultados apresentam algumas considerações que podem ser assim classificadas: ora tendem para a *normatividade técnica*, devendo, pois, atender à especificidade do veículo; ora para a *normatividade gramatical*, pressupondo uma linguagem correta como a que se escreve; ora para a *normatividade lingüística*, indo ao encontro da espontaneidade da linguagem falada e com a devida adequação ao tipo de ouvinte e de programa.

Na verdade, essas três normas coexistem, na construção do *texto radiofônico*, que utiliza um *estilo próprio oral-auditivo, previamente redigido*. Entretanto, como o texto, por vezes, está atrelado a questões mais técnicas, pode-se falar em normatividade técnico-lingüística e como, por vezes, está mais preso à escritura, pode-se falar em normatividade lingüístico-gramatical.

2 Normatividade técnico-lingüística

Para a construção adequada do texto radiofônico, é oportuno mencionar algumas considerações técnico-lingüísticas concernentes à consecução do roteiro.

Na construção do texto radiofônico não deve haver separação silábica de uma *linha* para outra nem de uma *lauda* para outra, dado que a separação silábica pode ocasionar dificuldades no momento da locução.

O uso de caixa alta, quer dizer, de maiúsculas, é recomendável, em algumas emissoras, somente quando se tratar de *nomes próprios de pessoas*; em outras, entretanto, o uso é recomendável para *todo o texto*.

Certas emissoras utilizam barras, além da pontuação normativa, com a seguinte finalidade: barras simples (/), para: (a) indicar *pausa breve* na locução, ou (b) indicar o *término* de cada *período* do texto; e barras compostas (//), para: (a) indicar *pausa longa* na locução, ou (b) indicar o *término* do *texto*.

É recomendável que expressões jocosas ou complicadas sejam *sublinhadas*, para chamar a atenção do locutor.

Siglas só devem ser utilizadas quando forem *comuns*; caso contrário, devem ser explicitadas por extenso, lembrando-se de que, após cada letra, deve ser colocado um ponto para separá-las (por exemplo: "F.B.I."), a não ser que ela deva ser lida como uma palavra (por exemplo: "Unesco").

Para facilitar a locução, devem ser escritos, *por extenso*, os numerais cardinais de "zero" a "nove"; além dos que repetem o *mesmo numeral*, ou seja, "onze", "vinte e dois", "trezentos e trinta e três"; e também aqueles em que o locutor precisaria,

para não engasgar na locução, ter presteza para contar o número de zeros, do tipo: "cem", "mil", "um milhão". E, sempre para facilitar a locução, também devem figurar por extenso os numerais de *forma mista*, por exemplo, "dois mil 485".

Ainda para facilitar a locução, devem figurar *por extenso*: os numerais ordinais (".../ ficou em *sexto* lugar"); os numerais que variam em gênero ("*duas* pessoas morreram .../"); o nome dos meses ("Elis Regina iria completar 50 anos em *abril*"); e a *indicação*: de dinheiro ("o prejuízo é de *cinco mil reais*"), de fração (".../ perdeu *um terço* da produção"), de pesos (".../ apreendeu *duzentos gramas* de maconha"), de medidas ("a desapropriação chegou a *três mil alqueires*"), de numerais com vírgula ("O dólar foi cotado hoje a *zero ponto noventa e sete*) e de percentuais ("A reivindicação é de *trezentos por cento* de aumento").

Além disso, deve-se apresentar, em todos os veículos de comunicação, a *especificação do correspondente brasileiro* de moedas e unidades de medida de outros países. Por exemplo: "*Tantos dólares* correspondem a *tantos reais*" e/ou "*Tantos dólares* dariam para comprar *tantos carros populares*", para que o público tenha noção imediata do valor.

Já a indicação do número de telefone pode figurar ou *por extenso* (por exemplo: "*meia quatro, nove quatro, meia zero*" ou com *espaçamento* (por exemplo: " 64 – 94 – 60 ").

Diferentemente do jornalismo impresso, e tal qual o televisual, o radiofônico indica as horas segundo a *forma coloquial* e sem abreviações, ou seja, "*dez e meia da manhã*", "*cinco e meia da tarde*", "*oito horas da noite*".

O uso de artigos, indicado no texto impresso e pouco indicado no televisual, é recomendável no texto radiofônico para evitar a monotonia da telegrafia.

O texto radiofônico deve efetuar a apresentação: do cargo, antes do nome da pessoa que o ocupa (exemplo: "*O técnico da seleção brasileira, Zagalo, .../*"); do cargo político, antes do partido e este, por sua vez, antes do nome da pessoa que ocupa tal cargo (exemplo, "*O prefeito de Vera Cruz, do PSDB, Antônio Rodolfo Devito/ .../*"); da instituição, *como fonte de informação* de levantamentos, pesquisas e dados estatísticos e, não, da pessoa que passou a informação (exemplo: "*O resultado foi divulgado hoje pelo Laboratório Adolfo Lutz*"); e do nome da instituição *de forma simplificada*, dado que os nomes completos e longos pouco dizem a mais para o ouvinte (exemplo: "Sociedade Rural de Campina Grande", em vez de: "Sociedade Rural e Associação dos Pecuaristas de Campina Grande no Estado de Minas Gerais").

3 Normatividade lingüístico-gramatical

O texto radiofônico, segundo Porchat (1989, p.100), pressupõe uma linguagem espontânea (semelhante à que se fala) e correta (como a que se escreve); e, ainda, pressupõe a conjugação da leveza da linguagem falada (subtraindo-lhe os vícios, as

pausas, os desvios gramaticais) com a precisão lingüística da linguagem escrita (extraindo-lhe o rigor excessivo e tudo que soe pedante aos ouvidos).

Para a construção da notícia radiofônica, segundo Muñoz & Gil (1990, p.57), é preciso responder, com clareza, às seis perguntas clássicas do lide que, por sua vez, requer critérios, dentre outros, referentes à construção estilística, sobriedade, objetividade, simplicidade, concisão, repetição e acréscimos estimuladores.

Antes, porém, de tratar dos critérios mencionados acima, é oportuno esclarecer que, segundo Sampaio (1971, p.41), o lide (do inglês *lead*) consiste na entrada, no arranque da informação, ao se apresentar resposta, de forma objetiva e resumida, às perguntas clássicas: o quê? quem? quando? onde? como? por quê?, podendo, também, se restringir às quatro primeiras, por falta de informação ou pela brevidade do tempo/espço ou, ainda, para não se praticar o jornalismo interpretativo. Além do que, o redator precisa definir a ordem de importância dos elementos do lide, para que o fato mais importante não venha a figurar apenas no final da notícia.

Com relação à construção estilística, o locutor é, em grande parte, o responsável para que o *ouvinte* tenha vontade de ouvir com *atenção e interesse*. Um bom locutor pode, até, tornar passagens difíceis mais claras. Só que, na verdade, um texto adequado dispensa um "diretor de cena" para ensaiar uma transmissão de notícias de cinco minutos.

Sobriedade é a necessidade da *escolha adequada de palavras e expressões* que não sejam chulas, irônicas ou pejorativas, preservando a imagem de grupos ou indivíduos que são notícia. É, ainda, considerar a ética, para não se levar a multidão a ações perigosas, já que o rádio exerce grande poder de influência, em virtude da abrangência que caracteriza o veículo.

A objetividade concorre para maior *entendimento e memorização*. A simplicidade se traduz no uso de *termos conhecidos* do ouvinte e, em caso contrário, na explicação de termos técnicos. O uso de um vocabulário conhecido é mais indicado, por isso, há certas restrições ao uso de estrangeirismos, quando ainda não estiverem na fase do peregrinismo; e de adjetivos, quando forem dispensáveis. A complexidade da produção textual cresce, no entanto, à medida que *textos fáceis demais não despertam o interesse* e não prendem a atenção. *Clareza e compreensão são resultados da interação texto-ouvinte*.

Concisão exige a *redução da informação*. É indispensável selecionar o essencial. Além de se refletir sobre o uso de cada palavra, é recomendável a seleção de termos curtos e frases curtas, por concorrerem para o entendimento e a lembrança. Para quebrar a monotonia das frases curtas, a combinação de frases curtas e longas pode ser utilizada.

A redundância, característica da linguagem radiofônica, configura-se como a *retomada da informação principal* de uma notícia, por meio da reiteração de uma palavra, uma sigla, um nome etc. Trata-se, pois, do uso de sinonímia, de variação léxica. A reiteração do lide é indicada quando a notícia é longa, para que o ouvinte possa recuperar, de maneira resumida, os dados principais da informação. Os

acréscimos estimuladores podem ser proporcionados por *elementos de informação variados*, isso requer um trabalho sonoplástico adequadamente correlacionado ao texto.

Além dessas considerações, mais atinentes ao léxico que à sintaxe, Kopplin & Ferraretto (1992) apresentam, entre outras, as considerações inframencionadas, ainda correlacionadas à normatividade lingüístico-gramatical, para atender com maior eficácia – no nível da emissão e da recepção – à *especificidade do texto radiofônico*:

a) *não é recomendável*: (1) o uso de pronomes possessivos, por haver a identificação imediata do ouvinte com notícias do tipo: “/.../ roubaram seu caro.”; (2) o uso de frases negativas, por confundirem o ouvinte e, assim, pairar uma dúvida sobre a informação; (3) o uso de orações intercaladas, por quebrarem o ritmo da frase e por poderem provocar um texto longo, contrariando, pois, a síntese noticiosa; (4) o uso de termos como “ontem”, “manter”, “permanecer” e “continuar”, por diminuírem o impacto da notícia, uma vez que denotam que não há nada de novo, portanto, não há notícia. (Para dar conta da atualidade, mesmo com relação a fatos passados, em vez de: “O presidente turco, Suleyman Demirel, chegou *ontem* ao Brasil”, é mais indicada a construção: “O presidente turco, Suleyman Demirel, *encontra-se* no Brasil”); (5) o uso de forma verbal no pretérito mais-que-perfeito, por carregar a idéia do condicional; (6) o uso de forma verbal no gerúndio (por exemplo, na construção “*Sofrendo* pressão do Governador, os professores voltaram às aulas”, o gerúndio atenua o impacto da notícia; com isso, a forma presente, até por dar atualidade à notícia, torna-se mais indicada: “Os professores *sofrem* pressão do governo e *voltam* às aulas.” ; (7) o uso de forma verbal no futuro, exceto quando indispensável e, em vez do futuro simples, deve ser usado o futuro composto, por ser mais coloquial;

b) *é recomendável*: (1) o uso da ordem direta da oração, por ser uma construção mais simples; (2) o uso da voz ativa, uma vez que a voz passiva diminui o impacto da notícia por deslocar o foco de interesse do quem para o quê; (3) o uso do maior número possível de verbos, de preferência, verbos ativos, por facilitarem o entendimento; (4) o uso de verbos *dicendi* adequados, do tipo: “afirmar”, “alertar”, “anunciar”, “apontar”, “citar”, “concordar”, “considerar”, “declarar”, “destacar”, “dizer”, “esclarecer”, “explicar”, “expor”, “lembrar”, “mencionar”, “propor”, “ressaltar”, “salientar” etc., para dar maior credibilidade às notícias veiculadas, uma vez que introduzem as palavras do primeiro enunciador por meio de discurso indireto do relatante (narrador/locutor).

É pertinente mencionar, neste ponto, que não se deve começar uma notícia diretamente com uma citação, como no exemplo: “*Existe uma aliança espúria contra o real*, disse o Presidente Fernando Henrique Cardoso”; mas, sim, com: “*O presidente Fernando Henrique Cardoso denuncia* que existe uma aliança espúria contra o real”. Isso porque, com o uso da primeira construção, o ouvinte é levado a pensar – num primeiro momento – que a afirmação é do próprio apresentador.

Considerações finais

As obras consultadas mencionam a *correção gramatical*, obediência às regras gramaticais, como fundamental para a decodificação da mensagem radiofônica. Na seqüência, todavia, ilustram com passagens de textos que contrariam a disciplina gramatical e apresentam, na continuidade das explicações, certas *especificidades do veículo*.

Diante disso, surgem *recomendações não gramaticais*, mas que atendem à *normatividade técnico-lingüística*. No rádio, como há tendência ao imediatismo, a atualidade influi diretamente na extensão da notícia. Assim, o uso da forma verbal no presente é praticamente obrigatório, para dar atualidade à notícia, cabendo aos marcadores adverbiais ser responsáveis pela definição temporal, como no exemplo: "Os Rolling Stones *chegam amanhã* ao Brasil".

Dessas consultas e das observações empíricas, pode-se afirmar que a construção do texto radiofônico requer *adequação de linguagem*. Para dar conta dessa adequação, devem coexistir normas técnicas, gramaticais e lingüísticas, que, em separado, consistem em: (a) a norma técnica pode variar de uma emissora para outra, sem, no entanto, desconsiderar as especificidades do texto radiofônico e as facilidades necessárias da emissão, principalmente, porque o texto é escrito para ser falado – e não dito em tom de leitura – e para ser ouvido; (b) a norma gramatical (ditada pela disciplina gramatical) é, por vezes, rompida para atender a um maior grau de comunicabilidade, imposto pelas características do veículo e pela norma lingüística imperante; (c) a norma lingüística está atrelada a fatores referentes à emissão e à recepção, tais como idade, classe social, ideologia...

Considerando que a *normatividade técnica* e a *normatividade gramatical* estão atreladas à *normatividade lingüística* e esta, por sua vez, está diretamente correlacionada ao tipo de programa e ao tipo de ouvinte, é preciso não se estabelecer regras muito rígidas, posto que é necessário trabalhar a *criatividade* acima do preestabelecido. Além disso, nem a tipologia de programas deve ser muito rígida, uma vez que um programa pode ser, ao mesmo tempo, musical e falado, ao utilizar e combinar dois componentes: a música e a palavra, a canção e o radiodrama, quer dizer, ao utilizar e combinar a palavra cantada e a palavra falada.

CABELLO, A. R. G. Construction of the radio text: the speaking and listening style. *Alfa* (São Paulo), v.39, p.145-152, 1995.

- **ABSTRACT:** Based on bibliographic examination and empirical observation, the article shows that the construction of the radio text, which is written to be spoken and heard, requires the use of a proper speaking and listening style, and that is obtained through the use of techno-linguistic and grammar-linguistic patterns.
- **KEYWORDS:** Radio text; techno-linguistic normativeness; grammar-linguistic normativeness.

Referências bibliográficas

- 1 CABELLO, A. R. G. Organização do texto radiofônico: coesão e coerência. *Alfa (São Paulo)*, v.38, p.145-54, 1994.
- 2 CAMARGO, J. G. *La Radio por dentro y por fuera* 1.ed. Quito: CIESPAL, 1980.
- 3 KOPPLIN, E., FERRARETTO, L. A. *Técnica de redação radiofônica*. Porto Alegre: Sagra, DC Luzzatto, 1992.
- 4 MUÑOZ, J. J., GIL, C. *La Radio: teoria y practica*. La Habana, Cuba: Pablo de la Torriente, 1990.
- 5 PORCHAT, M. E. *Manual de radiojornalismo Jovem PAN*. 2.ed.rev. São Paulo: Ática, 1989.
- 6 SAMPAIO, W. *Jornalismo audiovisual*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- 7 TORRES V, M. P. *Locución radiofónica*. Quito, Equador: CIESPAL, BELEN, 1985.
- 8 VANOYE, F. *Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita*. (Trad. adaptada de Clarisse Madureira Sabóia et. al.) São Paulo: Martins Fontes, 1979.

O PROCESSO DE LEITURA E AS OPERAÇÕES ENUNCIATIVAS DE ANTOINE CULIOLI

Maria Inez Mateus DOTA¹

- RESUMO: Este artigo, voltado para a área do ensino de língua estrangeira, procura mostrar as contribuições que o modelo de Culioli, com a teoria das operações enunciativas, pode oferecer para uma reflexão sobre o ensino de leitura.
- PALAVRAS-CHAVE: Leitura; operações enunciativas; enunciador; co-enunciador e situação de enunciação.

1 Introdução

Uma de nossas preocupações, ao tratarmos da questão do ensino/aprendizagem de leitura em língua estrangeira, é não nos distanciarmos dos aspectos lingüísticos propriamente ditos (no caso, aspectos da língua inglesa), tentando, ao mesmo tempo, chegar aos processos subjacentes geradores das marcas que se apresentam na superfície de um texto. Encontramos no modelo de Culioli (1968, 1989), com a teoria das operações enunciativas, fundamentos para nossa busca.

Esse autor (1989, p.98) define a lingüística como a ciência cujo objetivo é compreender a linguagem através da diversidade das línguas naturais. Essa definição já é um direcionamento teórico e metodológico, uma vez que aponta para um ponto comum (a linguagem) que se manifesta de formas diversas (as línguas naturais).

A linguagem, uma atividade simbólica significativa, só é acessível por meio de seqüências de textos, isto é, através de conjuntos de marcas que são traços de operações subjacentes. O objeto da lingüística, segundo Culioli (1989, p.99), assim se coloca:

O objetivo não é construir uma gramática universal, mas reconstruir, por meio de um processo teórico e formal, as noções primitivas, operações elementares, regras e esquemas que geram categorias gramaticais e padrões específicos para cada língua. Em resumo, o objetivo é

¹ Departamento de Ciências Humanas - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - UNESP - 17033-360 - Bauru - SP.

encontrar as invariantes que fundamentam e regulam a atividade da linguagem, em toda sua riqueza e complexidade. (Tradução nossa)

Nessa linha, a reflexão de Portine (1989, p.75-87) parte da relação leitor/texto e assume uma atitude construtivista, embasada em Piaget,² para articular os diferentes componentes do texto; a leitura é a constituição de uma série de ligações com uma dimensão enunciativa, tentando articular esses componentes do texto e fazendo, ainda, uma ligação com o intertexto.

Nessa tentativa de estabelecer ligações, a tarefa do leitor é buscar certos elementos, certos índices (ou marcas) que o escritor colocou no texto e que conduzem ao sentido. Temos, assim, duas relações: a do escritor com o texto e a do leitor com o texto, por meio das quais o leitor constrói uma rede de ligações. Portine (p.78) fala de um "jogo de pistas", a exemplo do "jogo psicolinguístico de adivinhações" de Goodman (1982, p.33-4), tão enfatizado na discussão dos modelos anglo-americanos de leitura.

Essa atitude construtivista apontada por Portine na questão da leitura leva-nos a considerar o texto como uma estrutura operatória e a ligação leitor-texto, como uma relação dinâmica. O texto passa a ser, portanto, um sistema de relações colocadas em evidência pelo leitor, de forma progressiva e descontínua. Como se dá esse processo?

2 O aluno/leitor e a construção do significado

O que se percebe no contato com os alunos/leitores é que eles buscam construir o significado, colocando em relação as seqüências de palavras do texto, parafrazeando essas seqüências, colocando as paráfrases em relação entre si ou com outras seqüências de palavras. É um processo descontínuo, portanto, porque há idas e voltas a trechos do texto. Paralelamente a essa atividade, ocorre um refinamento do sentido por parte do leitor, quando ele vai-se familiarizando progressivamente com a estrutura do sistema linguístico em questão, isto é, integrando os dados que recolhe, ou seja, as marcas textuais (léxico e gramática) e as seqüências de paráfrases que elabora. Dessa forma, o leitor vai remodelando os dados processados anteriormente em razão dos novos dados que entram.

Nesse ponto podemos fazer uma ligação com os estudos de Clark & Clark (1977, p.44), servindo-nos de suas observações a respeito de blocos de significados (unidade ou frase que denota um evento, nas palavras dos autores) para relacioná-los com a

² Na tese construtivista de Piaget, "o conhecimento resulta de uma atividade estruturadora por parte do sujeito. Esse conhecimento resulta do próprio comportamento, que gera esquemas de ação, através da interação do sujeito com o objeto da aprendizagem" (Kato, 1986, p.109-10).

seqüência de palavras a que fizemos menção anteriormente, de acordo com a abordagem construtivista.

Neisser (1967, p.136), na linha da psicologia cognitiva, também diz que, na leitura, continuamente, apercebemo-nos de “novas constelações de palavras”, para construir novos processos do pensamento.

Ainda Flores d’Arcais (1990, p.347) menciona a “extração de unidades lexicais apropriadas” por parte do leitor, por nós constatada em depoimentos de alunos que dizem “procurar juntar as palavras”, durante suas leituras em inglês.

Seguindo esse raciocínio, o texto, inicialmente, seja uma notícia de jornal, uma propaganda ou um artigo científico, é um objeto de análise como qualquer outro. No processo de construção do sentido, o leitor vai, aos poucos, colocando em relação as novas ligações feitas naquele texto específico e faz uma interpretação dentre as possibilidades que se lhe apresentam.

Assim sendo, a posição construtivista reporta a uma concepção de linguagem em que o sujeito enunciador³ está em relação dialética com seu enunciado.⁴ Isso elucida a questão da leitura com a explicitação de dois outros conceitos: o de co-enunciador⁵ e o de reconhecimento.

O primeiro, na visão de A. Culioli (apud Portine, 1989, p.81), tem esse nome porque, a partir de um enunciado dado, reconstrói a significação não só através da identificação de traços, mas também pela estruturação das relações entre esses traços que compõem o enunciado. Esse conceito de co-enunciador suscita o segundo conceito – o de reconhecimento, isto é, a tomada de consciência das operações enunciativas, sendo o entendimento o resultado desse reconhecimento.

É preciso ressaltar que as marcas gramaticais encontradas no texto, tais como marcas de tempo, modalidade, aspecto e determinação, são resultantes de uma situação⁶ de enunciação específica, de um enunciador que está numa relação espaço-temporal “x”, podendo ser, segundo Bailly (1975, p.90), agente do processo evocado ou constatador de um processo efetivado por outro sujeito, conjunto sobre o qual o enunciador pode emitir um julgamento.

Na medida em que consideramos a leitura como um ato de reconstrução do texto, podemos afirmar que ela tem raízes comuns com o processo de produção ou escrita, desde que tomemos por base operações no plano da linguagem, tais como as

3 Sujeito enunciador – termo metalingüístico utilizado para significar a localização-origem em relação à qual se efetuam todas as determinações sobre as pessoas, e sua situação no tempo e no espaço. Trata-se do centro organizador do acontecimento enunciativo (Souesme, 1992, p.361, tradução nossa).

4 Enunciado – conjunto de termos localizados com relação a um enunciador em uma situação dada no tempo e no espaço (p.361, tradução nossa).

5 Co-enunciador – aquele ao qual se dirige o enunciador; conseqüentemente, ele constitui, como o enunciador, um elemento em relação ao qual se efetuam as operações de localização no plano espaço-temporal, a determinação do nome (qualificação e quantificação) e do verbo (aspectuais, temporais e modais) (p.360, tradução nossa).

6 Situação – aquilo que é suscetível de provocar, de permitir a realização das operações e seus corolários, os traços dentro do discurso (Portine, 1980, p. VI, tradução nossa).

aqui citadas (determinação, modalização, aspectualidade e temporalidade), generalizáveis à produção e ao reconhecimento, nas diversas línguas.

Assim, a leitura, como a escrita, é um processo de construção. A esse respeito, a retórica aristotélica destaca três grandes momentos no processo de produção (Fuchs, 1985, p.112, e Portine, 1989, p.82): a *inventio* (seleção das provas que constituem os modos de persuasão), a *elocutio* ou *lexis* (verbalização do pensamento – passagem do conceitual ao lingüístico) e a *dispositio* (encadeamento das partes constitutivas dos dois principais momentos do discurso – a exposição do assunto e a demonstração).

O escritor, bem como o orador da retórica aristotélica, encadeará diferentemente as três partes acima citadas, conforme os objetivos que se propõe, num determinado momento de produção.

Este breve lembrete mostra o quanto a perspectiva enunciativa estava presente na retórica aristotélica. De fato esta retórica se sustenta, enquanto princípio, na consideração daquilo que chamamos hoje “a situação de enunciação”. “Podemos distinguir três elementos em qualquer discurso: aquele que fala, o assunto sobre o qual se fala, aquele a quem se fala”, diz Aristóteles. Essa filiação, há muito tempo esquecida, em particular pelos lingüistas, começa a renascer nos últimos anos: a “história do estudo das estratégias discursivas não é nada mais do que a história da retórica”, afirma Le Guern. (Fuchs, 1985, p.112)

Ler, segundo essa concepção, é reconstruir um agrupamento de *inventio/dispositio* que produz os objetos discursivos, ou seja, os núcleos da significação. Ler é também colocar em relação, isto é, predicar as noções – um aspecto, sobretudo, lógico-discursivo. A leitura é, portanto, uma atividade que subentende a escrita e vice-versa.

É preciso ficar claro que essa concepção de leitura se aplica também à questão da alfabetização, bem como, após essa fase, à leitura em língua materna, uma vez que as operações acima apontadas dizem respeito à linguagem e independem da fase ou da língua que se tem por alvo.

3 O esquema da *lexis* e as operações enunciativas

Quando falamos dos momentos da retórica, em um deles, na passagem do conceitual ao lingüístico (cf. acima), estabelecemos uma relação com o esquema da *lexis*, apontado por Culioli (1968).

Trata-se, *grosso modo*, da noção Sujeito-Verbo-Complemento, que aparece na superfície de um enunciado e que, em níveis mais profundos, passou por diversas etapas de elaboração.

A primeira etapa, sublingüística, chamada por Culioli de “relações primitivas”, consiste nas propriedades que cada ser humano, através de suas percepções, atribui ao extralingüístico (animado/inanimado; masculino/feminino; agente/não-agente etc.).

Assim, inicialmente, estabelecem-se relações entre as palavras que recobrem as noções, isto é, que recobrem um conjunto de propriedades físicas e culturais. Dessa forma, se dissermos *dog*, antes mesmo de situar esta palavra num enunciado, temos a representação daquilo que é um cachorro. Essa representação é feita de propriedades comuns a todos os tipos de cachorro. Esse conjunto de propriedades é chamado de noção: a noção *dog* é a propriedade “ser cachorro”.

A partir da noção *dog*, que não pertence à lingüística, mas ao domínio das representações, constrói-se um domínio nocional que vai permitir efetuar as operações de quantificação e de qualificação. De um lado, teremos a classe dos *dogs* que permitirá extrair um ou vários *dogs* – operações de quantificação; de outro lado, poderemos distinguir aquilo que é *dog* (interior do domínio), aquilo que não é *dog* (o exterior) e aquilo que não é exatamente um cachorro (fronteira) – operações de qualificação (exemplo de Bouscaren, 1991, p.13).

Numa segunda etapa mais organizada da linguagem que representa o esquema da *lexis*, podem-se entrever os seus lugares, ou seja, os pólos de orientação dos futuros elementos do discurso; parte-se de um elemento-origem em direção a um elemento de chegada – por exemplo, um sujeito em direção ao complemento do verbo (mesmo quando não há, o sentido se completa orientado para o verbo), tendo, neste, o elemento relacional. O elemento-origem dessa relação será definido em função das relações primitivas, ou seja, em função do conjunto de propriedades físicas e culturais pertinentes às noções envolvidas.

Temos, assim, um esqueleto de enunciado, uma relação mínima chamada de relação predicativa, como por exemplo: *boy – drive – car*. Nesse caso, a relação predicativa é formada de um sujeito e de um predicado. O sujeito é geralmente um nome, o elemento relacional é geralmente⁷ um verbo.

Na última etapa, o enunciador faz as determinações complementares e assume o seu enunciado (operações enunciativas); temos, então, o texto final com todas as marcas lingüísticas disponíveis para serem analisadas. É importante frisar que essas etapas não ocorrem em separado na mente do enunciador. Trata-se, tão-somente, de diferentes níveis de análise.

Quando afirmamos que o enunciador assume o seu enunciado, queremos dizer que todo enunciador se serve de marcas gramaticais (marcas de tempo, de aspecto, de modalidade ou de determinação do nome) para exprimir:

1 como ele se situa com relação àquilo que ele diz (pode-se exprimir isso em termos de ponto de vista);

2 como ele se situa com relação àquele a quem se dirige (pode-se exprimir isso em termos das relações entre os sujeitos ou relações intersubjetivas).

⁷ Bouscaren (1991, p.12) observa que o sujeito pode ser um verbo no infinitivo, ou no gerúndio: *to ignore the law is...*, *ignoring the law is...* O elemento relacional pode ser uma preposição: *ignorance of the law...*

Essas etapas por que passa o processo de construção do sentido se fazem sentir tanto na escrita como na leitura; são os vários caminhos percorridos, em alguns casos inconscientemente, de modo que, quando solicitados a explicitar, os aprendizes dificilmente conseguem reproduzir tais operações. Em seus procedimentos de leitura, os leitores tentam reconstruir as etapas ora citadas: partindo de relações primitivas entre as noções, procuram montar o esquema da *lexis* e, pela coleta de pistas (ou marcas), vão procedendo à busca da significação.

4 Conclusão

Do que expusemos antes sobre a teoria das operações enunciativas, destacam-se como elementos essenciais (sem os quais não há enunciação) os sujeitos enunciadores (enunciador e co-enunciador) e a situação de enunciação à qual eles pertencem. A significação do enunciado provém desta acomodação intersubjetiva e o diálogo constitui, portanto, a dimensão fundamental da comunicação, nesse modelo. Assim colocado,

a enunciação se define, então, como uma seqüência de determinações progressivas pelas quais são produzidos (ou reconhecidos) os enunciados. Mais precisamente, os enunciados potenciais tomam os *valores referenciais* através dos sistemas de localização com relação ao ponto de ancoragem que constitui a situação de enunciação (os sujeitos enunciadores, o momento de enunciação...). (Fuchs & Le Goffic, 1985, p.121, tradução nossa)

Culioli tem por objetivo o estudo sistemático da significação em que ela é lingüisticamente acessível, isto é, nas seqüências textuais. Para tanto, estabelece uma relação dialética entre a linguagem (faculdade universal de produzir e interpretar textos por um processo de operações generalizáveis) e as línguas (sistemas de representação que têm regras próprias de organização e cujos traços são empiricamente observáveis). Nas palavras do autor:

A língua se liga, portanto, necessariamente, à atividade da linguagem como atividade de regulação intersubjetiva (entre os sujeitos dentro de sua singularidade histórica, física e sociológica) e trans-individual (coesão institucional; condutas de grupo; ritos e jogo da linguagem etc.), e como atividade de representação. (Culioli, 1984, p.9, tradução nossa)

No que tange ao ensino de línguas, não se pode chegar ao sentido de um enunciado, se o aprendiz não for conduzido, por meio de exercícios apropriados, a perceber o processo de produção refletido nas marcas da língua-alvo. É imprescindível levar em conta o contexto, quer dizer, os elementos da situação em que o texto foi produzido: é preciso conhecer as operações enunciativas (entrelaçadas às operações predicativas) efetuadas por um sujeito em um momento determinado. Elas restituirão ao aprendiz o lugar que lhe pertence, porque o colocarão no centro da atividade da

linguagem, permitindo, assim, com os recursos inerentes à língua estrangeira, controlar e facilitar suas tarefas de produção e de reconhecimento.

DOTA, M. I. M. The reading process and Antoine Culioli's enunciative operations. *Alfa (São Paulo)*, v.39, p.153-160, 1995.

- **ABSTRACT:** *This paper, concerned with foreign language teaching, tries to present the contributions that Culioli's model and his enunciative operations theory can offer to a reflection on the teaching of reading.*
- **KEYWORDS:** *Reading; enunciative operations; enunciator; coenunciator and enunciative situation.*

Referências bibliográficas

- 1 BAILLY, D. Pour une application de la linguistique théorique a l'enseignement des langues. *Langages (Paris)*, n.39, p.81-104, 1975.
- 2 BOUSCAREN, J. *Linguistique anglaise: initiation à une grammaire de l'énonciation*. Paris: Ophrys, 1991.
- 3 CLARK, H., CLARK, E. V. *Psychology and language*. United States: Harcourt Brace Jovanovich, 1977.
- 4 CULIOLI, A. La formalization en linguistique. *Cahiers pour l'analyse (Paris)*, n.9, p.106-17, 1968.
- 5 _____. En guise d'introduction. In: ATLANI, F. et al. *La langue au ras du texte*. Lille: Presse Universitaire de Lille, 1984. p.9-12.
- 6 _____. Representation, referential processes, and regulation: language activity and recognition. In: MONTANGERO, J., TRYPHON, A. (Eds.) *Language and cognition*. Geneva: Fondation Archives Jean Piaget, 1989. p.97-124.
- 7 FLORES D'ARCAIS, G. B. Parsing principles and language comprehension during reading. In: BALOTA, D. A. et al. (Eds.) *Comprehension process in reading*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Association, 1990. p.345-57.
- 8 FUCHS, C. As problemáticas enunciativas: esboço de uma apresentação histórica e crítica. Trad. de Letícia Marcondes Rezende. *Cadernos de Estudos Linguísticos (Campinas)*, n.7, p.77-85, 1984.
- 9 FUCHS, C., LE GOFFIC, P. *Iniciation aux problèmes des linguistiques contemporaines*. Paris: Hachette, 1985.
- 10 GOODMAN, K. S. Reading: a psycholinguistic guessing game. In: GOLLASCH, F. V. (Ed.) *Language and literacy*. The selected writings of Kenneth S. Goodman. Boston: Routledge and Kegan Paul, 1982, p.33-44.
- 11 KATO, M. A. *No mundo da escrita*. São Paulo: Ática, 1986.

- 12 NEISSER, U. *Cognitive Psychology*. New York: Meredith Publishing Company, 1967.
- 13 PORTINE, H. *Éléments pour une grammaire de l'énonciation*. *BELC (Paris)*, p.1-28, 1980.
- 14 _____ . Remarques sur l'automatisation du rapport appreni-lecteur/texte. *Études de linguistique appliqué (Paris)*, n.76, p.75-94, 1989.
- 15 SOUESME, J. C. *Grammaire anglaise en contexte*. Paris: Ophrys, 1992.

ASSINATURA: UM LUGAR DE ENUNCIÇÃO¹

Valderez Helena Gil JUNQUEIRA²

- RESUMO: Enfocando a assinatura como um tipo de procedimento discursivo relacionado aos lugares de enunciação, este trabalho procura discutir a problemática correlata da construção do sentido na pintura.
- PALAVRAS-CHAVE: Enunciação; discurso; assinatura; pintura.

Neste final de século, a enunciação converteu-se em foco de interesse de pesquisadores dedicados às questões da linguagem. O volume de publicações circulantes dá-nos conta do vigor com que luzes e lupas desceram sobre o tema.

Não obstante a inquestionável eficiência de alguns no emprego de recursos teóricos hoje disponíveis, os resultados de eficácia são ainda parcos. Cientes de que os meandros da enunciação envolvem complexa problemática, muitos autores já se desculparam antecipadamente por apenas virem a tangenciar o assunto, quando não explicitam com olímpica clareza novas dúvidas a serem adicionadas ao enorme feixe já existente.

De qualquer modo, surgem, de quando em quando, parcelas de contribuição para o arcabouço que um dia haverá de se construir sob o nome de Teoria Geral da Enunciação. Enquanto isso, cada estudo isolado reveste-se do charme vanguardista de se saber caminhando por areias não palmilhadas, ao tempo em que deve se manter atento quanto ao risco do risco adentrar em terreno tão movediço. Para um espírito inquiridor não há sedução maior...

1 Considerações sobre o modo de inserção de marcas da enunciação subjetivada no verbal e no pictórico foram apresentadas no IV Encontro do Grupo de Literatura Comparada (GALG), realizado em 1993, na Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - Araraquara - SP.

2 Departamento de Teoria Lingüística e Literária - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas - UNESP - 15054-000 - São José do Rio Preto - SP.

Enunciação e enunciado

Por *enunciação verbal* convencionou-se denominar o ato individual e irreproduzível da fala de um sujeito historicamente determinado no tempo e no espaço. Em sucessivos empréstimos, o termo passou a recobrir também o ato de produção de textos não verbais como a pintura e o filme, por exemplo.

O conceito de enunciação é empregado genericamente em análise do discurso, mas pode se referir a dois tipos de objeto e dois tipos de método diferentes. Do ponto de vista amplo, o estudo da enunciação tomaria para si a tarefa de descrever as relações de certo enunciado com os protagonistas do discurso (enunciador e enunciatário) e com a situação de comunicação, que envolvem circunstâncias de produção e recepção da mensagem, aspectos espaço-temporais e fatores diversos relativos ao contexto. O enfoque restrito limitar-se-ia, por seu turno, à focalização do sujeito produtor, mediante a análise de rastros desse fazer, inscritos no enunciado (Kerbrat-Orecchioni, 1986). Vê-se, pois, que a utilização do conceito subordina-se a uma escolha prévia do usuário, atinente à dimensão do universo referido, isto é, se genérico ou específico, uma vez que *a priori* estão previstas competência e ação distintas para ambos os casos.

A interdependência definidora entre as noções de *enunciação* (ato produtor) e *enunciado* (produto) é outro aspecto a ser destacado. Todo enunciado faz supor a indefectível existência de uma enunciação e vice-versa. Conclui-se, portanto, que as duas entidades se fundem sobre o mesmo objeto, variando tão-somente a perspectiva do enfoque.

Quando se objetiva dissecar um texto para verificar sua estrutura morfossintática, pode-se optar por circunscrever o estudo à porção tangível do composto enunciativo; acaso se deseje recuperar o ato de produção e suas estratégias objetivas ou subjetivas de construção, envolvimento, comprometimento, enfim, queira-se perscrutar o perfil de um sujeito pressuposto pelo enunciado, há que se enfocar também a porção abstrata.

Do composto enunciativo, remanesce concreto apenas o produto, o enunciado, que se apresenta como a via de acesso mais segura para o levantamento de marcas depositadas pelo enunciador. A análise de dados e a reunião de procedimentos recorrentes, descritos metodologicamente, podem ensejar o desvendamento das estratégias de tessitura de um texto. Por isso, o fazer analítico costuma eleger o discurso-enunciado como ponto de partida para a coleta de vestígios da ação enunciativa, quando tem por objetivo definir um perfil de enunciador ou realizar um processo de garimpagem com a finalidade de estabelecer a rede relacional que embasa a construção do sentido.

Estudos isolados eventualmente oferecem acréscimos, delineiam princípios mais ou menos gerais sobre a tessitura dos enunciados e, de alguma forma, colaboram para um dia se formularem leis suficientemente econômicas – entenda-se “abrangentes e eficazes” – para uma competente descrição do processo enunciativo.

Lugares da enunciação

Lugar da enunciação foi o termo auto-explicativo encontrado pela Linguística para referir-se aos locais onde o enunciador depositaria algumas marcas no enunciado. São áreas do texto que abrigam ocorrências dêiticas, isto é, formas que reenviam à instância produtora, como advérbios, pronomes pessoais, demonstrativos ou possessivos, desinências verbais, definidores espaço-temporais etc., denotativos do procedimento enunciativo de visão subjetivada (Benveniste, 1966). Paralelamente, os elementos que preenchem os lugares da enunciação respondem pela coerência e coesão do texto, ao assegurarem a consistência do tecido.

Para recheiar essas áreas virtuais da enunciação estão previstas algumas figuras emergentes do texto e outras, provenientes do próprio fazer, que, associadas, entretecem a trama em que se fundem enunciador e enunciado. Tais figuras não são propriedades exclusivas do verbal, porquanto se manifestam profusamente no visual, em que se inclui a pintura, focalizada neste artigo.

Do ponto de vista estético, a junção entre *ser* e *fazer* textual realça a função poética da linguagem, ensejando a reflexão e a ênfase do texto sobre si mesmo. Cada uma das diferentes formas de expressão encontra procedimentos discursivos que lhe são peculiares para enfatizar, neutralizar ou simplesmente denegar a possibilidade de um sentido específico em dado discurso.

Na pintura, por exemplo, o desrespeito às leis ordinárias da perspectiva ou as oposições *claro/escuro*, *nítido/difuso* indiciam uma decisão enunciativa permeada pelo desejo de expor ou ocultar. Legibilidade e visibilidade são esquemas traçados pela consciência seletiva, decidida a mensurar escalas de desvendamento do *saber* e do *sentir* o representado: no delineamento estará plasmada a visão de complexidade, na mistura das cores o sentir, na transparência o crer, na programação temporal o ser, na espacial o estar, e assim por diante.

O que mais poderiam revelar os lugares que conferem sinuosidade ao texto, definindo-o como único e irreprodutível? Encontramos uma resposta plausível em Marin:

*Double drapé du visuel, de la peinture et de la représentation, de l'écriture, de la lecture et du livre autour d'un même sujet, du sujet écrivant et peignant, écrivant avec des images et peignant avec des mots, un sujet s'exposant dans la topique de ses lieux et dont le nom vient occuper un lieu central: Moi dans toute sa transparence et toute son opacité de forme et de matière, pluriel et singulier, écrit pour être donné à voir; peint pour être donné à lire: transparence et opacité de la représentation du moi en texte et en image et à leur repli, un autoportrait des signes, des lettres, des phrases, de lignes, de dessin et de forme.*³ (1989, p.142)

3 Em respeito à linha desenvolvida por Louis Marin nesse artigo, uma tradução livre do texto deve prever a forma *Ego* como correspondente da forma *Moi* (tendo em vista os sentidos recobertos pela teoria psicanalítica de Sigmund Freud *Ego/Id/Superego*) ou a formulação de Émile Benveniste (*Ego/Hic/Nunc*), freqüentemente evocada quando a enunciação é tema em tela.

Os lugares textuais da enunciação não podem ser demarcados antecipadamente dentro de um paradigma e menos ainda ser relacionados num sistema. Tem-se, quando muito, aquelas pistas já referidas de regiões de incidência, que se prestam à inserção do subjetivo.

Em realidade, o efetivo lugar da enunciação é a mente cambiante do sujeito, sobredeterminada por paixões, ideologias, capacidade criativa, mediadas pelo talento em utilizar formas artísticas de expressão e técnicas de comunicação – elementos passíveis de serem inseridos no texto mas, com certeza, dotados de vida própria. Por isso, quando um aluno de Letras me indaga, diante de uma obra pictórica, “*O que quer dizer este quadro?*”, costumo responder, da maneira mais suave possível, “*Pouco importa*”, convicta de que um quadro não tem por função *dizer* coisa alguma. Ele poderá, na melhor das hipóteses, servir apenas de estímulo para que se realize a associação de unidades formantes a efeitos de sentido suscetíveis de serem verbalmente expressos.

Em meio a tantas linguagens utilizadas pelo homem, a verbal é, com certeza, a de maior pertinência para transmitir pensamentos e expressar emoções com precisão. Se alguém, dotado da capacidade de fala, opta por uma forma de expressão derivativa é porque, no mínimo, não deseja ser óbvio. Competência no manejo de pincéis, criatividade, necessidade de realização lúdica ou artística são motivos suficientes para a aventura pictórica, desde que se aceite o risco de jamais se ver uma interpretação do quadro coincidir com o estado de espírito e as intenções da criação.

É, portanto, equivocada a postura analítica empenhada em descortinar o sentido partindo dos parâmetros elaborados para o verbal. Vez por outra tem-se a sorte de poder utilizar instrumentos teóricos da modalidade lingüística em mensagens não verbais. Ainda assim, são necessárias adaptações e plena consciência dos limites. Uma breve incursão sobre o estudo de lugares da enunciação aplicado à assinatura do pictórico poderá elucidar o que é dito aqui.

Por natureza própria, a pintura goza de liberdade no construir e no articular seus signos, sem se aprisionar a padrões precedentes. As composições não se subordinam às leis da linguagem verbal e o comprometimento se pauta por outra escala. Em razão disso, verificar como a pintura nos encoraja a percebermos os sentidos que lhe atribuímos é atitude mais produtiva do que buscar um significado definido.

Quando o aluno me pergunta o que quer *dizer* a pintura, por certo, já sabe. De alguma forma ela já lhe *disse*, ou melhor, já o sensibilizou. Tocados pela materialidade sensível somos instigados a averiguar sentidos plausíveis. Desprovidos de recursos específicos caímos na tentação de verbalizar as sensações experimentadas e explicar a composição por método inadequado. Mesmo o termo *assinatura*, apropriado do verbal, deve ser tomado com cautela pois não recobre apenas o sentido de firmar o nome; justifica-se pela extensão originariamente outorgada por *assignare*, isto é, “marcar com sinal”.

Para construir as mensagens verbais os homens recorrem a signos inventariados; nas pictóricas valem-se da iconografia ou constroem seus próprios meios de expres-

são, com linhas e cores de onde podem surgir os efeitos de sentido relativos a forma, equilíbrio, movimento, profundidade, volume etc., a partir dos quais se extraem ou se investem significados mais amplos. Neste caso, a edificação do sentido possível decorre mais de uma operação mental de associações, dentro de um gradiente de contrastes ditados por uma escala de intensidade, do que de uma oposição de termos, considerando-se o aspecto *continuum* da mensagem.

Comparar é assinalar diferenças, realçadas mediante a observação de semelhanças circunscritas em uma área onde se estabelece a intersecção entre dois universos. A porção semelhante é a base de estabilidade que autoriza o confronto de universos distintos. Assim, não obstante o verbal e o pictórico sejam formas de expressão com características bastante diferenciadas, suportam a comparação porque manifestam o traço comum de serem consensualmente consideradas *linguagens*. Afora as inúmeras diferenças sobejamente exploradas por comparatistas e semioticistas, revitalizam-se, em cada ato de cotejo, as repetições que conformam a base comum de ditos sistemas sígnicos, concretizada por aquilo que Deleuze (1988) denomina *potência da linguagem*.⁴

A iconicidade é o outro aspecto a se destacar, dentre tantos que geram mal-entendidos teóricos. Por oposição à idéia já cristalizada sobre a arbitrariedade do signo lingüístico, em relação ao objeto a que ele se refere (assunto que merece questionamento à parte), entendeu-se o signo icônico como aquele que se “parece” com objetos representados. Os objetos representados na pintura não são imitações do mundo. A noção de iconicidade como *imitação* fragiliza-se se pensarmos que, por uma parte, só os traços exclusivamente visuais do mundo são, a rigor, imitáveis, enquanto o mundo se dá a conhecer por outros sentidos, além da visão; acresça-se, ainda, que apenas as propriedades planares (bidimensionais) desse mundo são transportáveis e representáveis sobre superfícies artificiais, enquanto a extensão nos é dada em sua profundidade cheia de volumes e reentrâncias.

Pouco se transpõe para uma tela: em *Las Meninas*, aquelas senhoras representadas na tela não são as damas de honra da princesa Marguerita e tampouco aquela figura de pintor deve ser reconhecida como a pessoa física de Velásquez. Nenhum pintor, por acadêmico que fosse, deixou-se levar pela ingênua pretensão de produzir mais do que representações mediadas pelo conhecimento. Em virtude do conhecimento das semelhanças e diferenças entre as noções de “quadro” e “espelho”, Foucault (1966) pôde explorar a linha isotópica que instala tal ponto de vista

4 Referindo-se ao caráter repetitivo das diferentes linguagens, manifesto por traços que podem ser agrupados em séries, Gilles Deleuze (1988) apresenta a interessante reflexão: “A repetição é a potência da linguagem, e, em vez de explicar-se de maneira negativa, por uma deficiência dos conceitos nominais, ela implica uma Idéia da poesia sempre excessiva. Os níveis coexistentes de uma totalidade psíquica podem ser considerados, de acordo com as singularidades que os caracterizam, como atualizando-se em séries diferenciadas. Estas séries são suscetíveis de ressoar sob a ação de um “precursor sombrio”, fragmento que vale para esta totalidade na qual todos os níveis coexistem: cada série é, pois repetida na outra, ao mesmo tempo em que o precursor se desloca de um nível a outro e se disfarça em todas as séries.” Cf. *Diferença e repetição*, p.457.

enunciativo na obra de Velásquez. Segundo a interpretação de Foucault, o "quadro", representado ao fundo da "sala", seria hipoteticamente um "espelho" e, neste caso, a narrativa não estaria solucionada no espaço *in* (interior ao enunciado), porque envolveria personagens supostamente localizadas no espaço *out* (omitido na representação). Pelo mesmo raciocínio, os "reis", situados na posição em que se encontra o observador, estariam sendo retratados, segundo uma focalização interior ao enunciado, delimitada pela figura do pintor.

O contraponto da ação de *imitar é reconhecer*; pelo reconhecimento o espectador coloca em pauta a legibilidade do mundo natural. Reconhecer implica a assunção da idéia de que as figuras plásticas são apenas uma leitura do mundo, realizada pela aplicação de uma grade classificatória preexistente (que nos permite identificar tais figuras como objetos e realizar processos de classificação, relacionamento, interpretação). A grade sustenta-se no saber acumulado pela cultura e no repertório pessoal desenvolvido pelo indivíduo, que torna o mundo inteligível com o artifício da representação.

O código do reconhecimento demonstra-nos que a representação não decorre de uma relação icônica vista como identidade entre figuras planares e configurações apreendidas no mundo fenomenológico – por isso Picasso e Dali puderam criar os quadros que realizam citações da referida obra. Pela grade de leitura percebe-se que a possível semelhança entre as produções dos três artistas advém da possibilidade de objetos do mundo natural e figuras planares compartilharem traços de significado equivalente.

A problemática colocada adverte, portanto, a atitude de se ver na representação uma relação icônica de semelhança visual, pura e simples, aconselhando que se pense em *efeito de sentido de realidade* para formas plásticas que provocam certa *ilusão referencial*.

Pictórico e verbal têm suas gritantes diferenças. Mas a questão da iconicidade com o fator de digressão precisaria ser revista sob a óptica que acabamos de assinalar, pois envolve reflexões que vão além das oposições tradicionais entre *natural/codificado*, *motivado/arbitrário*.

Perscrutar um texto buscando rastros enunciativos que viabilizem a construção do sentido requer, conseqüentemente, o abandono da noção ingênua de iconicidade e da postura primária que procura ver traços do fenomenológico na representação plástica. Com isso não se subtrai da pintura a capacidade de veicular idéias, despertar sensações e ser um instrumento bastante eficaz na manifestação da sensibilidade e dos valores cultuados pelo enunciadador.

O procedimento enunciativo da assinatura

Na tentativa de alinhar idéias e, com alguma sorte, elucidar reflexões precedentes, enfocamos a assinatura pictórica como um procedimento discursivo econômico para a instalação de marcas enunciativas.

Na qualidade de recurso facultativo e nem sempre explícito, a assinatura não é um mecanismo de reenvio automático à enunciação: faz evocar preliminarmente um sujeito empírico, ou seja, um pintor em particular, referido no quadro por um nome próprio ou pela representação icônica equivalente. Ela desencadeia uma relação metonímica entre o signatário e os sistemas de propriedades intelectuais nuclearmente constituídos pelo conjunto das obras que lhe são atribuídas. Por isso são aceitáveis afirmações como “Klee me agrada mais do que Kandinsky”. Ainda assim, do ponto de vista semiótico, é aconselhável se manter presente a instância responsável pelo ato de linguagem produtor do discurso, que se interpõe como mediadora na relação entre pintor e obra.

Deve-se à instância da enunciação o entrecimento de sintaxe e semântica pictorial, cujo resultado é o processo englobante, metacomunicacional, pelo qual um sujeito se diz *autor* de um *objeto* “quadro”, perante um *fruidor* virtual. A consequência imediata desse ato é o comprometimento: o *ser* produtor (pintor) explicita a sua responsabilidade com o *fazer* (produzir arte) e avaliza, por meio de uma assinatura, a qualidade do produto (quadro).

Por *assinatura* entende-se aqui a referência ao autor na própria obra ou nos seus suportes, manifesta por procedimentos sígnicos. O conceito é provisório e prevê, na sua abrangência, uma série de possibilidades para a concretização da assinatura, em que se incluem os métodos canônicos de firmar o verso do quadro, a moldura ou a própria tela, bem como as articulações limites que são as inscrições integradas ao enunciado: nomes, brasões, figuras emblemáticas e auto-retrato.

Além de ser uma maneira de explicitar a paternidade da obra, o auto-retrato é o recurso encontrado por alguns para imortalizar em um só tempo o *ser* plasmado em seu *fazer*. Ao captar um estado corpóreo, o autor registra, concomitantemente, um estágio da habilidade artística, perpetuando-o como o reflexo da dinâmica da vida, aprisionado para sempre em cores e formas.

Auto-retrato: uma maneira de assinar

Com frequência, o auto-retrato é concebido para abranger a totalidade do quadro, outorgando ao representado o estatuto de solenidade do ser pleno e único. Mais raramente, aparece entremeado a personagens, por alguma razão consideradas dignas de registro ao serem relacionadas a episódios. Pouco importa se uma personagem é ou não contemporânea ao acontecimento que lhe é associado pela pintura. Botticelli, em *Adoração dos Magos*, e Veronese, em *Bodas de Caná* e *Ceia em casa de Levi*, por exemplo, se auto-retratam em meio a acontecimentos que se supõe tenham ocorrido 1500 anos antes do nascimento desses pintores. Nesta circunstância, o enunciado pictórico escancara o potencial de simulacro que funde ficção à realidade idealizada, e desmistifica, pelas próprias tintas, o caráter falseador, por vezes camuflado.

Em narrativas épicas é comum o auto-retrato funcionar como um tipo de testemunho do fato representado. O corolário de tal procedimento é de natureza complexa, pois a subjetividade enunciativa da instalação de um ponto de vista interno atua como prova aparentemente irrefutável do relatado, para o estabelecimento do contrato de veridicção com o enunciatório, com vistas ao despertar da crença. Paralelamente, sugere, pelo ponto de vista externo (que rege a perspectiva global da obra), a visão distanciada e pretensamente objetivada dos fatos narrados, como se vê em *Batalha do Avaí*, de Pedro Américo, com tendência visivelmente conativa.

Que ninguém se iluda, portanto, com a simulada objetividade da pintura ou com o testemunho de suas imagens. Ao contrário do discurso científico que privilegia o ocultamento do sujeito e cobra-lhe isenção, o poético é permeado pela enunciação e considera eufórica sua presença.

A eficácia do duplo ponto de vista está em simultaneamente exaltar o ego, gerar credibilidade e colocar em cena um enunciador capaz de disseminar sua ideologia, seus valores, sua visão de mundo e sua posição diante dos fatos, mediante a assunção de papéis atoriais múltiplos. Assim visto, o auto-retrato cobre-se do mágico dom de ser também o lugar da inovação, da alternativa, da ruptura, do desvio, enfim, o espaço da não-consagração de uma competência de amplo domínio.

A assinatura transmutada

Formas icônicas de parâmetro distinto do que se convencionou por *auto-retrato* submetem-se à catalogação de *assinatura*, se interpretadas numa rede intertextual homomatérica, em que os elementos se manifestem recorrentes em várias obras:

Diante da repetição de um elemento inusitado, mas perfeitamente reconhecível e colocado em evidência, como por exemplo o *mazochio* de Paulo Ucello ou os pepinos e as maçãs de Crivelli, somos autorizados a ler uma assinatura, a ver uma ostentação (como um brasão ou um emblema da habilidade do pintor) de uma invenção figurativa considerada e exibida enquanto tal.

(Calabrese & Gigante, 1989, p.32)

Uma investigação minuciosa sobre a obra de Veronese (Junqueira, 1991) oferece exemplo capaz de mostrar a transmutação da assinatura, mediante o agenciamento de figuras da expressão para produzir certos efeitos de sentido.

No acervo de Veronese são registradas mais de 40 representações de cachorros. Em Vila Maser, onde o artista desenvolveu rica iconografia, a profusão de cães é de tal ordem que um salão ficou tradicionalmente conhecido como *Stanza del Cane*.

Associando-se o aspecto recorrente da manifestação às formas que a assinatura pode assumir, verifica-se que o cão atua como uma espécie de signo de reconhecimento, ou seja, um macrossigno, de formas variáveis.

Do conjunto das obras extrai-se o sentido de "profanação", advindo das justaposições do elemento sagrado, representado por Cristo em cenas de banquetes (*Ceia em Emaús, Bodas de Caná, Ceia em casa de Levi* etc.), com animais e, indefectivelmente, com o cão. Daí surgir a sensação de rebaixamento e banalização que permeia suas obras. Registre-se que o Tribunal do Santo Ofício teve a mesma impressão, convocando o pintor para justificar a presença de bufões, animais e a representação de um homem sangrando, na cena em que Jesus aparecia, na *Santa Ceia*. Veronese defendeu-se argumentando que apenas representava os costumes de seu povo e pintava segundo a encomenda de seus clientes. Como as telas eram enormes, precisava preencher os espaços. Por isso, pintava todas as imagens que lhe vinham à cabeça: os pintores, à moda dos loucos, eram inconseqüentes sem qualquer má intenção. Veronese conseguiu convencer o Tribunal mediante a promessa de alterar o título da obra para *Ceia em casa de Levi* e, por via das dúvidas, ainda acrescentou a inscrição *Fecit D. Covi Magnu Levi – Lucae Cap. V*. Graças a sua eloqüência, salvou a pele, mas de qualquer forma a obra conserva o poder de inquietar o observador, pela presença dos animais.

A emblemática reiteração do cachorro aceita, ainda, outra interpretação mais rica e instigante. Acreditamos que ela indicie a presença do enunciador empírico, percebida desde que a expectativa não se atenha aos moldes obtusos da decodificação do auto-retrato, querendo encontrar no significativo icônico traços visualizados no referente fenomenológico.

Tanto a figura do cachorro como o caráter profano que ela evoca pode ser uma assinatura transmutada. Significações urdidas no tecido da conotação explicitam-se no macrossigno que conforma uma inusitada metáfora.

Quais seriam os ingredientes para a instauração da metáfora? Sabe-se que na construção metafórica um termo substitui outro, provocando alteração de sentido. O termo metaforizante, atualizado no sintagma, acaba por remeter o leitor do texto para o termo metaforizado, que permanece virtual no paradigma, como que em estado de prontidão para ser evocado. O primeiro, presente no enunciado, é conhecido como ponto de partida; o outro, ausente, como ponto de chegada. E entre ambos existe um terceiro, o ponto intermediário, que funciona como elemento comum e possibilita a comparação de equivalências, legitimando a metáfora.

Pois bem, em Veronese, o ponto de partida é a figura do cão; o de chegada supõe-se ser o enunciador. E qual seria, então, o eixo basilar da junção entre os termos? As poucas obras que contêm o auto-retrato do pintor entre outras figuras fornecem a chave do enigma.

No afresco de Vila Maser, o retrato integra um *trompe l'oeil*,⁵ em que se vê uma porta aberta e um caçador. O homem, cujo rosto tem as feições de Veronese, segura

⁵ Trompe l'oeil é a técnica pela qual se obtêm efeitos ópticos destinados a dar a impressão de que a arquitetura do ambiente se desdobra em nichos, onde aparecem esculturas, ou em salas e janelas que, de fato, não existem. Esse recurso é abundantemente utilizado na pintura barroca.

um cajado, com o qual prende o cachorro contra o batente, como a impedir sua saída. Em *Bodas de Caná*, o pintor se representa como um dos integrantes do conjunto de música, tocando violoncelo, com os cães à frente. Em *Ceia em casa de Levi*, aparece em pé, na direção da grande coluna, à esquerda da parte central do quadro, com um gesto direcionado para o cão.

Todas as composições conferem destaque ao auto-retrato e aos cães; todas as composições mostram uma linha diagonal que pode ser interpretada como percurso de leitura sugerido em via dupla, isto é, de homem para cão e vice-versa, integrados em unidade.

Assim decodificados, cão e homem-pintor equivalem-se e são intercambiáveis dentro do mesmo paradigma. Sob tal óptica, torna-se plausível a correlação:

$$\frac{\text{assinatura}}{\text{cão}} :: \frac{\text{cão}}{\text{enunciador}}$$

Trata-se de uma *metáfora em presença*, com todos os termos explicitados: o cão é o ponto de partida; o pintor, o ponto de chegada; e a linha diagonal, o ponto intermediário que os subsume, como base de equivalência e elo estruturador da argamassa.

Não bastassem esses dados relacionáveis topologicamente entre si e semioticamente associáveis ao rebaixamento, há ainda o sentido profano que se estende tanto pela simbologia do cão, quanto pelo caráter pouco cristão, se não ateu, das produções de um enunciador que não poupa tintas para exaltar atos mundanos da festividade, justapor Jesus como sensual e promover os valores da carnavalização.

Mediante a instalação de um ponto de vista interno, e sem renunciar ao externo, a instância da enunciação gera a polifonia entrópica da ambivalência cínica e dissimulada.

A estratégia da auto-representação transmutada perde o vigor diante da magistral habilidade enunciativa no processo da dissuasão. Saber como se constrói a dinâmica dos sentidos é, sem dúvida, mais importante do que averiguar a prevalência de um sentido sobre outro. No percurso que conduz ao enunciador interno devem ser recolhidas as pistas de construção do enunciado-discurso. Do espelho multifacetado que reúne cacoc enunciativos emerge a certeza de que a proposição vai além de um contrato de veridicção usual, em que ao *dizer verdadeiro* corresponda um *crer verdadeiro*. Sugere-se, através do simulacro especular, uma inversão própria do desvendamento, em que o *dizer verdadeiro* sofre um processamento cognitivo e uma interpretação que competencializam o enunciatário para o *não crer verdadeiro*.

Injunções políticas e religiosas, assim como condições impostas pelo mecenato, foram determinantes para Veronese se expressar como o fez. A História da Arte e os estudos de Literatura são enfáticos em lições sobre o afloramento das figuras da linguagem e, sobretudo, da metáfora nas obras nascidas sob a égide de sistemas repressores. Nesta circunstância, o *dizer* e o *dito* não têm o mesmo sentido porque o enunciado é apenas a porção visível do que subjaz oculto em significações latentes.

Desde logo ficou descartada a abordagem da enunciação na sua vertente ampla do contexto, dos interlocutores, do processo metacomunicacional de circulação do saber do pólo emissor para o receptor. Entretanto, observa-se que a obra, como sistema aberto, exerce pressão e se revela inexoravelmente permeável pelo circundante. A mais despreziosa análise é capaz de demonstrar como se torna redutora a conduta que circunscreve o âmbito de abordagem da problemática enunciativa às dimensões do enunciado.

Há, contudo, produções apócrifas e aquelas em que o contexto e as condições originais de comunicação são irrecuperáveis, restando apenas o enunciado, em que se encontram impressas as *utópicas*, isto é, os elementos demarcadores de posições enunciativas e responsáveis por mecanismos que conferem sinuosidade ao texto, tais como desvio, distanciamento, envio, remissão.

Enunciação e enunciado correspondem às duas faces de um mesmo rosto, cingidas pelo invisível perfil das relações que conformam o *ser-texto* íntegro e singular. Enfurnando sentidos que incitam à leitura, o texto serpeante causa-nos a impressão de, num dado momento, abrir-se em possibilidades folheadas que expõem o sujeito e, no instante seguinte, vedar-se em impenetrável reduto de saber. Cabe, então, ao labor analítico manter a consciência de seus limites e redobrar a concentração sobre o tangível, resguardando-se das ciladas que todo simulacro costuma reservar para quem se aventura a deslindá-lo.

JUNQUEIRA, V. H. G. Signature: an enunciation place. *Alfa (São Paulo)*, v.39, p.161-172, 1995.

- **ABSTRACT:** *Focusing signature as a discursive procedure related to the enunciation places, this paper aims to discuss the correlated theoretical problematics of the meaning construction in painting.*
- **KEYWORDS:** *Enunciation; discourse; signature; painting.*

Referências bibliográficas

- 1 BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1966.
- 2 BETTETINI, G. *La conversación audiovisual*. Madrid: Cátedra, 1986.
- 3 CALABRESE, O., GIGANTE, B. La Signature du peintre. *La part de l'oeil*, v.5, p.27-43, 1989.
- 4 DELEUZE, G. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- 5 FOUCAULT, M. *Les mots et les choses: une archéologie de sciences humaines*. Paris: Gallimard, 1966.

- 6 JUNQUEIRA, V. H. G. *Paolo Veronese: o simulacro de um ensinamento profano*. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado em Artes) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.
- 7 KERBRAT-ORECCHIONI, C. *La enunciación*. Buenos Aires: Hachette, 1986.
- 8 LANDOWISKI, E. Simulacres en construction. *Langages*, v.70, 1983.
- 9 MARIN, L. C'est moi que je peins... – Topique et figures de l'énonciation. *La part de l'oeil*, v.5, p.140-53, 1989.

TEMA LIVRE

UM PROGRAMA DE ESPANHOL NA TV BRASILEIRA. SÉRIE EM TRÊS CAPÍTULOS¹

María Teresa CELADA²

- RESUMO: Partindo da experiência de adaptar um programa de ensino de espanhol para a TV Cultura de São Paulo, programa especialmente orientado para as variações da língua falada na América, o texto desenvolve o conceito de metáfora como instrumento para enfrentar a enorme variação da língua e também compreender a complexidade implicada no processo de aquisição de uma língua estrangeira.
- PALAVRAS-CHAVE: Ensino e aquisição de língua estrangeira; variação lingüística; metáfora; pensamento; língua; interdiscurso.

Capítulo 1: A proposta

Em abril de 1993, o canal 2 de televisão do Estado de São Paulo procurou a professora Neide Maia González da Universidade de São Paulo e lhe fez uma proposta: a elaboração dos textos básicos para a apresentação e adaptação de uma série de 65 programas de ensino de espanhol, produzida pela *Radio y Televisión Española* e a *Universidad de Salamanca*, como parte das comemorações dos 500 anos da descoberta de América.³ A professora González, cuja língua materna é o português, conhece a fundo “a língua brasileira” e “a língua espanhola” e, dentro do campo denominado estudos contrastivos, conhece os lugares de contato e de conflito entre a materialidade de ambas as línguas. Ela achou necessário formar uma pequena equipe que reunisse hispano-americanos com conhecimentos sobre o que se denomina “español de América” e com uma experiência na reflexão sobre o funcionamento da linguagem. Para

1 Uma primeira versão em espanhol deste artigo foi publicada no número 4 de *Signo & Seña*, revista do Instituto de Lingüística da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires. Agradeço à Dra. María Augusta da Costa Vieira (USP) a revisão da versão em português.

2 Departamento de Letras Modernas – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP – 005508-900 – São Paulo – SP.

3 Cabe acrescentar que o curso foi realizado com a colaboração do Ministerio de Asuntos Exteriores da Espanha e sob os auspícios do Consejo de Europa.

isto, convidou duas colegas da universidade: a professora María Zulma Kulikowski, uma argentina de Córdoba (Argentina) e eu, uma *porteña*.⁴

Para melhor entender o caráter da proposta, tentarei apresentar brevemente o Canal 2 ou "TV Cultura", como também é conhecido. Trata-se de uma emissora pertencente à Fundação Padre Anchieta – Centro Paulista de Rádio e TV Educativas, fundação de direito privado mantida pelo governo do Estado de São Paulo, com direção autônoma a cargo de um conselho de curadores e de uma diretoria executiva. Não se trata, então, de uma TV estadual, uma vez que as decisões são tomadas com autonomia e o Governo do Estado de São Paulo apenas repassa as verbas. Por outro lado, não se trata também de uma TV comercial. Originariamente, definiu-se como uma televisão educativa e, de fato, leva essa marca em seu nome. Hoje, define-se fundamentalmente como uma *televisão pública*, sobretudo porque o termo "educativa" não seria suficientemente preciso e porque, nos últimos anos, a expressão "televisão educativa" tem carregado o peso da imagem de uma cultura oficial. Sabemos que as televisões educativas, quando ligadas ao Estado, correm o risco de serem dirigidas sob o regime do que conhecemos como "funcionalismo público". Seu efeito mais evidente é um ritmo e um tom "burocráticos", o que tem provocado a identificação da televisão educativa com algo "chato".

A emissão da TV Cultura cobre todo o Estado de São Paulo e, desde 1993, o canal transmite por satélite. Isto significa que pode ser sintonizado em todo o país e nas zonas fronteiriças dos países limítrofes, em especial os países do sul: Paraguai, Argentina, Uruguai.

A TV Cultura tem uma tradição em cursos de língua: inglês, francês, italiano, alemão e, recentemente, espanhol. Dentro dessa tradição, no caso dos programas comprados no exterior, o hábito tem sido o de introduzir um apresentador brasileiro que comente e trabalhe "as estruturas da língua" tratadas no programa estrangeiro. Claro que no caso particular do curso de espanhol – dizia Gregório Bacic, diretor geral do programa do qual falamos – teria sido muito simples mandar diretamente para o ar a série comprada da Espanha, pois, pelo fato de se tratar de uma língua próxima, qualquer telespectador teria conseguido assimilar algo. Mas a emissora considerou que isso representava muito pouco. O fato era que suas gestões coincidiam com alguns passos dados a partir do Tratado do Mercosul em virtude da modificação da estrutura curricular, que prevê o ensino das línguas oficiais do Tratado através dos Sistemas Educativos de cada um dos países integrantes. Essa modificação coloca o problema da formação de professores, tanto nos países hispano-falantes quanto no Brasil. E no Brasil esse problema acarreta outro: a formação dos professores orientada para o espanhol falado na América Latina.

Nosso trabalho – tentando reproduzir a apresentação realizada pelo próprio Bacic junto com a Chefe do Departamento de Produção de Programas Educativos, Sra. Nádia

4 Este texto, voltado para os interesses da minha tese de doutorado, nutre-se do trabalho grupal realizado junto com as professoras María Zulma e Neide.

Hatori – devia se concentrar em “fazer uma ponte” entre o espanhol falado na Espanha (do qual tratava o programa comprado) e o espanhol falado na América Latina, atendendo especialmente às variações linguísticas não só dos países integrantes do Tratado, mas também da América Latina em geral. No entanto, tratava-se de pôr ênfase na língua falada não só nos países geograficamente mais próximos do Brasil (como Colômbia, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai) mas também naqueles que, apesar da distância geográfica, têm uma presença forte no referencial brasileiro, como é o caso do México. Ora, tampouco se tratava – segundo a colocação da equipe da emissora – de ensinar o espanhol de Honduras ou o espanhol do Equador ou o da Argentina, mas de fazer um comentário histórico, cultural e linguístico sobre “os diversos espanhóis” falados na América Latina. A própria equipe acrescentava que esse era o primeiro passo dentre outros em função de “nos aproximar dos vizinhos latino-americanos”, para os quais, apesar das questões históricas, políticas e culturais que nos unem, durante muito tempo viramos as costas.

Tratava-se, então – para pôr mãos à obra – de produzir textos básicos para posterior elaboração dos roteiros. Para cada programa da série original espanhola, com uma duração de quinze minutos cada um, acrescentava-se nossa intervenção com um tempo médio de cinco minutos. A duração de cada um dos programas da série definitiva, incluindo a adaptação realizada no Brasil, passava a ser, então, de vinte minutos.

A proposta, sem dúvida, era valiosa e cativante. Claro que ...

Problemas sempre há

É preciso dizer que o projeto do canal de televisão que descrevemos se internava na selva de duas tradições, uma mais espessa do que a outra: a da relação do português com a língua espanhola, cujo traço mais significativo talvez esteja na proximidade que existe entre ambas as línguas. Os imaginários recíprocos de transparência têm associado a aquisição de uma e outra língua a uma espécie de “facilidade” e ao conseqüente desprezo da necessidade de estudá-las. E a proposta – dizia – se internava também na selva de outra relação: a do espanhol com o próprio espanhol, que será aqui nosso alvo principal.

O trabalho não foi tão difícil pelo viés da relação entre o português e o espanhol. Algumas decisões iniciais foram chaves. Apoiando-nos na “transparência” entre as duas línguas, decidimos que a língua do programa seria o espanhol e, neste sentido, a emissora introduziu uma inovação: a apresentadora não era uma brasileira (como tinha sido nas séries anteriores), mas uma falante nativa do espanhol: uma *porteña*.⁵

Uma outra diretriz básica foi trabalhar nos lugares de maior interferência e dificuldade entre as duas línguas, aspecto que o programa realizado na Espanha, pelo

⁵ Já no primeiro encontro com a equipe da TV fui indicada para ser a apresentadora de *Viaje al español*, nome da série original espanhola que a TV Cultura conservou para o programa final, incluindo a adaptação feita no Brasil.

fato de estar dirigido a um público amplo, não contemplava. Assim, para dar um exemplo, alguns programas ou momentos da série foram dedicados aos pronomes clíticos do espanhol, que constituem um ponto conflitivo na aquisição da língua espanhola por parte de um falante de português. Essa estratégia, como tantas outras praticadas na mesma direção, tinha sua razão: reafirmar as diferenças materiais entre as duas línguas.

Além disso, em dois dos programas da série trabalhamos alguns exemplos do “portunhol” da região da fronteira com o Paraguai. O fenômeno foi apresentado como um fato e tentamos localizá-lo no ambiente que o configura. Mas também fizemos menção ao “portunhol” que não corresponde propriamente ao que se define como “língua de fronteira”. Aludíamos, assim, ao que se ouve em outros âmbitos como, por exemplo, nas conversas entre brasileiros e argentinos durante as férias de verão nas praias brasileiras. Desse modo, pode-se dizer que deixávamos as marcas de um tipo de registro que, habitualmente, não é feito: o registro de um contato que não passa pela alfândega ou que não figura nas listas de intercâmbio.

Mas um esclarecimento precisa ser feito: o fato de reconhecer o “portunhol” não se confundiu com o propósito de manter as diferenças entre o funcionamento das línguas espanhola e brasileira.

Voltando agora para o que temos caracterizado como a relação que o espanhol tem com o próprio espanhol, a primeira coisa que caberia colocar é que a proposta da televisão implicava, por si, um gesto político que vinha se inscrever de um modo determinado em uma velha controvérsia que Borges (1973) define com precisão: a que se dá entre a força quase inevitável que acredita no fundamental do idioma e postula sua perfeição e o que essa mesma força considera um reconhecimento inútil e ímpio: o contínuo refazer-se da língua.

O projeto, sobretudo se levamos em conta o alcance de um meio de comunicação como a televisão, tomava partido e, de certo modo, legitimava a diferença, a diversidade, a versatilidade de uma língua. De fato, poderíamos dizer que o programa se dispunha a mostrar como numa língua “geograficamente” tão extensa como o espanhol (fato que é surpreendente no imaginário de todo falante) hiperboliza-se o que existe em toda língua: a variação. “O espanhol falado na América”, um objeto complexo que é estudado nos livros, nas instituições acadêmicas – e existem vários textos clássicos que visam a seu estudo –, passava a ser objeto de uma legitimação muito particular: devia-se filtrar pela refinada tecnologia para atingir o espaço da tela televisiva.

Para três professoras de língua e estudiosas do funcionamento da linguagem, a idéia do canal de televisão representava um desafio com várias arestas. Tratava-se, então, de encontrar uma boa resolução para a série de problemas que o próprio objeto colocava.

Nesse sentido, é preciso lembrar que um programa de língua implica a divulgação de um saber *da língua* que contém um saber *sobre a língua* (conceito de língua, de seu funcionamento, do sujeito da linguagem etc.). E isto, da minha perspectiva,

apresenta um risco. Authier-Revuz (1985) coloca que existe uma série de textos que podem caracterizar-se como pertencentes ao “discurso da divulgação científica”. A configuração essencial desta produção está dada pelo fato de apoiar-se no lugar fantasmático de um pensamento que o próprio ato de enunciação apresenta como absoluto e como anterior à palavra. E a própria autora acrescenta que esse pensamento, ao ser submetido ao “ato de comunicação” que essa enunciação supõe, estaria sofrendo uma degradação. Em nosso caso, em que devíamos encarar a transmissão de um saber através de um meio absolutamente novo dentro da nossa experiência docente – a televisão – podia-se cair facilmente nesse lugar de enunciação. Pelo menos, pensávamos que isso seria bem provável. Éramos três professoras que, na década de 1960, tínhamos crescido com a televisão e aos vinte anos assumíamos uma visão crítica em relação a ela. Nossa posição agora tinha sofrido alguma alteração, mas continuava sendo fundamentalmente crítica porque respondia à clássica atitude que atribui à televisão – como diz Eduardo Rinesi (1992) – o poder de uma lógica implacável que incorpora, devora e descompõe tudo.

É preciso reconhecer, então, que na relação que estabelecemos com a televisão estavam presentes, em maior ou menor grau, os receios que produz essa idéia segundo a qual – no dizer de Arlindo Machado (1993, p.9-10) – a proliferação à nossa volta de máquinas cada vez mais potentes, versáteis e “inteligentes” estaria esmagando no homem alguma coisa de sua pureza e colocando em perigo a sua identidade.

Foi necessário tempo para ir pondo as coisas no lugar e para desenvolver um jogo de negociação produtivo.⁶ Mesmo assim, essa relação tensa com a televisão foi um componente de nossa produção e a razão que nutriu nosso principal esforço. Tratava-se de não simplificar nem reduzir o conhecimento, evitando o risco de sermos atraídas por um discurso de divulgação que reduz e achata o saber. Mas também tratava-se de não sacrificar as necessidades e condições específicas da linguagem televisiva. Essas condições, logo no início, nos impunham não fazer uso do quadro, do giz e evitar a figura de um professor que falasse “transmitindo” saber a partir de um lugar absoluto. Isso nos obrigava – e é preciso acrescentar que também nos ajudava – a evitar certos tiques do que se caracterizaria como uma higiene da pedagogia de línguas ou das gramáticas tradicionais: gestos que apagam as indeterminações e ambigüidades e declinam tabelas de flexões alinhadas de modo impecável, colocando os resíduos no espaço marginal das exceções.

A essas condições somava-se a necessidade de cumprir outra que a equipe de produção do canal exigia de maneira implacável: que colocássemos todas as marcas que garantissem o efeito de inteligibilidade. De fato, um dos princípios sobre os quais

⁶ É preciso visualizar e determinar os traços específicos da televisão para trabalhar com ela. Pensemos na transmissão de um jogo de futebol: a televisão ensurdece as vibrações do espectáculo que acontece no estádio (é difícil ouvir o chute na bola) e, controlando a direção do olhar, recorta e produz a ficção de um outro espectáculo. Com relação a isto, a própria TV Cultura tem exibido, recentemente, uma série de propagandas destinadas a tornar visível esse efeito. Elas propagam a diferença entre ir ao cinema e assistir a um filme na televisão, entre ir ao circo e ver uma apresentação circense na TV.

se insistia era o de respeitar o poder de síntese, de clareza e de que “nada ficasse solto”. As frases devem ser breves e diretas, repetia-se. O percurso dos argumentos não deve ser longo. O telespectador, que nem sempre é um aluno que está acompanhando o curso mas uma figura esporádica e curiosa que liga a televisão no meio do programa, não pode ficar perdido.⁷

A exigência de inteligibilidade apresentava-se como o aliado mais direto do perigo de cair num espaço de divulgação do saber da língua como o descrito por Authier-Revuz (1985). Do nosso ponto de vista, o fato de ter que atingir um público amplo, disseminado por um Brasil não menos amplo, não podia redundar numa identificação que reproduzisse uma espécie de “senso comum” sobre a língua ou a linguagem e que diluísse a especificidade da nossa reflexão.

No início, esse receio nos levou a pensar que uma solução poderia ser produzir uma clara delimitação de duas posições de enunciação. Para isso, tínhamos concebido uma apresentadora desdobrada que dialogava consigo mesma. A figura desdobrada tinha uma personalidade bem diferenciada: ia representar a voz de um falante comum de espanhol, com todas as reações e dúvidas que ocorrem no plano do imaginário com relação à própria língua. A apresentadora, da sua parte, ia representar definitivamente o lugar do saber, da voz tranqüilizadora que explica, que resolve, que esclarece, que faz citações dos livros. Mas, como esse projeto supunha um grande investimento de tempo tanto em razão da preparação da apresentadora quanto dos esforços técnicos nas sessões de gravação, ele teve que ser abandonado. Essa e outras razões nos obrigaram a ir dando forma a uma figura mais flexível.

Dadas as características de nossa intervenção no programa, parecia-nos imprescindível evitar a monopolização da voz em mãos de uma *porteña*. Uma via possível era citar fragmentos de hispano-falantes de diversas regiões da América Hispânica, mas não era fácil montar “situações” uma vez que, em virtude da qualidade televisiva, o canal aceitava gravar cenas de uma certa complexidade só com atores. E o fato era que deviam ser atores hispano-falantes que estivessem em São Paulo, o que reduzia consideravelmente o nosso campo de ação. A citação de fragmentos de filmes, que seria uma alternativa possível, tornou-se também um recurso complicado por causa de problemas técnicos ou relativos a direitos autorais.

Por isso, fomos obrigadas a fazer com que o lugar de enunciação da apresentadora fosse ganhando outras dimensões. Assim, fragmentos de outros discursos sob a forma do discurso direto livre e do indireto e indireto livre apareciam na sua fala. Esta, num ato de antecipação, também adivinhava o pensamento do telespectador e carregava diferentes “tons”, convocando ou evocando a pluralidade de vozes e sentidos que ocorrem no espaço de produção do espanhol *rioplatense*. Além disso,

7 Os cursos de línguas têm um público específico. Apesar de a TV Cultura não o ter estudado a fundo, tem obtido algumas pistas sobre ele através das diversas formas em que se manifesta. Embora se trate de um público específico, continua sendo um público com os hábitos da televisão comercial, acostumado com a fragmentação e com a interrupção constantes. A isso acrescenta-se o problema da escolaridade – e no Brasil não é um problema menor – que deve ser levado em conta na hora da produção da linguagem televisiva.

incorporava vozes de outros hispano-falantes contando, narrando ou comentando as várias expressões utilizadas nos diversos países e regiões. Citava também fragmentos de textos jornalísticos e de propagandas, ditados e expressões de outros lugares. Para isso, a apresentadora tornou-se uma cantora circunstancial de fragmentos de músicas, uma narradora de anedotas, de lembranças e, em alguns casos, personagem de determinadas situações. Por outro lado, o fato de que sempre tratássemos de evitar os nomes da gramática e de que não utilizássemos sua metalinguagem desenvolveu uma outra faceta nesse espaço de enunciação: a apresentadora, ou antecipando o telespectador ou citando o falante comum, comentava o funcionamento da língua (as dificuldades, a falta de lógica, os “porque sim”) e introduzia *el sol*, uma personagem que criamos para “trazer luz” sobre algumas regiões da língua e tentar certas sistematizações.

Transferíamos, assim, a figura do ator que um professor desenvolve numa sala de aula para outro cenário: aquele que é objeto das câmeras de televisão. Isso permitia operar uma transformação. Acentuávamos os matizes e desdobramentos dessa figura, tornando-os mais visíveis e, com frequência, mais audazes. Em alguns casos, até fazíamos com que eles assumissem traços caricaturais.

Não foi fácil incorporar essa figura, mas, sem dúvida, ela foi um achado, pois se transformou numa espécie de suporte que permitia a circulação de um bem muito prezado: a heterogeneidade da língua.

Para encerrar este glossário de inconvenientes e soluções, de dúvidas e achados, gostaria de expor qual era a posição fundamental que regulava o cumprimento da condição de inteligibilidade que, como já disse, era dada como pré-requisito. Mas não sem antes mencionar os riscos e alianças de tal condição.

Com frequência, numa aula de língua a inteligibilidade pode ser reduzida a uma identificação: a de atingir a coincidência entre palavra e coisa, entre palavra e significado, identificação que muitas vezes era reclamada na mesa de discussão dos roteiros. Sabemos que essa relação funciona como uma ilusão no imaginário do sujeito da linguagem e que a aula de língua estrangeira, muitas vezes, precisa mantê-la, garantindo-a. E também sabemos que essa ilusão, com frequência, chega a se tornar uma obsessão por parte do aluno. Daí os nossos receios.

Ao mesmo tempo, o próprio objeto – como já tinha antecipado o diretor geral – nos impunha outra condição: não se tratava de “ensinar” as variantes hispano-americanas, mas de “fazer uma amostragem dessas variantes” e, inclusive, para sermos mais precisos, de “fazer um comentário sobre a língua”.

Estas duas condições nos obrigaram a não nos deixar vencer pela tendência a satisfazer um “desejo panóptico” que tentasse dar conta de tudo e a enfrentar essa figura demoníaca que é a imagem da variação. Figura que poderíamos definir como bifronte (afinal de contas, acho que esse é um atributo essencial do demoníaco), pois olha simultaneamente em duas direções: por um lado, em direção à tragédia babélica da desintegração da língua, perante a qual os homens reagem com o horror da conjura e, por outro, sob o efeito da sedução, em direção à acumulação incessante de objetos

lingüísticos. Esta sedução, em geral, expressa-se através da pergunta arquetípica que abre uma seqüência insaciável: como se diz aqui?, como se diz lá? O efeito é que a língua fica reduzida a um estoque de termos avulsos que se manipulam como se fossem curiosidades que merecem ser colecionadas.

Dessa perspectiva, no campo da pedagogia da língua espanhola, há quem proclame ou simplesmente afirme a necessidade de tomar como ponto de partida o que chamam “espanhol de Espanha” – efeito da perspectiva do que se oferece como evidente ou lógico. Argumentam que este constitui a base que garante o aprendizado “do espanhol” à qual há, simplesmente, que acrescentar informações gramaticais sobre as variações do “espanhol de América”. Claro que isso ocorre, no melhor dos casos, porque na maioria das vezes, sob o efeito do preconceito lingüístico de uma variante referencial comum aos diferentes sinônimos, o que se acrescenta é uma série de listas de palavras “que nomeiam o mesmo objeto” nos diferentes países ou regiões da América.

Essas posições respondem a um imaginário de língua que Françoise Gadet (1981) define com agudeza. De seu ponto de vista, fazer da oposição palavra/frase uma oposição real, como se se tratasse de dois modos de ser da língua, conduz à configuração seja de um fantasma lexical seja de um fantasma de sintaxe imaginária. Segundo esta divisão, a liberdade e a criatividade estão na palavra e a sintaxe, em compensação, é vista como uma barreira. Dentro de nossa reflexão, esta divisão nos ajuda a visualizar que, no fundo, é esta a visão que se mantém quando alguns pensam na variação do espanhol: a sintaxe é o que menos se presta à fragmentação enquanto o léxico ou as expressões constituem o curioso, o recheio, aquilo que é intercambiável.⁸

Até aqui temos feito alguns rodeios e traçado várias vias de acesso para cercar um fantasma que não nos temia mas que, muito pelo contrário, nos aguardava para nos enfrentar. Sabíamos muito bem que “a variação” (as variantes do “espanhol falado na América”) se apresentava como a atração da nossa intervenção no programa e, de fato, era o que, poucas semanas após, prometiam as chamadinhas que o anunciavam. Nossa preocupação, portanto, não era vã nem exagerada. Sobretudo porque essa espécie de efeito de homogeneização que atribuíamos para a televisão podia aliar-se seja com o velho conceito da língua como uma nomenclatura,⁹ seja com o conceito que vê a linguagem a partir da relação referencial. Esses conceitos em alguns casos supõem uma transferência de certas visões da língua que respondem ao que se denomina “senso comum” e contêm o perigo de restringir o sentido, reduzindo os elementos da língua à lógica identificatória do vínculo nomenclador ou referencial. Este vínculo – parafraseando a feliz formulação de Michel Pêcheux (1981) – faz que

8 Considero que um modo de lidar com “a variação do espanhol” consiste em evitar um “espanhol neutro”. Para isto, torna-se preciso procurar uma “coerência tonal” (de pronúncia, léxico e sintaxe) para o espanhol falado e escrito de cada aluno e, ao mesmo tempo, desenvolver nele uma certa sensibilidade para a interpretação “dos outros espanhóis”.

9 Como a “lista de termos que correspondem a idéias preexistentes”, conceito que Saussure discute no *Curso de Lingüística Geral*.

nos tornemos surdos diante da voz da língua e cegos diante de sua história. O resultado já foi antecipado: um longo rosário de equivalências lexicais ou um inventário de informações – quando não de curiosidades – sobre “realidades” ou sobre “culturas”.

Como evitar, então, que o programa ficasse reduzido a transmitir um catálogo de formas lexicais que produzissem o efeito da tranquilidade através do armazenamento de sinônimos de uma língua “falada por trezentos e dezoito milhões de pessoas”? Como lidar com essa ilusão que poderia atender à expectativa válida e não condenável dos curiosos da língua, sem satisfazê-la apenas através de um inventário que considerávamos inútil? Qual poderia ser uma via de acesso às várias línguas faladas numa extensão tão vasta que possibilitasse o acesso à língua e à cultura? Estes dois termos com frequência são citados apelando à necessidade de reuni-los, de conciliá-los. Com frequência ouvimos os professores de língua dizerem: “A gente deveria dar um pouco de cultura, um panorama cultural.” O que acontece nestes casos é que a cultura se identifica ou com os monumentos de uma civilização ou com o estranho, com o diferente – efeito de um olhar curioso, às vezes, intervencionista. No entanto, segundo a visão de língua que impregnava nosso trabalho, eles mantêm uma *relação íntima* e não respondem, portanto, a uma divisão que deva ser reparada.¹⁰ Tratava-se, em parte, para evitar o rótulo que nega a história, de quebrar a imagem de um objeto do qual partem várias flechas em direção aos nomes que esse mesmo objeto recebe em cada lugar, região ou país. Em síntese, todas essas colocações tinham como base comum um temor: o que despertava a consciência de que assumir a variação não deveria equivaler a aceitar a tarefa de descrever a língua como uma realidade física, dispersa no espaço da geografia e tampouco aceitar que tal descrição fosse temperada às vezes com comentários provenientes do espaço social, na versão reduzida de certas visões sociológicas.¹¹

Cabe acrescentar que a experiência de assistir aos primeiros programas, já produzidos e gravados pela TV Cultura, foi reveladora e contribuiu para acelerar nosso trabalho: fez com que enxergássemos que tudo no vídeo ganhava importância, que toda expressão “se tornava maior”, que contávamos com um aliado excelente para o que queríamos. A câmera podia individualizar e não passar por cima de cada fato transformando-o num puro dado. A câmera podia – aproveitando uma reflexão instigante de Nelson Brissac Peixoto¹² – acolher a história de cada fato com pudor, sem atropelá-la, acompanhando um olhar reflexivo sem por isso aborrecer.

10 Para ter acesso a uma cultura é preciso ter acesso a sua língua, por isso, dizia Sylvain Auroux, o Ocidente demorou tanto para conhecer a cultura chinesa: não conhecia sua língua. (O exemplo foi dado no curso que Auroux ofereceu como professor convidado no Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, em 1992.)

11 Refiro-me neste ponto às colocações de Françoise Gadet & Michel Pêcheux (1977).

12 Refiro-me às reflexões feitas por Brissac no programa “A Ética das Aparências” da série “Ética”, transmitida pela TV Cultura em março de 94.

Mas já está na hora de deixar de inventariar interrogações e receios, achados e surpresas, e de passar a expor os conceitos teóricos que considero norteadores do nosso trabalho.

Capítulo 2: A metáfora

*Un tercer tigre buscaremos. Éste
Será como los otros una forma
De mi sueño, un sistema de palabras
Humanas y no el tigre vertebrado
Que, más allá de las mitologías,
Pisa la tierra. ...*

Jorge Luis Borges

Em *La langue introuvable*, Gadet & Pêcheux (1981) chegam a formular uma definição reveladora. A metáfora, dizem, *não se concebe como um desvio*, mas como lugar específico da constituição de sentido, como *efeito sintático situado no ponto onde o intradiscurso* – o fio, a horizontalidade do discurso – *coincide com o interdiscurso* – o tudo complexo do já dito numa “formação social”.¹³

Considero que esta definição consegue atingir a formulação da qual precisamos para desatar o nó central do processo de aquisição de uma língua estrangeira. Para isso, tentaremos esmiuçá-la.

O fato de que se afirme que a metáfora não se concebe como desvio – conceito que corresponde a sua definição tradicional como figura – não deixa de provocar um vazio. Não há mais sentidos desviados ... Então, nos perguntamos, como detectar daqui em diante a metáfora? Um texto prévio de Pêcheux vai-nos permitir examinar o efeito radical dessa afirmação:

o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição *por* outra palavra, outra expressão ou proposição; e esse relacionamento, essa superposição, essa transferência (*meta-pho-ra*), pela qual elementos significantes passam a se confrontar, de modo que “se revestem de um sentido”, não poderia ser determinada por propriedades da língua ...; isso seria justamente admitir que os elementos significantes já estão, enquanto tais, dotados de sentido, que têm primeiramente *sentido* ou *sentidos*, antes de ter *um* sentido. (1988, p.263)

A afirmação que acabamos de citar avança por outro caminho, mas na mesma direção. A sensação de vazio que sentíamos se exacerba e caímos, dessa vez, numa espécie de *mise-en-abîme*. Se antes era possível deduzir provisoriamente que não há

¹³ Para o conceito de “interdiscurso”, ver Pêcheux (1988).

desvios, não há sentidos figurados, agora somos testemunhas da afirmação rotunda de que também não há sentidos retos ou sentidos literais.

Nossa perturbação se deve, nada mais nada menos, à instabilidade que provoca a idéia de não poder chegar a um lugar onde o mecanismo metafórico tenha fim e os limites da literalidade ou da referencialidade operem como o fundo, o leito de um rio. E isto responde a um ponto impossível, irremediável, constitutivo da produção de sentidos em nossa "formação social", ponto que a conjectura reveladora do eu poético dos versos citados na epígrafe consegue reconhecer. Em *El otro tigre* (Borges, 1989) – assim se chama o poema – depois de suas reiteradas tentativas de busca, o eu poético afirma que um terceiro tigre tampouco chegará a ser a jóia aziaga: o tigre vertebrado, de sangue quente, que pisa a terra. Sempre será, como diz o próprio poema, um tigre de símbolos e sombras, uma série de tropos literários e de memórias da enciclopédia.

*... Bien lo sé, pero algo
Me impone esta aventura indefinida,
Insensata y antigua, y persevero
En buscar por el tiempo de la tarde
El otro tigre, el que no está en el verso.*

Voltemos agora para a primeira parte da formulação de Gadet & Pêcheux: a metáfora não se concebe já como simples desvio, mas como lugar específico da constituição do sentido. O caráter pletórico desta afirmação nos permite retomar o fôlego e iniciar um deslocamento em relação à concepção do funcionamento da linguagem que deixa em suspenso o modo habitual de reconhecer a metáfora. Segundo este modo, a metáfora – como diz Severo Sarduy (1969) ao se referir à poesia de Góngora – corresponde a essa zona em que a textura da linguagem se espessa, a esse relevo que devolve para o restante da frase a sua simplicidade ou sua inocência. A metáfora, acrescenta, como levadura – reverso da superfície contínua do discurso – obriga ao que a rodeia a permanecer na sua pureza denotativa.

Ora, com a afirmação de Gadet & Pêcheux, ela deixa de se referir exclusivamente a esse modo de reconhecimento, para iluminar e tornar visível o mecanismo metafórico que irrevogavelmente está presente em toda a linguagem. A metáfora, assim, perde sua visibilidade ou, pelo menos, um certo tipo de visibilidade. Em compensação, todo o discurso recupera seu corpo pois a transparência, sob a forma de literalidade, é colocada como efeito e não como propriedade da língua. Este efeito não nos devolve a tranqüilidade como sujeitos da linguagem, mas nos traslada definitivamente a outro lugar como estudiosos de seu funcionamento. O gesto epistemológico nos permite reformular nosso ponto crítico ao pôr em *sursis* o efeito da transparência e devolver para a linguagem sua opacidade: a rede de relações materiais, históricas que é a produção de sentido.

Para continuar avançando, é preciso examinar agora a segunda parte da afirmação de Gadet & Pêcheux que nos orienta: a metáfora se concebe como um

efeito sintático localizado no ponto onde o intradiscurso coincide com o interdiscurso. Com ela, podemos dizer que atingimos o grau máximo da ampliação do conceito de metáfora que consideramos. Assim, deixamos definitivamente o espaço em que a metáfora é considerada um objeto privilegiado que o gesto atento da leitura se dispõe a interpretar, como se a função da interpretação fosse uma tarefa anômala e esporádica. Nesse espaço o homem é considerado como origem da produção da metáfora, pois nele, aproveitando a síntese de Borges (1992), esta se define como uma identificação voluntária de dois ou mais conceitos distintos, com a finalidade de comover. Passamos, assim, para o espaço em que se afirma que a fonte, a origem dessa produção está no funcionamento da língua. Vamos ver por quê.

Eduardo Guimarães (1993, p.28-9), tratando de recuperar e redefinir os conceitos de Benveniste (1991), diz que no ato de enunciação não se trata de um locutor pondo a língua em funcionamento pelo fato de se apropriar dela. E acrescenta:

A língua funciona na medida em que um indivíduo ocupa uma posição de sujeito no discurso e isto, por si só, põe a língua em funcionamento, por afetá-la pelo interdiscurso.

O próprio Guimarães define o interdiscurso como a relação de um discurso com outros discursos. E a metáfora, ponto de condensação do sentido, se dá no fio do discurso; mais precisamente, lembrando da citação de Gadet & Pêcheux, se dá por um efeito sintático no ponto em que o intradiscurso coincide com o interdiscurso. Mas ...

Vamos por partes

Se no espaço da língua materna o que faz com que o falante se sinta origem e dono de seu dizer é a ilusão de que seu *pensamento* se refere ao mundo e de que a *linguagem*, ao reproduzir – quase calcar – o fio do pensamento, consegue expressar esse *mundo*, podemos colocar que isto se deve ao fato de que o funcionamento da língua se apóia no interdiscurso. É uma série de autorizações exercidas a partir de uma determinada região deste que produz o efeito de transparência. A partir desta afirmação, podemos visualizar melhor que acontece no processo de aquisição ou aprendizado de uma língua estrangeira e afirmar que essa ilusão sofre uma quebra quando o sujeito entra nesse processo. O que se quebra é o efeito que permite o livre trânsito pela tríade pensamento-linguagem-mundo: o efeito de transparência.¹⁴ Poderíamos dizer que isto se deve, fundamentalmente, ao fato de que o sujeito, capturado por uma posição de saber, que é o saber da língua materna, fica descentrado como efeito do funcionamento da materialidade da língua que não sabe e que se apóia em outro interdiscurso. No contato, na fricção entre estas posições, a de saber e a de não

¹⁴ Talvez a representação mais direta do que colocamos seja o conselho tão freqüente que alguns professores dão para seus alunos: para falar ou escrever, tentem pensar na outra língua.

saber, o sujeito fica quase à mercê da materialidade da língua segunda. Acredito que esta relação é fundadora e constitutiva do processo que tentamos compreender.¹⁵

Ora, para fazer visível este processo, necessitamos recorrer a uma rede de relações que esteja fora do imaginário do sujeito falante, rede que já antecipamos e que tentaremos aprofundar.

O conceito de interdiscurso coloca a questão de uma nova relação, a relação entre *pensamento* e *interdiscurso*. Neste sentido, Pêcheux (1988, p.260 ss.) retoma as reflexões de Freud sobre o processo de elaboração onírica e chega a afirmar que o pensamento só existe sob a forma de regiões disjuntas. Trata-se de representações a respeito das quais o sujeito não atua como causa; pelo contrário, instala-se nelas sentindo-se “aprisionado”, identificado com a completa estranheza de uma evidência familiar. Esta definição coloca em xeque a evidência da linearidade discursiva do pensamento segundo a qual o fio da fala calca ou reproduz o fio das idéias e permite que Pêcheux chegue a dizer que o pensamento é determinado em suas formas e conteúdos pelo impensado: a determinação está dada pelo interdiscurso, o que implica que se possa afirmar que há uma determinação histórico-material da não-conexidade do pensamento.

Tem-se operado uma modificação essencial, pois não se trata já da relação pensamento-mundo que se colocava dentro da tríade pensamento-linguagem-mundo. E, dentro da nova constelação, de acordo com a definição citada de Guimarães, a *língua* também trava uma nova relação: mediante o ato-de enunciação, ela também entra numa relação necessária com o *interdiscurso*.

Esta rede de relações que tentamos fazer visíveis desloca a ilusão de exterioridade que decorre da tríade pensamento-linguagem-mundo e expõe que o efeito de exterioridade está dado pela relação (de adequação, poderíamos dizer, de co-referência) de todo discurso com o interdiscurso, de modo que este é simulado no intradiscurso. (Pêcheux, 1988, p.167)

Ora, é justamente no interior desta relação de determinação que se dá entre interdiscurso e intradiscurso que se produzem os processos metonímicos que permitem a *identificação* do sujeito através da produção metafórica, na qual o sentido se organiza, se condensa e, até poderíamos dizer, reina. Na força dessa produção o sujeito é quase capturado.¹⁶

A metáfora, que Jacques Lacan coloca nos *Escritos* como uma função do significante (e cujo processo se dá junto com o da outra função: a metonímia), poderia ser definida, então, como o ponto – e não necessariamente como uma palavra ou como uma parte da frase ou como uma frase – no qual o sujeito se identifica e o sentido

15 A necessidade de estudar o efeito da língua sobre o sujeito, ou melhor, o sujeito como efeito da língua (uma língua que, por causa desse mesmo efeito, é exterior ao sujeito), foi colocada por Claudia Lemos na mesa-redonda coordenada e organizada por Eni Orlandi sob o nome “Língua e Exterioridade na Análise do Discurso”, no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, em 8 de julho de 1994.

16 Lembro que, a partir das definições de Jacques Lacan (1985, p.249) que começaremos a revisar, a metáfora, fundamentalmente, tem a ver com a identificação (e já não mais com a comparação).

reina. Com a exclusiva finalidade de aproximar-nos de um modo mais familiar desta redefinição de metáfora, retomo os comentários ilustrativos que o próprio Lacan (1985, p.248) faz quando se refere aos sujeitos afetados pelo que Jakobson chamaria de "distúrbios da similaridade":¹⁷

Eu me detive numa série desses textos que se repetem, e que seria fastidioso lhes expor aqui em sua totalidade. Algo me surpreendeu – mesmo quando as frases podem ter um sentido, nunca se encontra nada que se pareça a uma metáfora.

E, em seguida, acrescenta que estes sujeitos deslizam por uma articulação sintática que fica girando em torno do que querem dizer; por isso, o que cativa nestes casos – afirma – é a permanência da intencionalidade do sujeito apesar dessa impotência verbal localizada.

A partir desta revisão, podemos voltar para o nosso espaço e concluir que conhecer e adquirir uma língua não é entrar em contato com "coisas a saber" que estão prontas e a nossa disposição. Seu conhecimento, sua aquisição não supõem um simples trânsito mecânico. Exigem, sim, por parte do sujeito, um processo de deslocamento que lhe permita configurar *um lugar de saber*: o do deslizamento metonímico que possibilite a produção da metáfora na outra língua. Mas, para captar o alcance do que colocamos, deveríamos retomar uma relação que já estabelecemos: a relação *língua e interdiscurso*.

No ato de enunciação, a língua, ao ser colocada em funcionamento a partir de uma posição de sujeito, fato que, por si, determina o contato com o interdiscurso, funciona como o que Gadet & Pêcheux (1983, p.30) definem – retomando afirmações de Jean-Claude Milner – como o *real da língua*:

toda língua contém uma partição (representada pela distinção entre o correto e o incorreto) que se sustenta pela existência de um impossível, inscrito na ordem própria da língua. (A tradução é minha.)

Sintetizando: na língua, nem tudo pode ser dito. Ora, Pêcheux (1988) atribui um caráter relativo à independência da base lingüística nos processos discursivos, caráter que surge com clareza quando visualizamos, por meio da enunciação, a entrada em contato da língua com uma determinada região do interdiscurso, pois é a partir desta última – como já antecipamos – que se opera, se exerce uma série de autorizações com relação ao que pode e ao que não pode ser dito. É neste ponto em que o real da história e o real da língua se tocam dentro do que pode ser caracterizado como uma relação inextricável.

Isto possibilita conceitualizar o efeito de heterogeneidade lingüística e cultural, o efeito de não-coincidência, de falta de encaixe: a fricção que se dá entre duas línguas

¹⁷ Estou me referindo aos "distúrbios da similaridade" que Jakobson detecta em determinado tipo de afásicos e que se deveriam a transtornos que afetam o pólo metafórico do funcionamento da linguagem. (Cf. Jakobson, 1975).

ou – ousou dizer – no plano da variação constitutiva, dentro de uma mesma língua. É no espaço do interdiscurso – suporte da produção de sentido numa sociedade, suporte do funcionamento da língua – que encontramos a razão da não-coincidência, que achamos a comunhão entre língua e cultura.¹⁸

Retomando, e para concluir, devemos dizer que estamos colocando o sujeito da aquisição de uma língua estrangeira como *um sujeito da ordem do real da língua*. Isto é, como um sujeito-efeito da posição de “não saber a língua” – posição que está determinada pelo “saber da língua materna” – que fica à mercê da sua materialidade. Na trama deste jogo vai-se configurando uma posição discursiva (ou posições discursivas) e isto implica, necessariamente, o funcionamento de uma determinada relação com o interdiscurso, ou melhor, a entrada em relação com redes de filiações históricas. No processo de configuração dessa posição, que supõe a *construção de um espaço de saber, um espaço de interpretação, um espaço de identificação*, o sujeito se submete à ordem do que pode e do que não pode ser dito; submete-se à ordem do “dizível”, que é como Orlandi (1992, p.20) define o interdiscurso num de seus textos.

Apenas a título de exemplo ilustrativo, gostaria de citar um caso. É freqüente os alunos de espanhol me dizerem algo assim:

– Fui a ver “Morango e chocolate”, la película cubana. ¿Tú viste?

Imediatamente, diante da estranheza que me produz uma espécie de vazio referencial, minha tendência é corrigir:

– “¿La viste?” em vez de “¿Tú viste?”.

“¿Tú viste?” é uma transposição direta do português e não uma produção em espanhol, transposição na qual aparecem as marcas pronominais que determinam uma relação referencial determinada – e, acrescento, que provocam um efeito de transparência –, relação que em espanhol se configura mediante marcas linguísticas determinadas. Percebe-se claramente que é o funcionamento da materialidade da língua – apoiando-se para isso no interdiscurso – o que provoca o efeito de transparência, neste caso a referencialidade que sustenta a inteligibilidade do discurso.

Acredito, portanto, que a sistematicidade, a ordem de regularidades do funcionamento da língua, responde a uma determinada produção do sentido cujos pontos de adequação estão na culminação dos processos metafóricos que permitem a produção da metáfora. Processos que se apóiam numa outra culminação: a dos processos metonímicos.¹⁹

Para compreender esta observação, retomemos parte da afirmação de Pêcheux que citamos há pouco: o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora, que se realizam através de efeitos de substituição, de paráfrase, de formação de sinônimos.

18 Desta perspectiva conseguimos deixar de ver a cultura como conteúdo de um discurso e também como um patrimônio com cheiro exótico da terra ou do folclore, cuja pureza constitui um valor que devemos preservar.

19 Faço esta afirmação me apoiando na conclusão iluminadora que Claudia Lemos tirou, a partir da leitura do próprio texto de Jakobson, na mesa-redonda a que fiz referência.

Como professores de língua, e apoiando-nos nesta formulação, podemos determinar um dos sintomas que nos permitem reconhecer a produção de saber por parte do sujeito de aquisição de uma língua estrangeira. Ele aparece quando o sujeito vai ocupando posições discursivas a partir das quais lhe é possível a produção de substituições, de famílias sinonímicas ou parafrásticas que faça surgir o jato da identificação metafórica. É preciso dizer que esta produção não supõe uma deriva indeterminada, supõe o universo das substituições que são possíveis a respeito dessa posição discursiva. Isto nos permite deduzir que as relações parafrásticas, sinonímicas, de substituição – que o locutor em situação concebe como várias formas que correspondem a um mesmo sentido – respondem, na verdade, à construção do espaço de saber do qual falamos.²⁰ E nos permite também concluir que, a partir da materialidade das diversas práticas discursivas, o sujeito da aquisição deveria ser colocado como um suporte da circulação por diversas posições de sujeito. Ora, deve ficar claro que colocar essa capacidade de circulação e esse lugar de culminação metafórica não implica a instalação de um ideal que deva ser atingido. Implica a explicitação do que está em jogo no processo que tentamos compreender.²¹

E, para ilustrar de outro ponto de vista o que estamos expondo, poderíamos afirmar que o que caracteriza esse saber do sujeito da língua é o fato de implicar também a produção do chiste lingüístico. O chiste lingüístico, que com frequência indica que “algum saber lingüístico fica violado” (Gadet & Pêcheux, 1983, p.164), não é um espaço de fácil acesso para o sujeito da aquisição de uma língua estrangeira.

É legítimo, neste ponto, colocar-nos a última questão: que contribuições nos trouxe para a produção de nossos textos básicos pensar a partir desta perspectiva?

Terceiro e último capítulo: O mapa não é o território

Se tivéssemos que representar o acesso a uma língua – e é preciso dizer que nunca temos acesso a uma língua como um todo –, uma forma possível de fazê-lo seria pensar nas diferentes vias de acesso a uma biblioteca: os fichários por autor, por título, os índices alfabéticos, as indicações fixadas nas estantes e, finalmente, os códigos que identificam cada livro. Mas também posso estabelecer contato com ela mediante um conhecimento que poderíamos chamar de “contingente”; sim, pelos caminhos contingentes que me levam ou me levaram a buscar cada livro, atendendo a outras seqüências de relações, através das quais também posso entrar em contato com esse saber ou com determinadas áreas dele.

Cada uma destas modalidades de acesso traça horizontes de sentido nessa vastidão infinita que resiste à classificação e que resiste, ao desbordá-las, às diferentes entradas que os arquivos legitimam. E, na alegoria que ousa sustentar, a primeira

²⁰ Para um estudo em detalhe da paráfrase, cf. Serrani (1993).

²¹ A configuração do saber do qual falamos ultrapassa o que tradicionalmente tem sido concebido através dos conceitos de saber metalingüístico e saber epilingüístico.

dessas modalidades ilustraria, fundamentalmente, as transposições geométricas que as gramáticas põem à nossa disposição para organizar certas distinções numa língua e a distribuição de significações que administram os dicionários. As vias de acesso contingente, de sua parte, ilustram os pontos de identificação que implicam um contato inconsciente com os pontos inconscientes de uma língua.²²

Sabemos que correntemente não nos encontramos com o vínculo da univocidade lógica que pretendem muitas das descrições gramaticais ou de certas linhas semânticas ou, ainda, de algumas práticas com uma visão pragmática. Essa relação se estabelece, em geral, entre os conceitos que essas práticas formulam e os segmentos que esses conceitos tentam nomear e descrever. Deve-se pensar, por exemplo, na classificação dos modos verbais da gramática tradicional nos sentidos que esta tem tentado atribuir-lhes: o indicativo é o modo da realidade, o subjuntivo é o modo do subjetivo ou da irrealidade etc.

E não se trata aqui de colocar uma impossibilidade só pelo fato de fazê-lo, mas de imprimir-lhe uma forma conceitual à complexidade com a qual, irremediavelmente, nos deparamos no desenvolvimento do processo da aquisição de uma língua estrangeira. Sabemos – e como – que os sintomas desta complexidade (os pontos impossíveis de uma língua, o que não pode ser explicado, o que é assim porque é) não podem se transformar num resíduo desprezível. Eles constituem, no fim, os vieses de um saber que não se presta à simples transmissão e cuja pressão está presente nas preocupações dos professores, em suas declarações de intenções, na busca de métodos. E, claro, também estão nas do aluno.

Na elaboração dos textos básicos para o programa de espanhol que aqui tratamos, nos empenhamos o tempo todo em reunir as duas modalidades às quais temos nos referido. Para isso, depois de todo o exposto, nossa aliada foi a metáfora, concebida na origem da produção do sentido.

A decisão de que a língua do programa fosse o espanhol nos obrigou a enfrentar uma tarefa fundamental: a produção parafrástica e sinonímica constante unida a um gesto também constante que interferisse no processo de uma associação ou de uma acumulação desordenada que concebesse os termos indiferenciadamente, como se fossem intercambiáveis. Deste modo, tornávamos evidente e levávamos para um extremo a condição de toda paráfrase, de toda substituição e até de toda tradução, que, no fundo, implica o reconhecimento da perda de um sistema de alusões.

Para fazer conhecer o espanhol dentro do conjunto de condições que nos impunham, a única possibilidade era abrir vias de acesso às diversas sistematicidades que implicam determinadas organizações do sentido. Por este meio, reuníamos o que para nós é indivisível: língua e cultura, díade a que habitualmente, como já disse, se faz referência como dois termos que é preciso não só conciliar mas que também devem ser lembrados.

²² Agradeço a possibilidade de formulação desta alegoria às idéias e às colocações realizadas durante uma conversa com o professor Sylvain Auroux na visita já referida à Unicamp.

Tudo isto era possível porque não procedíamos só por amostragem da diferença da citação de como se diz aqui, lá, identificando palavras ou expressões com uma região ou uma determinada divisão política no mapa. O mapa não era o nosso território. Por isso, para dar um exemplo apenas indicativo, *guagua* como se diz em Havana, *autobús* em Madri, *camión* no México, *bus* em Bogotá, *colectivo* em Buenos Aires não eram sinônimos, pois a heterogeneidade que colocamos não é conteudística; trata-se, portanto, de uma diferença de formas, de materialidades.

Por isso, a produção metafórica, que supõe o funcionamento da língua no discurso, foi a unidade de trabalho que não negava outros níveis de análise: gramaticais, léxicos; muito pelo contrário, continha-os. Era, sobretudo, a pista que nos possibilitava abrir vias de acesso a regiões delimitadas do interdiscurso de uma sociedade ou das várias comunidades e entrever a complexidade, a historicidade da produção de sentido nas diferentes "formações sociais".

Por isso, tentamos sempre partir de pontos bem estratégicos. Para isto, apontávamos o modo de organização e estabilização lógica de certos espaços como resultado de técnicas de administração de um real sempre heterogêneo (a organização dos transportes nas cidades, por exemplo) (cf. Pêcheux, 1990, p.30 ss.); e, ao mesmo tempo, nos servíamos de um contraponto constante, que atravessava a estrutura do programa: a desestabilização ou desconstrução do sentido através da ironia, a paródia, o chiste, os grafites, a citação de certa literatura. Somávamos a isto a tarefa de mostrar e interpretar os espaços que tentam organizar a língua: os dicionários, as academias, as metalinguagens, os comentários sobre a língua que produzem as instituições. Também, acrescentávamos o trabalho de tornar visível a configuração de diferentes práticas discursivas (a do discurso político, a da propaganda, a do discurso cotidiano etc.) nos diferentes espanhóis, mostrando suas especificidades. O conceito de prática discursiva apresentou-se como um modo de operar o recorte de discursos que possibilitasse a "regionalização" do interdiscurso ao qual não temos acesso como um todo: no espaço desses recortes era possível reconhecer as marcas das autorizações exercidas por alguma região determinada do todo já dito e visualizar sua historicidade. Também, sempre que foi possível, evocamos os espaços nos quais se pode captar o efeito da língua estrangeira sobre o sujeito: o comentário, a dúvida, a paralisação, manifestações todas desse sujeito que foi definido como um sujeito que fica "à mercê da materialidade de uma língua que não sabe".

Por essas vias tínhamos acesso aos lugares de condensação do sentido na diversidade inegável e inevitável de uma língua cuja transposição mais surpreendente para o sujeito falante é sua vasta extensão no horizonte da geografia. Desse modo, aos poucos, o processo de produção dos textos básicos para o programa foi transformando a imagem do diabo em cúmplice. Ou, em outros termos, a diversidade que faz os puristas se benzerem e interrompe o poder explicativo da administração de certas linhas gramaticais tornou-se nossa aliada.

Ora, o mais difícil se instalava em outro espaço. Trabalhar com a variação intrínseca, constitutiva da língua espanhola, lidava com a imagem da impossibilidade

de comunicação, o que supunha a quebra de uma garantia que repousa no interior de outra imagem: a da integridade lingüística. Todo falante necessita das duas para respirar e falar. Por esse motivo, enfrentar a imagem persistente de Babel dentro de uma mesma língua foi, sem dúvida, o maior desafio.

CELADA, M. T. A three episode Spanish teaching series in the Brazilian television. *Alfa (São Paulo)*, v.39, p.175-194, 1995.

- **ABSTRACT:** *This paper describes the experience of producing a Spanish as a foreign language teaching TV series, broadcast by the Cultura Channel in São Paulo, Brazil. The major question involved was the adaptation of the Spanish lessons towards the Latin American Spanish speaking viewers. This is followed by a consideration of metaphor as a tool to cope with the great variation characteristic of the language as well as to understand the complexities involved in the acquisition process of a foreign language.*
- **KEYWORDS:** *Teaching and foreign language acquisition; linguistic variation; metaphor; thought; language; interdiscourse.*

Referências bibliográficas

- 1 AUTHIER-REVUZ, J. Dialogisme et vulgarisation scientifique. *Discours*, v.1, p.117-22. 1985.
- 2 BENVENISTE, É. Da subjetividade na linguagem. In: *Problemas de lingüística geral*. Campinas: Pontes, 1991. v.1, p.294-305. (Orig. francês: Paris: Gallimard, 1966).
- 3 BORGES, J. L. El idioma de los argentinos. In: BORGES, J. L., CLEMENTE, J. E. *El lenguaje de Buenos Aires*. Buenos Aires: Emecé, 1973.
- 4 _____. El otro tigre. In: *Obras completas*. Buenos Aires: M. Kodama & Emecé, 1989. v.1, p.824-5.
- 5 _____. Examen de metáforas. *ABC Cultural*, n.47, p.16-9, 25.9.1992.
- 6 GADET, F. Trincer la langue. In: CONEIN, B. et al. *Matérialités discursives*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981.
- 7 GADET, F., PÊCHEUX, M. *La lengua de nunca acabar*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983. p.172. (Orig. francês: *La langue introuvable*, 1981).
- 8 _____. Y a-t-il une voie pour la linguistique hors du logicisme et du sociologisme? *EQUIVALENCES*, v.2-3, p.133-46. 1977.
- 9 GUIMARÃES, E. Independência e morte. In: ORLANDI, E. P. (Org.) *Discurso fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993.
- 10 JAKOBSON, R. Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afásicos. In: *Lingüística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1975. p.34-62. (Orig. francês: *Essais de linguistique générale*. Paris: Minuit, 1963).

- 11 LACAN, J. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: *Escritos*. São Paulo: Perspectiva, 1988. (Orig. francês: *Écrits 1*. Paris: Seuil, 1966).
- 12 _____. *O seminário*. Livro 3. As psicoses. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. (Orig. francês: *Le Séminaire de J. Lacan. Livre III: Les psychoses*. Paris: Seuil, 1981).
- 13 MACHADO, A. *Máquina e imaginário*. O desafio das poéticas tecnológicas. São Paulo: Edusp, 1993.
- 14 ORLANDI, E. *As formas do silêncio*. No movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- 15 PÊCHEUX, M. L'étrange miroir de l'analyse de discours. *LANGAGES*, v.62, p.5-8. 1981.
- 16 _____. *Semântica e discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1988. p.160 ss. (Orig. francês: *Les vérités de la Palice*, 1975).
- 17 _____. *O discurso*. Estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990. (Título em inglês: *Discourse: Structure or Event?* In: NELSON, C., GROSSBERG, L. (Eds.) *Marxism and the interpretation of culture*. Illinois: Illinois University Press, 1988).
- 18 RINESI, E. *Mariano*. Buenos Aires: La Marca, 1992. (Colección Estrellas).
- 19 SARDUY, S. Sobre Góngora: la metáfora al cuadrado. In: *Escrito sobre un cuerpo*. Buenos Aires: Sudamericana, 1969.
- 20 SERRANI, S. *A linguagem na pesquisa sociocultural*. Um estudo da repetição na discursividade. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

O RESGATE DAS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS¹

Cláudia Maria XATARA²

- RESUMO: Uma análise morfossintática e semântico-pragmática das chamadas "expressões idiomáticas" procura mostrar que tais expressões são sistematizáveis e, portanto, não deveriam continuar desconsideradas pelos dicionários comuns, pelas gramáticas e no ensino de línguas.
- PALAVRAS-CHAVE: Idiomatismo; não-composicional; frequência de uso.

Introdução

Muitas vezes o léxico de uma língua não dispõe em seu acervo de unidades lexicais apropriadas para expressar certas nuances de sentimento, emoção, ou sutilezas de pensamento do falante. Por não encontrar no repertório disponível os elementos de que necessita para sua comunicação ou expressão verbal em determinada situação, o falante lança mão de combinações inusitadas, ou seja, originais, buscando um efeito de sentido (vide item 6). Congelando-se e difundindo-se pela comunidade dos falantes, tais combinações originam *expressões idiomáticas* (EI).

As EI estão, portanto, à nossa volta, enraizadas em nosso dia-a-dia. Fazem parte da linguagem comum de registro informal, encontrando-se na modalidade oral ou escrita. Mas por que há ainda um número reduzido de estudos aprofundados sobre elas? Por que muitas das EI não fazem parte dos nossos dicionários? Por que há tão pouco espaço para elas nas gramáticas? Por que, enfim, são tratadas como um problema marginal na pesquisa lingüística ou no ensino/aprendizagem da língua materna e de uma língua estrangeira? Posso arriscar algumas respostas.

¹ Este artigo discute aspectos das EI tratados em minha dissertação de Mestrado (Xatara, 1994).

² Departamento de Letras Modernas – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP.

1 Expressão idiomática e lingüística

O primeiro paradigma científico da lingüística remonta à lingüística histórica e comparativa de H. Paul, K. Brugman, H. Osthoff etc.; no século XIX. O segundo emerge com Saussure e se impõe com o círculo lingüístico de Praga, tendo ainda uma vertente com os estruturalistas americanos. Um terceiro paradigma encontra-se na teoria gerativo-transformacional de Chomsky. Contudo, de modo geral, pode-se dizer que tendo a língua (*langue*) permanecido por muito tempo o objeto da lingüística, os idiomatismos foram automaticamente excluídos por pertencerem, *a priori*, à fala (*parole*). Por muito tempo a semântica e a pragmática foram marginalizadas, ciências essas imprescindíveis para o estudo das EI. Entretanto, alguns lingüistas pioneiros ocuparam-se desse assunto quando as pesquisas sintáticas imperavam soberanas, e ainda mais quando a sintaxe começa a perder espaço.

Harris, em 1954, já não trata as EI como um problema marginal do ponto de vista da estrutura da frase. Em sua teoria distribucional e transformacional, caracteriza-as como operadores e reduções.

Biderman (1978) refere-se às EI quando discute a complexa questão da segmentação das unidades léxicas no discurso, chegando a defini-las:

idiomatismos são combinatórias de lexemas que o uso consagrou numa determinada seqüência e cujo significado não é a somatória das suas partes. (p.133)

Chafe (1979) considera idiomatismos as estruturas que representam combinações de morfemas sem que esses, por si sós, constituam unidades semânticas, mas cujo conjunto constitui uma nova unidade semântica da língua em questão.

Danlos (1981) revela o grande número de construções idiomáticas ao lado das construções livres. Gross dedicou ao menos uma década de estudos às expressões *figées*, dentre os quais gostaria de ressaltar suas pesquisas de 1982, em que ele, na linha de Harris, afirma que as expressões cristalizadas não são excepcionais nem por sua sintaxe, nem em relação ao léxico. Ainda Gross, em 1988, propõe analisar essas expressões a partir da léxico-gramática com o registro de 30 mil frases cristalizadas (em comparação com apenas 12 mil frases livres), ou seja, a partir de uma correspondência entre elementos lexicais compostos por regras de gramática e de elementos de sentido com características relativamente gerais.

Fillmore, Kay e O'Connor (1988) são lingüistas que também conferem aos idiomatismos uma produtiva regularidade estrutural, acreditando dever cair por terra a tese da excepcionalidade e irregularidade que sempre lhes foi atribuída.

2 Expressão idiomática e seu tratamento lexicográfico

Quanto aos dicionários de língua, a lexicografia ainda não pode se servir de estudos e levantamentos de EI, pois esses ou não foram realizados ou foram realizados

de modo ocasional e incompleto, sobretudo no que tange à língua portuguesa. E também, sobretudo em nossa língua, a lexicografia tem sido praticada, salvo exceções, por diletantes e/ou por encomenda comercial de editoras, resultando numa generalizada incompletude e inadequação do tratamento das unidades lexicais, máxime daquelas de natureza mais complexa como é o caso das EI. Dentre essas exceções, contudo, merecem destaque o *Dicionário Gramatical de Verbos* (Borba, 1991) e os trabalhos da lexicógrafa Biderman.

As EI apresentam uma grande fixidez por definição, própria às unidades lexicalizadas que aparecem, então, como tendo uma existência própria como parte do léxico e, como associações constantes, elas traduzem um hábito verbal. Há, portanto, dois estágios por que passam as EI: 1) o processo de cristalização que as torna estáveis em significação; e 2) a frequência de seu emprego. Assim, num nível mais abstrato da linguagem, consoma-se o processo de lexicalização, categorizando-as para integrarem a nomenclatura de um dicionário da língua.

Os dicionaristas parecem, no entanto, esbarrar na questão das lexias complexas, as quais, não se determinando como entradas separadas, segundo Pottier (apud Loffler & Lobato, 1979), comporiam outros verbetes. As EI são grupos de lexias indecomponíveis, salvo numa perspectiva etimológica ou histórica. Em sincronia, pela análise distribucional ou funcional, tais grupos formam uma unidade lexical (unidade à qual corresponde um só significado). Deveriam, portanto, constituir entradas específicas nos dicionários, o que, infelizmente, não ocorre.

Por outro lado, há outro inconveniente para se localizar num dicionário uma EI: qual o critério seguro e único para distinguir um termo de uma expressão e não outro como palavra-chave, e então, no verbeito referente a esse termo, encontrar tal idiomatismo? A escolha da palavra-chave deve depender do tipo do dicionário (em sua maioria, na versão uni ou bilíngüe, são alfabéticos, semasiológicos, não-analógicos e não-nocionais) e do seu objetivo (compreensão do desconhecido ou procura da expressão mais apropriada). Não há dúvida, porém, de que se o usuário encontrasse as lexias complexas como entradas, a consulta seria realmente eficaz.

Biderman (1978) critica a prática lexicográfica de inserir as EI na entrada do primeiro verbo ou substantivo que as compõem, sugerindo uma entrada individualizada para facilitar a localização da informação. Considera, entretanto, que tal procedimento resultaria num aumento significativo do *index verborum*.

Além disso, o dicionário de língua privilegia uma norma lexical, um uso do léxico dentre todas as possibilidades de uso pela comunidade lingüística (a inclusão de outros usos representa geralmente a boa vontade dos lexicógrafos). Ademais, os trabalhos lexicográficos não estão suficientemente amparados por estudos lexicológicos.

Não são, portanto, significativamente numerosas as EI registradas no *Novo dicionário da língua portuguesa* (o conhecido *Aurélio*), em se tratando do português, nem no *Petit Robert*, ou no *Petit Larousse Illustré*, concernentes ao francês, nem tampouco no *Rónai* ou no *Azevedo*, esse último o maior dicionário bilíngüe francês-português/português-francês existente até o momento. Refiro-me especificamente ao

francês, por ser a língua estrangeira com que trabalho diretamente na docência e cujo cotejo com o português constitui o centro de interesse em minhas pesquisas.

No que diz respeito a inventários específicos, sob o título de “dicionários de locuções” ou “dicionários de expressões idiomáticas”, encontramos obras muito incompletas. São coletâneas de verbetes, isto é, de entidades lexicais de natureza heterogênea: ora referem-se a “armadilhas” de certa língua estrangeira em que até um pronome de tratamento é incluído como EI; ora referem-se a problemas de regência verbal, coloquialismos e gírias; outras vezes são identificadas como frases feitas ou clichês. Assim se enquadram os dicionários de Bretaud & Mattos (1990), Camargo & Steimberg (1987), Campos (1980), Cascudo (1977), Collins & Gomes (1982), Pugliesi (1981), Ribeiro (1908), Silva (1975) e Rónai (1989). Um pouco mais homogêneas seriam as obras de Bernet & Rézeau (1989) e Claval & Duneton (1990).

3 Expressão idiomática e gramática

Nas gramáticas tradicionais descritivas, preocupadas com a normalização da língua escrita formal, muito pouco espaço se dá aos idiomatismos, expressões sobretudo da linguagem oral informal. Em relação ao português, constatei a afirmação acima em André (1982), Bechara (1974), Cegalla (1979), Cunha (1985), Garcia (1978), Luft (1976) e Said Ali (1964), que se referem à expressão idiomática como “idiotismo”, em capítulo sobre *vícios e anomalias de linguagem*. Quanto ao francês, o mesmo se dá com Chevalier (1964), Dubois & Jouannon (1956) e Grevisse (1975). Por sua vez, gramáticos gerativistas como Weinreich, Katz & Bresnan (apud Rwet, 1983) propõem soluções para se distinguirem EI das não-EI, mas essas soluções são puramente formais e descritivamente inadequadas.

Na literatura, mas felizmente não nos bons escritores, há ainda preconceito em relação ao emprego de EI: esses autores vêm-se “obrigados” a colocar grande parte de expressões entre aspas ou a preceder estas de fórmulas como “se posso dizer”, “como se diz”; e se assim o fazem, ou é para explicar que sabem escrever bem melhor que isso, ou para demonstrar que conhecem tal expressão como todo mundo. Em contrapartida, escritores profissionais de renome recorrem cada vez mais à riqueza da linguagem oral mais descontruída, pois, na verdade, o primado da modalidade escrita sobre a oral nas gramáticas tradicionais (e no ensino/aprendizagem de línguas), de postura opressora e repressiva, tem cada vez menos força, visto que ao lado da escrita, e não inferior a ela, deve estar a oralidade.

4 Expressão idiomática e ensino

Primeiramente os métodos de ensino de língua materna ou estrangeira serviram a propósitos normativos, em que a língua resultava numa simbiose permanente entre gramática e filologia, com o estudo de obras de expoentes literários. Por sua vez, as

descobertas da lingüística geral, da psico e da sociolingüística repercutiram nas abordagens e nos métodos de ensino de forma extremamente tênue e tímida.

Na década de 1940, a abordagem audiolingual assimila os pressupostos teóricos do estruturalismo, dando ênfase ao oral. Nos anos 50-60, prevalece a visão da língua como sistema formal (conteúdo programático estrutural) e o processo ensino-aprendizagem é abordado numa linha mecanicista-comportamental. Nos anos 70-80, o enfoque é sobretudo na linguagem como instrumento de comunicação (conteúdo programático nocional-funcional) e o processo ensino-aprendizagem é abordado mentalista-cognitivamente, mas a competência estratégica dos falantes-ouvintes continua tropeçando num dogmatismo doutrinário que deixa várias lacunas no ensino do léxico.

São problemas fundamentais relativos à compatibilização da visão de língua (a ser ensinada/aprendida) como discurso, à seleção do material lexical pertencente a cada fase de aquisição dessa língua, e aos meios mais adequados para permitir aos alunos a interiorização das coerções semântico-sintáticas em língua e em discurso. Dentre esses problemas, aparece a questão dos idiomatismos.

Geralmente se desconsidera um estudo mais sistemático das EI, embora este pudesse representar uma contribuição para a fluência do falante (Fillmore, 1979), o qual, além de conhecer a gramática e o léxico de uma língua, deve ainda memorizar um grande repertório de formas cristalizadas, conhecer o seu significado metafórico e saber adequá-las a contextos específicos.

Tal problema acentua-se no ensino/aprendizagem de uma língua estrangeira. O estudo da semântica há pouco deixou de ser secundário, contudo o estudo do léxico assim permanece, embora seja justamente aí que se situa o maior escolho no domínio de uma língua estrangeira. De fato, o léxico de uma língua reflete o recorte da realidade, que é específico da cultura a que essa língua se reporta. Isso é especialmente controverso no tocante às EI, pois estas levam um tempo ainda maior para serem adquiridas em relação ao resto do léxico.

Para um não-nativo interpretar corretamente uma EI, não são suficientes conhecimento extralingüístico e estabelecimento de analogias entre duas culturas. Também a especificidade cultural, enraizada na realidade autóctone, e as associações naturais sobre as quais se estabelece a originalidade dos enunciados idiomáticos são obstáculos para a compreensão.

Ensina-se o código denotativo, e as variações estilísticas, que são modos de expressar conotações diferentes a partir de um núcleo conceitual idêntico, são mostradas e trabalhadas apenas num nível de aprendizagem bem mais avançado. Num ensino programado, sobretudo concernente à formação de tradutores, as construções que tivessem correspondências exatas poderiam ser ensinadas desde o começo, pois, ao menos em relação às línguas européias, muitas EI se traduzem literalmente com o mesmo significado. Em um nível mais avançado, seriam ensinadas as EI que têm correspondências aproximadas e, num nível superior de aperfeiçoamento, seriam aprendidas as EI que não têm correspondência. Essa metodologia, na verdade, corresponde às possibilidades de tradução de uma EI: ou é muito próxima

(virar casaca: *tourner casaque*; fazer o diabo a quatro: *faire le diable a quatre*), ou semelhante (prometer mundos e fundos: *promettre monts et merveilles*; engolir sapo: *avaler des couleuvres*), ou paráfrases (estar em cima do muro: *avoir deux cordes à son arc*; querer sombra e água fresca: *se reposer sur ses lauriers*).

Importa também que as EI sejam ensinadas, em língua estrangeira ou materna, sempre no contexto lingüístico, pois a contextualização é o melhor meio de ensinar a utilizá-las no discurso. Essa contextualização deve dar conta também de seu uso segundo um registro: algumas pertencem sobretudo à linguagem oral (*estar num mato sem cachorro*), outras são neutras em relação à modalidade oral/escrito (*cabeça-de-vento*); algumas são marcadas como pertencendo a um registro informal (*sofrer o diabo*), e outras a um registro neutro (*sofrer horrores*).

5 Expressão idiomática: motivação e aquisição

Enunciados como *não o conheço, nesse ponto há um problema, por qual motivo?* podem simplesmente não nos satisfazer e então recorreremos a outros enunciados, como por exemplo, *nunca o vi mais gordo, aí é que a porca torce o rabo, por que cargas d'água?* Mas por que não poderiam ser exemplo, para esses mesmos casos, *nunca o vi mais magro, aí é que o gato levanta o rabo, por que latas d'água?* Sem um estudo histórico da origem das expressões em uso, embora nem sempre possível, apenas arriscaríamos afirmar que no momento da criação de uma "expressão formular", as razões da escolha de tal expressão e não de outra são, mais que arbitrarias, subjetivas.

Por isso Borba (1984) refere-se aos idiomatismos como um caso de nomeação subjetiva, em que o nome escolhido para integrar uma EI manifesta valores expressivos relacionados com o falante e não apenas uma identificação, por abstração, com o objeto.

As criações novas e individuais de EI são um salto da imaginação criadora, no dizer de Lopes (1987), que associa duas idéias ou universos do discurso nunca antes associados, reunindo-os numa nova síntese, que exprime revelação cognitiva e catarse emocional.

Devido à arbitrariedade e à subjetividade das razões que motivaram a criação das EI, Rwet (1983) e Gross (1988) julgam que elas não sejam inatas, mas devam ser aprendidas uma a uma, de cor, pois são aceitas pela comunidade lingüística já que na sua estrutura, sentido e emprego são convencionalmente determinados.

O que ocorre, entretanto, é que a aquisição da maioria das combinações idiomáticas se faz de forma não-sistemática, em leituras ou conversas, desde que o falante esteja atento a elas. Além disso, esse indivíduo só perceberá que se trata de uma expressão consagrada quando a ouvir repetidas vezes. Então, poderá memorizá-las e utilizá-las quando a situação e o contexto as transformarem num fator específico de eficácia comunicacional. Um bom exemplo disso é uma expressão, contemporânea nossa, divulgada nacionalmente pelos meios de comunicação de massa, no mês de julho de 1992, por ocasião das investigações da *Comissão Parlamentar de Inquérito*

(conhecida como CPI de PC Farias) instaurada pelo Congresso Nacional para investigar a corrupção nos órgãos do Poder Executivo e Legislativo. Uma das testemunhas, Sandra Fernandes de Oliveira, secretária do empresário Alcides dos Santos Diniz, depondo na CPI sobre a fraude montada pela *Operação Uruguai* para justificar a fonte de dinheiro utilizada no pagamento de propinas, por PC Farias e seu mentor, o então presidente Fernando Collor de Melo, disse ela que esperava que essa investigação *não acabasse em pizza* como costumeiramente sucede no Brasil com os "crimes do colarinho branco". A imprensa fez grande alarde sobre o fato, e um dos importantes jornais nacionais – o *Jornal da Tarde*, de São Paulo – liderou uma campanha *Acabar em Pizza, Nunca Mais*. Foi certamente por causa desse episódio, em que a mídia deu grande destaque ao uso dessa EI, que ela se popularizou. Na nova edição do *Aurélio*, ampliada em cerca de 20 mil verbetes e prevista para 1996, essa EI deverá ser incluída com o sentido de *dar em nada*, mas talvez até lá ela já esteja em desuso.

Para Lyons (1979), os idiomatismos são enunciados estereotipados, aprendidos como um todo inanalísável, isto é, indecomponível, sem perder de vista a relação que as partes mantêm entre si. Esses estereótipos nunca são construídos no momento em que devam ser empregados, mas podem ser explicados em base behaviorista, como respostas condicionadas às situações em que ocorram. Essa posição é ratificada por Lopes (1987), que considera os idiomatismos em uso sintagmas cristalizados, memorizados globalmente (como os paradigmas) e utilizados automaticamente em certos pontos do discurso.

Fillmore (1979), ao contrário de Chomsky, afirma que as EI são memorizadas ao invés de serem geradas, porque são fixas. Suas interpretações e funções não são previsíveis por pessoas que apenas conhecem a gramática e o vocabulário de uma língua; são adquiridas numa associação com as situações em que seu uso é apropriado. Nesse caso, a conjunção da gramática e do léxico é necessária mas não suficiente (como quer Rey-Debove, 1984) à produção ou à compreensão das EI. Assim, entramos no terreno dos níveis de linguagem e das funções das EI. É a norma sociocultural que estabelece qual o tipo de discurso conveniente a certa situação, admitindo ou não um vocabulário que inclua os idiomatismos.

Emprega-se, portanto, uma EI, para expressar o conteúdo informacional desejado, ou de maneira mais ou menos compacta (no caso de *pagar o pato*, *descer a lenha*, *levar pau* ou *comer abobrinha e arrotar peru*, *pôr as manguinhas de fora*, *ser coisa do arco da velha*), levando-se em conta principalmente dois fatores: 1. a adequação ao tipo de linguagem (literária ou cotidiana); e 2. a questão da competência lingüística, que vem responder à criatividade do usuário da língua.

6 Expressão idiomática e valores expressivos

O enunciado idiomático, então, assume valores diversos:

a) assertivo:

Inteligente, sabe muito bem *dar seu recado*.

ou seja, uma simples constatação, dando um novo colorido à expressão do que poderia ser: "ser suficientemente claro para que sua fala não deixe dúvidas de compreensão ao seu interlocutor".

b) eufemístico:

Nada a fazer. Apenas *pôr panos quentes*.

suavizando o que talvez chocasse: "contemporizar ou apresentar medidas com as quais se procura adiar uma solução definitiva".

c) enfático:

Esteja certo que ainda *lhe quebro a cara*.

reforçando o que se deseja enfatizar, no caso "dar uma surra".

d) irônico:

E aí, vai continuar *dando milho aos bodes?*

sugerindo com sutileza o que não se ousa criticar diretamente: "investir inutilmente em algo ou alguém".

Além disso, as EI podem inspirar enunciados originais através do recurso da literalização, isto é, da passagem de seu sentido não-composicional ao sentido literal ou composicional, surpreendendo com uma nova informação por contradizer a convenção e provocar uma certa estranheza. Mas apesar dessa estranheza, a mensagem expressa por um idiomatismo pressupõe uma rápida e correta decodificação por parte do receptor, atingindo, assim, a eficácia comunicacional desejada. Essa é uma das funções produtivas dos idiomatismos, a que redatores de revistas e de jornais ou publicitários recorrem com frequência, sobretudo em manchetes ou chamadas. Exemplos:

- 1) do jornal *Folha de S.Paulo*, de 27.2.1994
4º caderno, p.1: (Propaganda das Casas Pernambucanas)
Não deixe por mais, pechinche.
- 2) da revista *Superinteressante*, nº 3, ano 8, mar. 1994 (Abril)
p.7: *Eléctrons na crista da onda.*
(referindo-se a ondas de um átomo)
p. 14: *Anticoncepcional bom pra cachorro.*
(para "cadelas" mesmo, e para gatas)
p.44: *"Pegando jacaré a laço."*
(método de pesquisa no Pantanal)

7 Expressão idiomática e características

Gross (1982) partiu de um estudo sintático formal das expressões cristalizadas para propor medidas da quantidade de memória necessária para sua estocagem. Verificou que as EI ou terão distribuição única ou distribuição bastante restrita. Nos enunciados:

Laura admira o céu.
Laura bateu as botas.

os objetos diretos não podem variar igualmente:

Laura admira o firmamento.
Laura bateu os sapatos. (?)

O sentido em *Laura admira o firmamento* não mudou; em compensação, *Laura bateu os sapatos* perdeu a interpretação idiomática "Laura morreu" que *bater as botas* dava.

Do mesmo modo, tal interpretação se inviabiliza, caso o verbo varie:

Laura cortou as botas. (?)

pois a distribuição de N_1 (1^o complemento) na construção *bater* N_1 1 (= morrer) limita-se, então, a um só substantivo, *botas*. Ainda o enunciado *Laura bateu as botas* (N_0 : grupo nominal sujeito – V: verbo – N_1 : 1^o complemento) apresenta outras restrições: o N_1 não aceita modificadores (... *suas botas*, ... *as belas botas*), nem complemento nominal (... *as botas da vida*), nem relativa (... *as botas que Deus lhe mandou*), nem passiva (Não acho que as botas *sejam batidas* ainda hoje, por Laura), nem relativização (*As botas que Laura bateu nos trazem más recordações*).

Encontramos, porém, algumas possibilidades de variações:

- sujeito: *Infelizmente eles bateram as botas.*
- tempo verbal: *Todos acreditam que Laura baterá as botas.*
- modo do verbo: *Temo que Laura bata as botas.*
- advérbio de tempo: *Ela bateu as botas há dois dias.*
- inserções de advérbio entre o verbo e o complemento: *Logo ele baterá também as botas.*
- permuta lexical (devido a certa produtividade dos componentes, o que não confirma, a rigor, a tese de que as EI são sintagmas sem paradigmas): *venenoso como a peste (como uma cascavel, uma cobra)*
- modalidade de asserção:

E então, ela já bateu as botas?
Creio que não tenha batido as botas.

Quanto a essa última possibilidade de *variação*, em geral ela é menos freqüente, pois dificilmente se passa da forma negativa para a afirmativa:

não fazer mal a uma mosca
fazer mal a uma mosca (?)

ou da afirmativa para a negativa:

tirar o cavalo da chuva
não tirar o cavalo da chuva (?)

Há ainda a presença facultativa de artigo ou a variação entre definido e indefinido:

Geni é [0] pedra no sapato de Odete.
uma pedra no sapato
a pedra no sapato

Se o possessivo for admitido, sua variação co-referente ao sujeito é obrigatória:

Clarice pensa que não deve pôr a mão no fogo.

ou: *pensa que não deve pôr sua mão no fogo.*

Às vezes, se a expressão vier no plural, o artigo pode desaparecer: *dar o calote / dar calotes.*

Depois das considerações anteriores, gostaria de indicar um levantamento de Gross (1982) sobre as possíveis estruturas de uma EI, em que utiliza os seguintes símbolos: N_0 = sujeito livre; N_1 = 1º complemento livre; N_2 = 2º complemento livre; C_0 = sujeito cristalizado; C_1 = 1º complemento cristalizado; C_2 = 2º complemento cristalizado; V = verbo; Prep. = preposição.

Podemos encontrar, então:

- 1 C_0 V: *A santinha do pau oco chegou.*
- 2 V C_1 : *Bete recebeu toda aquela gente de meia-tigela.*
- 3 N_0 V Prep. C_1 : *Todos devem entrar com o pé direito.*
- 4 N_0 V C_1 Prep. N_1 : *Zezé arrumou um pé de briga com Carmen.*
- 5 N_0 V N_1 Prep. C_2 : *Walter aceitou o emprego com a cara e a coragem.*
- 6 N_0 V C_1 Prep. C_2 : *Essa casa não custou os olhos da cara por um triz.*

Verificando, portanto, as estruturas das EI, conclui-se que a sintaxe das formas cristalizadas não difere da sintaxe das formas livres. Há uma simetria de estruturas entre uma EI e uma não-EI. O que ocorre é que apenas um número restrito de estruturas sintáticas admite as EI, mas isso não é suficiente para identificar as EI.

Consideremos agora uma questão sintático-semântica, que é a redução de uma EI, principalmente a que é expressa pela combinação de um verbo com um ou vários complementos semanticamente equivalentes a um verbo morfologicamente simples.

Geralmente as EI verbais têm por sinônimos verbos simples: assim, *descer a lenha* pode ser equivalente a "denegrir"; *fazer de gato-sapato* a "abusar". Essa paráfrase redutora é muitas vezes arbitrária, além de haver EI sem sinônimos lexicais naturais; são as EI que não se deixam parafrasear por verbos simples. Qual poderia ser a redução para: *cometer gafes, dizer cobras e lagartos, jurar de pé junto, dar nó em pingo d'água?*

Por outro lado, a concepção composicional de uma EI poderá não ser natural em todos os contextos em que sua paráfrase for apropriada: em *Laura morreu subitamente, aceita-se bateu as botas subitamente*, mas não em *Laura morreu lenta e dolorosamente*.

Além disso, dizer que o sentido de uma expressão reduzida é mais simples ou mais transparente que o de uma expressão complexa (que é idiomática) é um preconceito (segundo Rwet, 1983). Em que o sentido de "explorar", por exemplo, seria mais simples ou mais transparente que o de *tirar partido de, tirar vantagem de?* Na verdade, um indivíduo pode passar sua vida sem conhecer a palavra simples que exprima certo conteúdo, e conhecer, familiarmente, uma expressão complexa, idiomática, que lhe é correspondente; por exemplo: um trabalhador rural, sem escolarização, provavelmente irá se referir a um colega "paupérrimo", dizendo que *está com uma mão na frente, outra atrás*.

Quanto ao aspecto puramente semântico, uma mesma expressão, como *colocar na geladeira* pode ser manifestada em sentido próprio ("guardar algo no refrigerador para se manter resfriado"), ou em sentido figurado ("passar a tratar alguém com indiferença"). Mas o conhecimento da expressão primitiva e original é que, quase sempre, facilita a compreensão.

Uma EI, portanto, nasce de uma combinatória de palavras que não formam uma unidade lexical e, por mutação semântica, passam a constituir uma unidade, porque os componentes do sintagma não podem mais ser dissociados significando uma outra coisa. As EI são definidas, então, como não-composicionais, isto é, sua interpretação semântica não pode ser calculada a partir da soma dos seus elementos. Por exemplo: em *apitar na curva*, não é *apitar + na curva* que vai dar o sentido idiomático de "morrer". Trata-se de um tipo de conotação extralingüística, de uma paráfrase metafórica e não de uma criação neológica, porque não se trata da introdução do novo, como é o caso dos termos técnicos.

Do ponto de vista semântico, as combinações verbais tidas como idiomáticas têm natureza semântica profundamente diferente das combinações de verbos ditos

“usuais”. Usuais, porque se conseguem delimitar sem problemas as suas combinatórias; por exemplo, em *eu vou comer uma salada*, os semas do N_0 (*eu*) e do N_1 (*uma salada*) são facilmente determinados em relação ao verbo *comer*, como $N_0 = +$ animado, e $N_1 =$ termo de alimentação. As combinatórias verbais das EI também diferem das combinatórias de verbos ditos “suportes”, cujos argumentos não têm restrição: *ser* pode ser completado por nacionalidade, estado, profissão etc. (*ela é brasileira, contente, tradutora*); *ter* também pode ter n argumentos (*ela tem uma casa, problemas, um filho...*).

Para uma expressão ser considerada idiomática, deve-se verificar, no nível discursivo, seu contexto sentencial, ou seja, se seu sentido é autônomo ou dependente do contexto. Autônomo é o sentido, por exemplo, das expressões: *ser maria-vai-com-as-outras, não ter letreiro na testa, ser dono do próprio nariz*, que não precisam de contexto precedente ou conseqüente para sua compreensão idiomática. Por sua vez, dependem do texto que as precede ou as sucede expressões como: *colocar tudo em pratos limpos, ter as costas largas, embarcar em canoa furada*. Nos enunciados:

Após o mal-entendido, colocou tudo em pratos limpos.
Rafael consegue o cargo, pois tem costas largas.

o sentido das expressões confirma-se como idiomáticos por anáfora.

Nos enunciados:

Coloque tudo em pratos limpos assim que o encontrar.
Ter costas largas é garantia de emprego hoje em dia.

o sentido das expressões explica-se idiomáticamente por catáfora.

Nos enunciados:

Lave tudo muito bem e coloque em pratos limpos.
Gosto dos rapazes que têm costas largas e peludas.

trata-se do sentido próprio das mesmas expressões.

O que modifica o sentido de uma expressão metafórica pode ser uma mudança da distribuição no par objeto direto (OD) – objeto indireto (OI). Em:

Mário recheou o peru com farofa de milho.

o complemento “com farofa de milho” não é obrigatório, pois esse segundo argumento pode ser indefinido ou apagado.

Contudo, em:

Mário recheou seu discurso com ditos espirituosos.

o complemento “com ditos espirituosos” é obrigatório.

Observa-se que o segundo argumento no primeiro enunciado refere-se a um primeiro argumento, cujo traço distintivo é comida, enquanto na segunda, refere-se

a um primeiro argumento de traço + *coisa*. Toda vez que isso ocorre, temos uma situação produtiva, que pode evoluir para uma EI.

Em se considerando o aspecto pragmático das EI, pode-se dizer que o uso ou não de uma EI justifica-se por corresponder a certas expectativas do usuário em relação ao seu interlocutor, mas também por ser apropriado ao nível de linguagem em que os falantes estiverem envolvidos.

As variações lingüísticas, chamadas variações de registro, subdividem-se em variantes de grau de formalidade (formal/informal), variantes de modalidade (oral/escrito), variantes de adaptação (ajustamento do emissor ao receptor).

No enunciado:

Você deve mandar brasa em suas pesquisas.

a EI *mandar brasa* seria coerentemente usada se se tratasse de um registro informal, oral e ajustado entre, por exemplo, dois colegas de profissão. O mesmo não aconteceria se fosse um diretor enviando uma circular, ou mesmo falando, com seu funcionário.

Assim uma EI pode ser abandonada em virtude de outra expressão que se enquadre no padrão culto da língua, segundo a evolução dos costumes e a redistribuição das classificações sociais. Por exemplo, *dar a volta por cima*, num registro mais formal da língua comum ou no padrão culto, seria "reagir"; *fazer birra* é "opor viva resistência a"; *meter os pés pelas mãos* é "intervir de maneira errada"; *entrar de cabeça* é "dedicar-se inteiramente"; *sair de fininho* é "sair sem ser percebido".

Além disso, uma EI pode ter equivalentes idiomáticos, para conformar seu uso com diferentes usos de linguagem. Na linguagem familiar, usa-se, por exemplo, *lamber os dedos* para expressar a sensação de vontade por alguma coisa, mas não *lamber os beiços*, que só seria aceitável em linguagem popular, implicando aqui uma questão de convenção social.

Há ainda equivalentes de uma mesma EI, que são variantes existentes em uma língua considerada: *comer o pão que o diabo enjeitou* tem como variantes *comer o pão que o diabo amassou*, *comer o pão que o diabo amassou com os pés*, *comer o pão que o diabo amassou com os pés sujos*, *comer o pão que o diabo amassou com o rabo*.

Portanto, verificados os três aspectos, sintático, semântico e pragmático, e considerada sua interseção evidente, podemos dizer que uma *expressão idiomática* é um sintagma metafórico, cristalizado em um idioma pela tradição cultural, ou seja, consagrado pelo uso, pela freqüência do emprego (tendo passado do individual para o social).

8 Conclusão

As EI estão na tradição textual da Antigüidade greco-latina, na Bíblia, nas fábulas, nos romances e peças teatrais cômicas, na narrativa satírica e na poesia.

Assim, têm como ilustres representantes um Rabelais, Molière, Balzac, Flaubert, Prévert, um Machado de Assis, Drummond, Rubem Braga, Jorge Amado, transmissores fiéis e inspirados da variedade dos usos da linguagem de seu tempo. De uma maneira geral, a riqueza em EI, num texto, corresponde ao interesse dado à linguagem oral, espontânea, à linguagem sintoma de comportamento social.

O obscurecimento de seus elementos formadores manifesta a espessura simbólica e metafórica de uma linguagem que é condensada, presente por toda parte, embora discretamente. Nessa linguagem aflora o inconsciente, em que os significantes, desprovidos de seu sentido próprio, agem confusamente por sua própria conta. A EI é, assim, o lugar em que o discurso se faz língua, em que o social se faz símbolo.

As EI são frases mínimas, formas em que os complementos não podem ser omitidos. Embora cristalizadas, são apenas em parte "fixas", pois o número e a posição sintática das partes livres e cristalizadas são variáveis. A restrição imposta às partes cristalizadas contribuiu para dar a impressão de que as EI eram objetos excepcionais. Mas os complementos que constituem as EI são reunidos de modo sintaticamente correto, regular; a ordem das palavras é que pode ser não-usual.

Em outras palavras, as EI são, em graus diversos, analisáveis, e seu sentido literal (ou o sentido literal de seus constituintes) permanece quase sempre pertinente. O que obscureceu essa característica das EI foi a confusão comumente feita entre dois aspectos, ou dois estágios, de seu emprego e de sua aquisição.

Constituindo um recurso poético que garante o caráter de surpresa, representam um automatismo até desgastado pela frequência de seu uso, que não leva o receptor a pensar na sua interpretação. Essa cristalização na memória coletiva não prescinde, porém, da criatividade do falante ou escritor, para obter nos usuários o efeito desejado. Uma vez aprendidas, muitas se prestam à análise, à interpretação, baseando-se em sua estrutura sintática interna, no sentido literal de seus constituintes, e nas relações (metafóricas, metonímicas etc.) entre seu sentido literal e seu sentido idiomático.

Por fim, como bem colocou Gross (1988), se fosse feito um estudo sistemático das construções e dos elementos lexicais constituintes das Expressões Idiomáticas, ter-se-ia uma imagem mais completa e coerente da gramática e do léxico de uma língua.

XATARA, C. M. The retrieval of idioms. *Alfa (São Paulo)*, v.39, p.195-210, 1995.

- *ABSTRACT: A morphological, syntactical, semantic, and pragmatic analysis of the so called "idioms" attempts to show that such idioms can be systematized and therefore should not be neglected by grammars and common dictionaries and in the teaching of languages.*
- *KEYWORDS: Idiom; non-compositional; frequency of usage.*

Referências bibliográficas

- 1 ANDRÉ, H. A. *Gramática ilustrada*. 3.ed. São Paulo: Moderna, 1982. 360p.
- 2 BECHARA, E. *Moderna gramática do português*. 19.ed. São Paulo: Nacional, 1974. 374p.
- 3 BERNET, C., RÉZEAU, P. *Dictionnaire du français parlé. Le monde des expressions familières*. Paris: Seuil, 1989. 382p.
- 4 BIDERMAN, M. T. C. *Teoria lingüística: lingüística quantitativa e computacional*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978. 277p.
- 5 BORBA, F. S. *Introdução aos estudos lingüísticos*. 8.ed. São Paulo: Nacional, 1984. 316p.
- 6 BORBA, F. S. et al. (Coord.) *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 1991. 1373p.
- 7 BRETAUD, R., MATTOS, J. P. J. *Dicionário de idiomatismos francês-português/português-francês*. Rio de Janeiro: Marques-Saraiva, 1990. 257p.
- 8 CAMARGO, S., STEINBERG, M. *Dicionário das expressões idiomáticas metafóricas inglês-português*. São Paulo: McGraw-Hill, 1987.
- 9 CAMPOS, A. M. *Dicionário francês-português de locuções*. São Paulo: Ática, 1980, 301p.
- 10 CASCUDO, L. C. *Locuções tradicionais no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: FUNARTE, Natal: UFRN, 1977. 236p.
- 11 CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 2.ed. São Paulo: Nacional, 1979. 375p.
- 12 CHAFE, W. L. *Significado e estrutura lingüística*. Trad. Maria Helena de Moura Neves. Rio de Janeiro, São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1979. 376p.
- 13 CHEVALIER, J.-C. et al. *Grammaire Larousse du français contemporain*. Paris: Larousse, 1964. 495p.
- 14 CLAVAL, S., DUNETON, C. *Le bouquet des expressions imagées*. Paris: Seuil, 1990. 1378p.
- 15 COLLINS, R. E., GOMES, L. L. *Dicionário de expressões idiomáticas americanas*. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1982.
- 16 CUNHA, C. *Gramática do português contemporâneo*. 2.ed. São Paulo: Nacional, 1985. 714p.
- 17 DANLOS, L. La morphosyntaxe des expressions figées. *Langages (Paris)*, n.63, p.53-74, 1981.
- 18 DUBOIS, J., JOUANNON, G. *Grammaire et exercices de français*. Paris: Larousse, 1956. 304p.
- 19 FILLMORE, C. J. On fluency. In: FILLMORE, C. et al. *Individual differences in language ability and language behavior*. New York: Academic Press, p.85-101, 1979.
- 20 FILLMORE, C. J., KAY, P., O'CONNOR, M. C. *Language (Paris)*, n.64, 1988.
- 21 GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna*. 7.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1978. 522p.
- 22 GREVISSE, M. *Le bon usage*. 10.ed. Gembloux: Duculot, 1975. 1322p.
- 23 GROSS, M. Les limites de la phrase figée. *Langages (Paris)*, n.90, p.7-22, 1988.
- 24 _____. Une classification des phrases "figées" du français. *Revue québécoise de linguistique (Montréal)*, v.11, n.2, p.151-185, 1982.

- 25 LOFFLER-LAURIAN, A. M., PINHEIRO-LOBATO, L. Pour une étude contrastive des lexies complexes. *Cahiers de lexicologie (Paris)*, v.34, p.61-86, 1979.
- 26 LOPES, E. *Metáfora: da retórica à semiótica*. 2.ed. São Paulo: Atual, 1987. 112p.
- 27 LUFT, C.P. *Moderna gramática brasileira*. Porto Alegre: Globo, 1976. 193p.
- 28 LYONS, J. *Introdução à lingüística teórica*. São Paulo: Nacional, 1979.
- 29 PUGLIESI, M. *Dicionário de expressões idiomáticas, locuções usuais da língua portuguesa*. São Paulo: Parma, 1981. 309p.
- 30 REY-DEBOVE, J. Le domaine du dictionnaire. *Langages (Paris)*, n.19, p.3-34, 1984.
- 31 RIBEIRO, J. *Frases feitas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1908.
- 32 RÓNAI, P. *Dicionário francês-português/português-francês*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. 574p.
- 33 RWET, N. Du bon usage des expressions idiomatiques dans l'argumentation en syntaxe générative. *Revue québécoise de linguistique (Montréal)*, v.13, n.1, p.23-43, 1983.
- 34 SAID ALI, M. *Gramática secundária da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1964. 249p.
- 35 SILVA, E. C. *Dicionário de locuções da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Bloch, 1975. 419p.
- 36 XATARA, C. M. *As expressões idiomáticas de matriz comparativa*. Araraquara, 1994. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

IMPORTÂNCIA E FUNCIONALIDADE DE UM CURSO DE GREGO INSTRUMENTAL

Rosa ROSSI¹

- **RESUMO:** Este artigo pretende demonstrar como um curso instrumental é o destino natural do grego clássico, já que o estudo desta língua só pode ser realizado nos textos, isto é, através do desenvolvimento da habilidade de leitura.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Estudo instrumental; línguas modernas; grego clássico; léxico grego.

O estudo de uma língua diferente da própria é um instrumento fundamental na ativação de processos de comunicação de todos os tipos. O conhecimento de uma língua estrangeira permite ampliar a própria dimensão cultural através da leitura de textos na língua originária, a compreensão de emissões radiofônicas e televisivas de outros países, a possibilidade de se comunicar com outras pessoas de forma escrita.

Esse processo elimina gradualmente a necessidade de definir “estrangeira” uma língua, permitindo, ao mesmo tempo, dilatar as coordenadas espaciais de quem se aplicou ao seu estudo.

Esse tipo de dimensão se oferece aos que enfrentam o estudo de uma língua para a ativação de todas as habilidades lingüísticas com vistas à aprendizagem completa. Mas, às vezes, a aprendizagem pode ser restrita à ativação de uma habilidade: é o caso dos cursos instrumentais. O objetivo de tais cursos é dirigido, geralmente, à aquisição da capacidade de leitura de um texto, juntamente com a capacidade de acompanhar, por exemplo, uma conferência sobre um assunto específico.

O estudo instrumental revela-se proveitoso em todas as circunstâncias em que um estudante ou um profissional precisam pôr-se em contato com textos e manuais em uma língua diferente da própria, mas básicos para sua atividade de estudo ou trabalho, quando não há traduções devido à especificidade do assunto e ao inevitável vínculo entre tradução/publicação/mercado.

¹ Liceo Classico Orazio – Roma – Itália, Professora Visitante junto ao Departamento de Letras Modernas, Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 19800-000 – Assis – SP.

Disso decorre uma restrição da comunicação, definida no ato da estruturação do curso: mesmo que o objetivo seja o estudo de uma língua com um número mais ou menos grande de falantes no mundo, esse objetivo será restrito, por exemplo, à compreensão de um texto técnico. O que representa, sem dúvida, uma vantagem, com relação ao setor específico de trabalho de quem aprende, não lhe oferecendo, porém, as mesmas possibilidades de ampliação da sua dimensão espacial de um estudo destinado à ativação de todas as habilidades lingüísticas.

Essas reflexões são válidas quando o estudo instrumental diz respeito a uma língua moderna. Existe, entretanto, uma outra possibilidade, representada pelo estudo das línguas clássicas e, em particular, do grego.

A história da língua grega tem um caráter específico que condiciona seu estudo, limitando-o imprescindivelmente à compreensão do texto. A peculiaridade fundamental da língua grega moderna é a de ser falada hoje por um número muito reduzido de pessoas, estando seu uso restrito à nação grega. Além disso, essa língua foi plenamente reintegrada como língua escrita, língua de cultura depois da independência da Grécia do Império Otomano em 1821, o que pode explicar a defasagem entre o grego clássico e o moderno.

O discurso sobre o grego moderno é, na prática, bastante simples, uma vez que a Grécia, país do sul, tem hoje um papel marginal no contexto político-cultural da Europa, onde a hegemonia política dos países do norte associa-se, quase sempre, a hegemonia cultural. À história recente se contrapõe, porém, a história antiga da língua, caracterizada por períodos diferentes entre si (arcaico, clássico, imperial, bizantino), com uma produção literária extremamente rica e complexa.

A longa fase denominada bizantina, que terminou com a queda de Constantinopla em 1453, assistiu ao declínio do uso literário e culto da língua, no seu ambiente geopolítico, inclusive na península grega.

Nos mesmos anos, por outro lado, o estudo do grego era retomado com grande interesse pelos humanistas italianos, enquanto na sua terra de origem permanecia apenas como língua falada e, por isso, exposta a grandes mudanças fonéticas.

Para esclarecermos melhor, é preciso considerar as lutas políticas que levaram a Grécia à independência e fizeram com que os gregos quisessem retomar posse da sua língua como capaz de expressar uma cultura escrita. Mas, até chegar ao início do século passado, o intervalo secular não impediu os habitantes da Grécia de continuar falando a sua língua que, ao longo do tempo, transformou-se profundamente. Disso decorre a distinção entre grego clássico e grego moderno, bem como a dificuldade para um especialista do primeiro compreender o outro e vice-versa, apesar do vínculo entre os dois.

Esta interrupção no uso escrito da língua fez que, ao se falar atualmente de produção literária grega e de herança grega nas línguas modernas, a referência seja de necessidade, e quase com exclusividade, ao grego clássico.

A história, neste sentido, operou de uma forma diferente no caso do grego e do latim. Esse último, graças à extensão do Império Romano, à estabilidade de alguns dos seus elementos (exemplo: o *corpus* "jurídico"), ao uso contínuo do latim da igreja, originou as diferentes línguas românicas entre as quais permanece um vínculo evidente, apesar das transformações relacionadas com o uso falado da língua, das variedades regionais, das influências lexicais e fonéticas de outras línguas faladas no território do Império Romano e nos territórios onde elas se difundiram no período colonial. O uso do grego, ao contrário, depois de uma produção vária que teve ramificações em todos os campos do saber, sofreu uma interrupção secular, apesar de a Grécia ter sido incluída, por um período bastante longo, dentro do Império Romano. Deve-se a isso seu desaparecimento como língua de cultura, bem como à inexistência de línguas dela derivadas.

Essa situação, entretanto, não determinou o fim da língua grega: justamente por ter sido a língua de cultura mais difundida nos tempos antigos, reconhecida até pelos intelectuais romanos, acabou deixando uma herança lexical, direta e indireta, fundamental ainda hoje nas línguas românicas e anglo-germânicas.

A partir desta herança lexical pode-se pensar o estudo instrumental da língua. Com efeito, se o estudo instrumental ativa apenas algumas das habilidades lingüísticas, no caso do grego a única habilidade possível é a da leitura e da compreensão de um texto. De certa maneira, portanto, o estudo do grego pode ser naturalmente e exclusivamente instrumental.

Quem se dispõe hoje ao estudo da língua grega vai enfrentar esse estudo na qualidade de usuário "passivo", faltando-lhe a possibilidade de falar, ouvir, escrever em grego, isto é, não poderá ampliar sua dimensão espacial. A limitação, entretanto, revela-se apenas aparente, já que este estudo permite percorrer distâncias temporais e estabelecer, assim, um contato com realidades culturais distantes no tempo mas, ao mesmo tempo, básicas para entender a formação e o desenvolvimento da civilização ocidental.

Portanto, apesar da ausência da comunicação direta com outras pessoas, haverá a possibilidade de ativar uma forma de comunicação receptiva baseada em níveis graduais de conhecimento:

- estruturas morfossintáticas básicas;
- léxico grego presente nas línguas modernas;
- léxico de formação moderna e contemporânea derivado do grego;
- decodificação dos textos gregos clássicos com vistas à compreensão da mensagem, do contexto que os produziu e das relações de analogia e diferença com a atualidade.

O usuário "passivo" não terá a possibilidade de produzir de forma direta textos orais ou escritos em grego, funcionais à interação real, mas terá a leitura de textos como campo de ação privilegiado para a ativação da competência lingüística.

A ausência da prática comunicativa oral não diminui a importância desse estudo que, além da comunicação com os "arquivos" culturais da cultura ocidental, fornece a chave para conhecer a origem e o desenvolvimento de uma grande parte do léxico culto atual.

Com base nestas considerações, podem-se prever duas modalidades de contato com a língua grega:

- leitura e compreensão direta dos textos clássicos, imprescindível para entender o desenvolvimento do pensamento mítico, histórico-filosófico e científico e as relações mantidas através do tempo com o passado;
- estudo instrumental, dirigido ao reconhecimento da presença lexical grega na língua materna.

A primeira possibilidade é dirigida a um público restrito. Os especialistas do setor representam assim a única ligação entre o conhecimento do pensamento grego e um público amplo que utiliza apenas os resultados dos estudos específicos através da leitura de obras clássicas em tradução ou de ensaios sobre diferentes assuntos (teatro, historiografia, filosofia etc.).

Ao contrário, a segunda possibilidade pode ser pensada para um público muito mais amplo, especialmente com formação universitária. Esse tipo de preparação deveria ter como objetivo primário fornecer a consciência histórica do percurso que os seres humanos enfrentaram para chegar à atual complexidade e especialização do saber, além da competência específica nos diferentes setores de pesquisa.

Com efeito, se os conhecimentos antigos relativos às diferentes disciplinas foram superados pela pesquisa e pelo desenvolvimento científico modernos, a cultura clássica continua sendo o início da formação das categorias lógicas do pensamento filosófico e científico, bem como do processo de especialização do saber.

É realmente difícil tornar acessível a compreensão da lenta formação desse processo cultural, mas pode-se aprofundar a consciência linguística no tocante ao uso culto e especializado da língua materna; no âmbito da cultura grega formaram-se, de um lado, a linguagem abstrata das categorias lógicas do pensamento e, de outro, as linguagens específicas, em consequência do progressivo aparecimento de campos de pesquisa diferentes a partir do pensamento mítico originário.

Este processo cultural e linguístico definiu-se, enriqueceu-se e modificou-se através dos séculos juntamente com o avanço dos conhecimentos técnicos e científicos, com as transformações políticas e sociais e com o contato com outras civilizações.

Disso decorre que, ainda hoje, a presença lexical grega nas línguas modernas desenvolve um papel fundamental, por um lado, com respeito aos termos gregos

conservados nas línguas românicas e anglo-germânicas sem grandes variações, por outro, com respeito aos neologismos formados com base em palavras gregas.

O conhecimento do léxico grego e das modalidades de confluência na língua-mãe e, em particular, na linguagem específica do setor de interesse ou de estudo representa, portanto, a dimensão temporal da consciência lingüística, que pode ser perdida devido à difusão de uma mentalidade excessivamente especialista que induz uma competência aprofundada mas fragmentária.

É possível, sem dúvida, adquirir uma boa preparação cultural e profissional sem estudos complementares. Não se pode esquecer, entretanto, um outro aspecto, básico para o homem atual: nosso tempo é o resultado de infinitas passagens que permitiram e permitem o progresso social, cultural, científico e tecnológico. Enfrentar apenas o setor de interesse, sem despertar a curiosidade de saber como se chegou ao resultado último, significa aceitar a difusão de uma mentalidade exclusivamente técnica, o que poderá, a longo prazo, reduzir a memória histórica da humanidade e o patrimônio cultural, apesar da aparente complexidade dos conhecimentos.

Alguns exemplos podem evidenciar a importância histórico-cultural de um curso instrumental de língua grega:

História	gr. ιστορία ; radical i.e. <i>nid</i> (cf. port. <i>ver</i> , it. <i>vedere</i> , fr. <i>voire</i> etc.). O sentido originário do termo é "descrição, pesquisa" e remonta ao VI século a.C. quando, devido às mudanças sociais e econômicas relativas à estabilização da <i>polis</i> e ao tráfico comercial na área mediterrânea, difundiu-se entre os gregos o costume de descrever lugares e povos. Nos séculos seguintes, o termo assumiu o sentido que manteve no tempo, com respeito à produção histórico-literária de Heródoto, Tucídides etc.
Política	Trata-se de um substantivo derivado diretamente do adjetivo grego substantivado τὰ πολιτικά : <i>ο θυε χονχερνε polis</i> . Esse termo indica no grego clássico o conjunto de território e habitantes e não tem um termo equivalente nas línguas modernas, em que o conceito de cidade desenvolveu-se de forma diferente. Por isso os termos das línguas modernas indicativos de cidade derivaram do latim (<i>civitas, civitatis; urbs, urbis</i>) enquanto do grego permaneceu o termo política em uma acepção mais limitada e técnica, às vezes acompanhada de depreciativos, devido às diferenças entre sociedades.
Meteorologia	gr. μετεωρολογία (τὰ μετέωρα : espaços, corpos, fenômenos celestes) – estudo dos espaços, corpos, fenômenos celestes. A presença deste composto no dicionário grego revela a passagem, na cultura grega, do mítico receio por tudo o que era desconhecido e, por isso, relacionado com a presença divina, para a observação racional dos fenômenos naturais. O termo <i>logos</i> , no sentido de estudo, desenvolve o papel de sufixo em muitos termos de formação análoga, tanto antiga como recente.

continuação

Física	O substantivo é derivado do adjetivo grego φυσικός, ή, ον (pertencente à natureza) relacionado com o substantivo φύσις, εως = natureza. O termo português para indicar o mesmo conceito derivou do latim (<i>natura, ae</i>). O termo grego, entretanto, permaneceu, além do caso analisado, em função de prefixo/sufixo nos termos específicos da linguagem médica e biológica, que se formaram ao longo do tempo, com relação ao desenvolvimento dos conhecimentos nessas áreas.
Cinema	gr. κίνημα, ατος = movimento (κίνηω = mover). O substantivo foi adotado nos meados do século passado para indicar a novidade representada pela projeção de imagens "em movimento".
Pediatria	O substantivo é formado por dois termos gregos (παῖς, παιδός = criança; ἰατρός, οῦ = médico). Esse, assim como muitos outros termos da linguagem médica, é formado com base em uma ou mais palavras gregas. As formações mais frequentes baseiam-se na união de um termo que indica uma parte do corpo humano (καρδία, ας: coração; ἥπαρ, ήπατος: fígado etc.) com um prefixo/sufixo.
Eco-	Alguns termos gregos estão presentes nas línguas modernas apenas em função de prefixos ou sufixos. É o caso do termo grego que indica casa (οἶκος, ου): já no dicionário grego encontra-se a palavra οἰκονομία para indicar tudo o que se relaciona à administração da casa e às normas que regulam sua vida (νόμος = norma, lei). Ao longo do tempo, a acepção da palavra ampliou-se até designar uma disciplina autônoma. O sentido de οἶκος, neste, bem como em outros compostos, não é mais o de casa mas o sentido, translato, de hábitat.

Os exemplos mostram que o aspecto mais importante da presença grega nas línguas modernas é representado pelo léxico, cuja análise evidencia a etimologia das palavras e sua origem indo-européia, bem como a história do valor semântico e da modificação ocorrida ao longo do tempo juntamente com as modalidades de assimilação nas línguas modernas.

É interessante, a propósito disso, analisar estas diferentes possibilidades de assimilação para mostrar a vitalidade desse processo histórico-lingüístico.

Podem ser destacados, em primeiro lugar, os termos nos quais é reconhecível a origem comum indo-européia do latim e do grego. Trata-se de termos que confluíram na língua portuguesa a partir do latim, mas que têm seus correspondentes exatos em grego. Um exemplo disso é a palavra "noção", que remonta diretamente ao latim *notio, notionis*. O radical que expressa o conceito de conhecimento, entretanto, pode ser relevado tanto na família de palavras que diz respeito ao assunto (*cognosco, cognitor, cognomen, cognitio, nosco/gnosco, notio, notus, notitia*) como na respectiva família grega (γνώσκω, γνώμη, γνώμων, γνώμις, γνωρίζω, γνώσις etc.), e a única diferença entre as palavras consiste apenas na queda da consoante gutural na frente da nasal que se realizou na língua latina na época clássica (*gno-/no*). Essa ligação

entre um termo português, seu correspondente latino e a raiz grega remete à formação antiga das palavras e à subsequente separação das línguas no interior da grande família indo-européia.

Há, pois, termos gregos presentes no léxico português graças à mediação do latim. Esse tipo de mediação é antiga e remonta à época clássica da língua latina, quando o contato entre mundo romano e grego, apesar de estar baseado em uma relação entre dominador e dominado, atuou-se no campo da cultura como dependência de Roma com relação à Grécia e, em particular, a Atenas e suas escolas filosóficas. Neste sentido, encontram-se, na língua clássica, empréstimos do grego (exemplo: *philosophia* etc.). A presença do léxico grego no latim, portanto, pode ser explicada pelo difícil contato cultural entre as duas civilizações que se realizou a partir do III século a.C. e abrangeu, de forma específica, todos aqueles setores da atividade cultural que os Romanos não tinham desenvolvido antes do encontro com a cultura filosófica, oratória e política já ricamente desenvolvida na área lingüística grega.

Esse processo lingüístico pode ser esclarecido através da história de duas palavras: "átomo" e "mártir". O termo grego *atomo* indica o que não se pode dividir (prefixo -a- e radical tem/tom que expressa o conceito de cortar) e encontra-se, com poucas modificações fonéticas, em todas as línguas românicas e anglo-germânicas (ingl. *atom*, fr. *atome*, it. *atomo*). O termo foi introduzido no vocabulário latino a partir do século I a.C. juntamente com a difusão em Roma da filosofia epicuréia. Epicuro, entretanto, na sua obra filosófica, não usa tanto esse termo quanto outras perfrases para traduzir em língua latina o mesmo conceito (*primordia rerum, corpora prima, principia, semina* etc.). O outro termo, "mártir", indica na língua portuguesa uma pessoa que sofre torturas até a morte para testemunhar a sua fé ou, em geral, suas idéias. Esse termo entrou no vocabulário latino (*martyr, is*) na época da difusão do cristianismo, depois de ter passado por transformações desde o século V a.C., quando era usado na linguagem técnica dos tribunais atenienses com o sentido de testemunha, até receber o mesmo sentido que teve em latim e com o qual passou para as línguas românicas.

Além disso, existem palavras compostas por um ou mais termos gregos, usados nas modernas linguagens setoriais. Trata-se de termos que se formaram na Grécia no momento da passagem do pensamento e da linguagem mítica para a pesquisa das categorias do pensamento racional, surgindo a necessidade de uma linguagem adequada às novas necessidades semânticas. Por isso, estes termos introduziram-se nas línguas modernas quase inalterados. Este processo iniciou-se nos séculos VI-V a.C. e desenvolveu-se no período helenístico, quando se afirmou a especialização do saber. Um exemplo disso é o termo "astronomia" *αστρονομία*: os dois termos de que consta (*άστρον-νόμος*) existiam já na época arcaica, mas o termo composto só foi usado a partir do século V a.C. Os termos desse tipo modificaram e enriqueceram, ao longo do tempo, seu sentido originário de acordo com o desenvolvimento da pesquisa nos diferentes setores: *φιλολογία, μεταφορά, μυθολογία, επανάληψις, αρχαιολογία, υπόεσις, ανάλυσις, σύστημα, πρόβλημα, φαινόμενον*. Cada um

deles pode ser analisado do ponto de vista etimológico (exemplo φαινόμενον = o que aparece, cf. φαίνω = aparecer). A análise revela que, na maioria dos casos, os mesmos termos foram usados, na sua origem, no sentido próprio, tendo adquirido o sentido translato apenas em época helenística. É o caso de πρόβλημα, usado na linguagem trágica no sentido de "saliência, obstáculo", que passou a ter o sentido translato de "obstáculo" através do uso filosófico da linguagem até adquirir, na linguagem matemática, o sentido de "questão, problema". O termo "matemática" tem uma história análoga: derivado do radical que expressa o conceito de aprendizagem (*math-*), adquiriu um sentido mais específico já na época helenística. Um caso interessante é representado pelo termo ιδιώτης, que na polis ateniense do século V a.C. indicava o cidadão nos raros momentos da sua vida em que não estava ocupado com a vida política da cidade. Em Atenas, a participação política do cidadão era tão importante que o termo passou a ter a acepção negativa (ignorante, grosseiro) que apresenta nas línguas românicas. Estas considerações atestam, de um lado, o nível de abstração da linguagem que a civilização grega atingiu, superando a fase mítica que a caracterizou, como qualquer outra, na sua origem; de outro, o processo de especialização da linguagem.

Um último aspecto, a ser considerado, da presença do léxico grego nas línguas modernas diz respeito a termos formados, nos tempos modernos e contemporâneos, por uma ou mais palavras gregas e relacionados com o progresso dos estudos nas diferentes áreas e à formação de novas disciplinas. Cada uma destas palavras tem uma história diferente, sendo possível estudar sua origem, identificar o lugar onde se encontra ou, até mesmo, a pessoa que a usou pela primeira vez. Em geral, pode-se dizer que esse processo iniciou-se no século XVIII na realidade cultural francesa e continua ainda hoje, sobretudo em área norte-americana. A língua grega revela sua grande vitalidade, no mundo moderno, suprimindo a necessidade de termos para indicar, com nomes específicos e adequados, tanto disciplinas novas (exemplos: etnologia, antropologia, lexicologia, cardiologia, psicoterapia etc.), como objetos, ações, atividades profissionais resultantes do progresso tecnológico (exemplos: telefone, gramofone, datilografia, telégrafo, litografia, telegrama, cardiografia, astronauta). Em decorrência deste progresso, é possível observar, de um lado, a adaptação semântica de palavras gregas que, em sua origem, indicavam conceitos ou objetos diferentes dos atuais (disco, cinema, discoteca, crítica, semântica etc.); de outro, formações híbridas em que uma parte apenas do composto é grega (exemplos: latim-grego: televisão, geociência, videoteca etc.; grego-inglês: aeroclube; grego-francês: telenovela etc.).

Todas as ocorrências consideradas, entretanto, mostram que o léxico derivado da língua grega se apresenta na forma originária, apesar de algumas poucas diferenças fonéticas e gráficas, nas línguas românicas e anglo-germânicas. Nota-se, portanto, que esse elemento lexical é fundamental para a formação de uma *língua cultural internacional* que favorece a compreensão mútua dos estudiosos, sobretudo em respeito à leitura dos textos.

Pode-se afirmar, então, que a importância do conhecimento da língua grega não é apenas lingüística, mas também básica para a compreensão do desenvolvimento da civilização e de seus resultados em áreas diferentes. Pode-se, outrossim, relevar que palavras gregas entraram na linguagem do dia-a-dia, apesar de a sua origem passar despercebida (exemplos: música, área, disco, teatro, esquema, clima etc.). Estes termos sofreram transformações já em época antiga até chegar ao sentido que assumiram no léxico das línguas modernas: é o caso de "fantasia", derivado do grego φαντασία, que tinha, na origem, o sentido de "vista, espetáculo" e foi assumindo o sentido de "representação, figura" com o qual se relaciona o sentido atual em português.

Todas essas considerações permitem avaliar a importância de um estudo instrumental da língua grega clássica, que, partindo do léxico, pode ser realizado em duas etapas. Inicialmente, mediante o reconhecimento do léxico grego presente na língua portuguesa em textos diferentes (ensaios, narrativas, artigos etc.); em seguida, mediante a leitura de textos em língua originária para levantar os termos presentes no português e em outras línguas modernas, conforme as modalidades analisadas.

Este percurso pode ser, posteriormente, aprofundado com a leitura e a análise morfosintática e lexical de textos gregos escolhidos com base nos conteúdos (mítico, histórico, filosófico, científico etc.), a fim de atender às exigências dos usuários e desenvolver as competências específicas de cada um. Para obter bons resultados, o curso deverá basear-se em um método gradual, prevendo:

- apresentação e estudo do sistema gráfico da língua grega;
- apresentação de uma grade com o léxico de base relativo a cada texto para iniciar a sua compreensão;
- análise, a partir dos termos do texto, dos termos presentes no vocabulário português em forma idêntica ou em derivados e compostos;
- verificação das mudanças semânticas ocorridas no tempo;
- identificação da declinação nominal e da conjugação verbal a partir dos elementos textuais com vistas a uma aprendizagem gradual das características morfológicas e sintáticas da língua grega.

Com o enriquecimento progressivo de seus conhecimentos lingüísticos, o estudante poderá aprender o valor originário de alguns termos e entender as variações semânticas decorrentes de mudanças no contexto histórico-cultural.

Esse tipo de aprendizagem permite, em suma, a descoberta do verdadeiro sentido de palavras que fazem parte da bagagem lexical de cada um, dentro de uma nova dimensão de consciência histórico-lingüística.

ROSSI, R. The importance and functional use of a course in Greek for specific purposes. *Alfa (São Paulo)*, v.39, p.211-220, 1995.

- **ABSTRACT:** *This paper intends to show how a course in Greek for specific purposes seems to be the natural trend of the study of the classical Greek, since such a study can only be accomplished through texts, that is, through the ability of reading.*
- **KEYWORDS:** *Language for specific purposes; modern languages; classical Greek; Greek lexicon.*

PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA, UNIVERSAIS LINGÜÍSTICOS E TEORIAS DE ALFABETIZAÇÃO¹

Luiz Antonio GOMES SENNA²

- RESUMO: O que há entre universais lingüísticos e a psicogênese da língua escrita? Neste artigo, levanto algumas questões polêmicas sobre um possível problema conceitual no uso da lingüística chomskyana numa teoria semiótica de alfabetização. Os universais de Chomsky – baseados no *Dispositivo de Aquisição da Linguagem* (LAD) e numa *mente modular* – podem comprometer todo o projeto de abordagem psicogenética do desenvolvimento da língua escrita, uma vez que não existe nenhuma motivação filogenética, com base na qual se possa tratar da alfabetização de modo similar ao empregado para explicar a aquisição da língua materna.
- PALAVRAS-CHAVE: Universais lingüísticos; dispositivo de aquisição da linguagem; alfabetização; neoconstrutivismo.

Discuto aqui a natureza da *Psicogênese da Língua Escrita*, tal como definida na teoria neoconstrutivista de alfabetização, focalizando um de seus aspectos mais particulares: a adoção do conceito de *universais lingüísticos*, conforme apresentado no modelo chomskyano de aquisição da linguagem. Meus objetivos com essa discussão são dois:

- (i) definir a natureza do objeto considerado na teoria lingüística defendida por Chomsky, buscando verificar se é procedente ou não aplicar-se o conceito de universais lingüísticos na fundamentação do processo de alfabetização;
- (ii) investigar se a possível improcedência da aplicação dos universais lingüísticos³ sobre o processo de alfabetização interfere, também, na caracterização da Alfabetização neoconstrutivista como uma teoria.

1 Conferência proferida durante a III Semana da Educação, promovida pela Faculdade de Educação da UERJ, em agosto de 1994. Este trabalho constitui parte de um conjunto de pesquisas realizadas no Departamento de Línguas e Literatura do Colégio de Aplicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que integram, também, graduandos do Curso de Pedagogia Habilitação Magistério das Séries Iniciais do Primeiro Grau / Faculdade de Educação (UERJ).

2 Professor-Adjunto do Colégio de Aplicação e da Faculdade de Educação da UERJ. Coordenador de Intercâmbios do Departamento de Ensino da Sub-Reitoria de Graduação da UERJ.

3 Cf. Chomsky, 1965; 1986; também, Raposo, 1992, para caracterização do tipo de modelo de linguagem privilegiado no gerativismo lingüístico.

Selecionei para este trabalho cinco tópicos relacionados aos meus objetivos, a saber: as diferentes formas de se definir o (i) *processo de alfabetização* e sua finalidade; a definição e a finalidade das (ii) *hipóteses* na *Teoria Gerativa* de Noam Chomsky e, em seguida, as (iii) *conseqüências* do emprego do mesmo tipo de hipóteses no referencial teórico que embasa a prática da alfabetização; finalmente, a (iv) *natureza das hipóteses* em Ferreiro & Teberosky (1974) e (v) sua compatibilidade com o referencial chomskyano, tendo por intenção, neste caso, interpretar a natureza teórica ou metodológica da *psicogênese da língua escrita*.

1 Teorias de alfabetização

Começamos indagando o que se entende por "ser alfabetizado". *Ser alfabetizado* significa: *ter concluído o processo de alfabetização*. Embora a resposta para a indagação inicial desta seção do trabalho seja simples e evidente, a dúvida persiste, haja vista não haver a menor garantia de que todos os envolvidos na questão da alfabetização tenham a mesma concepção acerca da extensão do processo através do qual o indivíduo se alfabetiza. Para alguns – talvez a maioria das pessoas que não atuem diretamente com as séries iniciais do primeiro grau –, o processo de alfabetização se inicia na CA (*Classe de Alfabetização*) – quando esta existe – e se conclui ainda nesta série, quando o aluno começa a ler textos escritos e a escrever por si mesmo. Para outros, a alfabetização vai um pouco além, estendendo-se da CA à série posterior, dita *série de consolidação da alfabetização*. Ainda há poucos anos, esta seria a opção mais adequada na concepção da maioria dos professores das séries iniciais do primeiro grau. Um pouco mais recentemente, já se admitia que a alfabetização perdurasse efetivamente durante todo o primeiro segmento do primeiro grau (a CA e as quatro séries iniciais). Obviamente, há, até mesmo, quem se satisfaça em compreender como alfabetizado aquele que meramente assine seu nome, mesmo que permaneça incapaz de ler uma única palavra. Indiscutivelmente, a extensão do processo de alfabetização não é clara e definida para todos.

É importante se ter em mente que as variações relacionadas à extensão da alfabetização não são aleatórias ou desmotivadas, mas refletem concepções variadas acerca da natureza e da função do ato de alfabetizar e de ser alfabetizado. A concepção de *alfabetização* subjacente à extensão que se dá ao processo está, também, atrelada aos diferentes tipos de procedimentos que os alfabetizadores empregam. É impossível, portanto, dizer que o alfabetizador possa atuar junto ao alfabetizando sem estar calçado em uma teoria qualquer sobre a alfabetização. Uma teoria sobre alfabetização, neste caso, é aquilo que define o modo como se concebe a alfabetização e sua finalidade e, conseqüentemente, assinala uma maior ou menor aproximação a tipos diversos de métodos de alfabetização. A teoria precede o método, ainda que, na maioria das vezes, o alfabetizador reconheça em si, mais facilmente,

um *usuário* de métodos, do que um *selecionador* de métodos adequados a sua própria teoria de alfabetização.

Inspirado em Ferreiro & Teberosky (1974), observei que é possível dissociar a discussão sobre a prática alfabetizadora de discussões sobre métodos de alfabetização. Os métodos em si não garantem isomorfia nas práticas, pois, como sabemos, poucos são os alfabetizadores que seguem à risca todos os procedimentos didáticos prescritos num método de alfabetização. Sobre os métodos, inevitavelmente, incidem as teorias que os alfabetizadores possuem acerca da alfabetização e, por isso, as práticas tendem à heterogeneidade.

Aprofundando a apresentação de modelos de alfabetização trazida em Ferreiro & Teberosky (1974), percebi que as diferentes práticas alfabetizadoras refletem um universo com três paradigmas básicos, os quais nomeei como: o *mecanicista*, o *lingüístico* e o *semioticista*. É possível tratar dos modelos básicos de alfabetização como paradigmas,⁴ uma vez que cada um deles remete-nos, não apenas a um tipo de prática alfabetizadora, mas, sim, a um conjunto de estudos que reflete uma corrente epistemológica com princípios e posturas semelhantes. Neste sentido, vale observar que, como paradigmas, as teorias sobre alfabetização estão atreladas a outras teorias que, em conjunto – e apenas em conjunto – podem, verdadeiramente, explicar-se mutuamente. Portanto, as teorias da alfabetização se tornam mais facilmente compreensíveis à medida que se aproximam das demais teorias que integram o mesmo paradigma. Vejamos, então, no que consiste cada um destes paradigmas.

O *paradigma mecanicista da alfabetização* integra o Paradigma do Estruturalismo Lingüístico cuja vigência fez-se mais expressiva entre o final do século XIX e o início deste século. Ainda não posso afirmar com boa margem de segurança que o *paradigma mecanicista* possa ser identificado a todas as vertentes do Estruturalismo; por este motivo, estarei admitindo aqui que o conjunto de referências deste paradigma tem respaldo nas teorias norte-americanas da lingüística estruturalista e da psicologia comportamentalista. Este paradigma assume que a prática da alfabetização, concentra-se exclusivamente no desenvolvimento das habilidades específicas de *codificar* e *decodificar*, concentrando a prática alfabetizadora exclusivamente no desenvolvimen-

4 A noção de *paradigma* (cf. Kuhn, 1962) caracteriza um corpo de teorias que, em conjunto, propõem uma leitura para determinado fenômeno. Ao longo do século XX, a concepção de paradigmas esteve associada a disputas pela hegemonia no contexto acadêmico, de sorte que a ruptura com um contexto paradigmático lia-se como verdadeira revolução. Esta revolução consiste em demover os princípios do paradigma anterior, substituindo-o por outro. Na contemporaneidade, o aspecto revolucionário que Kuhn determina aos paradigmas cede lugar a uma concepção *sintética e totalizadora*. A pós-modernidade é, em si, um paradigma uno, cuja perspectiva é a de resgatar o que se perdeu nas disputas anteriores pelo predomínio no cenário científico, visando, assim, à reintegração da ciência. Cf., para exemplo deste tipo de constatação, Pavel (1988, p.181-208), em que se lê: "Em meados dos anos 80, o duplo revés da modernização forçada e da desmodernização ideológica em ciências humanas se mostrava claramente. Era, outra vez, questão de erudição e de história; era também questão de ética e de axiologia. É necessário ver aí os temas de uma nova virada? É possível que, tendo perseguido até a vertigem os jogos da linguagem, o pensamento, saciado do verbo, procura doravante reencontrar, segundo a antiga opinião de Goethe, o sentido da ação? Ou que, a exemplo de outros períodos saturados de positivismo, a conjuntura atual privilegia a reflexão sobre a cultura?" (p.208).

to do domínio sobre o código escrito, que, por sua vez, é encarado como capaz de associar diretamente a fala a uma representação gráfica.

A prática alfabetizadora do início do século era predominantemente mecanicista e calcada na convicção de que para cada som da fala há uma letra e para cada palavra, um conjunto de letras. Sob tal convicção, o ato de alfabetizar assumia que a simples transposição de códigos (oral e escrito) seria bastante para capacitar o indivíduo a construir e interpretar mensagens. Restringindo-se ao aprendizado da técnica,⁵ a prática mecanicista da alfabetização bem serviu-se do *condicionamento*, tal como previsto pela psicologia comportamentalista. Não se deve confundir, então, o condicionamento aplicado ao aprendizado da *técnica de leitura/escrita* neste contexto, com aquilo que, hoje, concebemos como ato de ler ou escrever. A atitude alfabetizadora mecanicista restringia-se à automação de regras de equivalência entre a forma oral e a escrita, não chegando a intervir, portanto, sobre a habilidade de criar ou interpretar sentenças no sentido textual⁶ da lingüística contemporânea. Antes que se afirme que o mecanicismo negasse a natureza textual do ato de escritura (e, portanto, sua relevância no processo de alfabetização), é necessário observar que a textualidade do código verbal em nada interferiria no tipo de aprendizado que se almejava alcançar do aluno. A alfabetização mecanicista é estritamente instrumental – uma fase anterior e imprescindível à própria escolarização do indivíduo – pois, através dela, objetivava-se exclusivamente garantir ao aluno a possibilidade de ter acesso à língua da escola: a forma escrita da língua oral.

Durante longo período, pouco se avançou no sentido de modificar a tese central do mecanicismo – a saber, a de que a língua escrita é mera transposição da língua oral – e, portanto, pouco se modificou a prática alfabetizadora. Ainda assim, surgiram métodos diferenciados de alfabetização, ora dedutivos, ora indutivos, ainda que essencialmente mecanicistas em essência, por privilegiarem exclusivamente o aprendizado do código escrito. Em princípio, a medida de avaliação destes métodos era o tempo médio gasto pelo indivíduo para dominar adequadamente a escrita e a leitura: quanto mais rápido, mais eficaz. Os métodos alfabetizadores evoluíram, a partir do *silábico*, em duas direções: os *métodos fônicos*, resultantes de certa contaminação do método silábico pelos sistemas de descrição fonético-fonológicas do Estruturalismo lingüístico; e os métodos indutivos – reunidos num corolário de técnicas denominadas *palavração* –, influenciados pela psicologia gestaltista, já na década de 1950, que viria a propor resposta para alguns aspectos da psicologia comportamentalista.

Apesar de os métodos alfabetizadores citados acima sugerirem mudança na prática alfabetizadora, nenhum deles demonstrou alguma mudança significativa que justificasse uma ruptura com o paradigma mecanicista. Em última instância, partindo

5 O aprendizado da *técnica da escrita* é uma herança de antigas convicções da filosofia greco-romana. Cf. Neves (1987, p.39-44; 103-9).

6 O sentido textual de uma sentença (cf. Schmidt, 1978) incorpora a convicção de que o uso que se faz do código verbal está irremediavelmente associado a intenções comunicativas diversas, dentro de contextos socioculturais que intervêm substantivamente sobre o resultado do ato de fala.

da sílaba para a palavra, do grafema para a sílaba, ou da palavra para o grafema, os métodos mecanicistas jamais contemplaram a textualidade discursiva, demonstrando, assim, divergirem apenas quanto ao percurso traçado para iniciar e concluir o processo alfabetizador.

O paradigma mecanicista perdeu sua força quando se generalizou a constatação de que o ato de escritura não se confunde com a fala e, tampouco, a língua escrita é equivalente à língua oral. A partir desta constatação, observou-se uma mudança substantiva na prática alfabetizadora, resultando num novo paradigma: o *lingüístico*.

O elemento desencadeador do paradigma lingüístico foi a incorporação, na teoria da alfabetização, da convicção de que entre a língua escrita e a língua oral não há, nem a relação imediata preconizada no paradigma mecanicista, nem tampouco, a isomorfia relevante. Tal ruptura com a crença secular de que a língua escrita pudesse ser arrolada simplesmente como uma transcodificação da língua oral sustentou-se na observação de que as condições de uso de ambas as modalidades da língua são distintas e inconfundíveis entre si, incluindo-se aí, tanto as condições estritamente formais (relativas a regras gerais do sistema gramatical), quanto as condições de natureza pragmática (relações sociais, psicológicas e, até mesmo, históricas). Obviamente, tais observações sobre condições diferenciadas de uso das línguas oral e escrita viabilizam-se a partir de posicionamentos teóricos – primeiramente na sociologia, mais tarde na sociolingüística⁷ e, em seguida, na educação – segundo os quais a modalidade escrita da língua constitui tão-somente um código a serviço das classes sociais dominantes e, não mais, o código revelador de saber, situação cognitiva etc. A língua oral (ou, talvez melhor dizendo, as línguas orais) legitimam-se na sociedade como expressão individual e sociocultural, enfraquecendo-se, assim, a hegemonia da forma escrita da língua culta, como *Língua do Estado*.⁸

O novo paradigma traz conseqüências imediatas para a concepção dos fins da prática alfabetizadora e para a sua extensão. Rompida a relação de equivalência entre língua oral e língua escrita, rompia-se, também, com a crença de que a automação do código escrito, por si só, pudesse assegurar ao indivíduo empregá-lo adequadamente em atos comunicativos. A legitimação da língua oral alertou os alfabetizadores para o fato de que o emprego da língua escrita demandava o domínio de um conjunto de regras pragmáticas que estava muito além da língua legitimada pela cultura do alfabetizando. Em conseqüência disto, incorporou-se à teoria da alfabetização a possibilidade de romper com a associação do ato de LER ao ato simples de DECODIFICAR, e do ato de ESCREVER ao ato de CODIFICAR. Este tipo de associação – típica durante o mecanicismo – cede lugar a um compromisso com o desenvolvimento de

7 Duas correntes da lingüística contemporânea interfeririam no surgimento do paradigma lingüístico da alfabetização. Inicialmente, com Bernstein (1971) e sua teoria do *Déficit Lingüístico*, e, mais tarde, Labov (1972), com a *Teoria Sociolingüística Quantitativa* ou Teoria Variacional. Cf., para rápida referência, Soares (1986).

8 *Língua do Estado* é aquela que, prescrita em lei, torna-se patrimônio público institucional e código oficial de um país – seu idioma.

capacidades básicas de *expressão*, daí resultando o seguinte tipo de associação: LER = INTERPRETAR e ESCREVER = SOCIALIZAR-SE.

O ato de interpretar envolve um conhecimento muito mais vasto do que o simples ato de decodificar, embora, no paradigma lingüístico, não haja, ainda, o compromisso teórico de caracterizar a prática alfabetizadora como envolvida com outras formas de expressão além da língua escrita. Por influência direta da tese do Déficit Lingüístico,⁹ a prática alfabetizadora direciona-se a estabelecer um percurso compensatório, através do qual o alfabetizando possa absorver o meio de expressão da cultura dominante. Observe-se, então, que a legitimação da língua oral neste paradigma não vai além do reconhecimento de sua existência e de sua diferença com relação à língua escrita. Não existe, ainda, nenhum compromisso em legitimar socialmente a língua oral, restando ao alfabetizando substituir a sua própria língua pela língua das classes dominantes.

No paradigma lingüístico, a extensão do processo de alfabetização torna-se maior, porque não se limita mais ao domínio do código escrito. Na realidade, o objetivo da prática alfabetizadora baseada neste paradigma transcende em muito o aprendizado de um sistema de codificação da língua oral em sinais gráficos, passando, então, a privilegiar o aprendizado das diferentes modalidades de expressão da língua escrita, assim considerando-se diferentes níveis de inserção social. Saber a língua, escrita, neste caso, é saber *usá-la para se socializar*.

A metodologia de alfabetização, durante o paradigma lingüístico, sofreu alguns acréscimos, embora nenhum deles possa ser considerado como condicionador de uma prática lingüística de alfabetização. O *método lingüístico* – ou natural – é um destes acréscimos. Este método consiste em desenvolver o grafismo e o emprego da língua escrita sempre a partir de sua inserção na atitude comunicativa,¹⁰ buscando desenvolver o conhecimento da língua escrita a partir da forma gramatical da sentença. Este método, todavia, não rompe com os métodos tradicionais (fônicos ou dedutivos), uma vez que não traz contribuições para a prática alfabetizadora, quanto ao desenvolvimento de habilidades para a aprendizagem do código escrito.

Após o paradigma lingüístico, a etapa subsequente da teoria da alfabetização irá legitimar socialmente a língua oral e as demais formas de manifestação da linguagem, extirpando da prática alfabetizadora a atitude compensatória, predominante no passado por influência da lingüística positivista. Alguns fatores tiveram imediata influência na mudança de paradigma na alfabetização. Na lingüística, por exemplo, a teoria variacionista de Labov demonstrou que as línguas estão sujeitas a se transformar no tempo e no espaço, num processo evolutivo inadiável e incontrolável por leis externas. Labov (1972) mostrou, ainda, que as variações lingüísticas não refletem perda de qualidade expressiva, mas, sim, demonstram haver estágios

9 Cf. Bernstein (1971).

10 O método lingüístico é motivado pela lingüística funcionalista européia das décadas de 1930 a 1950, vinculado ao Estruturalismo, cuja característica é definir a gramática como um produto da capacidade humana de linguagem (geradora de comunicação). Cf. Fontaine (1978).

evolutivos na gramática, que podem ser explicados por manifestações empíricas ou leis universais. O *status* da língua escrita sofre, então, um abalo muito expressivo, porque deixa de ter sentido regular uma forma padrão da *Língua do Estado*. Os diferentes falares – até então ditos corruptelas da forma culta – legitimam-se como estados diferenciados da língua, igualmente corretos e eficazes. As variadas revoluções sociais – concernentes aos hábitos e aos valores – legitimam, por seu turno, as individualidades e regionalidades manifestas pelos indivíduos, assegurando-se, assim, o direito de *ser*, na sua totalidade epistêmica. A educação passa a encarar de frente as heterogeneidades nos alunos, especialmente nos cursos de 1º grau, cedendo, pela primeira vez, a uma concepção curricular diferente da do padrão herdado do século XIX. A escola começa, então, a enxergar que os sistemas simbólicos empregados pelas diferentes culturas nem sempre são compatíveis com o modelo de representação do conhecimento que nos chegou através da tradição cultural ocidental.

O *paradigma semiótico* de alfabetização implica muito mais do que uma teoria sobre a alfabetização, pois se reúne ao conjunto de teorias epistemológicas que lêem, neste fim de século, a natureza do pensamento contemporâneo. *Para além do sistema de expressão, existe um homem dotado de linguagem; para além deste, existe uma sociedade semiótica*: eis aí a síntese do contexto em que as ciências da linguagem se encontram na atualidade. A teoria semiótica de alfabetização, retomando uma discussão que perseguiu a ciência entre os séculos XVI e XIX, busca reintegrar os aspectos cognitivos e sociais que asseguram ao homem construir e empregar sistemas gráficos de expressão, sejam estes a escrita, a pictografia ou outro qualquer. A prática alfabetizadora, a partir da teoria semiótica, reformula-se numa ação revolucionária, rompendo, não com os métodos anteriormente usados, mas com as técnicas heurísticas de intervenção junto ao alfabetizando.

Nos paradigmas anteriores, tanto a alfabetização mecanicista, quanto a lingüística depositam no método a teoria que age sobre o indivíduo, conduzindo-o a formular um conhecimento que já é prescrito na teoria subjacente ao método empregado. Espera-se do indivíduo, portanto, uma reação ao método que irá resultar num comportamento prescrito pela própria conduta metodológica. Observe-se, então, que as práticas mecanicista e lingüística, por não legitimarem socialmente outras manifestações de linguagem que não o padrão culto da língua escrita, reservam ao alfabetizando uma única resposta para a qual converge toda a prática alfabetizadora.

A prática semiótica não se sustenta num método, mas na convicção de que a atitude alfabetizadora deve surgir no indivíduo, com base em sua vocação biológica a atuar com a linguagem. A alfabetização consiste em descobrir o processo por meio do qual se constrói ou se interpreta a mensagem não oral, uma descoberta que depende do estímulo à percepção individual da *capacidade de linguagem*. Trata-se da mesma percepção que se cobra de alguém que se predispõe a aprender como empregar uma língua estrangeira, um aparelho eletrônico qualquer, enfim, tudo aquilo que dependa da intermediação da linguagem.

A atitude alfabetizadora semioticista pode ser definida como o esforço que se realiza para dominar a expressão pela pintura, por exemplo, cujo aprendizado pressupõe o reconhecimento do valor expressivo da arte pictórica e cuja consolidação se dá, muitas vezes espontaneamente, por meio da auto-estimulação contínua: a descoberta da cor, a descoberta dos agentes corantes, suas propriedades, os efeitos que se obtêm em sua combinação, a perceptividade da mensagem por si mesmo e pelos outros, a valoração etc. Cada etapa antecipa e pressupõe outra.

Seria melhor substituir o termo *método* pelo termo *atitude*, quando tratamos da prática alfabetizadora semioticista. Os métodos conhecidos de alfabetização são instrumentos empregados pelo professor, com os quais se antecipa um comportamento final. A atitude alfabetizadora consiste na ação particular daquele que se predispõe a ser alfabetizado, estando, portanto, além da ação pedagógica do professor. Neste sentido, a atitude alfabetizadora incorpora procedimentos internalizados pelo indivíduo, que são acionados a cada novo sistema de códigos a descobrir. O conceito convencional de método não se aplica no contexto semioticista. É possível, entretanto, metaforizá-lo entendendo-se, então, por método, um procedimento empregado pelo alfabetizando na busca pelo domínio de um código.

A *Psicogênese da Língua Escrita* insere-se no contexto paradigmático da alfabetização semioticista. Esta teoria, entretanto, formula-se com base numa concepção de linguagem que pode comprometer, não apenas a sua coerência interna, como também a possibilidade de se executar coerentemente uma prática alfabetizadora de natureza semioticista. Trata-se da concepção de universais lingüísticos, apresentada, na lingüística moderna, por Chomsky (1965). Antes de começar a abordar esta questão, porém, gostaria de discutir a situação ética da alfabetização num contexto semioticista, a fim de tornar claros os pontos que a teoria de Ferreiro & Teberosky (1974) devem atender para, verdadeiramente, sustentar uma prática escolar de alfabetização. Esta discussão é importante, pois através dela apresentarei argumentos contrários à concepção de linguagem adotada por Ferreiro & Teberosky (1974).

1.1 Uma definição da prática alfabetizadora

A prática alfabetizadora, numa concepção semioticista, pode ser definida como um processo pedagógico que assume dois objetivos integrados a uma *concepção genérica de linguagem*, a qual é norteadora de todo o paradigma semioticista. Um desses objetivos está centrado no desenvolvimento de um conhecimento que assegure ao indivíduo o domínio sobre o emprego do código (seja este qual for) selecionado para se comunicar. Tendo sido alcançado este mérito, começa, então, o domínio do segundo objetivo, este relacionado a um processo contínuo de aprimoramento do uso do referido código, de modo a que o indivíduo se capacite a tirar dele o melhor resultado comunicativo possível. Quanto a estes dois objetivos, observe-se, a propósito, que só não se aplicam à prática de alfabetização motivada pelo paradigma

lingüístico, porque não se restringem ao processo de aprendizagem da língua escrita, mas, sim, ao de qualquer código. Num contexto em que são estes os objetivos a serem alcançados, qual seria a dimensão ética da alfabetização? Para respondermos a isto, pensemos, inicialmente, em quais seriam as condições para o processamento da prática alfabetizadora.

As três condições para que se possa efetivar uma prática alfabetizadora semiótica são as seguintes:

a) Motivação

A motivação é o elemento condicionante para o cumprimento de ambos os objetivos do processo de alfabetização, haja vista que a prática semiótica demanda a autodescoberta, enfim, a atitude de o próprio alfabetizando formular suas teorias e métodos de alfabetização. Esta motivação só é obtida, naturalmente, quando se tem a sensação de que o esforço pela aprendizagem possa ser, de certo modo, legítimamente pela interação social através da linguagem. De outra sorte, ou seja, não havendo perspectiva de legitimação do código na interação social, o indivíduo tende a evitar o esforço mental e empregá-lo em outro fim.

b) Prontidão cognitiva e motora

A habilidade de empregar códigos gráficos ou motores¹¹ demanda do indivíduo a utilização de recursos físicos específicos, que, por sua vez, exigem dele controle imediato sobre órgãos do corpo. Portanto, o aprendizado dos princípios básicos de emprego de um determinado código (comportamento esperado a partir do primeiro objetivo do processo de alfabetização) exige do indivíduo ser capaz de controlar mentalmente seu corpo e estar capacitado a realizar ações motoras específicas.

c) Perspectivas de inserção social

As perspectivas de inserção do indivíduo na sociedade condicionam a consecução do segundo objetivo, caso o aprimoramento do uso do código específico, já dominado, seja associado a certos domínios sociais específicos (este é o caso, particularmente, da língua escrita).

Estas três condições não são facilmente incorporáveis à prática escolar ordinária, na medida em que esta não tem, ainda muito clara, a identidade do sujeito em processo de alfabetização. É necessário se indagar a quem a escola destina seu aparato

11 A prontidão cognitiva aqui considerada exclui os mecanismos particulares de aquisição da língua materna, uma vez que tais mecanismos demonstram-se, normalmente, mais desenvolvidos do que outros estados mentais. Ao adquirir a língua materna, a criança realiza operações cognitivas inconscientes que não encontram par, em complexidade, em nenhuma outra ação realizada na mesma faixa etária.

alfabetizador, a fim de que se possa ter algum parâmetro para discutir a procedência das condições apresentadas há pouco.

Num contexto semioticista, espera-se, *a priori*, que o sujeito-alvo a considerar no processo escolar de alfabetização seja:

(i) um *indivíduo*, dotado de uma capacidade de linguagem, ao mesmo tempo, filogênica e sujeita a condicionamentos cognitivos processados por este indivíduo em particular;

(ii) um *ser cultural*, portador de uma história e um dado social emergente, ambos singulares e não-cosmopolitas.

Existe, entretanto, outro tipo de sujeito-escolar preservado na maioria das teorias de alfabetização que regem as práticas pedagógicas de quem atua no magistério. Tal sujeito pode ser definido como *um sujeito idealizado, que resume o perfil sociocultural das classes sociais preservadas ou imitadas pela escola*. Esta idéia de indivíduo se preserva na escola como objeto-fim de sua função socializadora, tendo sido herdado do modelo educacional cosmopolita do século XIX.¹²

Considerando-se que a Escola tende a servir às expectativas culturais da sociedade, pode-se concluir que a preservação desse perfil idealizado de sujeito sustenta-se na prática alfabetizadora contemporânea, nem tanto por um hábito profissional do educador, mas, sim, por uma força que emana do próprio aparato antropológico que sustenta a sociedade. Isso significa que a maior questão a ser discutida quando da inserção de teorias semioticistas de alfabetização na Escola contemporânea consiste na definição ética da prática alfabetizadora. A questão ética da alfabetização deve ser procurada no conjunto da sociedade – e não na escola, isoladamente –, uma vez que a legitimação da prática pedagógica é obtida em sociedade.

A dimensão ética da alfabetização pode ser vista sob dois pontos de vista, os quais determinam dois fins, distintos e não complementares:

(i) o desenvolvimento do grafismo e de um conhecimento acerca da memória cultural da sociedade ilustrada;

(ii) o desenvolvimento de um cidadão integrado a si mesmo e ao mundo que o cerca.

Se o parâmetro ético da alfabetização circunscrever-se ao desenvolvimento do grafismo e do conhecimento acerca da erudição cultural da sociedade, então, não há

12 O sujeito que a escola idealizou como aluno está definido no perfil de cidadão que, no século XIX, a sociedade desenhou como cliente da Educação. Este sujeito – que hoje é mais memória do que pessoa, haja vista que o perfil antropológico do ser humano não se confunde com o perfil delineado no século passado – é o cidadão urbano que, provindo dos meios sociais legitimados, busca ou preservar sua situação social, ou ascender na sociedade por meio do trabalho e da aquisição de hábitos da cultura erudita. Cf. Shaff (1985).

o que se discutir na prática pedagógica alfabetizadora, porque o modelo teórico de alfabetização que atende a este fim já está prescrito e consolidado na escola tradicional, secularmente conhecida. Havendo, então, condições satisfatórias (recorde-se, tais condições são a motivação, a prontidão cognitiva e motora, e a perspectiva de inserção social) o comportamento alfabetizado há de surgir no indivíduo, mais cedo ou mais tarde. Por outro lado, não havendo condições satisfatórias (enfim, não sendo satisfeitas as três condições), o alfabetizando pode perfeitamente passar sem grafismo, pois a sociedade não o absorverá de qualquer modo.

Se o parâmetro ético da alfabetização for o desenvolvimento do cidadão integrado a si e ao mundo, então, há de se discutir a teoria que está norteando a prática alfabetizadora. A automotivação torna-se condição imperativa da atitude alfabetizadora e o universo de códigos a se considerar multiplica-se, já que os diferentes segmentos da sociedade empregam preferencialmente instrumentos de expressão diferentes e singulares. Integrar-se a si mesmo é, antes de mais nada, reconhecer a legitimidade de sua cultura pessoal e conhecê-la em profundidade. Integrar-se ao mundo consiste em estar apto a dialogar com o outro, dentro e fora do grupo social a que pertence. A escola, porém, não pode antecipar, nem a forma de todos os mecanismos particulares de expressão, nem os procedimentos heurísticos que cada indivíduo emprega no uso destas formas de expressão. Assim sendo, a alfabetização passa, simultaneamente, a operar com o conjunto de códigos e registros dos diferentes segmentos da sociedade e a agir junto ao alfabetizando de modo a torná-lo capaz de reconstruir mentalmente cada código com o qual possa se deparar no trânsito social.

A prática alfabetizadora, numa tal dimensão ética, necessita embasar-se numa teoria sobre alfabetização que defina um modelo de indivíduo diferente daquele prescrito pelo perfil de sujeito-escolar no século XIX. Por este motivo, esta teoria a embasar a prática alfabetizadora deve ser coerente sob todos os aspectos, a fim de que não venha a suscitar dúvidas quanto à natureza do sujeito considerado no processo de alfabetização.

O que discuto a seguir é o papel que a hipótese inatista da lingüística chomskiana assume na teoria de alfabetização descrita em Ferreiro & Teberosky (1974). Minha intenção será estudar as conseqüências, para a prática alfabetizadora semiótica, de se considerarem os universais lingüísticos na concepção da *psicogênese da língua escrita*.

2 A natureza dos Universais Lingüísticos e das Hipóteses de Trabalho em Chomsky (1965)

A lingüística gerativa trouxe contribuições interessantes para o desenvolvimento das ciências da linguagem. Entre elas, uma das que mais contribuiu para o desenvol-

vimento de estudos subseqüentes foi o modelo epistêmico concebido para explicar a aquisição da língua materna.¹³ O modelo chomskyano de aquisição da linguagem é baseado na hipótese de que a mente humana seja geneticamente dotada de um mecanismo especificamente destinado à aquisição da *linguagem**, denominado LAD (*Language Acquisition Device: Dispositivo de Aquisição da Linguagem*, nos termos descritos em Chomsky, 1965). A pressuposição de um mecanismo de tal ordem está embasada numa concepção particular acerca do modo como funciona e se organiza a mente humana, e está respaldada em certas evidências empíricas que exponho adiante.

Para que se possa admitir a existência de LAD, nos termos descritos pela lingüística chomskyana, é necessário admitir que:

- (i) a mente seja dotada de certos estados cognitivos *a priori* (ou inatos) cujo papel é dar uma organização particular aos dados empíricos da realidade;
- (ii) a mente seja composta por diversos (ou pelo menos dois) universos cognitivos autônomos, a fim de se justificar que o processamento da *linguagem** possa ser arrolado à margem de outros processamentos cognitivos de outra ordem.

A fragmentação da mente em diferentes estados cognitivos autônomos é uma invenção da epistemologia contemporânea, em princípio inconcebível nas epistemologias não-fragmentalizantes dos séculos anteriores. A propósito, recorde-se, a epistemologia contemporânea mais especificamente se dissocia das anteriores, por admitir a impossibilidade de um discurso científico conseguir interpretar a totalidade da razão, através de sua ótica irremediavelmente simplificadora. As teorias sobre a modularidade da mente resumem a própria modularidade da ciência neste século, prioritariamente voltada à especialização e à compartimentalização do saber. Uma teoria lingüística que se embasa em mecanismos fragmentalizadores da mente – tal como o LAD da teoria gerativa – pressupõe que o saber lingüístico possa ser arrolado num campo científico exclusivamente destinado ao estudo da linguagem. Aí, todavia, surge o problema de que, no gerativismo, o termo linguagem está metaforicamente reduzido a *linguagem**, podendo-se, então, inferir que a ciência lingüística seja exclusivamente centrada na explicação das línguas maternas, restritas às suas gramáticas.

A motivação empírica do LAD – e, obviamente, de toda a sua justificativa conceitual – é o fato irrefutável de que o processo de aquisição da língua materna dá-se numa forma comum a toda a espécie humana, independentemente da qualidade do sinal externo recebido¹⁴ (a língua a que o indivíduo se submete quando criança) e

13 Na literatura gerativista, geralmente se confunde o termo *linguagem* com *língua materna*. Aqui neste trabalho, estou considerando como *linguagem*, exclusivamente, a propriedade humana de construir e empregar sistemas simbólicos, à forma como Saussure descreveu a *Faculdade de Linguagem*. A língua materna é apenas um dos produtos da faculdade de linguagem, correspondente à forma oral de língua adquirida pela criança. A fim de evitar ambigüidade, todas as vezes em que me referir ao termo *linguagem* no sentido de língua materna (conforme Chomsky), vou adotar a convenção *linguagem**.

atendendo a um intervalo etário igualmente comum à espécie. De fato, qualquer criança, em qualquer ponto do planeta e sob quaisquer circunstâncias sociais, é capaz de dominar o sistema gramatical de sua língua materna, no mesmo período em que as demais crianças o fazem. O LAD (geneticamente concedido à criança) seria o responsável pela homogeneidade na aquisição da *linguagem**.

Mas o que justifica o LAD como parte de uma teoria modular da mente não é exatamente o seu aspecto filogênico, mas, sim, o seu estado, relativamente aos demais mecanismos de cognição. A fim de dominar a língua materna, a criança processa, num espaço extremamente curto de tempo, uma infinidade de operações mentais de ordem complexa, cuja reprodução a mesma criança não pode proceder em outras circunstâncias alheias ao processo de aquisição da *linguagem**. O tipo de análise realizada pela criança para compor mentalmente a estrutura da gramática da língua materna é infinitamente mais complexa do que qualquer outra atividade cognitiva que ela é capaz de processar durante o mesmo período etário. Em razão disto, Chomsky (1965) formula a hipótese de que o LAD venha a constituir uma região cujo funcionamento é autônomo com relação a outros mecanismos cognitivos, haja vista que este não poderia ser acionado com tamanha precisão, caso dependesse de outros mecanismos, ainda incapazes de processar o mesmo tipo de função mental. Esta explicação, por si, suporta a natureza autônoma do LAD dentro da teoria da gramática e, em consequência, legitima a modularização da mente.

Os instrumentos de que o LAD é composto são os UNIVERSAIS LINGÜÍSTICOS, que reúnem informações por meio das quais a criança investe na análise dos sinais da língua oral, falada à sua volta, e testa diferentes possibilidades de gramática que se adequem aos dados percebidos. Os universais lingüísticos não se confundem com fatos estruturais de gramáticas específicas, o que vale dizer que uma criança, ao nascer, não possui nenhum tipo de informação que se assemelhe minimamente a gramáticas de línguas naturais. Estes dados universais concentram-se em informações que determinam o tipo de hipótese que a criança deve formular para construir mentalmente uma gramática adequada a línguas naturais. Assim, por exemplo, os universais lingüísticos seriam os elementos que induziriam a criança a desprezar um espirro como elemento gramatical, mesmo se tratando de um ruído emitido pelos seres humanos. Em outras palavras, os universais preestabelecem aquilo que possivelmente pode fazer parte de uma gramática e excluem tudo aquilo que, sob nenhuma circunstância, pode figurar como parte de uma gramática.

Nesta perspectiva, os universais apresentam à criança uma CLASSE POTENCIAL de elementos gramaticais. Isso explicaria, então, por que a criança seria capaz de, num espaço de tempo tão limitado e sob condições, na maioria das vezes, adversas, discernir, entre os sons que escuta, aqueles, e somente aqueles, que são lingüísticamente relevantes, e, paralelamente, construir um conhecimento que lhe permitirá empregar uma gramática. Deve-se ter em mente, então, que os universais lingüísticos

14 Cf. Chomsky (1965; 1986).

atuam de maneira seletiva, exclusivamente centralizada em sinais acústicos verbais, cuja natureza é filogenética, e não social.

O LAD pressupõe um processamento cognitivo, heurísticamente caracterizado por um ciclo de hipóteses acerca da forma adequada da gramática, subjacente ao sinal acústico da sua língua materna. Isto significa que, entre o início e a conclusão do processo de aquisição da *linguagem**, a criança formula uma série de gramáticas provisórias, que se substituem por outras mais adequadas, a cada momento em que uma hipótese é substituída por outra. Digamos que, baseada na observação e análise de um conjunto de 100 sentenças do português (considerando-se isto apenas como um exemplo ilustrativo), a criança formule uma gramática provisória da língua em que estas sentenças foram codificadas. Assim, por exemplo, consideremos que a criança formule a hipótese de que todos os verbos no português se conjuguem do mesmo modo que se conjuga o verbo FALAR. Digamos, então, que, em seguida, um outro conjunto de sentenças apresente um fator que contrarie as conclusões obtidas anteriormente, levando a que se reformule a primeira gramática provisória por outra, igualmente provisória, em que se reformula a hipótese acerca da conjugação verbal. Suponhamos, seguindo o exemplo já citado, que, nesse conjunto de frases, a criança perceba que alguns verbos se conjugam como FALAR e outros, como o verbo COMER. A passagem da primeira gramática provisória para a segunda constitui um salto qualitativo no percurso para a elaboração mental da gramática final.

Uma das características mais singulares que o LAD impõe à teoria da gramática é o fato de que o ponto de parada do processo de aquisição da *linguagem** fica irremediavelmente em aberto, uma vez que não se tem a menor garantia de que, mesmo sendo hábil falante de uma língua, o indivíduo não esteja sistematicamente atualizando sua gramática, no sentido de torná-la mais adequada aos sinais que escuta. Na medida em que as línguas encontram-se em eterno processo de transformação estrutural, é plausível supor que o processo de aquisição da *linguagem** não esteja nunca completo.

Esta concepção epistemológica da gênese e da manutenção da gramática de uma língua traz conseqüências radicalizantes para a teoria da gramática. Impedida pela concepção de que a gramática mental de uma língua possa estar eternamente sendo atualizada, a lingüística gerativa admite que o único procedimento heurístico capaz de, verdadeiramente, legitimar a prática lingüística consiste em reproduzir o esforço do falante em formular uma gramática através de ciclos sucessivos de hipóteses. Os compêndios de gramática descritiva elaborados anteriormente deixavam de suscitar interesse,¹⁵ na medida em que jamais poderiam se aproximar da realidade mental que constitui o processo de aquisição da *linguagem**. Por este motivo, a teoria gramatical passou a ser encarada como uma teoria que formula hipóteses acerca do modelo ideal de aquisição da *linguagem**, constituindo-se, assim, ao mesmo

15 Excluo desta generalização os estudos de Saussure, eminentemente teóricos, cuja idéia de sincronicidade não exclui a mutabilidade – um efeito obtido pela noção de diacronia. Cf. Senna (1994).

tempo RACIONALISTA (por se pautar na leitura do esforço cognitivo humano) e CONCEPTUALISTA (por se organizar de modo a produzir conceitos teóricos acerca de fatos gramaticais, e não constructos teóricos prontos).

Uma gramática, na acepção tradicional do termo, torna-se epistemologicamente intangível, na medida em que nenhuma leitura que se faça dos sinais acústicos poderá, efetivamente, redundar na leitura dos fatos de uma língua. Gramática, a partir do gerativismo chomskyano, passa a ser considerada uma TEORIA SOBRE UM ESTADO POSSÍVEL DA LÍNGUA, uma hipótese a ser comprovada ou refutada.

Em princípio, há alguns aspectos do conceptualismo lingüístico que são inadequados à concepção teórica da alfabetização semiótica. Vejamos, a seguir, que conseqüências se obtêm quando se confrontam o conceptualismo e a teoria semiótica da alfabetização.

3 Conseqüências da pressuposição do LAD na alfabetização semiótica

O conceptualismo lingüístico tem certas propriedades interessantes para a teoria da alfabetização numa ótica semiótica. Uma delas, por exemplo, é a consideração de que a atitude cognitiva gera hipóteses que se atualizam sistematicamente, conforme as necessidades de se adequarem à realidade empírica. No caso específico da polêmica relação do indivíduo com o código escrito, assinalo um ponto positivo e outro discutível.

O ponto positivo de se aplicar uma teoria conceptualista sobre a alfabetização consiste em admitir que o processo que levará ao domínio do código é, não apenas gradual, mas cíclico e constante. Um processo cíclico, neste caso, significa que o alfabetizando passa por diferentes estágios durante a aprendizagem do código que se predispõe a aprender e que, possivelmente, estes estágios atendam a uma seqüência de estados qualitativamente crescentes e previsíveis a partir de uma certa lógica interna. Ao mesmo tempo, tal como no processo de aquisição da *linguagem**, cada estágio no processo de domínio do código é uma resposta ao esforço cognitivo de realizar um ato comunicativo e uma hipótese acerca daquilo que se compreende como estrutura interna deste código.

O processo de domínio do código é constante, porque é pouco provável que o indivíduo consiga satisfazer-se empregando este código sem jamais lhe acrescentar uma nova técnica, uma nova alteração, que lhe permita lidar com novas necessidades comunicativas.

O conceptualismo, portanto, parece ser um referencial teórico compatível com as expectativas de uma teoria alfabetizadora semiótica, tal como definida aqui anteriormente. Todavia, não se pode perder de vista o fato de que uma prática alfabetizadora semiótica não caminha isoladamente de outras práticas pedagógicas empregadas na escola, ou tampouco das próprias expectativas da sociedade. O fato

é que, a despeito da individualização do processo alfabetizador e da conseqüente ruptura com a crença de que se tenha um prazo delimitado para concluir este processo, é inevitável que, num determinado momento, a sociedade (e a própria escola) passe a cobrar um *ponto médio* ideal de emprego do código. Isto se percebe mais nitidamente com relação ao código escrito, já que sua natureza não é individual e sim *legal*. Nem a escola nem os indivíduos isolados podem intervir na forma final do código escrito, cuja estrutura pertence ao domínio público e cuja forma é prescrita em lei. Dá-se, então, que a abertura que o conceptualismo prevê no emprego de estados hipotéticos do código escrito gerará comportamentos verbais socialmente ilegítimos.

O problema de se poderem estabelecer enunciados escritos ilegítimos faz-nos retornar a uma questão que, através do conceptualismo, não se pode aventar: *quando o aluno irá dominar o código?* Ao mencionar esta questão, tenho, por ora, outra em mente: a aplicabilidade do LAD ao domínio de uma teoria sobre alfabetização.

A idéia de que os universais lingüísticos possam delimitar uma classe de gramáticas possíveis (princípio básico do LAD) pode ser inspiradora de uma idéia de que haja o mesmo tipo de universais para a aquisição de outros códigos, além da língua materna. Todavia, diversos aspectos sugerem ser inadequada a postulação de um LAD que incorpore tanto a língua materna, quanto outros tipos de código. Dois destes aspectos eu discutirei a seguir: a falta de *motivação empírica* e a falta de *motivação epistemológica*.

A justificativa empírica apresentada em Chomsky (1965) para a existência de um LAD não é aplicável ao processo de desenvolvimento de códigos distintos da língua materna, apesar de se ter generalizado equivocadamente o termo *Language** na teoria gerativa. No que tange à aquisição da língua materna, as evidências de Chomsky procedem, haja vista que qualquer criança manifesta um processamento cognitivo de tal ordem, que lhe permite derivar, num espaço de tempo espantosamente curto, um conhecimento que, efetivamente, assegura o emprego de uma língua num prazo razoável. Tal fato tende a se manifestar na espécie humana, independentemente de quaisquer fatores externos, sejam facilitadores ou dificultadores. A expectativa de sucesso na aquisição espontânea da língua materna é, ao mesmo tempo, condição e conseqüência de um LAD, porque:

- (i) o seu caráter filogênico está condicionado à observação de que toda a espécie humana é capaz de desenvolver uma língua materna sob as condições descritas aqui, sendo esta, portanto, a condição da concepção teórica do LAD;
- (ii) tendo, então, caráter filogênico, o LAD postula que o sucesso na aquisição da língua materna seja, obviamente, inevitável, constituindo, este fato, assim, sua conseqüência.

Apesar de ser próprio do ser humano manifestar-se simbolicamente por meio de outras formas lingüísticas além da língua materna, não se pode afirmar que estas outras formas de linguagem tenham o mesmo tipo de gênese que aquela prevista na

teoria que postula o LAD. Ao contrário, as manifestações de linguagem situadas além do domínio da língua materna são, além de tardias (comparativamente àquela), extremamente heterogêneas e condicionadas a fatores extracognitivos, em particular, fatores culturais. No que diz respeito ao caso específico da língua escrita, a situação se agrava por dois motivos: primeiramente porque existe uma considerável parcela da humanidade que não detém nenhuma técnica de registro escrito e, depois, porque, entre as culturas gráficas, existe uma grande heterogeneidade de grafias.

Quando se transporta a concepção teórica de um LAD para o domínio de uma teoria sobre alfabetização, transporta-se, igualmente, a concepção de que existam universais lingüísticos a restringir uma classe possível de símbolos gráficos. Então, pergunta-se:

a) é possível restringir uma classe de símbolos gráficos não-pictóricos, dada a diversidade de sinais empregados pela humanidade?

b) é possível haver alfabetização sob condições externas adversas ou sem uma plena consciência sobre o ato alfabetizador?

Certamente a resposta para ambas as questões será negativa. Basta considerar o fato de que uma criança brasileira, ainda não alfabetizada, possivelmente identifique uma função expressiva numa página de papel, grafada com caracteres da língua portuguesa escrita, mas, de certo, não identifique a mesma função numa tábua repleta de pictogramas. O fator social, neste caso, é condicionante do direcionamento que a criança impõe à interpretação dos símbolos gráficos, sendo este, assim, um condicionamento de ordem distinta de qualquer aspecto considerado nos universais do LAD. Ao mesmo tempo, assinale-se, qualquer indivíduo torna-se hábil no emprego de um código gráfico através de uma ação consciente e reveladora da estrutura típica deste código. Vale dizer que a teoria que se emprega para construir a habilidade de uso de um código gráfico é uma meta-teoria, na medida em que pode ser totalmente revelada pelo sujeito. Já no caso da língua materna, o processo de aquisição é regido por leis estritamente cognitivas e inconscientes para o falante, constituindo, assim, o que Aureau (1992) denominou conhecimento epilingüístico: um conhecimento sobre o qual não se tem metalinguagem, tal como o conhecimento que nos permite andar, respirar, enxergar etc.

Deste modo, para que se possa adotar numa teoria sobre alfabetização algum tipo de dispositivo conceitual como o LAD, resta-nos optar entre:

a) admitir um LAD como o postulado em Chomsky (1965):

Esta opção nos força a abrir mão de qualquer possibilidade de uma teoria semiótica acerca da alfabetização, porque a única forma de se absorverem os universais lingüísticos (e mais uma vez recordo que estes são a base conceitual do LAD) na alfabetização é retornar à tese mecanicista de que a língua escrita seja um retrato fiel da língua materna. Assim, e somente assim, é possível postular que se

possa conceber o aprendizado do código escrito nos mesmos termos em que se concebe a aquisição da língua materna.

b) admitir que o LAD seja um mecanismo geral de aquisição de sistemas semióticos:

Com esta opção, aparentemente mais atraente do que a anterior, é possível absorver um LAD numa teoria semiótica de alfabetização. Todavia, este LAD deixa de ser compatível com o concebido em Chomsky (1965) e não pode mais ser constituído de universais de natureza lingüística, mas, sim, semiótica – admitindo-se a precisa extensão dos termos, sugerida por Saussure.¹⁶ Apesar da coerência entre os objetos desta nova versão do LAD e os demandados numa teoria semiótica de alfabetização, esta opção destrói por completo a motivação de um LAD no seu sentido conceitual filogenético. É impossível sustentar um tal tipo de conceito, uma vez que o LAD não seria acionado homoganeamente, seja quando da aquisição da língua materna e, posteriormente, dos demais códigos semióticos, seja quando da aquisição dos inúmeros e imprevisíveis tipos de códigos gráficos que a humanidade emprega.

c) admitir dois LADs distintos: um estritamente lingüístico; outro semiótico:

Esta opção não faz outra coisa, senão mascarar o problema, porque, se por um lado resolve o impasse de a língua oral conceber-se de modo diferente do modo através do qual são concebidos os demais códigos, por outro tende a reduzir o processo de alfabetização exclusivamente àquilo que é pura manifestação autônoma da faculdade de linguagem, assim, incluindo-se exclusivamente manifestações semióticas primárias. A escrita, por exemplo, cuja aparição é muito tardia (seja com relação à língua materna, seja com relação às manifestações semióticas primárias, como grafismo, musicalidade, gestualidade etc.), depende de um conhecimento metateórico que contrarie o tipo de produto derivado de um LAD qualquer. Em consequência disto, o emprego de dois tipos distintos de LAD, tal como proposto, distancia a teoria sobre alfabetização de uma teoria epistemológica a ela associável.

Ao se resgatar o LAD nas circunstâncias da opção c), admite-se na teoria da alfabetização uma metáfora heurística, que a reduz a uma *estratégia método-pedagógica*. A base desta metáfora é a associação livre que se faz entre os mecanismos cognitivos que condicionam o comportamento simbólico da espécie humana (perfeitamente explicáveis a partir de um LAD) e os mecanismos cognitivos de outra ordem, empregados para a construção mental dos códigos gráficos. Com este tipo de associação metafórica, não se obtêm argumentos suficientes para sustentar uma teoria

¹⁶ Saussure estabelece a *semiologia* como a ciência que tem por domínio o estudo das manifestações genéricas da faculdade de linguagem. A *lingüística* é apenas uma porção da semiótica, encarregada de estudar os fenômenos verbais (particularmente os orais).

sobre alfabetização, mas, sim, e somente, uma hipótese heurística que induz a certas condutas alfabetizadoras.

Com base nas considerações que apresentei, passo, então, a discutir a situação dos universais lingüísticos na teoria de alfabetização de Ferreiro & Teberosky (1974).

4 A natureza das hipóteses no discurso de Ferreiro & Teberosky (1974)

Nestas conclusões finais, gostaria de polemizar a situação conceitual das hipóteses adotadas na teoria da psicogênese da língua escrita, tal como formulada em Ferreiro & Teberosky (1974). A psicogênese da língua escrita resgata do inatismo chomskyano a noção de que o indivíduo tem, por condicionamento filogenético, a capacidade de identificar o valor simbólico de um sinal empregado com fins comunicativos, em seguida analisá-lo, construir gradativa e positivamente um conhecimento acerca de sua estrutura e, finalmente, empregá-lo em situações comunicativas. Esta sucessão de atos resume o percurso por que passa o alfabetizando para realizar a psicogênese da língua escrita.

As hipóteses aludidas em Ferreiro & Teberosky (1974) constituem os estados provisórios que representam o conhecimento acerca do código, durante o processo de psicogênese. Deste modo, tais hipóteses relacionam-se diretamente (segundo a metáfora heurística descrita na seção anterior) às hipóteses que redundam em teorias de gramática no processo de aquisição da língua materna pela criança. Na medida em que, como já vimos anteriormente, não existe motivação filogenética para se postular alguma isomorfia entre a aquisição da língua materna e o aprendizado do código escrito, a menção às hipóteses em Ferreiro & Teberosky (1974) constitui uma estratégia metodológica e não uma verdade científica que possa justificar uma teoria acerca da psicogênese da língua escrita.

Outro aspecto a se considerar, relativamente à impropriedade de se adotar uma perspectiva conceptualista como a de um LAD numa teoria semiótica de alfabetização (tal como a de Ferreiro & Teberosky 1974), é o fato de que uma concepção modular da mente contraria, de maneira radical, o caráter semiótico, interdisciplinar e totalizador da dimensão ética da prática alfabetizadora semiótica. Assim sendo, além de fragilizar a concepção teórica da psicogênese da alfabetização, a pressuposição do LAD em Ferreiro & Teberosky (1974) compromete, também, a execução do seu projeto método-pedagógico, na medida em que tende a levar ao reforço de uma convicção inconveniente: a de que se possa tratar, isoladamente, da língua escrita, em detrimento das demais modalidades de códigos gráficos.

A solução deste problema demanda, em primeiro lugar, que seja definida com maior rigor a natureza epistemológica da mente humana dentro da teoria da psicogênese da língua escrita. A noção de mente a ser empregada numa teoria semiótica

de alfabetização não pode, em nenhuma circunstância, delinear ou, tampouco, aludir a uma setorização do conhecimento. Conseqüentemente, um LAD (e seus universais lingüísticos) deve ser redirecionado a uma teoria mais abrangente sobre cognição, à luz de mecanismos gerais de inteligência, como sugerido, por exemplo, nos estudos de Piaget. Isto, porém... deixo para outro trabalho.

GOMES SENNA, L. A. Psychogenesis of written language, linguistic universals and theories about literacy. *Alfa (São Paulo)*, v.39, p.221-241, 1995.

- **ABSTRACT:** *What is there between linguistic universals and the psychogenesis of written language? In this paper, I make some polemic questions about a conceptual constraint on the use of Chomskyan linguistics in a semiotic theory of literacy. Chomsky's universals – based on Language Acquisition Device (LAD) and on a modular mind – may put in danger the whole project of a psychogenetic approach of the written language development, once there is no phylogenetic motivation for literacy being enrolled by the same way one explains first language acquisition.*
- **KEYWORDS:** *Linguistic universals; language acquisition device; literacy; neoconstructivism.*

Referências bibliográficas

- 1 AURAUX S. *A revolução da gramatização*. Campinas: Unicamp, 1992
- 2 BERNSTEIN, B. *Theoretical studies towards a sociology of language*. London: Paladin, 1971.
- 3 CHOMSKY, N. *Aspectos da teoria da sintaxe*. Coimbra: A. Amado, 1965.
- 4 _____. *O conhecimento da língua: sua natureza, origem e uso*. Lisboa: Caminho, 1986.
- 5 FERREIRO, M., TEBEROSKY, A. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1974.
- 6 FONTAINE, J. *O círculo lingüístico de Praga*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- 7 KUHN, T. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: Chicago University Press, 1962.
- 8 LABOV, W. *Language in the inner city*. Philadelphia: PUP, 1972.
- 9 NEVES, M. *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- 10 PAVEL, T. *A miragem lingüística: ensaio sobre a modernização intelectual*. Campinas: Pontes, 1988.
- 11 RAPOSO, E. *Teoria da gramática*. A faculdade da linguagem. Lisboa: Caminho, 1992.
- 12 SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1916.
- 13 SCHMIDT, S. *Lingüística e teoria do texto*. São Paulo: Pioneira, 1978.
- 14 SENNA, L. A. *Pequeno manual de lingüística geral e aplicada*. Rio de Janeiro: s.l., 1991.
- 15 _____. Modelos mentais na lingüística pré-chomskyana. *DELTA (São Paulo)*, v.10, n.2, p.339-72, 1994.

- 16 SHAFF, A. *A sociedade informática*. São Paulo: Brasiliense, Editora UNESP, 1985.
- 17 SOARES, M. *Linguagem e escola: uma abordagem sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1986.
- 18 VYGOTSKY, L. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes. (Reimpressão, 1992).

Bibliografia consultada

- BISCHOF, N. Como as hipóteses de trabalho podem ser necessárias. In: PIATELI-PALMARINI, M. *O debate entre Piaget e Chomsky*. São Paulo: Cultrix, 1978. p.293-301.
- BLOOMFIELD, L. *Language*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1933.
- DESCARTES, R. *O discurso do método*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s.d.
- DOSSE, F. *História do Estruturalismo - 1. O campo do signo 1945/1966*. Campinas: Ensaio, Unicamp, 1991.
- GRAYEFF, F. *Exposição e interpretação da filosofia teórica de Kant*. Lisboa: Edições 70, 1958.
- HAWKINS, D. (Org.) *Explaining language universals*. Dordrecht: Blackwell, 1991.
- HIRTLE, D. Linguistics and the dimensions of language. *LINGUA*, v.67, 1985.
- KANT, E. *Crítica da razão prática*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1966.
- KATZ, J. *The philosophy of linguistics*. Cambridge, UK: CUP, 1983.
- PIATELI-PALMARINI, M. *O debate entre Piaget e Chomsky*. Trad. Portuguesa: São Paulo: Cultrix, 1978.
- SEVERINO, E. *A filosofia contemporânea*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- WITTGENSTEIN, J. *Philosophische Untersuchungen*. Oxford: B. Blackwell. (Reimpresso em 1968).

A HARMONIZAÇÃO VOCÁLICA NA BAHIA (DADOS DO APFB)

Vandersí Sant'Anna CASTRO¹

- RESUMO: Com base em dados do *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (APFB), o presente estudo procura mostrar que a harmonização vocálica – elevação ou fechamento das pretônicas /e/ e /o/ e > i; o > u) seguidas de uma tônica alta (/i/ ou /u/) – é atestada em toda a extensão da Bahia, e em índices significativos. Conseqüentemente, o contexto /___ tônica alta se revela um fator que desfavorece a abertura das pretônicas /e/ e /o/ (e > ε; o > ɔ), considerada por Sílvia Elia (1975) como um traço regional típico do Nordeste brasileiro.
- PALAVRAS-CHAVE: Harmonização vocálica; *Atlas prévio dos falares baianos*; dialectologia; fonologia.

Este trabalho se insere no âmbito de uma investigação mais ampla sobre a abertura das pretônicas na Bahia, com base em dados do *Atlas prévio dos falares baianos* (Rossi, 1963). O objetivo deste estudo mais restrito é verificar se o contexto /___ tônica alta desfavorece a abertura das pretônicas /e/ e /o/ (e > ε; o > ɔ). Ou seja, é verificar se a chamada “harmonização vocálica”, caracterizada pela elevação da pretônica nesse contexto (e > i; o > u), ocorre na Bahia e em que condições.

A primeira observação sobre esse fenômeno de harmonização vocálica é atribuída² a Sousa da Silveira (1964) que assim se expressou em relação à pronúncia do Rio de Janeiro:

“Nos verbos *esquecer* e *dever*, sempre que a vogal tônica é ê fechado ou a, o e antetônico se pronuncia ê

Sendo, porém, *i* a vogal tônica, o e antetônico soa *i*:

esqueci (= esquici)

devi (= divi)

esquecia (= esquicia)

devia (= divia)

esquecíamos (= esquiciamos)

devíamos (= divíamos)

No verbo *remeter* ... sendo *i* [a vogal tônica] soa *i* [a pretônica]: remeti (= rimiti), remetia (= rimitia)”.³ (p.285)

1 Departamento de Linguística – Instituto de Estudos da Linguagem – Unicamp – 13081-970 – Campinas – SP.

2 Serafim da Silva Neto, 1970, p.611, nota 47.

3 Os exemplos apontam, inclusive, uma harmonização sucessiva.

E ainda:

quando formamos com o sufixo -inho diminutivos de vocábulos cuja vogal tônica é *ô*, mantemos no diminutivo o som *ô*, isto é, não o ensurdecemos em *u*: de corpo, *cô*rpinho, de *fô*lha, *fô*lhinha. Mas se já não nos lembramos de que o vocábulo é morfologicamente um diminutivo, pronunciamos-lhe o *o* como *u*: *folhinha* (*u*) = calendário; *corpinho* (*u*) = peça de vestuário que se ajusta ao corpo. (p.281)

Sobre o mesmo fenômeno e ainda em referência ao "dialeto carioca", afirma Mattoso Câmara (1970):

No registro informal do dialeto carioca, as oposições ... entre /o/ /u/, de um lado, e, de outro lado entre /e/ e /i/ ficam prejudicadas pela tendência a harmonizar a altura da vogal pretônica com a da vogal tônica quando esta é átona [SIC] [alta]. Souza da Silveira, em termos fonéticos, tratou com acuidade do fenômeno (Silveira, 1939, p.355), chamando-o "harmonização vocálica". A rigor, diante de /i/ ou /u/ tônicos, /e/ e /o/ só aparecem com firmeza em vocábulos inusitados na linguagem coloquial e por isso não encontramos num registro informal, como *fremir*, e alguns outros. A distinção entre *comprido* "longo" e *cumprido* "executado" é, por exemplo, praticamente gráfica, pois a pronúncia corrente, por causa da harmonização no primeiro vocábulo, é nos dois vocábulos /kuNpri'du/. (p.34).

Serafim da Silva Neto (1970), ao retomar a questão, mencionando inclusive os dois autores acima citados, estende a referência para todo o Brasil, como se pode deduzir de suas palavras:

no Brasil, o e pretônico está sujeito a dois tipos de harmonização vocálica: *e-i > i-i* e *e-u > i-u*. Eis exemplos do primeiro: feliz filiz; pepino pipino; medida midida; menino minino; ferida firida; perigo pirigo; avenida avinida; bem-te-vi bem-ti-vi. E do segundo, na verdade menos freqüente: veludo viludo; seguro siguro; peludo piludo; mas, claramente *verdura*. (p.611)

E quanto ao *o* pretônico, Serafim da Silva Neto retoma as observações de Sousa da Silveira a respeito de *fulhinha* (= calendário) e *curpinho* (= "colete de senhora"), complementando:

Temos assim a fórmula *o-i > u-i*, de que podemos apresentar outros exemplos: ortiga > urtiga; cobiça > cubiça; moringa > muringa; focinho > fucinho; botina > butina; cortina > curtina; bonito > bunito.

Parece haver tendência, igualmente, para uma harmonização vocálica do tipo *o-u > u-u*: gordura > gurdura; fortuna > furtuna; cortume > curtume; corrupção > currupção.

Acreditamos em que a seqüência de um *i* ou de um *u* na sílaba seguinte seja uma condição fonética favorável, embora nem sempre válida: cf., por exemplo, mortificar, domínio. (p.611-2)

Sílvio Elia (1975), com base nas diversas fontes que utilizou para estudar a "Unidade e [a] diversidade fonética do português do Brasil", identifica a abertura das pretônicas como um traço regional do nordeste, e, referindo-se às regiões onde essa

abertura não ocorre (do Nordeste para o Sul)⁴ apresenta exemplos em que inclui, sem destacar, casos de harmonização em Goiás (citando Aparecido Teixeira), no Rio de Janeiro (conforme Antenor Nascentes), em São Paulo (segundo Amadeu Amaral) e no Rio Grande do Sul (citando Elpídio Paes). Mas, mesmo no nordeste, pode-se atestar a elevação da pretônica, como ocorre em "murrinha" e "muldura", casos que se incluem, sem destaque, entre os exemplos apresentados por Sílvio Elia (citando Mário Marroquim) como fuga à tendência de abertura da pretônica.

Mais recentemente, Leda Bisol (1988), com base em dados do projeto NURC, analisou a harmonização vocálica na fala culta de Porto Alegre, considerando fatores como a nasalização e consoantes vizinhas da pretônica (precedentes ou seguintes); acento e posição da vogal alta. A autora pôde concluir que:

- "a vogal assimiladora é a alta da sílaba imediatamente seguinte, independentemente de ser acentuada" (p.3);⁵
- a regra de harmonização vocálica "é uma regra variável que pode envolver articulações sucessivas (peregrino-peregrino-pirigrino)" (p.18-9);
- uma "conjugação de fatores positivos ... cria motivação maior" para o uso da regra, explicando-se a realização privilegiada de *curuja* (e não *coruja*) pela "ação combinada" da vogal alta e da consoante velar precedente (p.19);
- "diferentes fatores fazem parte da contextura da regra: a atonicidade permanente da vogal candidata; a nasalidade, um elemento que favorece a elevação de *e* e desfavorece a elevação de *o*; a consoante vizinha, que desempenha um papel diversificado: a alveolar tende a preservar *e* e *o*; a labial, a conduzir a modificação de *o*; a velar, o mais das vezes a ser um fator positivo, assim como a palatal da posição seguinte" (p.19).

Conforme a bibliografia mencionada, a harmonização vocálica já foi atestada em diversas regiões brasileiras e é mesmo tida, por alguns autores, como um traço geral do Brasil.⁶ Neste trabalho, o que se pretende é verificar, com base em dados do APFB, se ela ocorre na Bahia, e em que condições.

Nas cartas do APFB atestei a ocorrência de 29 vocábulos relevantes para a questão em estudo:⁷

4 Embora não disponha de dados da Bahia, Sílvio Elia acha provável que esse Estado também apresente a abertura da pretônica (p.192-3).

5 "/u/ se revelou um condicionador fraco de *e*" (p.3).

6 É o caso de Serafim da Silva Neto, conforme observei anteriormente (cf. p.3). Parece ser o caso de Leda Bisol, para quem as explicações para a prática ou não da harmonização vocálica "devem ser buscadas nos mecanismos que regem o sistema, por tratar-se de uma regra natural do português (*coruja* - *curuja*, *mentira* - *mintira*), cujas origens remontam ao Latim do século IV d.C." (op. cit., p.1). Mas não é o caso de Sílvio Elia, que não arrola a harmonização vocálica entre aqueles que considera como "traços fonéticos gerais" do Brasil (op. cit., p. 179-191).

7 Para melhor controle dos dados incluí na análise os seguintes casos:

- *toitiço* (c.56) em que o /o/ pretônico constitui ditongo com /i/;
- *culla* (c.105), *sambuída* (c.22), *sirrillo* (c.35), *pulia* (c.85), *tutuga* (c.51), *cutuba* (c.51), *situba* (c.51), *vilide* (c.94) (de velar?), de cuja etimologia não estou segura, ficando para mim a dúvida se houve elevação de pretônica ou se tais vocábulos já trazem originalmente uma pretônica alta em sua forma fonológica.

COM /i/ TÔNICA		COM /u/ TÔNICA	
Com pretônica /e/	Com pretônica /o/	Com pretônica /e/	Com pretônica /o/
neblina (c.12)	arco-iris (c.3) ⁸	escuma (c.17)	costura (c.74)
seringa (c.37)	rodicho (c.35)	legume (c.51)	botudo (c.76)
sentida (c.43)	móida (c.43)	peru (c.73)	coculo (c.76)
fedida (c.43)	cornicho (c.53)	seguro (c.105)	econômico (c.105)
espinha (c.91)	borquilha (c.80)	enxu (c.123)	
semítico (c.105)	movido (c.89)	sanguessuga (c.128)	
mesquinho (c.105)	sovina (c.105)		
mestiço (c.138)	roroinha (c.112)		
selim (c.144)	cochonilho (c.149)		
cabecinha (c.44)			

Analisados os dados das cartas, observaram-se os seguintes resultados, apresentados a seguir em quatro tabelas, mantendo-se o agrupamento dos vocábulos adotado no quadro acima.

Tabela 1 – Vocábulos com pretônica /e/ e tônica /i/

Vocábulo	Nº de localidades em que ocorre ⁹	Nº de localidades em que ocorre com pretônica alta ¹⁰	Nº de localidades em que ocorre com pretônica não-alta ¹¹
sentida ¹²	41	41 = 100 %	2 = 4,8 % ¹³
selim	34	33 = 97 %	3 = 8,8 %
neblina	27	27 = 100 %	9 = 33 %
espinha	19	19 = 100 %	-
semítico	4	4 = 100 %	-

8 Só foram considerados os casos em que o composto é realizado como um único vocábulo fonológico, em que se pode identificar sem ambigüidade a sílaba pretônica que precede a tônica com alta.

9 Na grande maioria dos casos, os vocábulos em estudo constituem variantes lexicais que não são atestadas em toda a Bahia.

10 Nas tabelas apresentadas, "pretônica alta" = [ī] e também [ə̄] ; [ū] e também [ũ̄], conforme o caso. Há casos em que a pretônica / e / se realiza como [I] ou [u] (Ex.: neblina), e em que / o / se realiza como [I] ou [u] (Ex.: cochonilho).

11 Nas tabelas, "pretônica não-alta" = [ē] ou [ε̄] ; [ō] ou [ɔ̄], conforme o caso.

12 No caso deste vocábulo, em duas localidades há a co-ocorrência de uma variante com pretônica alta e uma variante com pretônica não-alta (por isso a soma das porcentagens de distribuição das variantes resulta em mais de 100%). Este tipo de co-ocorrência se repete em outros casos nas Tabelas 1, 2 e 3, e evidentemente se reflete nos totais apresentados em cada uma dessas Tabelas.

13 Adotou-se o critério de só se registrar uma casa decimal nas porcentagens e apenas nos casos em que o décimo é igual ou superior a 5.

continuação

Vocábulo	Nº de localidades em que ocorre ⁹	Nº de localidades em que ocorre com pretônica alta ¹⁰	Nº de localidades em que ocorre com pretônica não-alta ¹¹
mesquinho	2	2 = 100 %	-
seringa	2	2 = 100 %	-
cabecinha	2	2 = 100 %	-
fedida	1	1 = 100 %	-
mestiço	1	1 = 100 %	-
Total	133	132 = 99 %	14 = 10,5 %

Tabela 2 - Vocábulo com pretônica / o / e tônica / i /

Vocábulo	Nº de localidades em que ocorre	Nº de localidades em que ocorre com pretônica alta	Nº de localidades em que ocorre com pretônica não-alta
sovina	32	32 = 100 %	-
cochonilho	23	20 = 86,9 %	3 = 13 %
borquilha	17	17 = 100 %	1 = 5,8 %
moída	13	13 = 100 %	-
arco-íris	6	6 = 100 %	-
rodicho	6	6 = 100 %	2 = 33 %
movido	5	3 = 60 %	2 = 40 %
coroinha	1	1 = 100 %	-
cornicho	1	1 = 100 %	-
Total	104	99 = 95 %	8 = 7,6 %

Tabela 3 - Vocábulo com pretônica / e / e tônica / u /

Vocábulo	Nº de localidades em que ocorre	Nº de localidades em que ocorre com pretônica alta	Nº de localidades em que ocorre com pretônica não-alta
enxu	43	42 = 97,6 %	3 = 6,9 %
sanguessuga	40	40 = 100 %	-
peru	17	17 = 100 %	-
seguro	9	9 = 100 %	-
legume	2	2 = 100 %	-
escuma	2	2 = 100 %	-
Total	113	112 = 99 %	3 = 2,6 %

Tabela 4 – Vocábulo com pretônica / o / e tônica / u /

Vocábulo	Nº de localidades em que ocorre	Nº de localidades em que ocorre com pretônica alta	Nº de localidades em que ocorre com pretônica não-alta
costura	22	22 = 100 %	-
botudo	1	1 = 100 %	-
coculo	1	-	1 = 100 %
econômico	1	1 = 100 %	-
Total	25	24 = 96 %	1 = 4 %

Os índices das tabelas indicam que:

1 A harmonização é uma tendência bastante notável na Bahia: por um lado, a elevação da pretônica é registrada em uma porcentagem muito alta das localidades que registram os vocábulos em questão (sempre mais que 95%, considerando-se o total de cada grupo de vocábulos), e por outro lado, o registro da pretônica não-alta se dá em uma taxa baixa das localidades (sempre menos que 10,5%), e, quase sempre, a realização com não-alta co-ocorre com a realização com alta.

Os casos que fogem um pouco a essa tendência, apresentando uma distribuição relativamente alta de pretônica não-alta, merecem um comentário:

a) A taxa de 100% de localidades com pretônica não-alta para *coculo* deve ser relativizada pela insuficiência de dados (o vocábulo ocorre em uma única localidade, uma única vez, não havendo pois a possibilidade de se registrarem outras realizações).

b) A taxa de 40% de pretônica não-alta para *movido* poderia ser justificada: as formas com / ɔ / tônico são as mais comuns na Bahia, ocorrendo inclusive nas localidades onde se registram as realizações paroxítonas com pretônica não-alta [mɔ'vidu]. Talvez seja a "memória" de tais formas com / ɔ / tônico que bloqueie a regra de harmonização. (Seria um processo semelhante ao que ocorre na derivação "*lento, len'tíssimo*, mas não **lin'tíssimo*", em que a "preservação do acento secundário ... intercepta a regra de harmonização vocálica" na forma derivada, conforme Leda Bisol (1988, p.15-6). Esse acento secundário na forma derivada reflete a memória do acento tônico da forma primitiva.

c) Quanto à taxa de 33% de localidades com a realização de / ε / em *neblina*, pode-se observar que:

- as realizações com / ε / coexistem sistematicamente com realizações com pretônica alta;
- presença do /n/ antes da pretônica pode ter favorecido a preservação da vogal média. Segundo Bisol (1988, p.9-10), a "alveolar, incluída a dental, ... cuja articulação

se faz com a língua em posição razoavelmente plana, embora a parte da frente fique levantada, tenderia a não favorecer o processo [de elevação da pretônica], por não ter pontos de semelhança com a vogal assimiladora" [alta];¹⁴

- é ainda possível que haja atuação de um fator geográfico: as realizações com /ε/ ocorrem a leste do Estado, sobretudo na região próxima à capital. Pode ser que se trate de uma área em que a abertura da pretônica seja uma tendência mais notável em relação ao resto do Estado. Isso teria que ser verificado.

d) Quanto aos 33% relativos às realizações de *rodicho* com não-alta, posso observar que essas realizações coexistem com realizações com alta na pretônica; e que também aqui, o número de dados não é muito significativo.

2 A distinção anterior/posterior, quer se refira à vogal tônica, ou à pretônica, não parece ser relevante no processo de harmonização, visto que as tabelas, que isolam esse fator, apresentam índices bastante próximos, não acusando nenhuma relação importante.

A título de conclusão pode-se afirmar que, considerando-se os dados do APFB:

1 A elevação das pretônicas /e/ e /o/ quando seguidas de tônica alta é uma tendência bastante notável na Bahia:

- a) pelo percentual com que ocorre em relação a outras alternativas de realização;
- b) pela extensão geográfica que o fenômeno alcança.

No que diz respeito a (b), já observei anteriormente que os vocábulos relevantes para o estudo da harmonização vocálica, considerados de *per se*, não têm uma distribuição ampla na Bahia, por se tratar, na maioria dos casos de variantes lexicais (cf. nota 9). Todavia, considerando-se os vocábulos em estudo como um todo, constata-se que o fenômeno da harmonização vocálica é atestado em toda a Bahia, já que nenhuma localidade deixa de registrá-lo em relação a um ou outro vocábulo.

2 Em consequência da conclusão anterior, reconhece-se o contexto /__ tônica alta como um contexto que desfavorece a abertura das pretônicas /e/ e /o/ (e > ε; o > ɔ), verificação proposta como um objetivo para este trabalho.

¹⁴ Observe-se que a mesma explicação justificaria a realização com pretônica não-alta nos casos de *sentida* e *selim* (cf. Tabela 1).

CASTRO, V. S. Vocal harmonization in the Brazilian State of Bahia (Data from APFB). *Alfa (São Paulo)*, v.39, p.243-250, 1995.

- **ABSTRACT:** *Using data from the Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB), this study attempts to show that vowel harmonization (rising of the pretonic vowels / e / and / o / (e i; o u) followed by a tonic syllable with a high vowel – / i / or / u /) is a significant phenomenon in the Portuguese language spoken in Bahia. Consequently, the lowering of pretonic / e / and / o / (e > ε; o > ɔ), which is considered a characteristic feature of Northeastern Brazil by Sílvio Elia (1975), is not favored in the context / __ tonic high vowel.*
- **KEYWORDS:** *Vowel harmonization; Atlas prévio dos falares baianos; dialectology; phonology.*

Referências bibliográficas

- 1 BISOL, L. A harmonização vocálica na fala culta (dados do projeto NURC). *DELTA*, v.4, n.1, p.1-20, 1988.
- 2 CÂMARA JR., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- 3 ELIA, S. Unidade e diversidade fonética do português do Brasil. In: *Ensaio de filologia e lingüística*. 2.ed. (Revista e ampliada). Rio de Janeiro: MEC, p.177-224. 1975, (1.ed. Acadêmica, 1963).
- 4 ROSSI, N. *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: INL, 1963.
- 5 SILVA NETO, S. da. *História da língua portuguesa*. 2. ed. (Revista e ampliada) Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1970.
- 6 SILVEIRA, S. da. *Lições de português*. 7.ed. (Revista) Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1964. (1.ed. de 1923).

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Alfabetização, p.221
 - dispositivo de aquisição da linguagem, p.221
 - neonstrutivismo, p.221
- Discurso, p.13, 87, 131, 161
 - análise do discurso, p. 13
 - argumentação, p.87
 - assinatura, p.161
 - debreagem, p.23
 - embreagem, p.23
 - interdiscurso, p.131, 175
 - locutor, p.131
 - pessoa, p.23
 - pintura, p.161
 - sujeito, p.45
 - teoria do discurso, p.13
- Discurso humorístico, p.13, 111
 - humor, p.45
 - piada, p.111
 - produção do humor, p.111
- Ensino de língua estrangeira, p.175
 - estudo instrumental de línguas, p.211
 - expressões idiomáticas, p. grego clássico, p.211
 - idiomatismo, p.195
 - leitura em língua estrangeira, p.153
 - léxico grego, p.211
 - línguas modernas, p.211
- Enunciação, p.23, 87, 131, 161
 - co-enunciador, p. 153
 - enunciado, p.131
 - enunciador, p.131, 153
 - operações enunciativas, p.153
 - situação de enunciação, p.153
- Dialectologia, p.243
- Fonologia, p.243
 - harmonização vocálica, p.243
- Narratividade, p.87
 - estrutura da narrativa, p.57
- Semiótica greimasiana, p.13
 - desmascaramento, p.121
 - metáfora, p.175
 - níveis de significação, p.57
 - percurso de sentido, p.57
 - relações sêmicas, p.57
 - transfiguração, p.121
- Texto, p.13, 87
 - análise de texto, p.57
 - contexto histórico, p.87
 - intertextualidade, p.45
 - polifonia, p.131
 - script, p.121
 - texto de origem, p.45
 - texto radiofônico, p.145
 - textualidade, p.71
- Universais lingüísticos, p.221
- Variação lingüística, p.175

SUBJECTS INDEX

- Discourse, p.13, 87, 131, 161
 argumentation, p. 87
 discourse analysis, p. 13
 interdiscourse, p.175
 painting, p.161
 person, p.23
 shifting in, p.23
 shifting out, p.23
 signature, p.161
 speaker, p.131
 subject, p.45
- Enunciation, p.23, 87, 131, 161
 coenunciator, p.153
 enunciative operations, p.153
 enunciative situation, p.153
 enunciator, p.131, 153
 humour, p.45
 humour discourse, p.111
 joke, p.111
 production of humour, p.111
- Foreign language teaching, p.175
 classic Greek, p.211
- Greek lexicon, p.211
 idiom, p.195
 language for specific purposes, p.211
 modern languages, p.211
 reading, p.153
- Dialectology, p.243
- Greimasian semiotics, p.13
- Linguistic universals, p.221
- Linguistic variation, p.175
- Literacy, p.221
- Language Acquisition Device, p.221
- Neo-Constructivism, p.221
- Meaning:
 course of meaning, p.57
 metaphor, p.175
 semic relations, p.57
 transfiguration, p.121
 unmasking, p.121
- Narrativity, p.87
 narrative structure, p.57
- Phonology, p.243
- Text, p.13, 87
 historic context, p.87
 intertext, p.45
 poliphony, p.131
 radio text, p.145
 scripts, p.121
 source text, p.45
 text analysis, p.57
 textuality, p.71
- Vowel harmonization, p.243

SUBJECTS INDEX

- Discourse, p.13, 87, 131, 161
 argumentation, p. 87
 discourse analysis, p. 13
 interdiscourse, p.175
 painting, p.161
 person, p.23
 shifting in, p.23
 shifting out, p.23
 signature, p.161
 speaker, p.131
 subject, p.45
- Enunciation, p.23, 87, 131, 161
 coenunciator, p.153
 enunciative operations, p.153
 enunciative situation, p.153
 enunciator, p.131, 153
 humour, p.45
 humour discourse, p.111
 joke, p.111
 production of humour, p.111
- Foreign language teaching, p.175
 classic Greek, p.211
- Greek lexicon, p.211
 idiom, p.195
 language for specific purposes, p.211
 modern languages, p.211
 reading, p.153
- Dialectology, p.243
- Greimasian semiotics, p.13
- Linguistic universals, p.221
- Linguistic variation, p.175
- Literacy, p.221
- Language Acquisition Device, p.221
- Neo-Constructivism, p.221
- Meaning:
 course of meaning, p.57
 metaphor, p.175
 semic relations, p.57
 transfiguration, p.121
 unmasking, p.121
- Narrativity, p.87
 narrative structure, p.57
- Phonology, p.243
- Text, p.13, 87
 historic context, p.87
 intertext, p.45
 poliphony, p.131
 radio text, p.145
 scripts, p.121
 source text, p.45
 text analysis, p.57
 textuality, p.71
- Vowel harmonization, p.243

ÍNDICE DE AUTORES
AUTHORS INDEX

ALMEIDA, J. de, p.57
CABELLO, A. R. G., p.145
CASTRO, V. S., p.243
CELADA, M. T., p.175
CORTINA, A., p.87
DOTA, M. I. M., p.153
FIORIN, J. L., p.23
FLEURY, O. H., p.71
GIL, C. M. C., p.111

GOMES SENNA, L. A., p.221
GREGOLIN, M. do R. V., p.13
JUNQUEIRA, V. H. G., p.161
MASSONI, M. I. de O., p.121
PECCIOLI GALLI, M., p.131
POSSENTI, S., p.45
ROSSI, R., p.211
XATARA, C. M., p.195

ÍNDICE DE RESENHA
REVIEW INDEX

Autor e Resenhador
Author and Reviewer

Livro resenhado
Reviewed book

REZENDE, A. M. de / LIMA, A. D.

Latina essentia, p.251

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

Informações gerais

A ALFA – *Revista de Linguística* – publica trabalhos originais de autores da UNESP e de outras instituições nacionais ou internacionais na forma de artigos, retrospectivas, resenhas e traduções. Só serão aceitas as resenhas de livros que tenham sido publicados no Brasil, nos dois últimos anos, e no exterior, nos quatro últimos anos. Cada volume terá um tema central que reúna trabalhos voltados para um assunto em evidência na época da organização da revista. Cabe à Comissão Editorial julgar os trabalhos, aprovando-os ou sugerindo as alterações que julgar necessárias.

Os trabalhos poderão ser redigidos em português ou em outro idioma. O *Resumo* e as *Palavras-chave* que precedem o texto, escritos no idioma do artigo; os que sucedem o texto, em inglês (*Abstract/Keywords*).

É vedada a reprodução dos trabalhos em outras publicações ou sua tradução para outro idioma sem a autorização da Comissão Editorial.

Preparação dos originais

Apresentação. Num primeiro momento, os autores enviarão à Comissão Editorial quatro cópias do trabalho impresso por computador, apresentadas em laudas de 30 linhas, 70 toques e espaço 1.5, com uma extensão máxima de 30 páginas. Recomenda-se o uso do programa editor Word for Windows 6.0. Num segundo momento, depois da análise dos trabalhos pela Comissão Editorial e depois de introduzidas as eventuais modificações, os autores remeterão, além do texto em disquete, duas cópias impressas do mesmo.

Estrutura do trabalho. Os trabalhos devem obedecer à seguinte seqüência: *Título; Autor(es)* (por extenso e apenas o sobrenome em maiúscula); *Filiação científica* do(s) autor(es) (indicar em nota de rodapé: Departamento, Instituto ou Faculdade, Universidade-sigla, CEP, Cidade, Estado, País); *Resumo* (com máximo de 200 palavras); *Palavras-chave* (com até 7 palavras retiradas de *Thesaurus* da área, quando houver); *Texto; Agradecimentos; Abstract e Keywords* (versão para o inglês do *Resumo* e *Palavras-chave* precedida pela Referência Bibliográfica do próprio artigo); *Referências Bibliográficas* (trabalhos citados no texto); *Bibliografia* (indicar obras consultadas ou recomendadas, não referenciadas no texto).

Referências Bibliográficas. Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR 6023 da ABNT.

Abreviaturas. Os títulos de periódicos deverão ser abreviados conforme o *Current Contents*. Exemplos:

■ Livros e outras monografias

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1986. 198p.

■ Capítulos de livros

JOHNSON, W. Palavras e não palavras. In: STEINBERG, C. S. *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1972. p.47-66.

■ Dissertações e teses

BITENCOURT, C. M. F. *Pátria, Civilização e Trabalho*. O ensino nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

▪ Artigos de periódicos

ARAUJO, V. G. de. A crítica musical paulista no século XIX: Ulrico Zwingli. *ARTEunesp (São Paulo)*, v.7, p.59-63, 1991.

▪ Trabalho de congresso ou similar (publicado)

MARIN, A. J. Educação continuada: sair do informalismo? In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 1, 1990. *Anais...* São Paulo: UNESP, 1990. p.114-8.

Citação no texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, separado por vírgula da data de publicação (Barbosa, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: "Morais (1955) assinála..." Quando for necessário especificar página(s), esta(s) deverá(ão) seguir a data, separada(s) por vírgula e precedida(s) de p. (Mumford, 1949, p.513). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (Peside, 1927a) (Peside, 1927b). Quando a obra tiver dois ou três autores, todos poderão ser indicados, separados por vírgula (Oliveira, A. J., Mateus, P. R., Silva, M. F., 1943), e quando tiver mais, indica-se o primeiro seguido de et al. (Gille et al., 1960).

Notas. Devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé de página. As remissões para o

rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior.

Anexos e/ou Apêndices. Serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão do texto.

Tabelas. Devem ser numeradas consecutivamente com algarismos arábicos e encabeçadas pelo título.

Figuras. Desenhos, gráficos, mapas, esquemas, fórmulas, modelos (em papel vegetal e tinta nanquim, ou computador); fotografias (em papel brilhante); radiografias e cromos (em forma de fotografia). As figuras e suas legendas devem ser claramente legíveis após sua redução no texto impresso de 13 x 19 cm. Devem-se indicar, a lápis, no verso: autor, título abreviado e sentido da figura. Legenda das ilustrações nos locais em que aparecerão as figuras, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e iniciadas pelo termo FIGURA.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores. Os trabalhos que não se enquadrarem nessas normas¹ serão devolvidos aos autores, ou serão solicitadas adaptações, indicadas em carta pessoal.

¹ Se o autor necessitar de esclarecimentos sobre as normas para apresentação dos originais, poderá solicitar um exemplar do manual *Normas para publicações da UNESP* à Comissão Editorial da Revista.

**OUTRAS REVISTAS CIENTÍFICAS PUBLICADAS
PELA EDITORA UNESP**

Alimentos e Nutrição (anual)
ARTEunesp – Revista de Artes (anual)
Ciências Biomédicas (anual)
Ciências Farmacêuticas (anual)
Científica – Revista de Agronomia (semestral)
Didática (anual)
Eclética Química (anual)
Engenharia e Ciências Aplicadas (anual)
Geociências (semestral)
Geografia (anual)
História (anual)
Letras (anual)
Matemática e Estatística (anual)
Naturalia (anual)
Odontologia (semestral)
Perspectivas – Revista de Ciências Sociais (anual)
Trans/Form/Ação – Revista de Filosofia (anual)
Veterinária e Zootecnia (anual)

EDITORA UNESP
Av. Rio Branco, 1210
01206-904 – São Paulo – SP
Fone/Fax: (011) 223-9560

ERRATA

Revista Alfa, v.38, 1994

Solicitamos a sua compreensão para com nossos erros involuntários.

página	§	linha	onde se lê	leia-se
21	3º 5º	21 39	dualismo lhes é difícil... representação confina	dualismo é difícil ... representação aceitável confina-se
22	4º 5º	23 24 32 37-42	como alternativas para não o são de fato com o domínio ... lingüístico (parágrafo parcialmente substituído)	alternativas para não são de fato o domínio ... lingüístico, Votre e Naro posicionaram-se a partir de uma distinção incomensurável entre gerativismo e funcionalismo, considerando-os enfoques não apenas diferentes, mas mesmo excludentes e, além disso, assumindo a primazia de um sobre o outro. Nascimento rejeita a distinção, recusando a necessidade de escolha entre os dois enfoques, baseando-se no fato de que estudam objetos diferentes. Todavia, para a teoria gerativista, o enfoque do processamento lingüístico depende das regularidades peculiares da língua internalizada, uma remodelação do conceito original de competência. ³
23	2º 4º	11-20 27 30 31	(parágrafo parcialmente substituído) que Kuhn as críticas que ... metodológica o descontentamento	Debates como esses parecem indicar também que a lingüística tem estado imersa em crise de princípios e métodos. Um dos indícios mais evidentes desse estado é o que, conforme sugere Botha (1976), ao invés de investigar a natureza da linguagem humana, o que o lingüista tem feito é investigar a natureza da ciência lingüística. Assim, os lingüistas passam a fazer "coisas não-normais", quando disputam acirradamente o que constituem exatamente os dados, os limites e os objetivos da teoria lingüística. os que Kuhn as críticas, que ... metodológica, um mal-estar

continuação

página	§	linha	onde se lê	leia-se		
24	3º	27	opondo-se-lhe	opor-lhe		
27	1º	10	Seria na apreensão da	é estudar a		
	2º	15-19	(parágrafo parcialmente substituído)	Um aspecto político importante, na implantação do paradigma gerativista, que se encaixa bem na teoria kuhniana de evolução científica, foi combater o estruturalismo no plano filosófico, ético. Chomsky desarmou a idéia de que considerar o ser humano <i>tabula rasa</i> na aquisição de conhecimentos possibilita oportunidade de manipulação, programação e robotização de um grupo humano por outro.		
	3º	26-27	de representação mediada por transformações	de representação, mediada por transformações,		
	4º	31 34 42	quer provar acresceu trata-se do	provava incorporou é o		
28	2º	5-11	(Parágrafo parcialmente substituído)	As de ordem teórica concernem à concepção de linguagem que lhe serve de fundamento, assim como às hipóteses que Chomsky desenvolveu sobre o inatismo, o poder criativo inerente às regras gramaticais, a universalidade das estruturas gramaticais, a legitimidade da intuição como fonte de conhecimento científico, a questão da centralidade do componente sintático em seu modelo gramatical, a distinção, até então fundamental, entre estrutura profunda e estrutura superficial.		
			3º	18-21	deslocamento, profunda, – representação, – muito simples, diversos, (parágrafo parcialmente substituído)	deslocamento; profunda; representação; muito simples; diversos;
					24	semântica gerativa ... teoria padrão ampliada teoria padrão ampliada
	27	Semântica Gerativa ... Teoria Padrão Ampliada Teoria Padrão Ampliada				
	29	1º	13	concorrentes	competidoras	
		3º	31-33	(parágrafo parcialmente substituído)	Se deve haver, qual é a ciência normal da linguagem? Que teorias são mais adequadas e que métodos os mais eficazes?	
30	4º	28-29	Esse princípio contradiz o	Esse princípio é contraditório ao		
	5º	35	neutralize	neutraliza		
32	1º	1	<i>Rig-veda</i>	<i>Rigveda</i>		
33	1º	5	o lingüista experimenta	experimenta o lingüista		
	4º	32	aspiração de	aspiração a		

continuação

página	§	linha	onde se lê	leia-se
35		Abstract	(parágrafo substituído)	It is at issue in this paper the question of delimitating the object of linguistics and identifying its real character. Through an outline of the evolution of its recent history, it is observed that verbal interaction in social context has been relegated to a secondary level. It is concluded that the functional paradigm represents one of the most relevant alternatives to overcome this methodological question.
132	2º	10	destinatário, que	destinatário, o que
133	1º 2º	8 17	desde consolidada definia	desde o seu presente definisce